



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

RACHEL SFAIR DA COSTA FERREIRA

PARA ALÉM DAS FORMAS E DAS FUNÇÕES:
Preservação e gestão da paisagem do Centro Histórico de Belém (CHB) na perspectiva do
espaço como instância e produção social

Belém
2014

RACHEL SFAIR DA COSTA FERREIRA

PARA ALÉM DAS FORMAS E DAS FUNÇÕES:

Preservação e gestão da paisagem do Centro Histórico de Belém (CHB) na perspectiva do espaço como instância e produção social

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Belém
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Ferreira, Rachel Sfair da Costa

Para além das formas e das funções: preservação e gestão da paisagem do Centro Histórico de Belém (CHB) na perspectiva do espaço como instância e produção social / Rachel Sfair da Costa Ferreira ; Orientador, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. – 2014.

317 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

1. Centro Histórico de Belém (CHB). 2. Centros históricos – Conservação - Belém (PA)
3. Paisagens – conservação -. Belém (PA). 4. Espaço (Arquitetura) – Aspectos sociais - Belém (PA). 5. Centros históricos – Gestão - Belém (PA). I. Trindade Junior, Saint-Clair Cordeiro da Trindade, Orientador. II. Título.

CDD 22 ed. 720.103

RACHEL SFAIR DA COSTA FERREIRA

PARA ALÉM DAS FORMAS E DAS FUNÇÕES:

Preservação e gestão da paisagem do Centro Histórico de Belém (CHB) na perspectiva do espaço como instância e produção social

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Data da Defesa: 31 de outubro de 2014

Banca examinadora:

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Orientador - PPGDSTU, NAEA/UFPA

Profa. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês
Examinadora interna - PPGDSTU, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Hisakhana Pahoona Corbin
Examinador interno - PPGDSTU-NAEA/UFPA

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima
Examinador externo - PPGAU, FAU/UFPA

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral
Examinador externo - PPGEU/UFPA

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares
Examinadora externa suplente - PPGEU/UFPA

A meus pais, José e Amarildes, insistentes, persistentes e amados. A minha irmã Clarice, companheira rigorosa e querida. A minha avó Eunice, lição sólida e permanente. A meu noivo Eduardo, presença paciente e amorosa em minha vida.

AGRADECIMENTOS

- Ao meu orientador professor Saint-Clair muito obrigada pela amizade, carinho, paciência e orientação em todos estes anos.
- À minha tia querida Amarilda Sfair por me acompanhar desde o princípio desta minha jornada.
- À tia Jussara Derenji por suas críticas e estímulos.
- Ao primo Henrique por ser fonte de alegria, mesmo nos momentos mais difíceis deste trabalho.
- À querida Ruthane Silva pelo trabalho paciente e metódico de revisão das normas bibliográficas desta tese.
- Aos amigos da DPJ pela valiosa colaboração e pela amizade.

RESUMO

Atualmente, muitas cidades brasileiras sofrem com uma crescente perda da capacidade de manter vivo e atrativo seus centros históricos, em meio às transformações de uso do solo provenientes da dinâmica da cidade contemporânea. Apreender o centro histórico de uma cidade, identificando valores e/ou significados da configuração espacial e de seus elementos da paisagem em meio ao movimento da sociedade, é uma primeira etapa de análise, além de servir como base para planos e projetos urbanísticos e sociais que visem não só a conservá-lo, mas a integrá-lo à vida contemporânea. O presente trabalho considera o Centro Histórico de Belém (CHB), na Amazônia brasileira, como um espaço social dotado de forma e conteúdo. Os processos de intervenção urbana neste centro histórico têm corroborado com diversas práticas espaciais que o modificam. Esses processos de intervenção, na maioria das vezes, estão mais voltados para uma gestão da forma e da função do que para uma gestão social dos centros históricos. Ao não considerar esse espaço social autoexplicativo, esta pesquisa utiliza as categorias socioespaciais (estrutura, processo, função e forma), que explicam a produção social do espaço, para apreender as relações dialéticas entre forma física e ações ao longo da história. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a configuração espacial do CHB a partir da gestão preservacionista de seus elementos da paisagem, buscando apreender os significados das formas criadas e as alterações de suas funções no decorrer do tempo, a partir da compreensão tanto de suas estruturas (de onde elas surgiram, o contexto histórico) quanto dos processos que foram responsáveis pelo surgimento das mesmas. Constatou-se, a partir das intervenções no CHB, que a forma espacial e sua função são os elementos que mais são considerados como base para planos e projetos urbanísticos para essa área, secundarizando outros elementos formadores desse espaço, tais como as relações sociais. Nesse sentido, o argumento central sustentado no decorrer da pesquisa foi que as categorias socioespaciais (estrutura, processo, forma e função), que ajudam a explicar a origem da paisagem urbana atual da cidade de Belém, na maioria das vezes, não são utilizadas como base em leis, planos e projetos urbanísticos para o CHB. Com isso, a gestão do tipo preservacionista não dá conta da história da totalidade espacial deste centro histórico, de maneira que a apropriação dos valores e/ou significados está materializada por uma gestão da forma e da função, secundarizando as estruturas e os processos que deram origem a essas mesmas formas e funções do CHB.

Palavras-chave: Produção do espaço. Paisagem. Gestão preservacionista. Centro Histórico. Belém

ABSTRACT

Nowadays, many Brazilian cities suffer from a growing disability of keeping alive and attractive its historic areas caused by land use transformations deriving from the dynamism of contemporary times. Learning a city's historic area, identifying its values and/or spacial configuration meanings and its landscape components in the middle of a society movement, is the first step of analysis, in addition to it serving as a base for social and urban plans and projects that look not only to preserve it but to integrate it to a contemporary life style. This present work takes into consideration the “Historic Center of Belem” (HCB), in the Brazilian Amazon, as a social space containing shape and content. The intervention process on this historic center has been changing it through many spacial actions. Those intervention processes, most of the time, are more focused on the management of shape and function than the social management of its historic centers. By not taking in consideration this auto explaining social space, this research utilizes social and spacial categories (structure, process, function and shape) which explain the space social production, in order to learn dialectical relations between physical shape and actions during history. The general objective of this research was to analyze the HCB spacial configuration from the preservationist management of its landscape elements, trying to learn the meaning of created shapes and the changes of its uses along the time, from the understanding of both its structures (where they were coming from, the historic context) and the processes that were responsible for their origins. We realized from the interventions on the HCB, that the spacial shape and its use are the most considered elements of bases for this area’s plans and urban projects, leaving behind other components and elements of this space, such as social relations. In this case, the central argument sustained during this research was that the social space categories (structure, process, shape and use) that helped explain the current origin of Belem’s urban landscape, which most of the time, is not taken into consideration as base for new laws, plans and urban projects on the HCB. With that in mind, the preservationist kind of management cannot handle the total spacial history of this historic center, in a way that the value appropriation and/or meaning is materialized by a shape and use management, leaving behind the structures and processes that gave birth to these same shape and functions of the HCB.

KeyWords: Production of space. Landscape. Preservationist management. Historic Center. Belém

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Classificação da malha viária.....	60
Quadro 2-	Definições genéricas para tipos de espaço público.....	71
Quadro 3-	Toponímia das vias do bairro da Cidade Velha.....	87
Quadro 4-	Toponímia das vias do bairro da Campina.....	90
Quadro 5-	Quantidade e tamanho dos lotes dos núcleos de estudo.....	162
Quadro 6-	Quantidade das edificações dos núcleos de estudo.....	170
Quadro 7-	Síntese da análise forma-conteúdo do CHB.....	187
Quadro 8-	Classificação dos grupos a que pertencem os instrumentos....	194
Quadro 9-	Outras classificações dos grupos a que pertencem os instrumentos.....	194
Quadro 10-	Bens imóveis tombados em nível Federal – IPHAN.....	199
Quadro 11-	Conjunto urbano tombado em nível Federal – IPHAN.....	200
Quadro 12-	Instrumentos de preservação, instituídos pelo Município de Belém.....	201
Quadro 13-	Leis do tipo preservacionistas.....	220
Quadro 14-	Núcleo urbano da Sé: planejamento e gestão.....	253
Quadro 15-	Núcleo urbano do Carmo: planejamento e gestão.....	269
Quadro 16-	Núcleo urbano das Mercês: planejamento e gestão.....	291
Quadro 17-	Permanência ou não de formas e conteúdos.....	305

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Tipos de redes de rua.....	60
Figura 2-	Influência da trama viária.....	61
Figura 3-	Croquis de ocupação do lote nos bairros do CHB.....	65
Figura 4-	A força do espaço envolvente.....	69
Figura 5-	Relação entre a altura das paredes de fechamento e a largura das aberturas verticais.....	70
Figura 6-	“A Fundação de Belém”, de Theodoro Braga, 1908.....	84
Figura 7-	Prospecto da cidade, entre 1753/58.....	115
Figura 8-	Relação das fachadas das igrejas com o espaço urbano.....	118
Figura 9-	Ritmo das fachadas do Núcleo da Sé.....	119
Figura 10-	Ritmo das fachadas do Núcleo do Carmo.....	120
Figura 11-	Ritmo das fachadas do Núcleo das Mercês.....	121
Figura 12-	Edificações do Núcleo da Sé.....	171
Figura 13-	Edificações do Núcleo do Carmo.....	172
Figura 14-	Edificações do Núcleo das Mercês.....	172
Figura 15-	Imagem de satélite da Praça Frei Caetano Brandão.....	175
Figura 16-	Imagem de satélite da Praça do Carmo.....	175
Figura 17-	Imagem de satélite da Praça Visconde do Rio Branco.....	176
Figura 18-	Arborização da Praça Frei Caetano Brandão.....	178
Figura 19-	Formação da Praça do Núcleo da Sé.....	179
Figura 20-	Arborização e calçamento da Praça do Carmo, 1898.....	179
Figura 21-	Formação da Praça do Núcleo das Mercês.....	180
Figura 22-	Proporções altura x largura da Praça Frei Caetano Brandão, 2012.....	183
Figura 23-	Proporções altura x largura da Praça do Carmo, 2012.....	184
Figura 24-	Proporções altura x largura da Praça Visconde do Rio Branco, 2012.....	185
Figura 25-	Perímetro de atuação prioritária do Projeto Vivacidade.....	217
Figura 26-	Alargamento da Rua Padre Champagnat.....	226
Figura 27-	Proposição para o Núcleo da Sé pelo PDGB em 1975, planta baixa.....	230
Figura 28-	Proposição para o Núcleo da Sé pelo PDGB em 1975, croquis.....	231
Figura 29-	Colégio dos Jesuítas e Igreja de Santo Alexandre.....	234
Figura 30-	Antigo Hospital Militar e a esquerda os três galpões do Exército, meados do século XX.....	239

Figura 31-	Quarteirão da Rua do Norte ocupado por edificações coloniais	240
Figura 32-	Centralidade da praça do Núcleo da Sé.....	244
Figura 33-	Projeto Feliz Lusitânia para o Núcleo da Sé.....	245
Figura 34-	Revitalização da praça do Núcleo da Sé.....	246
Figura 35-	Intervenções em edificações no Núcleo da Sé.....	248
Figura 36-	Ritmo da fachada principal da edificação da FUMBEL no Núcleo da Sé.....	248
Figura 37-	Gabarito máximo das edificações no Núcleo da Sé.....	249
Figura 38-	Bechara Mattar.....	250
Figura 39-	Bechara Mattar Diamond.....	251
Figura 40-	Vista do Largo do Carmo circundado pelas Igrejas do Carmo, do Rosário dos Homens Brancos e pelo casario colonial.....	259
Figura 41-	Igreja do Rosário dos Homens Brancos provavelmente em 1920.....	259
Figura 42-	Levantamento do sítio arqueológico da Igreja do Rosário dos Homens Brancos com marcação da área escavada.....	260
Figura 43-	A Igreja do Rosário dos Homens Brancos.....	261
Figura 44-	Obstrução da visão para o rio no Núcleo do Carmo.....	263
Figura 45-	Proposição para o Núcleo do Carmo pelo PDGB (1975).....	265
Figura 46-	Proposição para o Núcleo do Carmo pelo PDGB (1975) em croquis.....	266
Figura 47-	Ordenamento da Praça do Carmo.....	267
Figura 48-	Lotes lembrados x inserção de novas edificações (Núcleo do Carmo), 2008.....	267
Figura 49-	Vista do Largo das Mercês circundado pela Igreja das Mercês e pelo casario colonial.....	271
Figura 50-	Praça Visconde do Rio Branco (antigo Largo das Mercês) por volta de 1875.....	271
Figura 51-	Relação entre o Núcleo das Mercês com a baía.....	273
Figura 52-	O mercado na Praça Visconde do Rio Branco (antigo Largo das Mercês), por volta de 1784.....	273
Figura 53-	Modificação arquitetônica no entorno da praça do Núcleo das Mercês.....	275
Figura 54-	Proposição para o Núcleo das Mercês pelo PDGB (1975).....	275
Figura 55-	Evolução do Conjunto dos Mercedários (Igreja e Convento)....	276
Figura 56-	Proposta para o interior da Praça em 1997.....	278
Figura 57-	Planta Geral do Projeto de requalificação da Praça.....	280
Figura 58-	Uso da Praça do Núcleo das Mercês, 2008.....	283
Figura 59-	Barracas de camelôs no interior da Praça em 1997.....	284
Figura 60-	Lotes lembrados x inserção de novas edificações.....	286

Figura 61-	Praça Visconde do Rio Branco (antigo Largo das Mercês) na fase de euforia econômica da borracha.....	289
------------	--	-----

LISTA DE FIGURAS CARTOGRÁFICAS

Figura Cartográfica 1-	Edificações de estudo, 2012.....	27
Figura Cartográfica 2-	Belém de 1631 a 1616 (Período Colonial).....	87
Figura Cartográfica 3-	Toponímia das vias que convergem e/ou partem do Forte do Castelo e das vias paralelas à Rua Tomázia Perdigão, 2012.....	88
Figura Cartográfica 4-	Toponímia das vias transversais no bairro da Cidade Velha, 2012.....	89
Figura Cartográfica 5-	Toponímia das vias paralelas à Baía de Guajará no bairro da Campina, 2012.....	91
Figura Cartográfica 6-	Toponímia das vias transversais à Baía de Guajará no bairro da Campina, 2012.....	91
Figura Cartográfica 7-	Relação viária entre os bairros, 1753.....	92
Figura Cartográfica 8-	Belém de 1661 a 1631 (Período Colonial).....	95
Figura Cartográfica 9-	Direcionamento e elementos de atração das vias dos Núcleos de estudo.....	98
Figura Cartográfica 10-	Belém de 1700 a 1661 (Período Colonial).....	99
Figura Cartográfica 11-	Disposição das vias, das quadras e dos lotes nos núcleos de estudo, 2002.....	101
Figura Cartográfica 12-	Direcionamento das vias com relação à curva de nível dos núcleos, 2012.....	102
Figura Cartográfica 13-	Localização das edificações religiosas nos lotes e quarteirões, 2012.....	106
Figura Cartográfica 14-	Vias de interligação entre os núcleos de estudo, 1753.....	111
Figura Cartográfica 15-	Projetos de Gronsfeld para a cidade de Belém.....	112
Figura Cartográfica 16-	Projeto 2 de Gronsfeld para a cidade de Belém.....	112
Figura Cartográfica 17-	Predefinição da configuração urbana.....	114
Figura Cartográfica 18-	Regularização dos espaços públicos das praças de estudo..	123
Figura Cartográfica 19-	Evolução dos segmentos de linha dos três núcleos em conjunto, 2012.....	125
Figura Cartográfica 20-	Vias de interligação entre os núcleos de estudo, 1791.....	127
Figura Cartográfica 21-	Comprimento e largura da cidade no início do século XIX	128
Figura Cartográfica 22-	Vias de interligação entre os núcleos de estudo, 1905.....	138
Figura Cartográfica 23-	Desenvolvimento dos quarteirões.....	142
Figura Cartográfica 24-	Uso do solo Núcleo da Sé.....	154
Figura Cartográfica 25-	Uso do solo Núcleo do Carmo.....	154
Figura Cartográfica 26-	Vias de interligação entre os núcleos de estudo.....	156
Figura Cartográfica 27-	Desenvolvimento dos quarteirões na orla da baía e do rio..	157
Figura Cartográfica 28-	Uso do Solo do Núcleo das Mercês.....	160

Figura Cartográfica 29-	Uso do Solo Núcleo da Sé (2014).....	160
Figura Cartográfica 30-	Uso do Solo do Núcleo do Carmo (2014).....	161
Figura Cartográfica 31-	Uso do Solo do Núcleo das Mercês (2014).....	161
Figura Cartográfica 32-	Tamanho dos lotes do Núcleo da Sé.....	162
Figura Cartográfica 33-	Tamanho dos lotes do Núcleo do Carmo.....	162
Figura Cartográfica 34-	Tamanho dos lotes do Núcleo das Mercês.....	163
Figura Cartográfica 35-	Remembramento e desmembramento de lotes nos núcleos de estudo, 2014.....	163
Figura Cartográfica 36-	Tipos de projeção da edificação no lote.....	166
Figura Cartográfica 37-	Afastamento entre edificações do Núcleo da Sé.....	167
Figura Cartográfica 38-	Afastamento lateral entre as edificações do Núcleo do Carmo.....	167
Figura Cartográfica 39-	Afastamento lateral entre as edificações do Núcleo das Mercês.....	168
Figura Cartográfica 40-	Transição entre espaços privado e público do Núcleo da Sé, 2012.....	169
Figura Cartográfica 41-	Transição entre espaços privado e público do Núcleo do Carmo, 2012.....	169
Figura Cartográfica 42-	Transição entre espaços privado e público do Núcleo das Mercês, 2012.....	169
Figura Cartográfica 43-	Gabarito das edificações do Núcleo da Sé, 2012.....	173
Figura Cartográfica 44-	Gabarito das edificações do Núcleo do Carmo, 2012.....	173
Figura Cartográfica 45-	Gabarito das edificações do Núcleo das Mercês, 2012.....	174
Figura Cartográfica 46-	Núcleos de estudo pontuados por igrejas, 2012.....	177
Figura Cartográfica 47-	Dimensão das Praças dos núcleos pontuadas por igrejas, 2012.....	177
Figura Cartográfica 48-	Espaço envolvente da Praça Frei Caetano Brandão, 2012.....	181
Figura Cartográfica 49-	Espaço envolvente da Praça do Carmo, 2012.....	181
Figura Cartográfica 50-	Espaço envolvente da Praça Visconde do Rio Branco, 2012.....	182
Figura Cartográfica 51-	Zonas de uso e gabarito máximo das edificações.....	207
Figura Cartográfica 52-	Núcleo da Sé: valores arquitetônicos e de preservação.....	208
Figura Cartográfica 53-	Núcleo do Carmo: valores arquitetônicos e de preservação.....	210
Figura Cartográfica 54-	Núcleo das Mercês: valores arquitetônicos e de preservação.....	211
Figura Cartográfica 55-	Zona do Ambiente Urbano 7 (Anexo V da Lei nº 8.655/2008).....	214
Figura Cartográfica 56-	Alteração na forma do Núcleo da Sé.....	223
Figura Cartográfica 57-	Intencionalidade do espaço vazio do Núcleo da Sé.....	224

Figura Cartográfica 58-	Alargamento da Rua Padre Champagnat.....	225
Figura Cartográfica 59-	As “janelas” para o rio e a baía.....	241
Figura Cartográfica 60-	Abertura maior do Núcleo da Sé para a baía e para o rio, 2012.....	243
Figura Cartográfica 61-	Mapa em fins do século XVIII.....	256
Figura Cartográfica 62-	Centralidade do espaço público da praça do Núcleo do Carmo, 2012.....	257
Figura Cartográfica 63-	Localização das igrejas do Núcleo do Carmo.....	258
Figura Cartográfica 64-	Período do espaço público no Núcleo das Mercês.....	286
Figura Cartográfica 65-	Edificações analisadas no Núcleo da Sé, 2014.....	302
Figura Cartográfica 66-	Edificações analisadas no Núcleo do Carmo, 2014.....	303
Figura Cartográfica 67-	Edificações analisadas no Núcleo das Mercês, 2014.....	304

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1-	Comércio local no Núcleo das Mercês: Rua Santo Antônio.....	140
Fotografia 2-	Comércio local no Núcleo das Mercês: Rua 15 de Novembro..	141
Fotografia 3-	Verticalização urbana no CHB.....	148
Fotografia 4-	Degradação e abandono (Núcleo do Carmo).....	148
Fotografia 5-	Rua 15 de Novembro, no CHB – fim do século XX.....	164
Fotografia 6-	Rua 15 de Novembro, no CHB – início do século XX.....	164
Fotografia 7-	Rua Conselheiro João Alfredo, no CHB – fim do século XX	164
Fotografia 8-	Rua Conselheiro João Alfredo, no CHB – início do século XX	164
Fotografia 9-	Palácio Velho (2014).....	256
Fotografia 10-	Marcação do sítio arqueológico da Igreja do Rosário dos Homens Brancos.....	262
Fotografia 11-	Vista do Largo das Mercês cercado com gradil de ferro.....	272
Fotografia 12-	Praça Visconde do Rio Branco (meados do século XX).....	274
Fotografia 13-	Barracas de camelô na Rua Santo Antônio.....	281
Fotografia 14-	Barracas de camelô na Tv. Frutuoso Guimarães.....	281
Fotografia 15-	Edificações preservadas (2014).....	284

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CENTUR	Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves
CHB	Centro Histórico de Belém
CINBESA	Companhia de Informática de Belém
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
DAU	Departamento de Arquitetura e Urbanismo
DEPH	Departamento de Patrimônio Histórico
DPHAC	Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
FUMBEL	Fundação Cultural do Município de Belém
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PEM	Plano de Estruturação Metropolitana
PIB	Produto Interno Bruto
PDGB	Plano de Desenvolvimento da Grande Belém
RMB	Região Metropolitana de Belém
SECULT	Secretaria Executiva de Cultura
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TRANSCOL	Plano de Transportes Coletivos
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 DIRETRIZES DE ANÁLISE DO ESPAÇO SOCIAL NO TEMPO.....	31
2.1 A teorização do espaço.....	31
2.1.1 O espaço como instância social: o enfoque de Milton Santos.....	31
2.1.2 Produção social do espaço: o enfoque de Henri Lefèbvre.....	40
2.2 Instrumentos de análise do espaço social	46
2.2.1 As categorias socioespaciais estrutura, processo, forma e função	46
2.2.2 Os elementos morfológicos.....	51
3 A NECESSIDADE DE UMA PERIODIZAÇÃO: DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO CHB AOS ELEMENTOS DA PAISAGEM DOS NÚCLEOS DE ESTUDO.....	74
3.1 O interesse pelos núcleos de estudo e sua preservação.....	77
3.2 Configuração espacial do CHB: produção e modificação dos elementos da paisagem dos núcleos de estudo no tempo.....	81
a) Período de 1616 a 1750.....	81
b) Período de 1750 a 1778.....	108
c) Período de 1778 a 1850.....	126
d) Período de 1850 a 1920.....	136
e) Período de 1920 a 1960.....	144
f) Período de 1960 a 1990.....	150
g) Período de 1990 em diante.....	158
4 A GESTÃO DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM DOS NÚCLEOS DE ESTUDO.....	190
4.1 Planejamento, gestão e a preservação de centros históricos.....	191
4.2 Análise da preservação do Núcleo da Sé.....	225
4.3 Análise da preservação do Núcleo do Carmo.....	255
4.4 Análise da Preservação do Núcleo das Mercês.....	270
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	293
REFERÊNCIAS.....	307

1 INTRODUÇÃO

Há um expressivo interesse – cultural, social, econômico e político – pela temática das cidades históricas¹ no mundo. Na região amazônica, esse interesse ocorre, sobretudo, em relação à cidade de Belém. A trajetória de transformação urbana desta cidade já foi descrita por inúmeros autores – como o Padre Fellipe Bettendorff no ano de 1660 – desde a sua colonização pelos portugueses em 1616, a partir de aspectos da sua evolução arquitetônica, urbanística, social, econômica, política, formação social etc.

Em um percurso contínuo, a partir de um tempo longo, observa-se que a trajetória de Belém, de 1616 a 2014, é representada por uma configuração espacial com elementos da paisagem do presente que estão em contínua rivalidade por espaço com os elementos da paisagem do passado. De um lado estão, por exemplo, o Forte do Castelo, o desenho do espaço público, os sobrados de dois a três pavimentos geminados, os palácios, as estruturas em ferro como alguns dos elementos da paisagem característicos dos períodos colonial, pombalino e da borracha. Do outro, os edifícios com mais de três andares, os veículos automotores, o comércio informal, os estacionamentos, os *shoppings centers*, elementos de uma história mais recente, disputando espaço, principalmente, na área mais antiga da cidade, isto é, no Centro Histórico de Belém (CHB).

Como consequência dessa apropriação, surge, desde as últimas décadas do século XX, um centro histórico² descaracterizado, com frações do seu espaço urbano valorizado principalmente por suas qualidades estéticas, mas transformado em um símbolo social vazio de seu conteúdo. Assim, o Centro Histórico de Belém contém, por exemplo, intervenções de requalificação³ pontuais, realizadas pelo poder público e direcionadas notadamente para o

¹ Choay (2001) reconhece que a apreensão da cidade material como objeto de conhecimento histórico surgiu a partir das transformações do espaço urbano resultante da revolução industrial.

² Para Ruskin apud Choay (2001, p. 181), os centros históricos “[...] são as garantias de nossa identidade, pessoal, local, nacional, humana”. Para Gutiérrez apud Guimaraens (2002, p. 22), o centro histórico tem um grande significado para a civilização: fica delimitado nesses núcleos originais “[...] definidos pelas regras do uso [...], às vezes, o centro histórico não tem características de continuidade física dentro da cidade e por isso nos apresenta áreas dispersas que merecem critérios específicos de intervenção.” Para efeito do presente estudo considera-se centro histórico como sendo o envoltório dos primeiros espaços urbanos de uma cidade. Como tal, podem possuir valor histórico, pela passagem de fatos significativos da história da cidade pelo local, e por ser a memória do início (criação) da própria cidade. Quanto às características e à qualidade da cidade, “são dependentes dos grupos sociais que a produzem, vivem e que a transformam” (PANERAI, 2006, p. 14).

³ Usaremos no decorrer do trabalho o termo “requalificação”, por entendermos como Trindade Júnior (2010, p. 194) que “[...] a requalificação aqui é entendida como uma forma de renovação urbana, que, por sua vez, busca dar uma nova qualidade ao espaço [...] e que se mostra em estreita sintonia com estratégias de desenvolvimento e com determinados interesses de agentes que definem formas

setor turístico, e ações privadas que, em sua maioria, descaracterizam edificações para abrigar uma nova forma e/ou uso.

Diante dessas descaracterizações, cabe lembrar que as áreas urbanas antigas são possuidoras de complexidade e diversidade simbólica, que expressam referências socioculturais importantes para a memória e identidade coletivas. Entende-se que “preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. [...]. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares.” (MILET, 1988, p. 13). Por conseguinte, as alterações por que passam as cidades capitalistas nos últimos anos levam à necessidade de uma reflexão acerca de seu patrimônio construído. Segundo o documento do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), muitas cidades, grandes ou pequenas, com seus centros ou bairros históricos “estão ameaçadas de degradação, de deterioração e até mesmo de destruição, sob o efeito de um tipo de urbanização nascido na era industrial e que hoje atinge universalmente todas as sociedades” (CURY, 2000, p. 281).

Tal constatação insere-se na questão do planejamento urbano e da gestão pública e envolve tomadores de decisão, usuários e políticos. Discute-se, no âmbito da cidade, a necessidade da integração do planejamento, da gestão e do direcionamento da expansão urbana à preservação de áreas com interesse histórico. Apesar de problemas socioeconômicos, há estudos que demonstram que planos urbanísticos voltados a alterações do tecido urbano das cidades tendem a privilegiar, em grande parte, os interesses do capital, a partir de ações setoriais que transformam o espaço urbano, ao promover mudanças na ocupação do seu solo (FERNANDES, 2002). Do geral ao particular, constata-se que a expansão do capital está em permanente conflito com problemas de natureza social.

Atualmente, muitas cidades brasileiras sofrem com uma crescente perda da capacidade de manter vivo e atrativo seus centros históricos, em meio às transformações de uso do solo provenientes da dinâmica da cidade contemporânea. E são nesses centros que muito do patrimônio arquitetônico e cultural encontra-se, por vezes, em estágio avançado de decadência socioeconômica e cultural, já que, frequentemente, ocorrem intervenções de reabilitação do casario antigo, de implantação de novos prédios ou de mudanças no espaço público (vias, largos etc.), que vêm depositar, com frequência, sem maiores preocupações, suas marcas sobre as das gerações precedentes.

específicas de controle de frações do espaço das áreas centrais.”, em vez do uso de termos como “revitalização”, “reabilitação” etc., que poderão aparecer neste trabalho apenas para manter fidelidade as fontes consultadas.

Dentro desse contexto, há necessidade de pesquisas teóricas e empíricas que forneçam elementos e que expliquem as interfaces entre o sistema socioeconômico e as transformações físicas nas cidades, ocorridas nas últimas décadas, incluindo comportamentos e respostas de usuários dos espaços então transformados.

Segundo Kohlsdorf (1996), o espaço urbano é considerado de natureza tanto física quanto social. Diferencia-se, entretanto, de outras dimensões que, embora tenham também uma natureza social, são abstratas. As práticas sociais desenvolvidas no espaço urbano são manifestações concretas, que resultam em inúmeros tipos de espaços, formados por elementos da paisagem, tais como: edifício, praça, rua e sistemas de áreas livres públicas.

O espaço, segundo Santos (1985), contém componentes sociais e naturais (coisas, objetos geográficos, naturais e artificiais). Os elementos naturais devem ser entendidos como sendo o meio modificado, e a maneira como se organizam é a configuração espacial. No entanto, o que dá vida a esses objetos são as dinâmicas sociais. Dessa forma, para Santos (1985), a essência do espaço é social.

A configuração espacial de um lugar, por exemplo, de um centro histórico, caracteriza-se pelas relações entre seus elementos (homens, instituições, firmas e formas materializadas da sociedade), assim, o entendimento das transformações ocorridas nesses elementos e entre eles deve estar pautado em categorias de análises que levem em consideração tanto os elementos como as variáveis interdependentes – “[...] umas sendo causa e/ou consequência de outras, não tendo, portanto, real valor, se não analisadas em conjunto” (SANTOS, 1988, p. 48) – quanto o fato de só poderem ser observadas em meio ao movimento da história.

Cada momento histórico materializado no espaço habitado resulta em mudanças que não podem ser comparadas ao espaço social anterior à Revolução Industrial, pois, a partir desse movimento, as relações entre os elementos do espaço se alteraram tanto de conteúdo quanto de forma (LEFÈBVRE, 2004).

Tais mudanças do espaço, expressas na organização de suas formas físicas, alteram alguns conceitos do passado – como os de região, de rede urbana e da relação cidade-campo, que não podem mais ser compreendidos isoladamente do mundo como um todo – e impõem certa renovação das categorias analíticas do espaço social (SANTOS, 1978).

Observar um determinado espaço humano ou, por exemplo, uma região “[...] significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição.” (SANTOS, 1988, p. 46).

Com os lugares do mundo cada vez mais relacionados entre si, para atender aos modernos processos de produção, cada uma dessas frações urbanas possui um papel

especializado, o que as torna não homogêneas, mas singulares, específicas e mesmo únicas. Esses lugares, compostos por um conjunto de objetos, passaram a ter, segundo Santos (1988, p. 52), “[...] autonomia de existência [...], mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem.”

Seguindo esse contexto, entende-se o quanto os estudos regionais e locais são importantes ferramentas para “[...] compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do Globo, dadas suas especificidades.” (SANTOS, 1988, p. 47). Certamente, como partes de um todo, essas análises devem levar em consideração tanto os fatores locais quanto os extralocais.

Segundo Santos (1985), a categoria espaço contém ingredientes sociais e “naturais” e, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Assim, o espaço é formado não só pelas coisas por exemplo, objetos geográficos, naturais e artificiais, mas também pela sociedade que os anima e lhes dá vida.

As variáveis que surgem a partir da interdependência entre forma e conteúdo são diferentes em quantidade e qualidade. Nesse contexto, o estudioso do espaço, ao buscar a compreensão de determinada combinação de variáveis, levando em consideração sua totalidade, aproxima-se mais da Holística⁴ do que do Empirismo.

Para esta tese, que analisa uma porção urbana específica do Centro Histórico da cidade de Belém, na Amazônia brasileira, utilizar-se-á como principal base teórica e metodológica a contribuição de Santos (1978, 1985, 1988, 1997, 1998), que considera o espaço como parte da estrutura social, e a teoria de Lefèbvre (1955, 1971, 1974, 1979, 2004, 2010), que analisa a produção social do espaço, além de outros autores que as complementam.

As categorias de análise (estrutura, processo, função e forma) pertencentes tanto à teoria do espaço como instância social (de Milton Santos) quanto à teoria da produção social do espaço (de Henri Lefèbvre) consideram o lugar como um espaço social dotado de forma e conteúdo. Ao não considerar esse espaço social autoexplicativo, essas mesmas categorias de análise buscam um entendimento das relações dialéticas entre forma física e ações ao longo da história.

Dessa forma, as estruturas e os processos sociais se realizam através de formas que, por sua vez, estão sempre mudando de significado, isto é, de função. Assim, qualquer entendimento que se queira ter com relação às formas físicas presentes em um dado lugar

⁴ Considera-se que a categoria espaço é composta por partes, sociais e naturais, indissociáveis: daí a preocupação holística em relação ao seu entendimento.

deve ser feito segundo uma periodização histórica a partir de um tempo social (SANTOS, 1985; LEFÈBVRE, 2004).

Apreender o centro histórico atual de uma cidade, a partir das teorias de Santos e de Lefèbvre – identificando os valores e/ou significados da configuração espacial e de seus elementos da paisagem em meio ao modo como se relacionam entre si e com a sociedade – é uma primeira etapa da análise, além de servir como base para planos e projetos urbanísticos e sociais que visem não só a conservá-lo, mas principalmente a integrá-lo à vida contemporânea.

Para a análise da configuração espacial de um lugar, a partir da gestão de seus elementos da paisagem, é essencial levar-se em consideração tanto as suas formas físicas (configuração espacial e paisagem) como o seu conteúdo (relações sociais), visto que são partes do espaço social. E, como tal, essas formas não existem por si mesmas, ou seja, não são vazias de conteúdo e sim plenas de relações sociais. Nesse sentido, a compreensão da cidade no decorrer do tempo é um estudo analítico, por exemplo, do espaço como parte da estrutura social, da produção social do espaço e também morfológico. De certa forma, trabalhar com esses três modelos analíticos do espaço social permitirá apreender o máximo da totalidade social, materializada no espaço urbano, de maneira menos subjetiva e empírica.

Contribuindo para a análise da forma física de uma cidade, seja esta antiga ou não, tem-se o instrumento analítico da morfologia urbana, que oferece uma visão de conjunto do espaço urbano no tempo. Na década de 1960, Lynch (1999), preocupado com a compreensão das mutações das cidades ao longo do tempo e com sua consequente perda de identidade, forneceu instrumentos para a identificação dos elementos marcantes da paisagem urbana. Seu método de análise, tanto das formas e suas distribuições, quanto da percepção social, “[...] propõe-se a determinar aqueles elementos da cidade que se combinam para formar sua imagem de conjunto.” (PANERAI, 2006, p. 29). Rossi (2001, p. 17) considera que o conhecimento concreto dos fatos urbanos se dá através da forma, pois “[...] esta parece resumir o caráter total dos fatos urbanos, inclusive a origem deles [...]. Em parte, é isso que se entende por morfologia urbana – a descrição das formas de um fato urbano.”

As partes da forma urbana são representadas pelos elementos configurativos, também denominados, segundo Santos (1988), de elementos da paisagem e, segundo Muratori (1959), de elementos morfológicos, tais como o edifício, o lote, o quarteirão, o traçado das vias e a praça.

Considerando o espaço social como a soma da configuração espacial/paisagem e da sociedade, isto é, como forma e conteúdo, verifica-se que, a partir das intervenções no Centro

Histórico de Belém (CHB), a forma espacial e sua função são os elementos que mais são considerados como base para planos e projetos urbanísticos para essa área, secundarizando outros elementos formadores e mantenedores desse espaço histórico, tais como as relações sociais.

Compreende-se, então, que o estudo da configuração espacial e dos elementos da paisagem – que contribuem para a identificação de elementos marcantes da paisagem urbana⁵ – deve ter como base uma análise qualitativa, visto que esses elementos mudam de valor segundo um tempo social e/ou um período histórico.

A gestão da forma física e de seus elementos configurativos, a partir do entendimento deste espaço social como sendo formado por forma física e por conteúdo social, permite que possíveis alterações futuras (em centros históricos, por exemplo) resultem em satisfatórios desempenhos, sejam eles funcionais, econômicos, estéticos, bioclimáticos e sociais. Assim, uma gestão que leve em consideração o espaço como forma-conteúdo tenderá muito mais a saber lidar com as intervenções em velhas formas, pois “quando velhas formas são alteradas para uma adequação às novas funções, significa dizer que a organização espacial existente não atende de maneira tão eficaz à dinâmica social de um novo momento histórico.” (SANTOS, 1997, p. 135).

No caso do CHB, esse entendimento não ocorreu e a modificação na maioria de suas formas físicas contribui, de certa forma, para a sua degradação social, funcional, histórica e estética. Há necessidade, portanto, de se apreender a forma espacial do Centro Histórico de Belém, considerado nesta pesquisa como referência empírica de estudo, a partir da gestão de caráter preservacionista dos elementos da paisagem, de maneira a contribuir para intervenções compatíveis com as características específicas da área.

Com a intenção de colaborar com futuras intervenções sociais, urbanísticas, arquitetônicas ou paisagísticas – que visem a manter os traços iniciais da história do CHB, sem deixar de lado as necessidades de sua sociedade –, esta tese apreende historicamente o significado da configuração espacial e de seus elementos da paisagem urbana que deram origem ao sítio de estudo, a partir da delimitação temporal desde a origem do Centro Histórico de Belém (em 1616) até os dias de hoje.

O processo de degradação de frações do espaço do Centro Histórico de Belém é o resultado de uma desarticulação do seu todo. E esta desarticulação reflete-se no planejamento e na gestão desenvolvidos para essa área histórica. Nesse sentido, o argumento central a ser

⁵ A paisagem urbana é representada pelo espaço construído (exemplo, edifícios), incluindo os elementos naturais, como montanhas e corpos de água (SANTOS, 1988).

sustentado no decorrer da pesquisa é que as categorias socioespaciais (estrutura, processo, forma e função), que ajudam a explicar a origem da paisagem urbana atual da cidade de Belém, na maioria das vezes, não são consideradas como base em leis, planos e projetos urbanísticos para o CHB.

A utilização de tais categorias analíticas, para a compreensão dos valores e/ou significados da configuração espacial e dos elementos da paisagem em meio à dinâmica social no tempo, auxilia a identificação dos traços fisionômicos do CHB. Com efeito, a observância desses elementos marcantes, a partir da utilização das categorias socioespaciais, é uma forma de se contribuir para o planejamento e para a gestão urbana do Centro Histórico de Belém.

Verifica-se que, para que esses sítios urbanos mantenham sua vivacidade, é preciso que seus processos, suas estruturas, suas formas e suas funções sejam apreendidos e considerados nas suas inter-relações, pois, quando elas não o são, as necessidades diárias da vida urbana vão construindo outras formas, incluindo a física, para dar base às necessidades sociais atuais, havendo, por conseguinte, perdas na identidade social, histórica, econômica, cultural e física da área.

Sendo o planejamento e a gestão urbana possuidores de instrumentos de controle do uso e da ocupação urbana de um determinado espaço da cidade, entende-se que os mesmos devem levar em conta a relação forma-conteúdo, que podem ser apreendidos por meio de categorias socioespaciais (estrutura, processo, função e forma) que explicam a consolidação do espaço. Assim, a gestão urbana de um determinado espaço da cidade, para ser eficaz, necessita dispor de instrumentos construídos a partir do efetivo conhecimento desse espaço, no decorrer do tempo. Se, por outro lado, esses instrumentos forem elaborados a partir de dados que considerem apenas parcialmente a realidade urbana, há o risco de serem inócuos. Essas discussões levantam três principais questões:

a) Os elementos da paisagem contribuem para a permanência dos traços fisionômicos da configuração espacial do CHB?

b) As categorias socioespaciais (estrutura, processo, função e forma), que permitem apreender a materialização dos traços fisionômicos do CHB, são levadas em conta no processo de elaboração de leis, planos e projetos urbanísticos para o CHB?

c) A trajetória de gestão pública e/ou privada revela contribuições para a permanência dos traços fisionômicos do CHB a partir da preservação dos seus elementos da paisagem (tais como, a via, o quarteirão, o lote, a edificação e a praça) característicos da fundação portuguesa?

À medida que se tentou esclarecer tais questões da problemática, surgiram três hipóteses:

a) Os elementos da paisagem, tais como vias, lotes, praças, edificações antigas e quarteirões contribuem para a permanência dos traços fisionômicos da configuração espacial do Centro Histórico de Belém;

b) As categorias socioespaciais (estrutura, processo, função e forma) usualmente não são consideradas no processo de elaboração de leis, planos e projetos urbanísticos para o CHB;

c) No que diz respeito à gestão preservacionista, por mais que se pretenda, e raramente se consegue, a preservação do patrimônio histórico, há a ausência de mecanismos e instrumentos eficazes que levem em consideração o valor e/ou significado, no tempo, dos elementos da paisagem e sua relação forma-conteúdo, ao intervir no CHB.

Considera-se essencial que, a partir do estudo teórico-empírico a ser realizado, a cidade e suas diversas partes sejam vistas de forma articulada e que a valorização dos traços fisionômicos, tanto do edifício isolado como do conjunto urbano em que ele se insere, possa garantir uma qualidade de urbanidade aos usuários da área do Centro Histórico de Belém. Segundo Trindade Júnior (1996, p. 138-139):

[...] há necessidade de análise acurada, posto que, ao se transpor por analogia o conhecimento sobre uma dada forma espacial para outra, pode-se estar inferindo de maneira incorreta; isso porque os verdadeiros processos, e sua inserção na estrutura da sociedade, podem estar sendo postos de lado.

Em face do exposto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a configuração espacial do CHB a partir da gestão preservacionista de seus elementos da paisagem. Porém, a esse objetivo somam-se outros, considerados aqui como objetivos específicos:

a) Analisar os elementos da paisagem de uma fração do espaço urbano específica do CHB tais como as vias, quarteirões, lotes, edificações e praças de três núcleos de estudo (da Sé, do Carmo e das Mercês);

b) Analisar a trajetória de gestão pública e/ou privada de caráter preservacionista e sua relação com aqueles elementos da paisagem;

c) Discutir a contribuição dessa gestão pública para a permanência dos traços fisionômicos do CHB, a partir da valorização ou não dos elementos da paisagem do CHB.

Trata-se de analisar, dessa maneira, tanto os elementos da paisagem do Centro Histórico de Belém (CHB) como a gestão de sua forma espacial a partir de uma análise

qualitativa-quantitativa dos mesmos. Visando a ser um meio de inverter ou amenizar a descaracterização física desse sítio histórico, tem-se como principal base uma abordagem histórico-estrutural, que leva em conta aquelas categorias já mencionadas (forma, função, estrutura e processo). Tais categorias vão permear todo o raciocínio da pesquisa, pois se as formas e as funções existem é porque elas são originárias de estruturas e de processos que se constituíram no decorrer do tempo (SANTOS, 1985, 1997).

A abordagem histórico-estrutural permeará todo o raciocínio da pesquisa contribuindo para a apreensão das formas (para que essa forma foi criada?) e de suas funções (por que ela se altera?), a partir do entendimento de onde elas surgiram, isto é, qual o contexto histórico? (estrutura) e que dinâmicas/ações foram responsáveis por isso? (processo).

Assim sendo, a análise que será pautada em uma “[...] história de longo prazo (*longue durée*) é, portanto, a história de mudanças estruturais fundamentais [...]” (LECHTE, 2010, p. 105) e, nesse sentido, abrangerá quase cinco séculos – isto é, de 1616 a 2014 –, sem dar ênfase a acontecimentos isolados, e sim buscando-se considerar os acontecimentos como parte integrante de uma pluralidade de tempos.

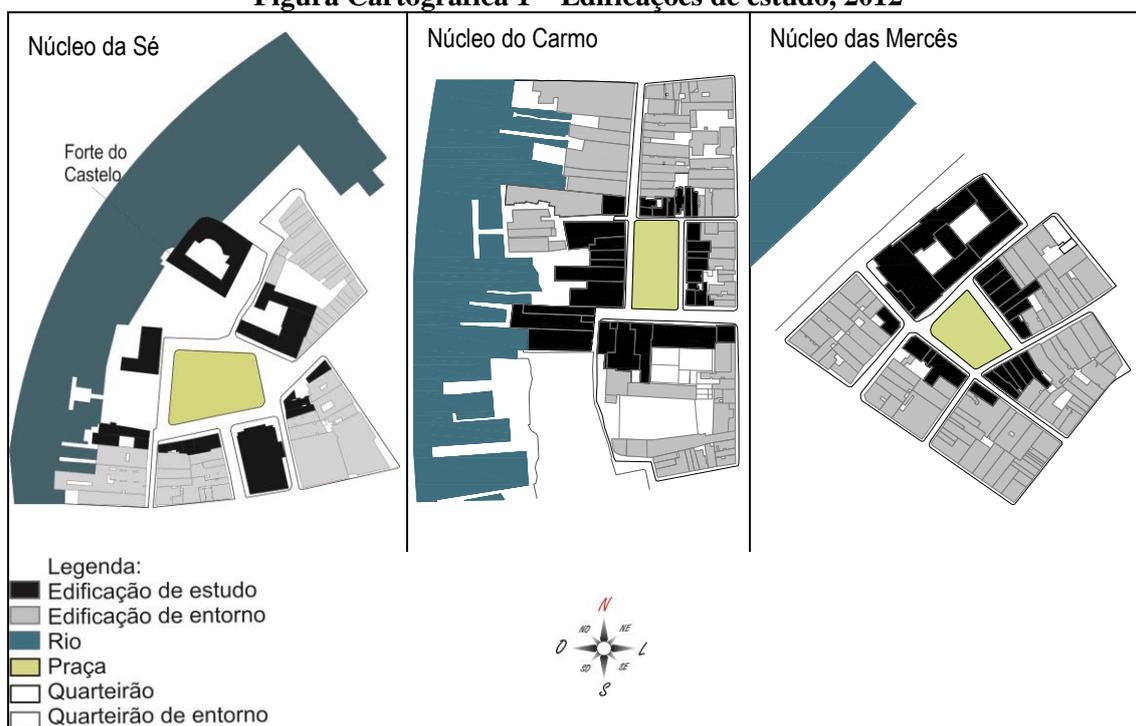
Uma grande dificuldade com relação à história que se concentra no prazo muito curto ou médio é que ela corre o risco de se tornar pura crônica e perder profundidade, porque assume a homogeneidade do tempo e uma singularidade de perspectiva. (LECHTE, 2010, p. 108).

A análise será focada na dinâmica social, no decorrer do tempo, de três fragmentos do Centro Histórico de Belém (Núcleos da Sé, do Carmo e das Mercês, ver Figura Cartográfica 1), chamados aqui de núcleos de estudo⁶, que serão tomados como amostragem qualitativa do conjunto desse mesmo centro histórico

Como teoria de base, utilizar-se-á a “teoria do Espaço como instância social” de Santos (1978, 1985, 1988, 1997, 1998). Nessa perspectiva, o espaço geográfico é considerado como uma das instâncias sociais, em que é condicionado e subordinado por outras estruturas sociais, mas também as condiciona e é subordinante.

⁶ O termo núcleo é aqui usado para designar uma realidade urbana diferenciada, representada por um espaço aberto, tal como uma praça, rodeado por edificações que possuem importâncias hierárquicas. Este núcleo não é um espaço urbano que resulta do encontro de diversas vias, mas sim o que possui características próprias e surge a partir da construção de uma igreja e/ou de uma fortificação.

Figura Cartográfica 1 – Edificações de estudo, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2014

Ao considerar o espaço urbano – que faz parte do espaço geográfico social produzido – como uma instância social, entende-se que a sua forma física é a materialização da dinâmica social. E, por isso, deve ser compreendido através da análise em conjunto das categorias estrutura, processo, função e forma, pois:

Para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se se tratasse de um conceito único. Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles. Se examinarmos apenas a forma e a estrutura, eliminando a função, perderemos a história da totalidade espacial, simplesmente porque a função não se repete duas vezes. Separando estrutura e função, o passado e o presente são suprimidos, com o que a idéia de transformação nos escapa e as instituições se tomam incapazes de projetar-se no futuro. Examinar forma e função, sem a estrutura, deixamos a braços com uma sociedade inteiramente estática, destituída de qualquer impulso dominante. Como a estrutura dita a função, seria absurdo tentar uma análise sem esse elemento. (SANTOS, 1985, p. 56).

Considerar os fenômenos de maneira relacional e não isolados, além de concebê-los como dialeticamente relacionados, é outro princípio de análise da abordagem histórico-estrutural; daí a importância dos processos.

A pesquisa teve como teoria de base complementar a da “produção social do espaço”, de Lefèbvre (1955, 1971, 1974, 1979, 2004, 2010), de forma a considerar o peso da vida

social em suas múltiplas dimensões na dinâmica urbana e que se manifesta para além de sua estética. Esse autor considera o espaço como sendo concebido, vivido e percebido, sendo essas múltiplas dimensões essenciais nas políticas de preservação das formas-conteúdo que se expressam na cidade e na vida moderna.

Como dito anteriormente, a natureza desta pesquisa é qualitativa-quantitativa. Justifica-se a utilização do tipo de pesquisa qualitativa pelo fato de o objeto de estudo ser a análise da configuração espacial, em meio ao movimento da sociedade no tempo, a partir da gestão dos elementos da paisagem em centros históricos; enquanto a utilização da pesquisa quantitativa justifica-se por ser um meio de captar alguns desses movimentos da sociedade, materializados na configuração espacial e nos elementos da paisagem desse centro histórico.

Assim, a descrição de momentos históricos, realizada na pesquisa quantitativa, contribuirá para melhor interpretar e explicar o objeto de estudo durante a pesquisa qualitativa. Ademais, cada momento materializado na forma física não é autônomo, e sim formado por estruturas e processos históricos longos, que, em conjunto, fazem parte de um contexto. Portanto, para se entender o que representa cada um desses momentos históricos, levantado na pesquisa quantitativa, faz-se necessário utilizar-se a pesquisa qualitativa.

O instrumento de análise da pesquisa qualitativa são as categorias socioespaciais (estrutura, processo, forma e função). E, o estudo morfológico do espaço urbano, desenvolvido e utilizado, por exemplo, por Muratori (1959), Cozen (1969) e Moudon (1986) será empregado como instrumento de análise da pesquisa quantitativa, visto que a morfologia urbana é o estudo analítico da produção e modificação da forma urbana no tempo, a partir de análise de tipos de lotes, quarteirões, vias, edificações e praças. Nesse sentido, admitindo uma análise qualitativa-quantitativa, utilizou-se como técnicas de investigações:

- a) Levantamento e análise bibliográfica;
- b) Levantamento e análise de documentação histórica (cartografia, iconografia, fotos, periódicos e jornais de época). Os mapas analisados foram:

- 1) **Mapa de 2014** – A formação deste mapa baseou-se tanto no Mapa de 1998 – digitalizado e fornecido pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) – quanto nas imagens de satélite Google Earth (capturada em 2009) e processada em 2012;

- 2) **Mapa de 1998** – Mapa digitalizado e fornecido pela CODEM (BELÉM, 1998);

- 3) **Mapa de 1995** – Mapas em papel do núcleo das Mercês com o levantamento de uso do solo, fornecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);

4) **Mapa de 1980** – Mapa em papel vegetal do levantamento de uso do solo dos Núcleos da Sé e do Carmo fornecido pela professora Jussara Derenji de seus arquivos pessoais;

5) **Mapa de 1977** – Mapa digitalizado e fornecido pela CODEM (BELÉM, 1977);

6) **Desenho de 1905** – Planta da cidade de Belém, planejada na administração do intendente Antonio Lemos, que contém porções da malha existente e propõe novos espaços. Digitalizada do livro Pará (1996);

7) **Desenho de 1791** – com base em Alunorte (1995);

8) **Desenho de 1771** – com base em Alunorte (1995);

9) **Desenho de 1753** – com base em Reis (2000);

10) **Croquis de 1700-1661** – com base em Meira Filho (1976, v. 1);

11) **Croquis de 1661- 1631** – com base em Meira Filho (1976, v. 1);

12) **Croquis de 1631-1616** – com base em Meira Filho (1976, v. 1).

c) Levantamento e análise de leis, planos e projetos urbanísticos de caráter preservacionista;

d) Levantamento de campo “in loco” (observação sistemática direta com registro fotográfico).

Essa exposição das técnicas de investigação sustenta-se através dos dados e fontes utilizados tanto na pesquisa quantitativa como na pesquisa qualitativa, que são: informações históricas do CHB (Arquivo Público, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR); órgãos públicos – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) – e livros citados na bibliografia); mapas do CHB desde o período de sua fundação (órgãos públicos (IPHAN, CODEM, SECULT) e livros citados na bibliografia); imagens e fotografias do CHB desde o período de sua fundação (Arquivo Público, CENTUR; órgãos públicos (IPHAN, CODEM, SECULT) e livros citados na bibliografia); e documentos legais de caráter preservacionista: leis municipais, estaduais e federais em órgãos públicos (IPHAN, CODEM, SECULT).

O trabalho está estruturado em cinco partes relacionadas entre si por meio dos elementos analíticos já apresentados, sendo que a primeira parte e a quinta correspondem, respectivamente, à introdução e à conclusão. A essência da segunda parte é teórica, a da terceira parte é histórica e a da quarta parte é empírica.

Nesse sentido, a segunda parte apreende o espaço social a partir das teorias do “Espaço como instância social” (enfoque de Milton Santos) e da “Produção social do espaço”

(enfoque de Henri Lefèbvre). Em seguida, com o entendimento de que a essência desse espaço é social e, por conseguinte, caracteriza-se por forma-conteúdo, buscaram-se os instrumentos tanto das categorias socioespaciais quanto dos elementos morfológicos para analisá-lo. Assim, procurou-se alcançar o conhecimento a respeito do que seja esse espaço social – a natureza de seus elementos, o modo como se relacionam, seus métodos etc. – e, também, a maneira como compreendê-lo em sua totalidade. Optou-se por essa ótica para que, na terceira parte, seja possível analisar-se a configuração espacial e os elementos da paisagem do Centro Histórico de Belém, levando em consideração a sua relação dialética entre forma e conteúdo.

A terceira parte traz uma periodização da configuração espacial do Centro Histórico de Belém a partir de uma análise histórico-estrutural dos elementos da paisagem de três estudos de caso pertencentes a esse espaço urbano, ao longo de quase cinco séculos. Não obstante, tenta-se antes esclarecer o interesse em preservar núcleos urbanos, para depois apresentar cada período histórico a partir do estudo analítico da produção e modificação dos elementos da paisagem desses núcleos de estudo no tempo. O propósito deste item é identificar os valores e/ou significados da configuração espacial do CHB e dos elementos da paisagem dos núcleos de estudo que caracterizam essa área histórica, a partir da observação da combinação de variáveis, locais e extralocais. Entende-se que a periodização é um meio para observar que, assim como a configuração espacial, os elementos da paisagem do CHB não são estáticos, mas suscetíveis a mudanças, pois resultam de constantes adições e subtrações ao longo do tempo.

E, por fim, a quarta parte analisa a gestão dos elementos da paisagem dos núcleos de estudo, com o objetivo de avaliar a trajetória de gestão pública e/ou privada de caráter preservacionista nesses elementos da paisagem, a partir da permanência e/ou alteração dos traços fisionômicos dos mesmos. Observa-se que a gestão do tipo preservacionista não dá conta da história da totalidade espacial deste centro histórico, de maneira que a sua apropriação dos valores e/ou significados está materializada, notadamente, por uma gestão da forma e da função, secundarizando as estruturas e os processos que deram origem ou que redefiniram historicamente essas mesmas formas e funções do CHB.

O encadeamento da estrutura das cinco partes teve como objetivo ratificar o argumento central da tese de que a gestão do tipo preservacionista pouco mobiliza as categorias de análise socioespaciais estrutura, processo, função e forma em conjunto no processo de elaboração de leis, planos e projetos urbanísticos para o Centro Histórico de Belém, que é um espaço urbano formado por forma-conteúdo.

2 DIRETRIZES DE ANÁLISE DO ESPAÇO SOCIAL NO TEMPO

Neste capítulo, pretende-se alcançar o conhecimento a respeito do que seja o espaço social – a natureza de seus elementos, o modo como se relacionam, seus métodos, categorias e instrumentos para analisá-lo – e o modo como se apresenta na cidade e na vida urbana.

Essa análise é pautada em métodos que considerem o espaço como um sistema de objetos e de ações (SANTOS, 1997). Sustenta-se que a apreensão das categorias socioespaciais no tempo propicia a compreensão de como o espaço social foi sendo organizado. Sendo o espaço “[...] um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento” (SANTOS, 1988, p. 26-27), considera-se que o espaço social é caracterizado por forma e conteúdo.

As mudanças morfológicas da configuração espacial do Centro Histórico de Belém (CHB) e, principalmente, dos elementos da paisagem dos três núcleos de estudo pertencentes a esse centro antigo serão mais detalhadas a partir da análise feita com o instrumento da morfologia urbana.

Dessa maneira, para se analisar a configuração espacial do CHB e de seus elementos da paisagem (na terceira parte), faz-se necessário antes o conhecimento do que seja este espaço e sua natureza social. Entende-se que, em qualquer tempo, as transformações ocorridas no espaço social são um resultado da relação indissociável e dialética entre forma e conteúdo. Assim, em tais condições, estudar o espaço urbano (configuração espacial e elementos da paisagem) como parte do espaço social é uma base eficaz para o planejamento e a gestão do solo urbano.

2.1 A teorização do espaço

2.1.1 O Espaço como instância social: o enfoque de Milton Santos

Uma das maneiras de se apreender o movimento e as transformações sociais é através das alterações quantitativas e qualitativas do espaço habitado (SANTOS, 1988). No campo da geografia científica, a interpretação de espaço, isto é, do espaço habitado tal como ele se apresenta, está relacionado a um produto histórico (SANTOS, 1978). A sua gênese, o seu funcionamento e a sua evolução são elementos tão importantes quanto a sua identificação. Como um produto histórico, esse espaço geográfico, a ser explicado e teorizado

[...] é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à idéia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano. (SANTOS, 1978, p. 119).

O esforço de definição do espaço vem desde Platão e Aristóteles (LEFÈBVRE, 2010; FERREIRA, 2009), cobrindo uma variedade de objetos, de dimensões e de significados. Por exemplo, um utensílio doméstico, uma casa, uma cidade, bem como o universo, são espaços (SANTOS, 1978).

No entanto, para a geografia científica e também no caso particular desta tese interessa o espaço humano (ou espaço social) que, como dito anteriormente, é um produto histórico. A definição desse objeto não é tão simples, pois:

[...] quando a nossa curiosidade se transfere para o espaço humano, enormes dificuldades se levantam porque ele é a morada do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho. As formas com que se apresenta e o seu conteúdo são tão variados, que a tarefa de incluir em uma unidade de definição uma tão grande multiplicidade fatural surge como um obstáculo de peso, sobretudo porque, tanto a terminologia cotidiana como a própria conceituação estão carregadas das múltiplas acepções correspondentes aos outros tipos de espaço. Que é, então, o espaço do homem? É o espaço geográfico, pode-se responder. Mas o que é esse espaço geográfico? Sua definição é árdua, porque a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social. (SANTOS, 1978, p. 120).

Para agravar o já tão complicado esforço de definição de espaço humano, Santos (1978), mais uma vez, questiona: há uma única definição dessa categoria espaço? Ou existem duas definições diferentes (e que se completam), em que a primeira é o espaço como categoria universal e permanente e a segunda é o espaço como categoria histórica?

Segundo este mesmo autor, o espaço como categoria universal e permanente é caracterizado por relações não transitórias, isto é, relações permanentes que atravessam tempos e lugares específicos – é o espaço de todos os tempos. Além disso, o espaço como categoria histórica tem diferentes significados, valores, conteúdos e relações, como resultados da dinâmica histórica – é o espaço de cada tempo.

Quando os dois conhecimentos interagem, o do espaço como categoria permanente (leis universais) e o do espaço como categoria histórica (comportamentos históricos ou sociais), o resultado é a elaboração não de uma definição, mas sim de um conceito de espaço:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. (SANTOS, 1978, p. 122).

Assim, o espaço, sendo um produto histórico, é real, um fator social, dinâmico (em permanente evolução), não é passivo, isto é, não é apenas o reflexo da sociedade, mas também intervém no processo histórico. Como produtor e produto simultaneamente, ele adquire, ao mesmo tempo, “[...] uma significação autêntica [...]”, mas “[...] atribui um sentido a outras coisas” (SANTOS, 1978, p. 130).

Como instância social, o espaço humano adquire uma expressão territorial no qual a sociedade exerce relativo poder. Relativo, pois “nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos” como o espaço social (SANTOS, 1978, p. 137). Assim, Santos (1978, p. 131) assinala que:

Não se pode negar a tendência que tem a organização do espaço de fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força. Se examinarmos por exemplo os mapas da distribuição do povoamento durante quatro séculos e meio de história moderna da Venezuela, vemos que as manchas representativas da presença humana no território são repetidas, embora com nuanças. Os caracteres, tanto qualitativa como quantitativamente, conheceram mudanças, como é natural, mas as raízes do povoamento influenciaram o que veio em seguida.

Cada momento de um modo de produção⁷ social cria formas espaciais que perduram mesmo com a mudança para um novo modo de produção. Essas formas representam o espaço construído. Desta forma,

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas. (SANTOS, 1978, p. 138, grifo do autor).

⁷ De acordo com Santos (1978, p. 198) a noção de modo de produção “[...] é responsável pelo valor das formas de toda espécie, inclusive as formas geográficas, em sua sucessão temporal [...]”.

Porém, o que faz com que o espaço (e, que fique claro, a referência é a espaço humano) seja considerado como uma estrutura social com a mesma importância que os outros níveis da sociedade (econômico, jurídico-político e cultural-ideológico)? Em primeiro lugar, deve-se identificar que características definem uma estrutura social, para, em seguida, verificar-se se essas mesmas características também se encontram na estrutura espacial. Santos (1978, p. 144) debruçou-se nessas questões e considera que “[...] não há por que hesitar em incluir o espaço na lista das estruturas sociais”, pois:

[...] o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução. (SANTOS, 1978, p. 145).

Nesse sentido, assim como qualquer outra dimensão da estrutura social, o espaço humano não é um reflexo do modo de produção social a cada momento, e sim sua memória. Materializado em sua forma espacial, tem atributos que o tornam equivalente a outras dimensões sociais, pois o mesmo é também “[...] capaz de agir e de reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre esta como um todo” (SANTOS, 1978, p. 145). Exemplo disso é o fato de, por exemplo, a estrutura econômica ser também subordinada – e não apenas subordinante – ao espaço organizado⁸, pois ela sozinha não produz nada, dependendo dos outros aspectos sociais para se edificar.

Assim, a estrutura espacial é ativa, embora com autonomia relativa. Analisando o espaço organizado – que em um dado momento histórico resulta em uma forma construída – observa-se que as suas formas são o resultado de uma “inércia dinâmica” (ou ativa), em que “[...] são tanto um resultado como uma condição para os processos” (SANTOS, 1978, p. 148).

Essa estrutura espacial age e reage em face das transformações dos conjuntos das relações sociais, sendo permanentemente estimulada pelo movimento da sociedade. Por isso, uma das especificidades do espaço (um papel próprio) como estrutura social vem da durabilidade de suas formas construídas (forma espacial, forma geográfica ou forma material). A durabilidade aqui é utilizada no sentido de a forma espacial possuir uma natureza material, uma rugosidade, que se manifesta não como algo inerte e sim com uma inércia dinâmica.

⁸ O espaço organizado “[...] é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história [...]” (SANTOS, 1978, p. 148).

Pode-se dizer das formas em geral que elas se metamorfoseiam em outras formas quando o conteúdo muda ou quando muda a finalidade que lhes havia dado origem. Com a forma espacial, a questão é diferente. Pode-se adicionar-lhe uma *outra* forma nova, pode-se adaptá-la, ou então impõe-se destruí-la e substituí-la completamente. Mas neste último caso já não será mais a mesma forma. (SANTOS, 1978, p. 149-150, grifo do autor).

O espaço social é que age e reage e não os seus objetos geográficos (forma construída) considerados apenas como existência física. Entretanto, quando esses objetos são apreendidos como existência social, isto é, composto por forma-conteúdo, são “[...] destinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido” (SANTOS, 1997, p. 70). Ademais, o espaço que se define com uma inércia dinâmica, “[...] não é jamais um produto terminado, nem fixado, nem congelado para sempre” (SANTOS, 1978, p. 150). Como forma material, possui um elemento que é fixo no solo: a forma espacial.

Outra especificidade do espaço, segundo Santos (1978, p. 151), que se visualiza principalmente em nossos dias, é a de surgir “[...] como uma mercadoria dotada de indivisibilidade, pois as infraestruturas, por sua própria natureza, não são descontínuas.”

Até aqui, considerou-se o espaço como história – por ser testemunho dos diversos momentos do modo de produção –, mas também como estrutura – organizado em formas, que possibilitam apreender “[...] proporções entre as variáveis que dão como resultado uma situação tal qual ela é e permite falar de sua estrutura atual” (SANTOS, 1978, p. 151).

Tem-se, então, uma estrutura espacial que é um testemunho histórico dos modos de produção estruturados em formas-conteúdo. Nesta situação, este espaço, testemunho histórico das relações sociais, contém ingredientes sociais (relações sociais) e formais (materiais). Logo, o espaço aqui analisado é composto por forma e conteúdo ou, em outras palavras, é composto pelo movimento dialético entre forma e conteúdo visto que “[...] o espaço, a partir das alterações ocorridas na sociedade, responde e interfere nesta por meio de suas próprias alterações” (TRINDADE JÚNIOR, 1996, p. 135). Nessa perspectiva, Santos (1978, p. 152) diz que:

E tais formas, como formas-conteúdo, influenciam o curso da história pois elas participam da dialética global da sociedade. A questão que tantos outros já colocaram explicitadamente ou implicitamente sobre se o espaço é, ao mesmo tempo, um suporte e um fator, agora se começa a dar um começo de resposta.

Nos primeiros tempos da humanidade, à medida que o homem social se tornava consciente dos instrumentos de trabalho, a natureza foi se tornando cada vez mais modificada por seu trabalho, transformando-se em uma natureza socializada. A atividade social que surge a partir dessa ação do homem, isto é, de produção, realiza-se, cada vez mais, por meio tanto da organização social quanto da organização do espaço. O paralelismo entre essas duas organizações deve-se ao fato de que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 1978, p. 161).

Com o tempo, a produção vem a ser indispensável à sobrevivência do homem, implicando tanto seus próprios ritmos e formas de vida quanto “[...] uma utilização disciplinada do tempo e do espaço” (SANTOS, 1978, p. 162). Assim,

Cada atividade tem um lugar próprio no tempo e um lugar próprio no espaço. Essa ordem espaço-temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias à produção. Isso explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção. (SANTOS, 1978, p. 162).

Se o ato de produzir é, igualmente, o ato de produzir espaço, então os objetos produzidos pelo homem não são imóveis ou estáticos, pois, quando se mudam o modo de produzir, as intermediações entre homem e natureza, as técnicas e os instrumentos de trabalho, mudam-se igualmente a produção, a organização, os significados e os valores dos objetos sociais, isto é, muda-se o espaço. Em outras palavras, “quando esse tempo social muda, o espaço muda igualmente” (SANTOS, 1978, p. 163).

Ao mudar o uso social do tempo, muda-se também a organização do espaço, então, isso significa que, “[...] o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço” (SANTOS, 1978, p. 163).

De uma forma simplificada, as alterações das relações entre o homem e a natureza perpassam desde o trabalho em sociedade (cooperação), com consequência no aumento da produção social, que, por sua vez, trouxe consequência na diversificação da produção, gerando a face do comércio no estágio de troca simples e, mais tarde, o comércio especulativo (no qual o produto se torna mercadoria). Em cada um desses momentos, o tempo e o espaço foram sendo organizados de acordo com exigências das novas atividades do trabalho social (SANTOS, 1978).

Os instrumentos de trabalho, que antes eram móveis, tornam-se cada vez mais fixos ao solo e duráveis no decorrer do tempo. Juntando a isso a ampliação da divisão do trabalho à escala mundial, tem-se que o modo de utilizar o espaço social não é mais feito de forma apenas local, mas também mundial, e assim, este mesmo espaço social deve ser explicado e compreendido tanto por variáveis na escala local quanto na escala mundial (SANTOS, 1978).

O espaço, sendo forma-conteúdo, é composto tanto pela natureza modificada (que é o conjunto de objetos naturais e artificiais) quanto pela sociedade. O modo como os elementos (objetos geográficos) dessa natureza construída estão dispostos sobre um território fornece tanto a configuração espacial quanto a paisagem.

A ideia do espaço social como forma-conteúdo permite compreendê-lo como um sistema, em que suas partes estão conectadas, comunicam-se e interferem-se. Esse sistema é composto por um “[...] conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço” (SANTOS, 1997, p. 51). Um não existe sem o outro, um interfere no outro e vice-versa. Santos (1985, p. 33) considera que:

Um sistema pode ser definido como uma sucessão de situações de uma população em um estado de interação permanente, cada situação sendo uma função das situações precedentes [...]. Uma análise de sistemas que leve em conta esta diacronia requer a utilização de dimensões temporais no estudo do espaço, este último sendo considerado como um subproduto do tempo. [...]. Esta é a razão por que devemos levar em conta as estruturas espaço-temporais.

O enfoque do espaço como um sistema “[...] permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente” (SANTOS, 1997, p. 80-81), pois, ao observar-se a permanente relação entre as partes, entende-se a relação sociedade versus objetos como sendo uma constante busca da sociedade de inferir novo valor a objetos com realidades sociais – e não realidade física – os quais já possuem ações sociais concluídas. De acordo com Santos (1997, p. 88), “a dialética se dá entre ações novas e uma ‘velha’ situação, um presente inconcluso querendo realizar-se sobre um presente perfeito.”

A compreensão do espaço como um sistema é uma questão de método. A ideia de sistemas é uma forma de análise para melhor se entender o todo e suas partes, isto é, serve para dar conta da realidade histórica. Faz parte do método considerar o espaço como um sistema:

Os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de

ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. (SANTOS, 1998, p. 90).

A cada instante, a paisagem e a configuração espacial, que são sistemas de objetos, relacionam-se com os sistemas de ações e mudam de função, de significação, isto é, de valor sistêmico (SANTOS, 1997).

As formas do lugar (paisagem e configuração espacial) herdadas do movimento do espaço são depositárias de eventos históricos. Santos (1997) denomina isso de evento; Lefèbvre (2010) chama de momento. Os eventos são veículos da ação presente, são todos novos, finitos, não se repetem, não existem isoladamente, ou seja, são, ao mesmo tempo, sucessivos, concomitantes, superpõem-se e são interdependentes.

Consideremos que o acontecer, isto é, os eventos, são consequência da existência dos homens sobre a Terra, agindo para realizar o Mundo. Onde escrevemos homens, leia-se, também, Estados, empresas, instituições de toda natureza, entidades que são, juntamente com os indivíduos, capazes de ação. (SANTOS, 1997, p. 130).

Ao se estenderem cronologicamente, os eventos materializam o tempo em um determinado lugar, “daí poder-se falar numa ordem de eventos, sua ordem temporal” (SANTOS, 1997, p. 123). Os eventos mudam, transformam e dissolvem a identidade dos objetos, propondo novas características, novos valores. Pode-se dividir, por exemplo, os eventos em naturais (um terremoto) e históricos ou sociais (a chegada de um meio de transporte, uma inovação técnica).

Assim como os objetos geográficos e as relações sociais, os eventos “[...] não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos [...]” (SANTOS, 1997, p. 119), de forma que toda alteração em um elemento influencia os demais.

Nos dias de hoje, a ciência, a tecnologia e a informação estão cada vez mais presentes no espaço humano. Os lugares, que antes se caracterizavam por serem meio natural e, mais tarde, meio técnico, caracterizam-se, atualmente, por serem meio técnico-científico-informacional. Sendo assim, o espaço é atualmente um conjunto indissociável de sistemas de objetos, cada vez mais artificiais, e de sistemas de ações igualmente artificiais.

Além disso, apresenta-se, também, com racionalidade e intencionalidade de acordo com interesses sociais hegemônicos: a busca incessante de lucro, a fluidez e a eliminação de obstáculos para o capital hegemônico. Essa nova ordem mundial de dominação faz parte do

processo de globalização, de forma que os lugares globalizados correm o risco de serem falsificados, corrompidos, desequilibrados, destruídos (SANTOS, 1998, p. 55).

A dinâmica dos espaços da globalização supõe adaptação permanente das formas e das normas. As formas geográficas, isto é, objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, só autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e aplicação de normas jurídicas, financeiras e outras, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diversos níveis geográficos e políticos, mas, dada a competitividade mundial, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as outras.

O processo de globalização impõe novos sistemas de ações a velhos sistemas de objetos. Quanto mais o espaço social se torna mundializado, mais os lugares se tornam únicos, pois “cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo (no que ele é, mas também naquilo que ele não é), já que todos os lugares são suscetíveis de intercomunicação” (SANTOS, 1998, p. 43).

Uma das maneiras de se apreender qualquer lugar do mundo, que é uma pequena fração do espaço social, é tendo como principal referência categorias analíticas que, ao interpretar uma parte do mundo, levam em consideração aspectos mundiais. Levar em consideração as categorias socioespaciais compostas por estrutura, processo, função e forma é uma maneira de apreender o espaço social sem deixar de lado o todo e suas partes.

As variáveis existentes em cada lugar, ao serem analisadas sob o prisma dessas categorias socioespaciais, consideram que os valores das variáveis não são absolutos, e sim relativos, pois esses mesmos valores advêm da relação de sistemas de objetos e de ações, de forma que o valor de cada variável só existe em relação aos valores das demais variáveis presentes no sistema.

Assim, pode-se dizer que a apreensão do Centro Histórico de Belém deverá partir do entendimento do que seja esse espaço social. Ademais, deverão ser observados os valores relativos das diversas variáveis existentes nesse lugar.

2.1.2 Produção social do espaço: o enfoque de Henri Lefèbvre

De um modo geral, em cada período histórico, as cidades possuem valores que se assemelham, mas também que as distinguem: a realidade social e política valoriza diferentemente riquezas, conhecimentos e técnicas. No entanto, a busca cada vez maior por lucros, em qualquer lugar do planeta, contribui para que a produção de produtos substitua “[...] a produção de obras e de relações sociais ligadas a essas obras, notadamente na cidade” (LEFÈBVRE, 2010, p. 13). Para Lefèbvre (2010), a cidade como obra tem *valor de uso* (fruição, beleza, fascínio dos locais de encontro) e como produto tem *valor de troca*. Essa noção faz com que este autor argumente que:

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (LEFÈBVRE, 2010, p. 14, grifo do autor).

O processo de industrialização pressupõe uma ruptura entre a indústria nascente e as estruturas históricas. Por ser um processo dialético, a realidade urbana das cidades antigas (pré-industriais, pré-capitalistas) não é simplesmente rompida, mas sim apoderada pela realidade industrial. No caso específico do Brasil, os seus núcleos urbanos antigos, quando “revitalizados”, sofrem intervenções pontuais com vista à estética e ao consumo turístico.

A apreensão do tecido urbano das cidades (constituída por malhas urbanas antigas e recentes) para Lefèbvre (2010), assim como para Santos, não se restringe à sua morfologia urbana, pois “ele é o suporte de um ‘modo de viver’ mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*” (LEFÈBVRE, 2010, p. 19, grifo do autor).

Em meio a um modo de viver cada vez mais distinto de tempos passados, os antigos núcleos urbanos não desapareceram, e sim tentam resistir às transformações advindas de um novo modo de viver, continuando a ter intensa vida urbana. No entanto, são principalmente as suas qualidades estéticas que desempenham um papel fundamental para sua manutenção.

Desse modo, esses centros antigos, compostos por obras (monumentos, sede de instituições e espaços apropriados para diversões) só continuam a ter um valor de uso em decorrência de serem produtos de consumo, adquirindo assim um valor de troca que prevalece sobre o valor de uso. Neste sentido, Lefèbvre (2010, p. 20) diz que:

[...] o núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo

na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas.

A especificidade da cidade “[...] sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto [...]” (LEFÈBVRE, 2010, p. 51), de maneira que as transformações da cidade ocorrem quando muda a sociedade. Para este autor, a cidade é um objeto – não como um objeto domável tal como um papel – que não pode ser separado do que ela contém e nem do que a contém e, além disso, não é um sistema completo, mas um subsistema e, desta maneira, não é a totalidade, e sim parte dela.

A cidade como obra social “[...] de certos ‘agentes’ históricos e sociais [...]” (LEFÈBVRE, 2010, p. 54) só existe a partir da relação entre ações sociais sucessivas e materialidade. Sendo assim, qualquer análise que tenha como base a cidade não pode separar a morfologia material da morfologia social. As relações sociais, por não flutuarem no ar, precisam ligar-se aos objetos para não serem condenadas a perecerem como simples possibilidades.

Os atos ou acontecimentos, do passado e atuais, que contribuem para a produção da realidade urbana devem ser apreendidos em suas diferenças e não por meio de operações redutoras. Dessa maneira, uma análise que fuja de esquemas simplificadores perceberá, por exemplo, como processos globais (sociais, culturais, políticos, econômicos) e relações diretas, pessoais e interpessoais (família, vizinhança, profissões, corporações) contribuem para produzir o espaço urbano, a cidade.

A partir dessas interações complexas, introduzidas pela sociedade, a realidade urbana é constantemente transformada para abrigar as inovações no modo de viver (da vida cotidiana). Disso resulta que muitas cidades que pertenciam a períodos passados, como as cidades medievais, não desapareceram, mas transformaram-se, dissolveram-se em meio a um movimento dialético, para abrigar novas funções, novos processos, novas estruturas e novas formas.

Assim, “no curso do desenvolvimento, formas transformam-se em *funções* e entram em estruturas que as retomam e as transformam” (LEFÈBVRE, 2010, p. 60, grifo do autor). Em meio ao movimento histórico, a metamorfose da cidade e de sua realidade urbana está vinculada a processos, formas, estruturas e funções que “[...] agiram umas sobre as outras e se modificaram, movimento este que o pensamento pode hoje reconstruir e dominar” (LEFÈBVRE, 2010, p. 60) e, portanto, deve ser apreendida a partir do contexto histórico em que a cidade está inserida.

Por não ser um resultado dela mesma, a cidade não pode ser considerada como um sistema fechado, pois existem atos, ações e agentes que influenciam em sua realidade urbana, de maneira que os símbolos presentes nela são representativos desses atos, ações e agentes (LEFÈBVRE, 2010). Portanto,

[...] a cidade não pode ser concebida como *um* sistema significante, determinado e fechado enquanto sistema. A consideração dos *níveis* da realidade proíbe aqui como em outros casos, essa sistematização. Todavia, a Cidade teve a singular capacidade de se *apoderar* de todas as significações a fim de dizê-las, a fim de escrevê-las (estipulá-las e ‘significá-las’), inclusive as significações oriundas do campo, da vida imediata, da religião e da ideologia política. Nas cidades, os monumentos e as festas tiveram estes *sentidos*. (LEFÈBVRE, 2010, p. 61-62, grifo do autor).

Lefèbvre (2010) propõe algumas definições para esta obra complexa que é a cidade, mas aponta que em todas elas existem lacunas. Além disso, deixa claro que cada uma dessas definições deve evidenciar o papel histórico da obra, visto que, cada vez mais, as cidades modernas ou modernizadas não devem ser entendidas como “[...] um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano [realidade social constituída por relações sociais] intervém como tal na produção (nos *meios* de produção).” (LEFÈBVRE, 2010, p. 63, grifo do autor)

De acordo com as considerações anteriores, Lefèbvre (2010, p. 65) observa que as análises da cidade e do urbano devem ter como base “[...] todos os instrumentos metodológicos: forma, função, estrutura – níveis, dimensões – texto, contexto – campo e conjunto, escrita e leitura, sistema, significante e significado, metalinguagem, instituições etc.”. Todavia, as definições desses termos assumem diversos significados.

Atualmente e, cada vez mais, as cidades são objetos com valores de troca, de compra, de venda, isto é, de consumo (LEFÈBVRE, 2010, p. 37). Hoje, a ideologia da sociedade (a partir da industrialização) considera a cidade e seus significados como um valor de troca. Nesta perspectiva, ainda de acordo com Lefèbvre (2010), atualmente, esta relação entre filosofia e cidade está longe de alcançar sua realização.

Os problemas vinculados à cidade moderna e à realidade urbana são mundiais. A sociedade que vivencia esta cidade não parece ser capaz de gerar soluções para a problemática urbana e, quando o fazem, é “[...] através de pequenas medidas técnicas que prolongam o estado atual das coisas” (LEFÈBVRE, 2010, p. 80).

Está claro que muitos desses problemas urbanos estão vinculados direta ou indiretamente ao processo de industrialização. No entanto, entende-se que qualquer apreensão ou solução para os fenômenos urbanos, decorrentes das cidades industriais e de sua expansão, só podem acontecer a partir do entendimento de que estas mesmas cidades industriais, e todas as outras que surgiram delas, desenvolveram-se nas cidades tradicionais, que ainda perduram. Em outras palavras, para se fornecer soluções aos problemas urbanos da cidade atual, faz-se necessário perceber estes mesmos fenômenos em sua amplitude de relações sociais. Neste sentido, Lefèbvre (2010, p. 81, grifo do autor) considera que:

A dificuldade maior, teórica e prática, vem de que a urbanização da sociedade industrializada não acontece sem a explosão daquilo que ainda chamamos de “cidade”. Com a sociedade urbana se constituindo sobre as ruínas da cidade, como apreender os fenômenos em toda sua extensão, em suas múltiplas contradições? É aí que está o *ponto crítico*.

Para este autor, a realidade urbana nascida da era industrial, carregada de racionalidade e intencionalidade, ataca e corrói a cidade, até ao ponto de a mesma perder suas características e seus traços como obra. Lefèbvre (2010, p. 82) considera que “atualmente, a racionalidade passa (ou parece passar, ou pretende passar) longe da cidade, acima dela [...]. Ela recusa a cidade como momento, como elemento, como condição; só a admite como instrumento e dispositivo.”

As ações estratégicas – de desvalorizar, degradar e destruir a realidade urbana – dos processos em curso, vinculadas à racionalidade (estatal, burocrática, econômica), dissolve as antigas formas da cidade tradicional e as qualidades de seus lugares. Lefèbvre (2010), indo mais além em sua meditação sobre a produção social do espaço, considera que esse processo inevitável de desvalorização intensifica

[...] o sarcasmo, a miséria mental e social, a pobreza da vida cotidiana a partir do momento em que nada tomou o lugar dos símbolos, das apropriações, dos estilos, dos monumentos, dos tempos e ritmos, dos espaços qualificados e diferentes da cidade tradicional. (LEFÈBVRE, 2010, p. 83).

Em meio a essas intencionalidades que sobrecuem na cidade abalada, as relações sociais, em um movimento dialético, vão-se tornando cada vez mais intensas, complexas, múltiplas, mas também segregadas. De um lado, encontram-se os interesses econômicos, políticos e produtivista e, do outro, os habitantes da cidade. As exigências como valor de troca

da cidade não abafam o desejo e a necessidade do uso (como valor de uso) de seus lugares e monumentos.

Qual seria então o papel do poder público em meio a interesses múltiplos? Teoricamente, deveria ser o de colocar em “[...] primeiro plano a problemática do urbano, a intensificação da vida urbana, a realização efetiva da sociedade urbana (isto é, de sua base morfológica, material, prático-sensível)” (LEFÈBVRE, 2010, p. 88).

Tanto a visão analítica da cidade como os próprios indivíduos sociais separam o ser pensante da sua existência (da sua materialidade). Então, como apreender a cidade e as relações sociais que nela se materializam sem levar em consideração que o conteúdo não existe sem a forma e a forma não existe sem o conteúdo?

Eis uma vida cotidiana bem decupada em fragmentos: trabalho, transporte, vida privada, lazeres. A separação analítica os isolou como ingredientes e elementos químicos, como matérias brutas [...]. Ainda não acabou. Eis o ser humano desmembrado, dissociado. Eis os sentidos, o olfato, o paladar, a visão, o tato, a audição, uns atrofiados, outros hipertrofiados. Eis, funcionando separadamente, a percepção, a inteligência, a razão. [...]. Eis a cotidianidade e a festa, esta última moribunda. Com toda certeza, e com a máxima urgência, é impossível continuar nessa situação. A *síntese*, portanto, se inscreve na ordem do dia, na ordem do século. (LEFÈBVRE, 2010, p. 101, grifo do autor).

Lefèbvre (2010) explicita que a síntese não é a combinação dos elementos dispersos, soltos, pois uma combinação jamais poderá ser chamada de síntese. Da mesma maneira, para apreender a cidade, faz-se necessário muito mais que a combinação de seus elementos, pois a mesma não é apenas materialidade, mas uma prática social conflitante e integrativa.

No entanto, em meio às questões relativas às contradições – entre total-parcial, análise-síntese e até mesmo entre a ação social de construção na cidade de formas segregadas (tais como os guetos e, mais recentemente os condomínios) e a busca pela integração social – percebe-se que a sociedade subsiste e funciona.

Em meio a inúmeras contradições e relações dialéticas, o ser humano tem necessidades individuais, sociais ou antropológicas (de isolamento e de encontro, de segurança e de abertura, de certeza e de aventura, de organização do trabalho e de jogo, etc.), necessidades específicas (de obra, de atividade criadora, de simbolismo, de informação, de imaginário, etc.), necessidades urbanas específicas (de lugares com qualidade, lugares de encontro e até mesmo de um tempo), (LEFÈBVRE, 2010).

Como dito anteriormente, nem o poder público, nem as empresas e nem ninguém (e nem os filósofos) têm a habilidade de objetivar uma síntese da cidade e, com isso, de apreender a cidade em sua totalidade. Pretender reunir, de maneira simultânea e contraditória, o que se encontra cada vez mais disperso, separado e dissociado é algo impossível para uma sociedade segregada (LEFÈBVRE, 2010).

Sem síntese o ser humano não tem nem como cogitar sequer um pensamento teórico que vislumbre o direito à realização de uma sociedade, de uma cidade, de um urbano, de uma realidade e de possibilidades que têm por finalidade as necessidades sociais. Atualmente, o que se tem como indicador de existências são porções da realidade social, mas a combinação das partes não nos dá a totalidade social. Esta capacidade de síntese para Lefèbvre (2010, p. 122) “[...] pertence a forças políticas que são, na realidade, forças sociais (classes, frações de classes, agrupamentos ou alianças de classes).”

Uma sociedade segregada, fragmentada com pouca, ou quase nada, de capacidade de síntese, que age como consumidora da cidade e não como parte da própria cidade, é facilmente manobrada, deslocada e manipulada. Por outro lado, Lefèbvre (2010, p. 109) considera que os pensadores da cidade, do urbano e da vida social em suas mais distintas formas, “[...] podem propor, tentar, preparar formas. E também (e sobretudo) podem inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência.”

Segundo Lefèbvre (2010, p. 106-107), as ciências que estudam a cidade necessitam melhor conhecer este objeto (a cidade) levando em consideração que “o passado, o presente, o possível não se separam.” Assim, é necessária a busca de novas démarches e instrumentos intelectuais tanto para pensá-lo (este objeto que é a cidade) quanto para continuar a criá-lo, não como produto, mas como obra⁹.

O modo como se encontra a sociedade urbana, desfragmentada, faz Lefèbvre (2010, p. 125) considerar, em princípio, não a busca de uma síntese efetiva, mas de uma convergência de conhecimentos, de atos, de ações, de agentes sociais relacionados aos diversos aspectos da produção social, da produção da cidade e da sociedade urbana “[...] a fim de tender para a apreensão do concreto – do drama urbano [...]”. Em outras palavras, trata-se de uma mudança de prática social, de maneira que “[...] a realidade urbana esteja destinada aos ‘usuários’ e não

⁹ Quanto mais as questões da cidade forem reduzidas, por exemplo, às formas e aos usos do solo, mais contribuimos para que esta cidade se torne um produto. No entanto, quanto mais considerarmos as questões da cidade relacionadas a questões sociais, mais contribuimos para que esta cidade seja apreciada e valorizada por sua população (LEFÈBVRE, 2004, 2010).

aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos [...]” (LEFÈBVRE, 2010, p. 127).

Uma dessas mudanças de prática social consistiria em permitir a coexistência de tempos, ritmos e espaços urbanos em uma mesma cidade. Seria o caso de restituir ao núcleo urbano antigo o seu uso, como valor de uso, e não como um objeto consumível constituinte de um valor de troca.

A orientação aqui considerada não consiste em suprimir as diferenças históricas já constituídas e instituídas, os espaços qualificados. Pelo contrário: esses espaços já complexos podem ser articulados, acentuando-se diferenças e contrastes, impulsionando na direção da qualidade que implica e sobredetermina as quantidades. (LEFÈBVRE, 2010, p. 132).

2.2 Instrumentos de análise do espaço social

Acredita-se que as teorias expostas acima forneçam não só um campo epistemológico, mas também instrumentos de análise para a realidade social. Com o intuito de se evitar conhecer e compreender apenas um dos diversos aspectos de um mesmo objeto de estudo, optou-se por utilizar não só categorias socioespaciais mas também estudos morfológicos como instrumentos analíticos fundamentais para a apreensão desse espaço social.

Tanto as categorias socioespaciais quanto os estudos morfológicos são valiosos instrumentos de análise do espaço construído, pois são considerados, aqui nesta pesquisa, como instrumentos orientadores para planos e projetos de preservação e/ou intervenções em espaços sociais, tais como em lugares históricos.

2.2.1 As categorias socioespaciais estrutura, processo, forma e função

Esta pesquisa considera as categorias socioespaciais como importantes instrumentos para auxiliar a gestão da configuração espacial urbana, tal como o centro histórico, pois, como visto no subitem 2.1, a formação social dos espaços históricos, assim como de qualquer outro espaço humano, é condicionada a cada período pela herança histórica, pelos fatores extralocais e por seu próprio espaço físico. E, a cada momento, as categorias socioespaciais são elementos sempre presentes no espaço social desde a sua formação (SANTOS, 1978).

É indispensável dizer que as mudanças de significados e/ou de valores no correr do tempo das categorias socioespaciais são importantes elementos de conhecimento quando se trata de interpretar a produção do espaço social. Neste caso, estamos seguindo a sugestão de Santos (1978, p. 111) de que “[...] as categorias mudam de significação com a história, mas elas também são uma base permanente e portanto um guia permanente para a teorização.”

De acordo com o subitem 2.1.1, o espaço urbano é dotado de formas materiais não estáticas e também indivisíveis. E, por isso, não deve ser analisado desprovido de suas relações sociais. Portanto, a análise de um espaço urbano não deve ser feita apenas apoiada em suas formas materiais, mas relacionada com a dinâmica social, tendo como base as categorias de análise como forma, função, estrutura e processo. Tais categorias, aplicadas ao espaço urbano, consideram-no como forma e conteúdo.

[...] dentro do espaço urbano total, não se pode avaliar isoladamente uma rua asfaltada, uma outra encascalhada e uma outra artéria inteiramente desprovida de obras públicas. Todas são, lá onde elas se encontram, uma manifestação local, mas íntegra, do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade; e esta, a sociedade total, constitui o seu único padrão de avaliação e de valor. (SANTOS, 1978, p. 151).

De um modo geral, as categorias fundamentais para se estudar o espaço social são o “ser” (sociedade total) e o tempo (processos). Nesse particular, em meio ao acontecer social (processos), as categorias de função e forma são a existência materializada, enquanto as estruturas correspondem às instâncias sociais – da qual a totalidade espacial faz parte, assim como, por exemplo, os lugares, as áreas, os subespaços e as regiões (BRAUDEL, 2009, p. 49, grifo do autor):

Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações [...].”

O método de análise desse espaço – composto por um conjunto de objetos geográficos e por relações sociais – consiste em considerá-lo como uma totalidade com “[...] a possibilidade de dividi-lo em partes” (SANTOS, 1985, p. 5). Segundo Santos (1985, p. 3), este espaço:

[...] somente pode ser apreendido se separarmos, analiticamente, o que parece como caracteristicamente formal do seu conteúdo social, este devendo ser objeto de *uma classificação a mais rigorosa possível*, que permita levar em conta a multiplicidade de combinações. Quanto mais acurada essa classificação, mais fecundas serão a análise e a síntese. (SANTOS, 1985, p. 3, grifo do autor).

Assim, uma das diversas possibilidades de se analisar o espaço é levando em consideração os elementos (ou variáveis) do espaço (homens, firmas, instituições, meio ambiente). A inter-relação destes elementos, materializada no espaço social atual, está cada vez mais conectada, resultando em lugares mundializados. Por exemplo, um determinado lugar, por mais distante que esteja no globo terrestre, sofre influências, econômicas, sociais e políticas, tanto externas quanto internas.

Em se tratando de espaços urbanos resultantes de ações internas e externas, a análise dos espaços sociais deve ser feita com base em categorias que levem em consideração tanto as formas existentes e suas funções quanto as estruturas e os processos que estão por de trás da permanência, modificação e/ou destruição das formas e funções pertencentes a esse espaço.

Tanto quanto os elementos do espaço, as categorias de análise equivalem individualmente a um conceito em que “[...] a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo” (SANTOS, 1985, p. 9). Ademais, qualquer lugar contribui para que cada elemento do espaço possua um valor singular.

[...] cada lugar sendo uma combinação de variáveis de idades diferentes: cada lugar é marcado por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual uma estrutura técnica própria, específica, e uma estrutura de capital própria, específica, às quais corresponde uma estrutura própria, específica, do trabalho. [...]. Em cada lugar, as variáveis A, B e C... não têm a mesma posição no aparente contínuo, porque elas são marcadas por qualidades diversas. Isso resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico – daí as diferenças entre lugares. (SANTOS, 1985, p. 12-13).

Em cada lugar, a presença e a combinação de distintas variáveis seguem uma organização que pode funcionar em escala local ou em diferentes escalas. Santos (1985, p. 13) define a organização “[...] como o conjunto de normas que regem as relações de cada variável com as demais, dentro e fora de uma área.”. E, segundo este mesmo autor, o papel da

organização é de prolongar a permanência de uma determinada função, de maneira a lhe proporcionar certa continuidade e regularidade.

Desse modo, a apreensão de um espaço deve levar em consideração tanto os diversos elementos do mesmo quanto a relação entre eles, pois, se for analisado apenas o conjunto de objetos naturais, geográficos ou artificiais, corre-se o risco de se obter um falso conhecimento, pois a noção das variáveis, isoladas das diversas relações, é vazia de significado (SANTOS, 1985; LEFÈBVRE, 2010). Com tal relação, entre as variáveis ou dentro da sua própria estrutura, “[...] não se pode perder de vista o conjunto, o contexto. As ações entre as diversas variáveis estão subordinadas ao todo e aos seus movimentos” (SANTOS, 1985, p. 15).

Então, esta pesquisa, que visa a analisar a configuração espacial a partir da gestão dos elementos da paisagem de uma porção urbana específica do CHB, adota as categorias estrutura, processo, função e forma para apreender os valores e/ou os significados dessa configuração espacial em diversos períodos históricos, pois a existência e a continuidade, por exemplo, dos elementos da paisagem, característicos de um espaço social, vão além de sua forma física: “[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura” (SANTOS, 1985, p. 49).

Para a análise das transformações das formas físicas, faz-se necessário definir as categorias analíticas do espaço social. As estruturas são de toda ordem (cultural-ideológica, econômica, político-institucional e espacial) e suas inter-relações (do todo com as diversas partes) caracterizam os diversos períodos históricos. Pode-se dizer, portanto, que a estrutura é o contexto socioeconômico (SANTOS, 1985, 1997; TRINDADE JÚNIOR, 1996).

Os processos são originários das estruturas, caracterizam-se por serem ações contínuas, dialéticas, que resultam em modificação ou continuidade no decorrer do tempo de um objeto, concedendo valores e/ou significados à função e à forma (SANTOS, 1985, 1988; TRINDADE JÚNIOR, 1996).

Pode-se dizer que a função é uma finalidade e/ou atividade desempenhada, por exemplo, pela forma, por uma pessoa ou instituição e que só se corporificam através das formas (SANTOS, 1985; TRINDADE JÚNIOR, 1996). Quanto à forma espacial, materializada no território, por não ser vazia de conteúdo, é de ordem jurídico-política, ideológica e econômica. Por conter fragmentos do social, está em contínua mudança de

significado e/ou valor. Estas mesmas formas são subordinadas pelo presente, mas contêm aspectos do passado que lhe dão identidades (LEFÈBVRE, 2010; SANTOS, 1985).

[...] convém apreender o movimento inerente e dissimulado da relação entre a forma e o conteúdo. Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise é sempre uma *unidade* entre a forma e o conteúdo. (LEFÈBVRE, 2010, p. 91, grifo do autor).

Lefèbvre (2004, 2010) considera que cada vez mais é indispensável que a sociedade busque novas formas de *démarches*. E, dentre as intelectualmente necessárias, estão as categorias de forma, função e estrutura. No entanto, para este mesmo autor, essas categorias só servem como instrumentos intelectuais para a análise da cidade se forem apreendidas em conjunto e não de maneira dissociada (em um fechado sistema de significação: formalismo, funcionalismo e estruturalismo).

Diferentemente do geógrafo Milton Santos, o filósofo Henri Lefèbvre não menciona o processo como parte desses instrumentos intelectuais. No entanto, para este filósofo, a cidade só poderá ser pensada em sua totalidade, levando em consideração os diversos tempos da cidade, isto é, os seus processos (LEFÈBVRE, 1974, 2010).

Assim como para Santos (1978, 1985, 1988, 1997, 1998), Lefèbvre (1974, 2004, 2010) também considera que os elementos das estruturas, funções e formas, trabalhados em conjunto, “[...] formam um todo, mas que os elementos desse todo têm uma certa independência e uma autonomia relativa [...]” (LEFÈBVRE, 2010, p. 110) e que, por isso, em uma análise do espaço social não se deve privilegiar nenhum desses elementos isoladamente.

É através do estudo de suas inter-relações que se pode apreender o espaço que foi moldado por estas interações no decorrer do tempo. Assim, os termos forma, função, estrutura e processo:

[...] tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1985, p. 52).

E mais, a análise em conjunto dessas categorias representam a apreensão do movimento dialético da totalidade (formação econômico-social) mais próxima da realidade.

Quando se estuda a organização espacial, estes conceitos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o

homem faz do espaço sofrem mudanças. A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial. (SANTOS, 1985, p. 53).

Diante desse quadro, para que qualquer análise do espaço social obtenha resultado mais próximos à realidade, é importante que se leve em consideração as categorias anteriormente referenciadas.

2.2.2 Os elementos morfológicos

Sendo o espaço “[...] um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas [...]” (SANTOS, 1978, p. 122), que se estrutura como testemunho de processos do passado e do presente, então se pode dizer também que o espaço construído é um testemunho concreto do modo de produção que se manifesta localmente.

Em centros históricos, esse espaço social passa a ser a cristalização da memória social do modo de produção. Assim, o espaço construído é uma forma espacial, às vezes durável, outras não, que é representado pela configuração espacial e expresso visivelmente pelos seus elementos da paisagem, tais como as vias, os quarteirões, os lotes, as edificações e as praças.

Existem diversos instrumentos de leitura para se conhecer os objetos e suas formas, tais como o visual, o social, os urbanísticos e os arquitetônicos. Estes e outros instrumentos interessam à morfologia urbana. Cada instrumento utilizado para apreender o objeto e sua forma implica um determinado tipo de conhecimento sobre ele.

Segundo Kropf (1993, p. 212), “o estudo da morfologia urbana está ligado com a descrição e explicação da forma, desenvolvimento e diversidade das áreas urbanas”. Para Del Rio (1990), a morfologia urbana deve ser vista como uma análise da produção e da mutação da forma urbana no decorrer do tempo, sem deixar de lado os processos sociais que originam o espaço urbano. Segundo o mesmo autor, essa categoria de análise do meio urbano pode ter surgido no primeiro quartel do século XIX, primeiramente com geógrafos alemães (tal como Cozen) e franceses e, depois, com os ingleses.

Para Lamas (2000), a morfologia urbana estuda essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano, definindo e explicando sua paisagem e sua estrutura, ou seja, é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores (elementos morfológicos ou elementos da paisagem), na sua produção e na transformação ao longo do tempo.

Analisar uma cidade é, para Panerai (2006), antes de mais nada, reconhecer as diferenças dessa forma urbana, que vai sendo transformada por seus habitantes. Por exemplo:

[...] traçados que se adicionam, se superpõem, entram em conflito, se interrompem e ressurgem, a massa edificada renova-se e estende-se à medida de uma lenta densificação que procede por crescimento interno, verticalização, parcelamento de parques e ocupação de caminhos. (PANERAI, 2006, p. 11).

E segue adiante dizendo que “conhecer a forma das cidades e reconstituir sua história é também orientar uma maneira de projetar” (PANERAI, 2006, p. 12). Acrescenta também que a morfologia urbana é uma entre os diversos instrumentos que analisam o tecido urbano. A partir da década de 1960, a análise morfológica veio como uma reação à Arquitetura e ao Urbanismo Moderno.

A morfologia urbana surgiu a partir de um questionamento das atitudes modernistas em relação às cidades históricas e às relações sociais que as regem [...] (DEL RIO, 1990, p. 71).

A aplicação desse instrumento no campo da Arquitetura e do Urbanismo surgiu na Itália, na década de 1950, com os trabalhos em análises tipológicas¹⁰ feitas pelo urbanista italiano Muratori (1959). O urbanista em referência registrava tipologias, analisando o “processo evolutivo e as mudanças ocorridas no tecido urbano de Veneza” (DEL RIO, 1990, p. 71). Cabe citar Kropf (1993), ao buscar-se uma melhor compreensão da vantagem da análise de morfologia urbana:

Existem várias vantagens para pesquisa morfológica. Primeiro, as formas do ambiente construído são mais familiares e prontamente descritas do que processos e estados energéticos. Formas são objetos reconhecíveis do ambiente construído. Segundo, a forma física é o que experimentamos mais diretamente em um dado tempo e com mais facilidade. (KROPF, 1993, p. 215).

O seu campo de estudo se faz no sítio urbano, em que se localizam variáveis de natureza material – representados, por exemplo, por elementos da paisagem – e imaterial. Do ponto de vista da preservação, o sítio urbano:

¹⁰ Os estudos tipológicos têm como objetivos classificar as formas existentes por tipos, como, por exemplo, tipos de vias, de quarteirões, lotes etc., considerando-os como traços que dão identidade aos lugares analisados.

[...] compõem uma categoria de bem cultural bastante complexa, não apenas pelas dimensões físicas dos mesmos, nem pela diversidade de paisagem que os individualiza, nem tampouco por sua composição interna geralmente heterogênea. Como categoria de bem cultural, os sítios urbanos são complexos, antes de mais nada, porque abrigam patrimônio de natureza tanto material quanto imaterial em escala ímpar de possibilidades, pela concentração social que os caracteriza e permite o amplo e rico espectro de práticas culturais que, se resguardadas, formam a memória dos povos. (BRASIL, 2000, p. 7).

O espaço urbano não é uma entidade que está separada do ambiente natural (socializado), pois ele é, ao mesmo tempo, um conjunto de elementos em que partes do ambiente natural pertencem ao ambiente construído e vice-versa.

Os elementos da paisagem dos sítios urbanos, que são produtos da dinâmica social, são constituídos, como dito, por vias, quarteirões, lotes, edificações e praças, e, constantemente, são utilizados e transformados no decorrer do tempo (MOUDON, 1986). Esses mesmos elementos da paisagem, também denominados de elementos morfológicos, caracterizam-se por estarem em permanente transformação e construção. Kropf (1993) faz a distinção entre continuidade e mudança, em que a:

Continuidade pode ocorrer através de inércia ou troca física. Inércia refere-se à estabilidade sobre o tempo do material físico e à organização de uma forma. Troca refere-se à estabilidade de uma forma sobre o tempo em termos de organização com uma mudança de partes constituintes. A mudança pode ocorrer pela adição, subtração ou deformação. Adição e subtração referem-se a um aumento ou diminuição no número de partes de uma forma que de outra maneira se mantêm imutáveis. Substituição é uma forma de mudança que é uma combinação de subtração e adição. (KROPF, 1993, p. 217).

Em meio à realidade social, por exemplo, de uma cidade, podem ser detectados períodos históricos – denominados também de períodos morfológicos – caracterizados por um tipo ou combinação de tipos de continuidade ou mudança na forma urbana (KROPF, 1993). Para Whitehand (1981), entende-se por período morfológico uma etapa da história social e cultural que resulta em formas materiais distintas.

A continuidade e a mudança são características pertinentes da estrutura, do processo, da forma e da função de um espaço social. Ademais, como observado no item 2.1 deste capítulo, apreender o movimento histórico de uma cidade é geralmente observar estruturas, processos, funções e formas em contínua relação. Para a morfologia urbana, apreender a

cidade, no decorrer do tempo, é assimilar a sua configuração espacial, em vários períodos históricos, em meio a relações de continuidade e/ou mudança.

Já que a morfologia urbana contribui para a identificação e caracterização de uma forma física, por exemplo, de uma cidade, ou parte dela, em meio a aspectos sociais, entende-se que este instrumento de análise deve ser trabalhado a partir de uma concepção histórica da cidade, pois, assim como as pessoas, o sítio urbano sofre modificações em sua forma física. De outra maneira, pode-se dizer que os aspectos sociais são condicionantes dos sítios urbanos e que, por isso, estes últimos tornam-se historicamente definidos e implicam transformações. Assim, “[...] não se trata de um objeto (estático), mas de uma entidade que se define, necessariamente, por sua capacidade de mudança” (BRASIL, 2000, p. 7). Dito de outra forma:

para explicar e entender a forma e o processo de formação de uma cidade é necessário examinar a relação entre humanos e a cidade: a forma na qual humanos a construíram, as intenções humanas, atividades, métodos, leis e ideias que contribuíram para a construção da cidade. Igualmente, é necessário examinar as relações entre o ambiente e a cidade, para identificar as condições e limites impostos pelo ambiente físico na, e da qual, a cidade foi construída. (KROPF, 1993, p. 218).

As categorias de análise urbana selecionadas nesta tese abordam elementos morfológicos ou elementos da paisagem, tais como rede de vias, quarteirão, lote, edificação e praça, que são alguns dos condicionantes da paisagem urbana, de modo que, ao se relacionarem entre si e com outros, contribuem para uma paisagem urbana que tem como características morfológicas tipos de vias, tipos de praças, tipos de edificações etc., fornecendo traços fisionômicos ao lugar.

Esses elementos, articulados entre si e com outros campos diversos (econômico, sociológico, geográfico, histórico), definem os lugares que constituem o espaço urbano construído. No caso específico do Centro Histórico de Belém, entende-se que os elementos morfológicos relacionados entre si contribuem para definir a paisagem dos núcleos de estudo (da Sé, do Carmo e das Mercês).

A análise das modificações (por exemplo, reabilitação de um casario, inserção de novo uso, revitalização do espaço público etc.) da cidade devem começar a partir do estudo do início da sua formação e da mutação dos elementos da paisagem no tempo e no espaço.

Os sítios urbanos considerados de interesse à preservação abrigam patrimônio tanto material (por exemplo, os elementos da paisagem) quanto imaterial (por exemplo, uma festa religiosa), o que os caracteriza como a memória de uma sociedade.

Existem diversas escolas de pensamento que trabalham e conceituam a paisagem construída de maneiras diferentes. As principais escolas de morfologia urbana são a Conzeniana, Muratoriana e a de Versailles, que tem como principais componentes Philippe Panerai, Jean Castex e Jean-Charles DePaule. Essas escolas surgiram como uma reação ao pensamento modernista e cada uma delas teve intenções distintas na construção de suas teorias. No entanto, todas possuem um ponto em comum: o de que a cidade pode ser analisada através de sua forma física.

Para o arquiteto italiano Muratori (1959), a tipomorfologia resulta em um registro de ações produzidas sobre um determinado tempo e sobre um determinado território geográfico. Já para Moudon (1986), revela a estrutura espacial da forma física (morfologia) a partir da identificação de dados característicos (tipo), considerando todas as escalas da paisagem construída, de seus edifícios e de seus espaços abertos. Neste sentido, a análise da forma física é processada através de estudos dos tipos de estrutura espacial. Porém, mesmo com uma apreensão dinâmica e contínua das transformações da forma física, o estudo é apenas uma aproximação da realidade urbana.

Conforme Moudon (1986), por volta de 1940, na Itália, Muratori (1959) junto com o seu principal seguidor, Gianfranco Caniggia, começaram os estudos tipomorfológicos, preocupados com os efeitos devastadores que a arquitetura moderna estava causando tanto na habitação quanto na cidade existente. Moudon (apud FRANCK, 1994), analisou o processo da construção da forma nas tradicionais cidades italianas, fazendo desta pesquisa a fundação para uma teoria do projeto, em que a construção de tipos é considerada por Muratori e Caniggia como a raiz da forma urbana.

Muratori (1959) é reconhecido como o pioneiro do estudo tipomorfológico na arquitetura italiana, e é o mestre de arquitetos como Aldo Rossi e Carlo Aymonino. Para Muratori, faz-se necessária uma primeira etapa para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos, que é a análise morfológica urbana, em que a estrutura das cidades (edifícios e espaços não edificadas) passa a ser um dado histórico, que permite o conhecimento da essência do caráter da paisagem construída. As pesquisas do legado muratoriano foram estendidas a diversas cidades na Itália e na África do Norte, conduzidas

por Gian Luigi Maffei, Giancarlo Cataldi, Giuseppe Strappa, Maria Grazia Corsini, Paolo Maretto, entre outros.

Para entender os princípios fundamentais da cidade, Caniggia identifica diferentes objetos construídos em quatro escalas: o edifício, o grupo de edifício (quarteirão), a cidade e a região. Para esse arquiteto, o tecido urbano é formado pela relação entre essas várias escalas de objetos construídos. Sua análise procede desde elementos menores (por exemplo, o edifício) até os maiores (por exemplo, a região).

Lamas (2000) também classifica a dimensão da forma urbana e faz uma análise do desenho de cidades do ocidente europeu ao longo de sua história. Nesse processo, a cidade é apreendida como um lugar carregado de marcas, sinais e símbolos de culturas, do passado e do presente, que exigem conhecimento e reflexão por parte daqueles que hoje intervêm na sua construção. Segundo este autor, é preciso reconhecer as diferenças, as transformações e as modificações que a cidade carrega desde as gerações precedentes. Para ele, uma praça, uma rua, um bairro e uma cidade constituem formas físicas. Cada uma dessas formas está enquadrada em uma escala. Lamas (2000) estabelece uma classificação das escalas (ou dimensão) da forma, da seguinte maneira:

a) Dimensão Setorial (a escala da rua e da praça): é a menor unidade do espaço urbano. As características dessa dimensão residem nos seus elementos da paisagem (como, fachadas, elementos construtivos, mobiliário urbano, pavimentos, cores, texturas, letreiros, vegetação, monumentos isolados etc.) relacionados entre si e definem a forma física dessa escala. É importante destacar que, nesta dimensão, a relação que os edifícios estabelecem com o espaço livre, por eles definido, ocupa um lugar proeminente;

b) Dimensão Urbana (a escala do bairro): corresponde às partes homogêneas identificáveis da cidade (conjunto de quarteirões com características comuns) e é, a partir desta dimensão, que existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela. Os edifícios, ruas, largos, praças, jardins etc. são elementos da paisagem que também compõem essa dimensão;

c) Dimensão Territorial (a escala da cidade): nesta dimensão, a forma física estrutura-se através da articulação de elementos da paisagem à dimensão urbana (macrossistema de arruamentos, os bairros, as zonas habitacionais, centrais, parques, o suporte geográfico etc.).

Essas escalas estabelecidas acima permitem sistematizar o conhecimento da configuração física fazendo com que cada dimensão da cidade seja analisada com igual

importância, servindo como instrumento de suporte para a produção do espaço social, influenciando positivamente a qualidade desse espaço e o bem-estar de seus cidadãos.

Segundo os autores citados anteriormente, a compreensão da forma física da cidade, a partir de uma análise morfológica, permite que a requalificação e a construção do espaço urbano sejam feitas de forma a influenciar positivamente a vida social, o comportamento e o bem-estar das pessoas que vivenciam a cidade. Por exemplo, quando se intervém arquitetonicamente no espaço urbano, surge a forma física como resposta a um problema espacial. A forma material é a solução do problema posto por um conjunto de critérios ou contexto. Isto é, a forma física torna-se o produto de uma ação e a solução de um problema.

A forma construída, sendo o objetivo final da intervenção arquitetônica, urbanística ou paisagística, está relacionada com o desenho (linhas, espaços, volumes, geometrias, planos e cores). E este, por conseguinte, está relacionado com os elementos da paisagem. Por outro lado, a morfologia urbana estuda a forma construída e seus objetos nas suas características exteriores, físicas e a sua evolução, transformação e continuidade no tempo. As palavras forma e morfologia são, muitas vezes, usadas indistintamente e sem uma diferenciação de significado.

Lynch (1999), “preocupado com as rápidas mudanças pelas quais passavam as cidades americanas e com sua conseqüente perda de identidade” (PANERAI, 2006, p. 29), analisa as cidades de Boston, Jersey City e Los Angeles com o intuito de detectar quais os elementos da cidade que, ao se combinarem, formam sua imagem de conjunto, isto é, os elementos marcantes da paisagem urbana.

O conhecimento dos elementos da paisagem permite detectar as suas transformações e refletir sobre a adequação de novos usos que sejam compatíveis com suas características específicas, contribuindo, assim, para a gestão da cidade, ou melhor, para a qualidade do tecido urbano histórico e para a valorização do patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Pode-se dizer que o uso (função) é a relação entre a forma construída e a atividade humana (KROPF, 1993).

Nas últimas três décadas, as transformações ocorridas no Centro Histórico de Belém vêm sendo acompanhadas por constantes inserções de novos usos do solo, como requalificação de prédios antigos para outros usos, demolição para construção de tipologias diferentes, por vezes inadequadas ao conjunto urbano. Os impactos causados no entorno construído por esses tipos de mudanças podem contribuir com desempenhos positivos para a qualidade desse espaço urbano, quando preservam o espaço histórico e mantêm a sua

vitalidade, ou negativos, quando, ao contrário, quebram a unidade histórica e levam à degradação urbana.

A defesa da paisagem é uma característica comum às sociedades contemporâneas. Surgiu da ameaça às heranças do passado, quando, a partir do século XX, o consumo e a exploração do território se sobrepõem a qualquer processo harmonioso da sua utilização. Essa proteção significa o reconhecimento da existência de aspectos figurativos¹¹ constituintes de modos e formas de produção do passado de uma sociedade.

Um melhor conhecimento da estrutura espacial urbana existente e de seus elementos da paisagem pode contribuir para o bom funcionamento e qualidade, por exemplo, no transporte, na infraestrutura, na habitação e nos serviços públicos de um tecido urbano. Mas, segundo Moudon (1986), existem poucos estudos que avaliam e monitoram o desenvolvimento urbano no que diz respeito aos seus elementos da paisagem que, relacionados, contribuem para tecer a forma física.

Assim, o estudo das partes de uma forma física, por exemplo, dos elementos da paisagem, é ainda particularmente fraco. O seu conhecimento é de suma importância, pois o conjunto dos elementos morfológicos contribui para moldar a forma física, a imagem e a percepção da cidade. E, essa apreensão, gerenciada pelo poder público – através de sua inclusão na legislação e no planejamento urbano – contribui para o desenvolvimento social, econômico e físico da cidade.

Com relação ao elemento da paisagem via, são muitas as definições para os caminhos de circulação, e os autores tomam pontos de partida diversos para explicá-los, como, a finalidade de seu trânsito, a função e o caráter planimétrico. Entre eles, Lamas (2000) considera que de todos os elementos da paisagem, o traçado urbano resiste mais às transformações urbanas, assim como existe nos vários níveis ou escalas da forma urbana. Para Panerai (2006), este elemento:

Fruto do percurso dos animais, dos homens e de suas caravanas, o caminho organiza o território desde tempos imemoriais – desde os tempos dos pastores e dos nômades, dos primeiros agricultores e dos primeiros conquistadores. O caminho conduz de um ponto a outro, de uma cidade a outra, de uma região a outra, bem como dá acesso, de um lado e de outro, a terrenos, campos, lotes, lugares habitados. (PANERAI, 2006, p. 18).

A via é um elemento fundamental das comunicações terrestres e pode ser definida, segundo Rigotti (1966, p. 38), como “lugar sobre o qual podem circular veículos e pedestres

¹¹ Segundo Lamas (2000), os aspectos figurativos relacionam-se com a comunicação estética da forma.

para ir de um ponto a outro”. Por ser de grande importância para a organização e orientação em uma cidade, o traçado se relaciona com a sua formação e seu crescimento de modo direto e hierárquico.

Esses caminhos percorrem terrenos, adaptam-se à topografia do solo, atravessam cidades formando uma rede, às vezes densa e outras escassas. Essa rede não é normalmente formada por linhas uniformes e homogêneas, já que fazem parte dela os simples caminhos para pedestres, as estradas, as autopistas, entre outros.

Entende-se por segmentos de linha da malha viária o que Kohlsdorf (apud BRASIL, 2000, p. 50) considera como sendo os eixos de “[...] circulação e incluindo-se caminhos de pedestres e trilhas informais, em planta baixa e escala adequada, obtendo-se um conjunto de segmentos de linhas unidos por pontos (nós).”

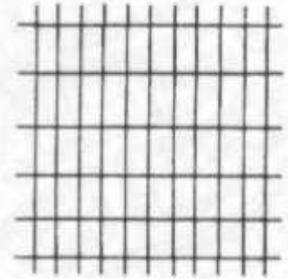
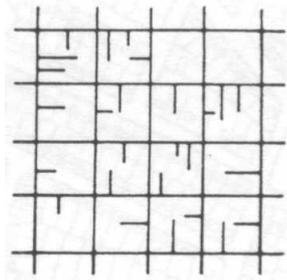
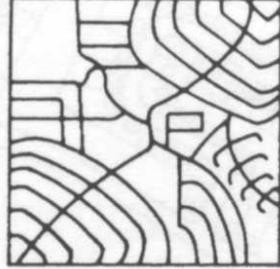
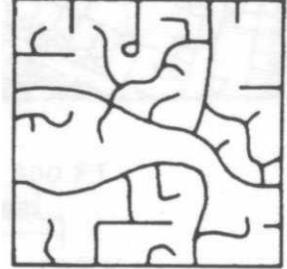
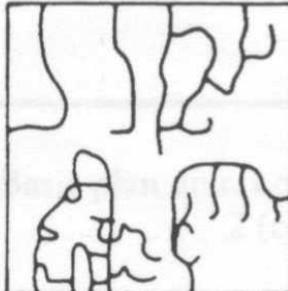
Por serem um complexo sistema de circulação, muitos autores se dedicam a examiná-los, dividindo-os e classificando-os em diversos tipos. Por exemplo, Moudon (1986), ao estudar a evolução das formas residenciais das cidades norte-americanas no século XX, levou em consideração um estudo de identificação de tipos de redes de ruas, visto que considera que as combinações de tipos básicos de casas com seus lotes e com as redes de rua criam tipos básicos de unidades de projeção da edificação no lote, que caracterizam áreas suburbanas inteiras. Isto é, o entendimento e a classificação dos tipos básicos de redes de rua contribuem para um melhor entendimento da composição e evolução das casas em seus lotes. Assim, identificou três tipos básicos de redes de rua (*basic types*) e outras duas provenientes dessas primárias (*hybrid types*), conforme Figura 1.

Outro exemplo de classificação de tipos de vias é feito por Rigotti (1966), na medida em que considera as diversas maneiras de transitar uma via como um dado que contribui para caracterizá-las (Quadro 1).

Em um tecido urbano, a hierarquização das vias subtende que “uma rua principal organiza uma porção do território urbano maior que uma rua local ou uma viela” (PANERAI, 2006, p. 81). No período colonial, segundo Reis Filho (2002, p. 24), a rua caracterizava-se “como um traço de união entre conjuntos de prédios e por eles era definida espacialmente.”

A disposição das aberturas das vias pode ter consequências tanto no tipo de quarteirões como no efeito de fechamento ou não em um espaço público, por exemplo, de uma praça (Figura 2).

Figura 1 - Tipos de redes de rua

BASIC TYPES	HYBRID TYPES
 <p>1. malha pequena</p>	 <p>1a. malha média e becos sem saída</p>
 <p>2. curvilíneo contínuo</p>	 <p>2 a. curvilíneo contínuo e becos sem saída</p>
 <p>3. becos sem saída</p>	

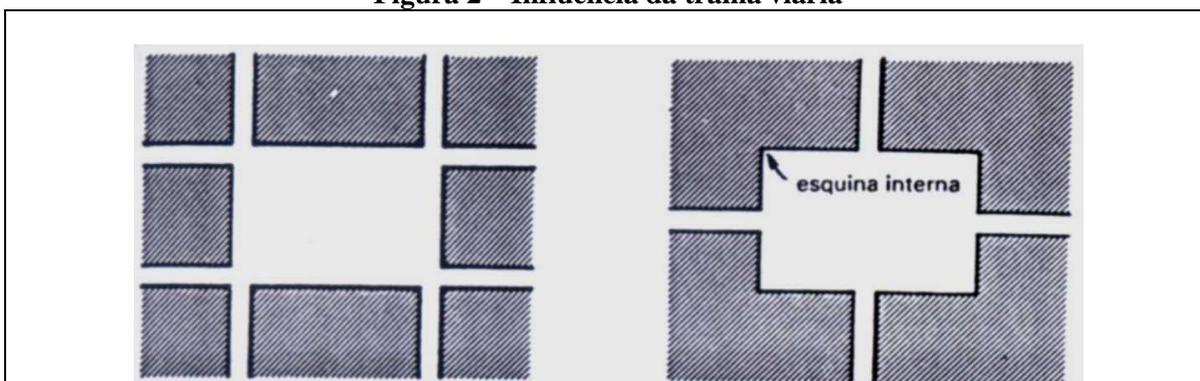
Fonte: Moudon (1986)

Quadro 1 – Classificação da malha viária

Vias públicas de circulação mista	<ul style="list-style-type: none"> • Transitam por este tipo de caminho ou faixa os pedestres e todos os veículos que o homem utiliza para se deslocar. • Dentro deste grupo estão os caminhos construídos antes do surgimento do automóvel.
Vias públicas de circulação uniforme	<ul style="list-style-type: none"> • Vias especialmente projetadas para serem utilizadas a tráfegos da mesma espécie. São caminhos em que todas as faixas se aplicam, por exemplo, só para pedestres, só para ciclistas e só para veículos automotores.
Vias públicas especiais	<ul style="list-style-type: none"> • São túneis, viadutos, pontes.

Fonte: Rigotti (1966)

Figura 2 – Influência da trama viária



Fonte: Ashihara (1982)

A forte relação entre via e cidade vem das primeiras ocupações urbanas no território, em que a aldeia/vila/cidade passa a ser urbanizada ao longo da via estrutural (principal). Panerai (2006, p. 18) denomina essa primitiva forma de ocupação urbana no território de “aldeia-rua”. Um outro modelo urbanístico em que a ocupação da cidade é regulada pela malha urbana é a cidade quadriculada. Esse tipo de urbanização de traçado ortogonal ocorre, por exemplo, na Cidade do México e em Buenos Aires.

Do século XII em diante, com o desenvolvimento econômico e militar da Europa, a geometria volta a ser utilizada para edificar cidades novas [...], em um vasto movimento de conquista ou reconquista de territórios cristãos. [...]. Pouco depois, a técnica geométrica é exportada para a América, onde a urgência da colonização e a amplidão dos territórios impõem, desde o começo, uma concepção aberta de urbanização. (PANERAI, 2006, p. 19).

A via pública pertence à coletividade. Nesse sentido, o espaço público compreende a maioria das vias, praças, rios, entre outros. A função desse conjunto é de permitir a distribuição e a circulação da sociedade no espaço urbano. Segundo Panerai (2006, p. 78), “os espaços públicos mais importantes atraem a implantação de monumentos”. No caso do Brasil, há o exemplo do Eixo Monumental, em que, ao longo de seu percurso, estão situadas as principais construções de Brasília.

Ademais, no espaço público há uma maior permanência do traçado urbano do que de outros elementos públicos tal como o mobiliário urbano. Nesse sentido, a via é um dos elementos da paisagem essenciais já que sua análise pode estar relacionada ao crescimento e à evolução do tecido urbano.

De um ponto de vista menos técnico e mais vinculado com o ser humano, Frehse (2005) relaciona a rua com os costumes das pessoas que vivenciam os espaços públicos. Nesse sentido, considera a rua um espaço público com:

[...] ‘efeito de ações passadas que ‘permite ações, as sugere ou interdita’. Termo que aqui subsume ‘rua’ como categoria geográfica e outros lugares públicos (‘becos’, ‘largos’, ‘ladeiras’, ‘jardins públicos’ e outros ‘logradouros’), caracterizados por serem abertos e, em princípio, de acesso legal e social irrestrito, [...] (FREHSE, 2005, p. 30).

A cidade com configurações espaciais específicas organiza-se sobre uma rede de ruas, cujo desenho é importante, visto que nele identificam-se figuras geométricas, regularidades, repetições etc., que servem de características dos lugares, identificando-os, por exemplo, como ocupação com irregularidades geométricas, trama mais fechada etc. As cidades de origem portuguesa, de ocupação típica de encosta, tal como em Alfama, possuem uma geometria própria que, conforme Guerreiro (apud TEIXEIRA, 2001, p. 21), caracteriza o urbanismo de encosta, visto que essa geometria “nos é dada pela forma do terreno e conseqüente pela forma como é percorrido”. Assim assinalado pelo autor, em Lisboa, as estruturas urbanas desenvolvidas em encosta encontram-se de uma forma homogênea, de maneira que:

[...] verificou-se que as ruas principais da colina do castelo percorriam no sentido longitudinal as curvas de nível, de modo que o esforço no percurso é menor. Por sua vez e pela mesma razão, as ruas secundárias que fazem a ligação às ruas principais têm um desenvolvimento predominantemente oblíquo às mesmas. (GUERREIRO apud TEIXEIRA, 2001, p. 24).

À medida que as vias vão se interceptando entre si, produzem outros tipos de elementos da paisagem e essa articulação cria uma dependência entre estas partes. Para Guerreiro (apud TEIXEIRA, 2001, p. 25), “os percursos, à medida que se vão cruzando, alargando e consolidando dão origem a praças, largos, terreiros etc., conjugados com as atividades que se estabelecem na sua envolvente.”

O elemento da paisagem quarteirão, além de agrupar subunidades (lotes e edificações), é também considerado como um elemento mínimo identificável na escala urbana. Segundo Lamas (2000), o quarteirão pode ser definido como:

[...] um contínuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais; [...] o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias e subdivisível em parcelas de cadastro (lotes) para construção de

edifícios. É também um modelo de distribuição de terra por proprietários fundiários. Como é também o modo de agrupar edifícios no espaço delimitado pelo cruzamento de traçados. (LAMAS, 2000, p. 88).

Na escala urbana, o quarteirão é o elemento que faz a intermediação entre o espaço do lote e o espaço da via. Nota-se que a adoção do quarteirão como um elemento da paisagem viabiliza, para um conjunto de lotes, que suas edificações tenham, simultaneamente, interfaces com os espaços públicos e privados.

É no interior do quarteirão que ocorre a vizinhança imediata, a maior proximidade entre edificações; ali a insolação é disputada cm por cm. Pode-se dizer que a qualidade de vida nas cidades está inseparavelmente ligada ao modo como ocorre essa interface de edificações, a qual, em última instância, dependerá do modo como essas se acomodam no quarteirão. (AGUIAR, 2006, não paginado).

Independente do modo como o quarteirão se relaciona com o espaço urbano, assume formas, dimensões e volumes diferentes, ainda mais quando o seu interior é constituído de edificações, que contribuem para sua caracterização, seja em altura, em profundidade ou em uso do solo.

Os quarteirões das cidades ideais dos arquitetos renascentistas (entre eles António Averlino, 1404 – 1472), os do Bairro Alto (em Portugal), os decorrentes dos traçados barrocos em Roma e os de Haussmann, em Paris, são exemplos de quarteirões que possuem formas irregulares, contribuindo para tipos diferentes de organização de praças e vias.

Já no caso dos quarteirões, por exemplo, na Baixa Pombalina, das cidades novas de colonização anglo-saxônica e francesa na América do Norte e de colonização portuguesa e espanhola na América do Sul são unidades-base que, pela repetição (com a mesma geometria e dimensão) e extensão, formam a cidade através de quadrículas.

No entanto, o quarteirão e a quadrícula organizam lotes, edificações e a forma urbana. Muitos quarteirões dos centros antigos brasileiros se assemelham aos exemplares de quarteirões situados na Baixa Pombalina, em Lisboa, onde esses quarteirões se confundem com um grande edifício.

O quarteirão, por ter uma configuração clara e definida com “bordas contínuas” (PANERAI, 2006) que isolam, de certa maneira, o seu miolo do restante do espaço urbano vizinho, contribui para transformações no seu interior: alteração de fachadas, adição na construção, entre outras.

Segundo Lamas (2000, p. 188), foi no período que se designa por Barroco que o quarteirão atingiu maior refinamento, “torna-se uma figura planimétrica delimitada por vias e que se subdivide em lotes e edificações”, contribuindo para a organização geométrica do espaço urbano.

O quarteirão é enquadrado por Kohlsdorf (apud BRASIL, 2000, p. 50) na categoria de macroparcelamento. E este “coincide com as quadras, quarteirões e superquadras, mas abrange também outras áreas livres públicas que não as vias: praças, parques, rótulas e demais ilhas do sistema de circulação urbana”.

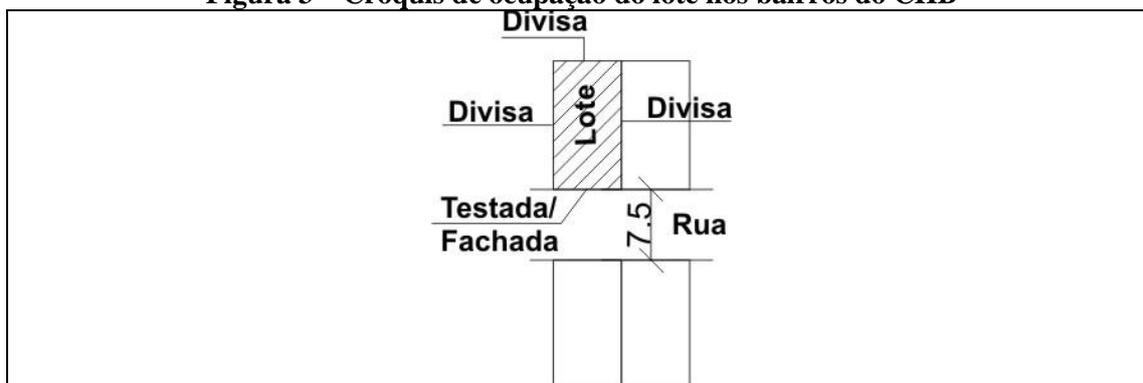
Dessa forma, o elemento quarteirão, ou também denominado de quadra, contribui para a organização e caracterização do espaço urbano, influenciando, por exemplo, no campo visual, no efeito perspectivo e topológico da cidade.

O elemento da paisagem lote é o parcelamento do solo urbano que, muitas vezes, gera construções “com composição, forma e volume que podem ser enquadradas em tipos edificatórios, conforme o modo como ocupam e utilizam a referida parcela” (BRASÍLIA, 1998, p. 98). E mais, o edifício está diretamente ligado à superfície de solo que ocupa, isto é, “o lote não é apenas uma porção cadastral: é também a gênese e fundamento do edificado” (LAMAS, 2000, p. 86). Assim como se encontra no Centro Histórico de Belém, o período colonial em outras cidades brasileiras possui um tipo de lote com característica bastante diferente dos produzidos durante o século XIX em diante:

Pode-se afirmar com segurança que durante o período colonial a arquitetura residencial urbana estava baseada em um tipo de lote com características bastante definidas. Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. Não havia meio-termo; as casas eram urbanas ou rurais, não se concebendo casas urbanas recuadas e com jardins. (REIS FILHO, 2002, p. 22).

Nos centros antigos do Brasil, por exemplo, no Centro Histórico de Belém, a forma do lote condiciona a forma e posição do edifício, ou seja, há “interdependência entre arquitetura e lote urbano” (REIS FILHO, 2002, p. 16). Isto é, as edificações que os ocupam foram construídas praticamente nos limites destes, sem afastamentos frontal, laterais e de fundos (Figura 3).

Figura 3 – Croquis de ocupação do lote nos bairros do CHB



Fonte: Elaborado pela autora, 2012

Da mesma forma para Panerai (2006, p. 79), a homogeneidade de um bairro está, muitas vezes, ligada à permanência do parcelamento, “ao limitar os tipos de edificação que lá podem ser construídos”, por exemplo, um parcelamento com lotes estreitos e de grandes profundidades assegura uma unidade na disposição das edificações desses lotes, mesmo com a existência de diversos estilos arquitetônicos.

Na urbanística moderna, o loteamento praticamente não existe, “uma vez que o edifício não ocupa o solo definido pela sua projeção vertical. Assenta em pilares que saem de um terreno público, como público é todo espaço circundante” (LAMAS, 2000, p. 86). Porém, voltando para o foco analítico das cidades tradicionais, empregado por Gordon ([19--]), Cozen (1969) considera que a tipologia das edificações resulta dos lotes.

No caso do elemento da paisagem edificação, entende-se que é através da forma de sua fachada e da localização de seu volume, em conjunto com outros, que são definidos e organizados os diferentes espaços livres urbanos, principalmente da cidade tradicional, tais como a rua, a avenida e a praça.

No caso dos centros antigos, suas edificações localizadas nos limites dos lotes e, por conseguinte, da rua, possuem uma relação mais direta com a via, predominando “sobre esta, criando a sensação de que a arquitetura se impõe à rua com sua forma” (VIVEIROS FILHO, 2006, p. 187).

Rossi (2001, p. 24) considera “sempre os edifícios como momentos e partes de um todo que é a cidade”. Esse entendimento também foi considerado pelos teóricos iluministas da arquitetura, como Durand (PEDONE, 2005), que, além do interesse pela edificação, evidencia sua influência direta no espaço urbano.

Na maioria dos espaços urbanos, os edifícios – em grande intensidade, e sem descartar as outras formas em que a identidade de um lugar se expressa – são os que mais configuram a

caracterização de um espaço urbano. Do ponto de vista do patrimônio, se esses elementos edilícios não estiverem articulados, a dinâmica das relações sociais e simbólicas do lugar em que se encontram serão objetos sem significado e, portanto, fora da condição de manutenção e valorização.

No centro antigo, as edificações se relacionam com o espaço público através de suas fachadas, principalmente as frontais. No Centro Histórico de Belém, as edificações, por serem, em sua maioria, coladas uma nas outras (casas geminadas), dispõem apenas da fachada frontal para se comunicarem com o espaço público, isto é, o espaço da rua e o espaço da praça.

Uma das principais funções que a fachada exerce, como dito anteriormente, é a de ser a transição entre o espaço público e o espaço privado das edificações. Esse tipo de orientação, das edificações antigas dos centros históricos brasileiros, obedecia ao traçado da malha urbana. Porém, a partir do urbanismo moderno, a orientação e a organização da edificação deixam de ocupar o espaço urbano como era na cidade tradicional, passando a ocupar mais livremente o lote em meio ao espaço livre.

Pode-se dizer que havia uma padronização de lotes, de edificações e das ruas, “cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa” (REIS FILHO, 2002, p. 24).

Em cidades de origem portuguesa, as edificações dos tipos religioso e institucional eram importantes elementos que contribuía para o desenvolvimento urbano. Segundo Madeira apud (TEIXEIRA, 2001, P. 50):

Estes edifícios funcionavam como local de reunião social, eram verdadeiros pólos dinamizadores da vida social, religiosa e cultural da urbe. Por razões funcionais surgem espaços públicos junto a estes locais, que normalmente se designam por adros (no caso das igrejas), terreiros, largos ou praças.

Em um lote, a substituição de uma edificação por outra é um tipo de prática que permite a renovação do tecido urbano sem que este aumente, em extensão, a área urbana (PANERAI, 2006). No entanto, “há substituições que afetam conjuntos de lotes, todo um quarteirão e até mesmo malhas maiores” (PANERAI, 2006, p. 75).

Por fim, pode-se dizer que o elemento da paisagem praça é um espaço exterior que, segundo Ashihara (1982, p. 11), é “fabricado pelo homem com um fim específico, um espaço cheio de significado e um fragmento da natureza”. Dessa forma, a praça é um espaço exterior e, por conseguinte, pleno de funções.

O espaço interior, por exemplo, de uma edificação é delimitado por três planos: solo, parede e teto. E o espaço exterior tal como uma praça é definido somente com duas dimensões: solo e parede. Considera-se que a praça é arquitetura, só que sem teto, pois tem dimensão limitada e é um espaço planejado e/ou atende até mesmo às mínimas necessidades do homem (ASHIHARA, 1982).

Assim, o elemento da paisagem praça é um espaço exterior que, conforme Lamas (2001, p. 100), pertence às cidades ocidentais e que se distingue de outros elementos por não ser resultado “acidental de alargamento ou confluência de traçados – pela organização espacial e intencionalidade de desenho”. E segue dizendo que:

[...] a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. (LAMAS, 2001, p. 102).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, de construção não casual do espaço da praça, Rigotti (1966, p. 216) diz que estas “não são elementos nascidos casualmente onde se reúnem várias ruas, mas sim desejados, concebidos e destinados deliberadamente a um determinado objeto”. E sobre este assunto, Sitte (1992) fala do efeito que as praças causam nos transeuntes:

ali [na praça] não há nada que possa distrair nossas reflexões ou nos trazer à lembrança os afazeres cotidianos; ao admirarmos a venerável fachada da catedral, não nos incomoda nem o balcão inoportuno de um alfaiate moderno, nem o burburinho de um café [...]; ali reina a tranquilidade, e a harmonia das impressões permite a nosso espírito compreender e gozar as obras de arte reunidas. (SITTE, 1992, p. 27-9).

O espaço urbano público de uma cidade intramuralhas, que teve ou tem influência da cultura islâmica e não cristã, praticamente se resume às vias – que possuem as funções de separar as habitações da circulação pública –, pois não são lugares que desempenham uma função social (MADEIRA apud TEIXEIRA, 2001). Enquanto que, nas cidades antigas de influência cristã:

[...], as praças principais eram uma necessidade vital de primeira grandeza, na medida em que ali tinha lugar uma grande parte da vida pública, que hoje ocupa espaços fechados, em vez das praças abertas. (SITTE, 1992, p. 17).

As “paredes” de uma praça, nas cidades tradicionais, são as fachadas dos edifícios que, no início de sua existência, eram os limites da praça e contribuem também para a sua caracterização (LAMAS, 2000). Rigotti (1966) também descreve as praças antigas como lugares rodeados ou não por edifícios de importância pública. Porém, acrescenta que, nestes lugares, a função que mais predominava era a estática (ou repouso) e não a de circulação (ou movimento), visto que o povo ia mais às praças para discussões de assuntos comerciais, políticos ou religiosos e também para diversões públicas.

Assim como há uma diversidade na geometria desses espaços (quadrado, triângulo, círculos, semicírculos, elipses etc.), existem também importantes itens que podem caracterizá-los, como a perspectiva e as proporções.

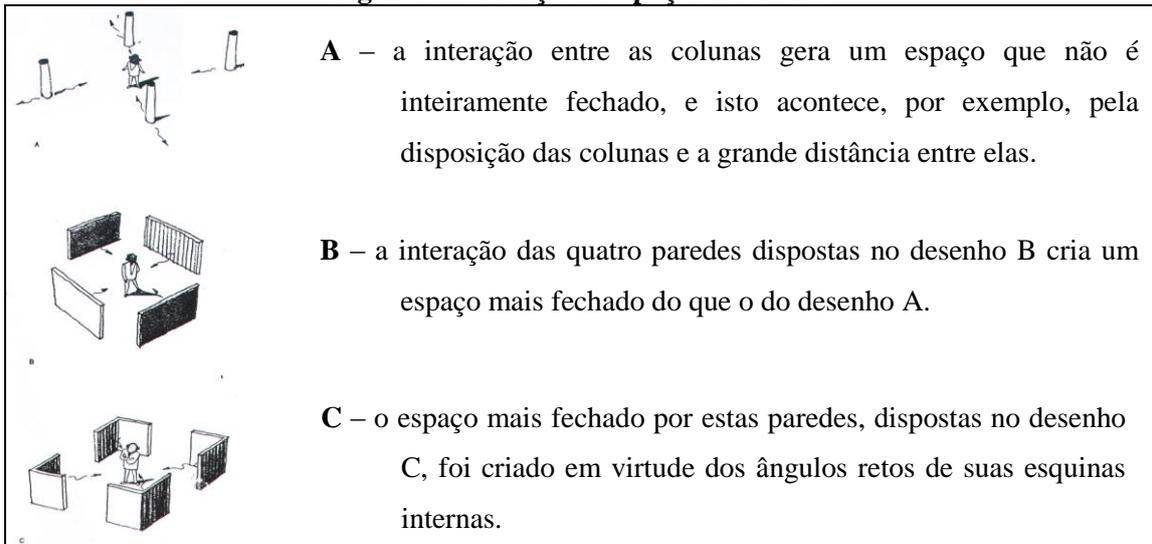
As praças nas cidades de origem portuguesa são zonas de estar e, muitas vezes, a construção e a permanência de uma praça, principalmente nos centros históricos, está vinculada a sua arquitetura religiosa.

A importância da existência de um espaço exterior positivo, tal como a praça, mesmo nas menores aglomerações urbanas, pode ser justificada da seguinte forma:

As praças, por sua composição, suas funções, o movimento que nela se concentra e o interesse social que quase sempre leva consigo, constitui um componente urbano característico e polariza invariavelmente uma grande massa de atividades. (RIGOTTI, 1966, p. 216).

Os espaços exteriores não edificados, por exemplo, praças e vias, fazem parte de uma estrutura urbana que necessita, muitas vezes, de um núcleo tal como a praça para integrar toda uma rede de comunicações de uma cidade. E quando é dada a devida importância a esse espaço exterior, ele assume a função primeira que é a de um espaço envolvente com função social.

A disposição e/ou o grau de interação dos elementos (quadras edificadas, vegetação, entre outros), que delimitam a praça, podem ou não gerar um espaço envolvente e isso acontece devido, por exemplo, ao tipo de orientação, tamanho, quantidade, qualidade e distância existente entre esses elementos (Figura 4). Principalmente, deve-se prestar atenção à organização física, qualidade e disposição das edificações que delimitam este espaço externo.

Figura 4 – A força do espaço envolvente

Fonte: Ashihara (1982)

Para Ashihara (1982), o espaço fechado tem relação com a sensação de envolvimento que o espaço livre proporciona a quem está nele. As características das paredes também influenciam na envolvimento ou não do espaço de uma praça. Por exemplo, a disposição, a quantidade, o tamanho e a distância entre os vãos das fachadas que delimitam este espaço, produzem um grau de “interpenetração dos espaços interior e exterior” (ASHIHARA, 1982, p. 25). No caso das construções religiosas, segundo Ashihara (1982), possuem paredes com poucos vãos de entrada, que não permitem interpenetração espacial e, assim, são autônomas. E esse isolamento empregado pelas paredes das igrejas respeita tanto a função para a qual elas foram feitas, a de envolver o recinto e as pessoas e não a de expor, quanto contribui para a envolvimento de um espaço público.

As distâncias entre as edificações que delimitam uma praça influenciam o seu caráter. Segundo Ashihara (1982, p. 43), entre as edificações vizinhas, existem “forças que atuam conjuntamente e que se contrapõem”.

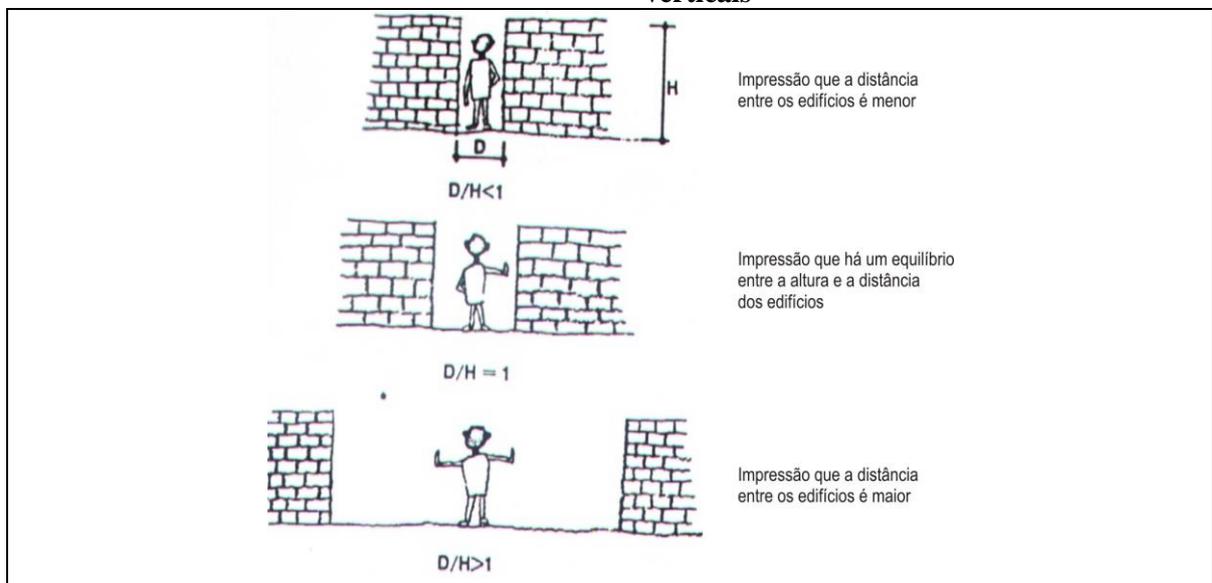
A altura dos elementos que circundam um espaço livre de edificação, por exemplo, de uma praça, está diretamente vinculada ao homem, isto é, à altura de seus olhos. Nesse sentido, a força envolvente dos elementos circundantes é diretamente proporcional à sua altura, visto que está relacionada com a sensação de continuidade visual. Por exemplo:

A parede que excede uma altura de 1,80 metro pode esconder o corpo humano quase por completo e, por conseguinte, adquire uma força envolvente muito intensa na maioria dos casos. Assim, quando uma parede ultrapassa a altura de um homem e interrompe a continuidade visual do solo,

a sensação de fechamento que se obtém é completa. (ASHIHARA, 1982, p. 81).

Nesse sentido, os elementos que circundam uma praça, se estiverem mais altos que um homem, têm probabilidade maior de envolvê-lo¹² – do que outros que estejam ou na sua altura ou abaixo dele – além de aumentar a importância das aberturas verticais. Ashihara (1982) chega a números que traduzem a relação entre altura do edifício e a distância (largura) das aberturas formadas por eles, ver Figura 5.

Figura 5 – Relação entre a altura das paredes de fechamento e a largura das aberturas verticais



Fonte: Ashihara (1982)

Dessa forma, a extensão de uma praça está ligada, entre outras coisas, à função de circulação e à sensação de maior ou menor fechamento do espaço. Porém, é impossível formular regras ou normas fixas para a construção de uma praça, seja do ponto de vista, por exemplo, de sua extensão, seja de sua largura, já que os inúmeros exemplos de praças existentes no mundo demonstram que os diversos fins são conseguidos de distintos modos. Afora isso, os outros elementos da paisagem influenciam nas características desse espaço externo. E estes espaços podem assumir definições distintas (Quadro 2).

¹² É importante dizer que não se está relacionando o envolvimento de um espaço com critérios de valor (ASHIHARA, 1982).

Quadro 2 – Definições genéricas para tipos de espaço público

Praça	Lugar público delimitado de edifícios
Terreiro	Espaço público cercado por edifícios, mas com dimensões mais amplas e com seu entorno menos estruturado do que a praça
Largo	Espaço público cercado por edifícios, mas com dimensões relativamente menores do que a de uma praça
Adro	Espaço público com características similares à praça ou ao largo, sendo que se localiza em frente ou junto a uma igreja
Rossio	Espaço urbano público amplo, que foi evoluindo de um espaço baldio para um espaço social

Fonte: Teixeira (2001)

Os espaços externos exclusivos para as pessoas, tal como a praça, podem ser tanto espaços para movimento quanto para o não movimento ou o conjunto destes. Os primeiros são destinados a passear, brincar, jogar etc. Os segundos, a relaxar, contemplar, ler e conversar com pessoas.

Os tipos e qualidade das paredes que delimitam um espaço externo positivo, de uma cidade tradicional, são determinantes para a qualidade do espaço exterior. Entende-se que, desde o surgimento dos espaços livres de construção, os diversos tipos de espaços públicos apresentam múltiplas aparências, sucessivas transformações dos edifícios que o ocupam ou o ocuparam, alternando seus formatos e dimensões que marcam a intervenção da ação contínua dos homens.

No que diz respeito às praças de origem portuguesa, faz-se uma abordagem particularmente sobre o processo de estruturação e características formais dessas praças pós-período medieval português (séculos XIII a XIV), pois as origens das praças dos núcleos de estudo fazem parte da urbanística portuguesa na região amazônica no século XVII.

Uma das características das cidades portuguesas é a existência de diversos espaços públicos que se originaram a partir de funções específicas. Quem bem explicita esta percepção é Teixeira (2001):

É habitual encontrarem-se nas cidades portuguesas diferentes praças para diferentes funções: funções de mercado, em espaços que muitas vezes tinham a sua origem em campos e em terreiros localizados à margem das malhas urbanas e que posteriormente se transformavam em praças urbanas; funções militares, nomeadamente os campos associados às torres de menagem medievais e as praças de armas seiscentistas; funções políticas e administrativas, em que se incluem as praças associadas ao poder municipal, onde se localizavam a Casa de Câmara e o pelourinho; funções religiosas, associadas à origem de alguns destes espaços como adros de igreja, terreiros de igrejas matrizes ou de conventos. (TEIXEIRA, 2001, p. 11).

E quanto à forma desses espaços, originaram-se a partir da função, por exemplo, de mercado e de encontro, advinda de estruturas religiosas e de poder, mas também por outros processos, como o de irradiação do crescimento urbano. As praças formadas a partir da relação dos primeiros traçados urbanos das cidades coloniais possuem características morfológicas diversificadas, pois resultam tanto da topografia quanto do direcionamento dos caminhos (vias) que as originaram. Segundo Teixeira (2001, p. 11), “estas praças são normalmente pontuadas por edifícios de natureza religiosa e são muitas vezes geradoras dos tecidos urbanos que em torno delas se desenvolvem”. No caso das praças planejadas, de acordo com o mesmo autor, possuem geralmente formas ortogonais.

Dessa forma, a partir do final do século XV, sob a regência estrutural dos ideais renascentistas, o grau de importância desses espaços livres de construção era medido pela sua função e pelo tipo de edificação e de uso que os delimitavam.

A partir do final do século XV e início do século XVI, surgem nas cidades portuguesas praças com características morfológicas regulares, com formas quadradas ou retangulares. Este novo conceito de praça, quando é aplicado na regularização de espaços já existentes, muitas vezes, vão manter aspectos formais irregulares que lhes deram origem a partir de estruturas e processos passados. De acordo com Teixeira (2001, p. 13), “as primeiras praças absolutamente regulares do ponto de vista geométrico vamos encontrá-las, a partir do século XVI, nos espaços de origem religiosa”.

Esse novo processo de regularização das praças, que foi sendo aplicado do século XVI em diante, assiste também a uma regularidade crescente de seus traçados. Muitas das praças surgidas no século XVII acabaram por gerar vias:

Nestes casos, a cidade constrói-se de raiz de acordo com um plano pré-definido em que os principais elementos estruturantes não são já a estrutura física do terreno ou a localização privilegiada de edifícios singulares em locais topograficamente dominantes. O principal elemento estruturante é agora uma praça regular. (TEIXEIRA, 2001, p. 13-14).

Aliás, Paio (apud TEIXEIRA, 2001, p. 39) confirma que, “à medida que se desenvolve a ideia de ‘praça’, vão-se configurando os princípios estéticos e de regularidade desses espaços”.

Parece que, enquanto as praças antigas eram espaços fisicamente vazios, formalmente definidos e contrastantes com a densa massa edificada, a urbanística contemporânea segue padrões como a “decomposição da massa edificada em unidades autônomas e isoladas entre

si, separadas por vazios que são atravessados pelos corredores de circulação ou simplesmente deixados em estado inculto e desordenado [...]” (CUNHA apud TEIXEIRA, 2001, p. 237).

Assim sendo, o entendimento dos elementos da paisagem tem seu significado à medida que se tenta apreender as modificações ocorridas na cidade por meio da relação entre eles e com a dinâmica social. Dessa forma, são determinantes para a qualidade do cenário urbano, estabelecendo a integração de intervenções urbanas, arquitetônicas e paisagísticas com a continuidade histórica da cidade.

Os três componentes fundamentais participantes dos estudos morfológicos são os elementos da paisagem (edificações, lotes, ruas etc.), a escala de análise morfológica e o tempo (período histórico-morfológico). E a análise morfológica, com todos esses componentes, oferece imagens, gravuras e fotografias das destruições, demolições, expropriações, mudanças de função e forma, que são a materialização da dinâmica social urbana, e por isso é importante a sua realização.

A cidade, segundo as teorias do “Espaço como instância social” de Santos (1978, 1985, 1988, 1997, 1998) e da “Produção social do espaço” de Lefèbvre (1955, 1971, 1974, 1979, 2004, 2010) é, então, um produto histórico, composta por forma-conteúdo. E, por esse motivo, a sua análise deve ser pautada na dinâmica social no decorrer do tempo. Para apreender a existência social de uma cidade ou de uma fração urbana, em meio ao movimento da sociedade no tempo, faz-se necessária a utilização tanto das categorias socioespaciais (estrutura, processo, forma e função) quanto dos elementos morfológicos como instrumentos de análise do espaço social.

A utilização de tais ferramentas, em conjunto, propicia não só a descrição de momentos históricos, materializados na configuração espacial e nos elementos da paisagem, por exemplo, de um centro histórico, mas, principalmente, o entendimento da mudança de valor, segundo um tempo social e/ou um momento histórico da configuração espacial e de seus elementos da paisagem de uma cidade.

3 A NECESSIDADE DE UMA PERIODIZAÇÃO: DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO CHB AOS ELEMENTOS DA PAISAGEM DOS NÚCLEOS DE ESTUDO

O objetivo aqui é identificar os valores e/ou significados da configuração espacial e dos elementos da paisagem dos núcleos de estudo do Centro Histórico de Belém (CHB) que lhes dão traços fisionômicos específicos no decorrer do tempo. Isso é feito a partir da observação e da combinação de variáveis, locais e extralocais, tendo como instrumentos analíticos as categorias socioespaciais (estrutura, processo, função e forma) de Santos (1978, 1985, 1988, 1997, 1998) e de Lefèbvre (1955, 1971, 1974, 1979, 2004, 2010). Para isso, faz-se necessário não só a crítica aos documentos da história, mas também à sua reconstrução no tempo. Segundo Braudel (2009, p. 20), “o espírito histórico é crítico em sua base. Mas é também, além das cautelas que evidentemente se impõe, é reconstrução [...]”.

Pensando em Braudel, entende-se que, para uma análise menos reducionista da história, são abordados fragmentos da vida sob diversos pontos de vista, levando em consideração os objetos e suas relações. Assim:

Não há história unilateral. Não a dominam exclusivamente, nem o conflito das raças cujos choques ou acordo teriam determinado todo o passado dos homens; nem os poderosos ritmos econômicos, fatores de progresso ou de ruína; nem as constantes tensões sociais; [...]; nem o reino da técnica; nem o impulso demográfico, esse impulso vegetal com suas conseqüências de retardar sobre a vida das coletividades. O homem é complexo de outro modo. (BRAUDEL, 2009, p. 22).

Identificar os valores e/ou significados dos elementos da paisagem dos núcleos de estudo é um tipo de análise da produção do espaço, das condições culturais, econômicas, políticas etc. (SANTOS, 1988). E, como tal, deve ser feita a partir de duas premissas. A primeira, levando em consideração a dimensão temporal ou histórica e a segunda “[...] as relações entre os períodos históricos e a organização espacial [...]” (SANTOS, 1978, p. 207).

Utiliza-se a noção de tempo como um conceito relativo, um tempo concreto, dividido em secções que possuem características particulares. Essas secções não são dados individuais, mas inter-relacionais, que fazem parte de uma periodização e, por conseguinte, de sistemas temporais.

A segunda premissa revelará “[...] uma sucessão de sistemas espaciais na qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no decorrer da história” (SANTOS, 1978, p. 207).

A importância dada à temporalidade está relacionada ao movimento, no tempo (social), das diversas relações sociais. A noção do tempo social em movimento não é considerada aqui nesta tese separada do espaço urbano. Assim, como em qualquer estudo de cidade, “[...] nenhum estudo social escapa ao tempo da história [...]” (BRAUDEL, 2009, p. 59).

A adoção nesta tese da ideia de não separação entre as noções de tempo e de espaço está baseada em Santos (1978, p. 105), que lembra que a geografia, “[...] na realidade, deve ocupar-se em pesquisar como o tempo se torna espaço e de como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual.”

Considerando esta tese como um estudo social, há consciência de que, “[...] os fenômenos históricos jamais se repetem da mesma forma nem são as mesmas as inter-relações entre os diferentes grupos da sociedade nos diversos períodos [...]” (SANTOS, 1978, p. 24).

Na segunda parte, a partir da preocupação de uma lógica de conjunto e de compatibilidade dos conceitos, partiu-se de algumas concepções ao expor o espaço geográfico, tanto como uma instância social (teoria de Milton Santos) quanto como uma produção social (teoria de Henri Lefebvre), sendo ambas diretrizes da análise do objeto de estudo (configuração espacial a partir da gestão dos elementos da paisagem em centros históricos), além de servirem de base para o planejamento e a gestão urbana de áreas históricas. Nesta terceira parte e, por seu turno, na próxima (quarta parte), “[...] se impõe que partamos da realidade das coisas e não de idéias feitas.” (SANTOS, 1978, p. 28).

Nesta tese, a periodização do Centro Histórico de Belém (CHB) será feita sob o prisma das categorias de estrutura, processo, função e forma, de maneira a se pensar o CHB de maneira mais completa e complexa, pois a história dos lugares e dos homens é feita “[...] do entrelaçamento de problemas inextricavelmente misturados e que pode tomar, alternadamente, com aspectos diversos e contraditórios” (BRAUDEL, 2009, p. 22).

No que diz respeito à configuração espacial do CHB – composto por um conjunto de elementos materiais, resultante da combinação de diversas variáveis sociais e materiais –, sua análise, de acordo com a segunda parte, não pode ser feita isoladamente, pois “[...] em cada período histórico, o valor de uma mesma variável se altera. [...]. Quem não se ativer a isso, arrisca-se a confundir-se dentro de uma história que não sabe interpretar.” (SANTOS, 1978, p. 208). Assim como a configuração espacial, os elementos da paisagem do CHB não são estáticos, mas suscetíveis a mudanças, pois são resultados de constantes adições e subtrações ao longo do tempo. Pode-se definir a paisagem como sendo “[...] um conjunto de formas

heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.” (SANTOS, 1988, p. 68). Desta maneira, a paisagem está contida no espaço geográfico, pois este último é:

[...] um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1988, p. 71).

Neste trabalho, utiliza-se o termo configuração espacial (ou configuração territorial ou configuração geográfica) para denominar a maneira como se configuram (disposição ou colocação) os objetos naturais e artificiais, pertencentes ao espaço social, sobre uma base territorial dada. Ou seja, a configuração espacial

[...] é dada [...], pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social: plantações, canais, caminhos, portos e aeroportos, redes de comunicação, prédios residenciais, comerciais e industriais etc. A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos sobre o território. (SANTOS, 1988, p. 111).

Dessa forma, essa configuração espacial participa do espaço social, mas não é o espaço social (SANTOS, 1988, 1997). O espaço social é a soma da forma (paisagem e configuração espacial) e do conteúdo (relações sociais ou dinâmica social). Os elementos da paisagem, tais como os analisados nos núcleos de estudo no item 3.2 desta terceira parte, são um conjunto de objetos materiais, de um dado momento histórico da sociedade, “[...] que se dão diretamente aos nossos sentidos” (SANTOS, 1988, p. 77), de maneira que a paisagem está contida na configuração espacial. Não há configuração espacial sem paisagem e nem paisagem sem configuração espacial, pois são eles, em conjunto, que materializam as relações sociais ao longo do tempo. A análise apenas dos elementos da paisagem é uma análise parcial visto que, “através da paisagem, a configuração territorial apenas se dá parcialmente [...]” (SANTOS, 1988, p. 76).

Igualmente, qualquer análise, seja na paisagem, seja na configuração espacial (ambos analisados no subitem 3.2) de um dado lugar, para não recair em resultados abstratos, deve levar em consideração as suas realidades históricas, visto que estão em permanente associação com a sociedade, fazendo parte do espaço social, que reúne a existência material (configuração espacial e paisagem) e a existência social.

Se a cada momento a configuração espacial e os elementos da paisagem do CHB são o resultado da combinação de diversas ações difundidas em tempos diferentes, então se pode considerá-los de natureza espaço-temporal. Dessa forma, neste capítulo, identificam-se os valores e/ou significados de ações do passado e do presente, em escala local e externa a ele, tanto do CHB quanto dos núcleos de estudo.

Antes de analisar no subitem 3.2 os sucessivos aspectos temporais e espaciais que possam contribuir para o entendimento da situação atual do Centro Histórico de Belém, optou-se no subitem 3.1 por resgatar a importância da preservação de núcleos históricos urbanos assim como os pertencentes ao CHB.

3.1 O interesse pelos núcleos de estudo e sua preservação

De acordo com estudos urbanos desenvolvidos por Panerai (2006), entende-se que esta pesquisa considera os núcleos como espaço urbano de crescimento, por concentrarem as primeiras aglomerações urbanas. Na análise feita neste capítulo encontra-se a evidência de que o Núcleo da Sé corresponde à ideia de Panerai (2006, p. 62) de que o núcleo é:

[...] ao mesmo tempo, a origem – a aglomeração a partir da qual vai se dar o crescimento – e a referência desse crescimento, organizando a constituição do tecido e os crescimentos secundários [...]. Na evolução de uma aglomeração, tal papel é muitas vezes desempenhado pelo centro inicial, ainda que, com o processo de crescimento, outros pólos possam vir a se organizar em contraponto.

O primeiro núcleo urbano de crescimento é o Núcleo da Sé, que dá origem e referência ao crescimento da cidade de Belém. Desta forma, esse núcleo é “a origem de um crescimento multidirecional distendido por várias linhas” (PANERAI, 2006, p. 66). Os Núcleos do Carmo e das Mercês também podem ser classificados, a exemplo do da Sé, como núcleos de crescimento, já que ao redor deles a cidade foi se expandindo, consolidando, passando a ser denominada de CHB. Estes núcleos reúnem elementos da paisagem (vias, quarteirões, lotes, edificações e praças etc.), que, relacionados entre si, permitem a identificação de traços específicos, os quais caracterizam princípios urbanísticos, modeladores da cidade de Belém, como tipos de traçado das vias, dos espaços públicos urbanos e dos quarteirões (TEIXEIRA; VALLA, 1999).

Assim, os núcleos pertencentes aos centros históricos são portadores de características marcantes que, levadas para toda a configuração espacial, por exemplo, do CHB, são a sua representação fisionômica; além de serem parte da tradição urbana portuguesa. Nestes mesmos núcleos estão contidos os princípios de ordem urbana, tais como a adaptação da cidade às irregularidades dos sítios escolhidos, as quadras de tamanho pequeno e mais ou menos regulares, como consequência do cruzamento de vias.

Como dito acima, cada um destes núcleos aqui analisados possui os mesmos modelos de referência, isto é, as cidades construídas em Portugal. Ademais, a sua morfologia urbana foi sendo desenvolvida a partir de diversos processos ao longo do tempo, isto é, de maneira gradual (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 48).

Nas fases iniciais de desenvolvimento destes núcleos populacionais, da responsabilidade dos próprios colonos, trata-se de simples estruturas de ocupação do território adaptadas às condições geográficas existentes. Numa fase posterior de desenvolvimento, que por vezes se sucedia imediatamente às primeiras fases de ocupação territorial mas que contaria já com o apoio de técnicos de arruação [...].

As observações dos diversos processos e estruturas que deram origem à configuração urbana de tais cidades colonizadas pelos portugueses mostram, por exemplo, “[...] as durações e importâncias relativas que tomaram os padrões de localização/orografia, as arruações, os tipos genéricos de edificações, os monumentos (praças ou edifícios singulares), os limites do urbano [...]” (TEIXEIRA, 2004, p. 21).

O termo núcleo é aqui usado para designar uma realidade urbana diferenciada, representada por um espaço aberto, tal como uma praça, rodeado por edificações que possuem importâncias hierárquicas. Este núcleo não é um espaço urbano que resulta do encontro de diversas vias, mas sim o que possui características próprias e surgem a partir da construção de uma igreja e/ou de uma fortificação. Para Araujo (1998, p. 64) “é pela praça que se dá início aos núcleos, é na praça que se instala o pelourinho e é na praça que se condensam os edifícios principais.”

Além das características geomorfológicas e arquitetônicas peculiares dos núcleos, Lemos (1987) ressalta as relações de caráter cultural, histórico, social, econômico e político quando refere-se a eles como sendo um bem cultural composto de infinitas atividades exercidas a partir de inúmeros artefatos relacionados entre si.

Os primeiros núcleos dessa natureza de cidades brasileiras de origem portuguesa situavam-se na margem do mar ou de rios, e suas primeiras fases de desenvolvimento estavam

diretamente relacionadas à estrutura física do território. O primeiro núcleo de tais cidades tinha o caráter defensivo. A partir dessa ocupação primitiva, a cidade ia-se desenvolvendo e, com o tempo, surgiam outros ligados ao primeiro (TEIXEIRA, 2004).

As principais edificações (institucionais e religiosas) situavam-se no perímetro desses núcleos, tornando-os pontos de crescimento das cidades. Tais edificações se interligavam de um núcleo ao outro por caminhos “[...] que estruturavam o espaço urbano e que se tornavam frequentemente as principais ruas da cidade. No encontro destas vias ou associados a estes edifícios singulares geravam-se espaços de praças [...]” (TEIXEIRA, 2004, p. 24).

No Centro Histórico de Belém, o primeiro núcleo defensivo foi o núcleo da Sé (fundado em 1616), a partir da instalação do Forte do Castelo. O mesmo vai se afirmando cada vez mais na cidade à medida que outros vão se formando e interligando-se a este primeiro, tais como os núcleos do Carmo e das Mercês, que surgiram a partir da construção das igrejas de mesmo nome.

Assim como em muitas outras cidades de origem portuguesa, as primeiras fases de desenvolvimento do CHB foram obras dos próprios colonos. As fases seguintes de crescimento, a partir do período pombalino, já contavam com o apoio de técnicos, tais como os engenheiros-militares, que possuíam em sua formação um conhecimento teórico que, voltados para a cidade, traduziam-se cada vez mais em espaços urbanos que refletiam os princípios regulares e geométricos.

No início, a implantação de edificações singulares no território constituía-se elemento estruturador do traçado urbano. Progressivamente, estes locais onde foram inseridas tais edificações notáveis “[...] passam a ser definidos em função da própria lógica do traçado, assumindo então as praças – construídas agora como parte integrante de qualquer traçado – um papel estruturante que até aí não detinham.” (TEIXEIRA, 2004, p. 26).

As praças adotavam cada vez mais uma forma regular além de adquirirem um papel importante na cidade. Caracterizavam-se por edifícios singulares de naturezas diversas que assumiam funções religiosas, políticas, administrativas, militares, além da função de mercado que o próprio espaço público da praça exercia.

A praça urbana estruturada de forma regular aparece tardiamente na cidade portuguesa. É fundamentalmente a partir de finais do século XV e princípio do século XVI que se verifica um processo consistente de construção e de ordenamento de praças na cidade portuguesa, simultaneamente com a sua assunção como sede de poder, substituindo nesse papel os antigos sítios topograficamente dominantes. Até então, os espaços urbanos que cumpriam funções de praças eram espaços formalmente desestruturados, cuja

importância advinha das funções que neles se exerciam e dos edifícios que neles se implantavam. (TEIXEIRA, 2004, p. 27).

Dentre as principais características desses núcleos estão o caráter polarizador, o papel estruturante da malha urbana, serem sede de poder através da existência de edificações singulares e o de exercerem distintas funções. Araujo (1998) e Teixeira (2004) concordam que tais características são concebidas e/ou estimuladas pela existência de praças urbanas planejadas ou geradas pela consolidação de conventos, igrejas ou a partir de espaços resultantes do encontro da própria malha urbana.

Em qualquer destes casos, vários factores contribuíam para a plena caracterização destes espaços como praças: por um lado, as funções que neles se exerciam: funções religiosas, funções de mercado, funções políticas e administrativas, funções militares, ou outras; por outro lado, a natureza dos edifícios que neles se implantavam, correspondendo a essas funções; finalmente, alguma forma de ordenamento espacial que traduzia e consolidava a importância que esse espaço havia adquirido. Uma característica importante das cidades de origem portuguesa é a multiplicidade de praças, destinadas a funções distintas, que podemos encontrar dentro do mesmo núcleo urbano. (TEIXEIRA, 2004, p. 27).

Os três espaços urbanos analisados por este trabalho podem ser, portanto, considerados como núcleos formadores da cidade, pois assumem um papel estruturador e polarizador, além de assumirem funções distintas. Esse papel é consolidado pela existência de uma praça rodeada por edificações notáveis.

Assim, preservar os traçados fisionômicos e sociais desses núcleos com fortes marcas da história da cidade, a exemplo, dos existentes no Centro Histórico de Belém, são fundamentais para manter vivos estes espaços urbanos distintos do restante da cidade. Da mesma forma que preservá-los como espaços urbanos, contendo formas-conteúdos singulares, busca resguardar, para as gerações futuras, o valor e/ou significado como elementos estruturantes do centro histórico, caracterizado pela sua lógica de localização, de inserção no traçado urbano, de funções de poder, bem como pela arquitetura singular que apresenta.

3.2 Configuração espacial do CHB: produção e modificação dos elementos da paisagem dos núcleos de estudo no tempo

Cada um dos períodos históricos analisados aqui, materializados na configuração espacial do Centro Histórico de Belém, resultou em mudanças de forma e conteúdo. No que diz respeito à forma, observa-se que as estruturas e os processos sociais se realizaram através da configuração espacial e de seus elementos da paisagem, mudando-os de significado, isto é, de função. Sob essa ótica, a análise da forma do CHB foi feita segundo uma periodização histórica, a partir de um tempo social, visto que ela não existe por ela mesma.

Como dito no início do trabalho, a apreensão deste espaço urbano será pautada no movimento social em longo prazo, isto é, em um tempo longo que vai de 1616 aos dias de hoje, para não se correr o risco de se enfatizar acontecimentos isolados. Nesse sentido, considerou-se sete períodos históricos: de 1616 a 1750, de 1750 a 1778, de 1778 a 1850, de 1850 a 1920, de 1920 a 1960, de 1960 a 1990 e de 1990 em diante. Explica-se a escolha desses períodos por ser inspirada em Corrêa (1987): o primeiro período remete a implantação da cidade de Belém e o início da conquista territorial; o segundo, ao período pombalino que renova e potencializa o espaço urbano da cidade de Belém; o terceiro foi de intensa agitação e revoltas, a exemplo da Cabanagem, que retardou o melhoramento urbano da cidade; o quarto período caracteriza-se pelo progresso econômico e investimentos públicos e privados que a exploração da borracha proporcionou; o quinto é marcado por uma estagnação econômica e administrativa, após o declínio da exportação da borracha; o sexto caracterizado por um processo de mudança econômica e urbana advindo da conexão física da Amazônia com as outras regiões do Brasil; e, o sétimo período caracterizado por uma nova apropriação dos lugares.

a) Período de 1616 a 1750

O interesse pela descoberta do ouro no Vale do Amazonas foi o motivo de diversas expedições desde meados do século XVI – por exemplo, a expedição de Gonçalo Pizarro em fins do mês de fevereiro do ano de 1541 – inicialmente, de espanhóis e portugueses e, mais tarde, de alemães, holandeses, ingleses e franceses. Com o tempo, as condições dessas conquistas foram se tornando cada vez mais difíceis, em parte pelos conflitos entre os conquistadores com a Coroa espanhola, entre os próprios conquistadores, entre os

conquistadores e os colonos; e, por outro lado, pelas investidas de holandeses, ingleses e franceses na colonização do vale do Amazonas (MACHADO, 1989). As conquistas no mar, a construção territorial e o espaço limitado e fortificado são partes de graduais modificações sociais em que, por um lado, houve a substituição do feudalismo pelo capitalismo e, por outro lado, a substituição de um pensar e saber medieval pela Renascença (MACHADO, 1989).

A história inicial do Brasil foi marcada pelo movimento cultural renascentista e por grandes descobrimentos marítimos realizados, principalmente, por Espanha e Portugal. Em meio a esse período histórico são fundados os primeiros aglomerados urbanos do Brasil, surgidos a partir da expansão da colonização europeia. No entanto, a conquista da região amazônica a partir da fundação da cidade de Belém constituiu para Moreira (1966, p. 30), “[...] frutos tardios do Renascimento, naquilo que ele suscitou e significou como espírito de conquista e de imperialidade.”

A origem da cidade de Belém (em 1616) está relacionada à defesa do território amazônico ante à presença estrangeira na região. No início do século XVII, não era incomum a existência de comerciantes ingleses, franceses e holandeses na foz do rio Amazonas, adquirindo drogas do sertão junto aos grupos indígenas locais. Castanha, cacau, baunilha, urucu e tantos outros produtos, como óleos, cascas de árvores e raízes, alcançavam altos valores no mercado europeu, para onde eram levados. Além disso, havia colonos dessas nacionalidades instalados em várias regiões às margens do grande rio e afluentes. Algumas dessas comunidades já plantavam cana-de-açúcar, o que representava não mais uma possibilidade, mas uma situação real de fixação de colonos estrangeiros na Amazônia (MEIRA FILHO, 1976, v. 1).

Nessa época, Portugal e Espanha eram governados pelo mesmo rei, pois, com a morte do Rei D. Henrique, em 1580, o trono português ficou vago e foi herdado pelo seu sobrinho, Filipe II, que era rei da Espanha. Durante sessenta anos, entre 1580 e 1640, Portugal e Espanha tiveram os mesmos reis, todos espanhóis. Esse período é denominado de União Ibérica (FAUSTO, 2002).

Essa situação acabou por atrair inimigos espanhóis para as terras portuguesas. O Brasil, por exemplo, passou a ser alvo de vários ataques de países inimigos da Espanha. As invasões holandesas no Nordeste – Bahia, em 1626 e Pernambuco, em 1630 – são consequências dessa situação. Antes, em 1612, franceses ocuparam o atual Maranhão, onde fundaram São Luís. Em 1615, foram expulsos pelos portugueses. Foi de lá, do Maranhão, que veio a expedição que deu origem à cidade de Belém. Essa expedição deveria estender o

domínio luso-espanhol sobre o norte, afastar os comerciantes estrangeiros de drogas do sertão e expulsar os colonos, que já haviam se fixado na terra (MACHADO, 1989).

Sob o comando de Francisco Caldeira de Castelo Branco, uma pequena armada partiu de São Luís em 25 de dezembro de 1615. Após 18 dias, chegou ao atual sítio de Belém. No dia 12 de janeiro de 1616, começou-se a erguer um forte de madeira, denominado de forte do Presépio, em homenagem ao fato de a expedição ter saído do Maranhão no dia de Natal (MEIRA FILHO, 1976, v. 1).

O Presépio localizava-se numa ponta de terra no encontro do Rio Guamá com a Baía de Guajará. A área escolhida era um elevado, sendo margeada pelo alagadiço do Igarapé do Piri, o que, para alguns analistas, dava ao forte condições excepcionais de defesa. Entretanto, autores, como Southey (apud COIMBRA, 2002), afirmam o contrário, dizendo que a localização entre pantanais tornava-o indefensável.

Era a elevação, o promontório, o barranco sobranceiro, que Caldeira escolheria para lançar os fundamentos da povoação que se transformaria em cidade, capitania, província, estado, cabeça de mais da metade das terras conquistadas pelos portugueses no Brasil. Ali estava, há milênios, dominando a vastidão das águas sob o sol, do Equador, na selva onde habitavam as tribos Tupinambás, à espera, talvez, daquele momento radioso que, perante a história, viria fazer sua revelação universal. (MEIRA FILHO, 1976, v. 1, p. 50).

A imagem do “barranco sobranceiro” dominando a vastidão das águas fundamenta muitas impressões sobre a escolha do lugar de construção do forte. Não apenas em relação às infundas águas do Amazonas e seus afluentes, mas também sobre o domínio que o forte proporcionaria sobre as águas do Guajará. Além disso, favoreceria a defesa da terra contra um possível ataque, exatamente por se encontrar em um ponto mais elevado que os possíveis navios inimigos (MEIRA FILHO, 1976, v. 1).

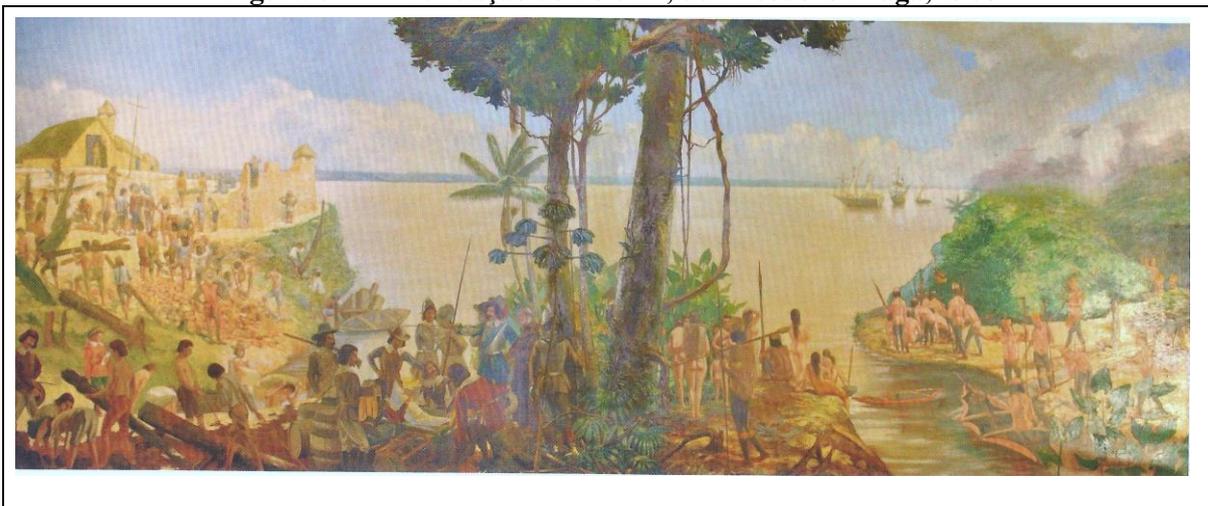
Segundo Rocha, Belém foi construída numa pequena península, formada por um fragmento de terraço, o qual está colocado 7 ou 8 metros acima do nível médio das águas. Tal fragmento de terraço é contornado, ao Sul, por um rio (o Guamá) e, a oeste, por uma baía (a do Guajará). Isolando-o, havia, em 1616, nas outras direções, as planícies de inundação de um igarapé (o Piri). Foi, portanto, mal escolhido, do ponto de vista da conveniência estratégica militar portuguesa, afirma Roberto Southey, em “História do Brasil” (1862), porque, sua localização entre pantanais, tornava-o indefensável. Southey, ao afirmar isto, apoiava-se em Bernardo Pereira de Berredo – capitão-general, governador do Maranhão/Gram-Pará, entre 1718 e 1722, e autor de “Anais Históricos do Estado do Maranhão” (COIMBRA, 2002, p. 40-41).

É certo que essa área era desfavorável para o assentamento urbano e para sua expansão, pois esse fragmento de terra, com aproximadamente cinco metros de altitude, era praticamente isolado, a oeste pela Baía de Guajará, ao sul pelo Rio Guamá e por terra firme por um grande alagado, o Piri, tornando-se um terreno menos sólido e menos propício à ocupação. Porém, sabe-se que a escolha desse local deveu-se a uma visão política e geográfica, como parte de um processo estratégico de defesa, em face das pretensões de ocupação do território por outras potências europeias da época (MEIRA FILHO, 1976; TRINDADE JÚNIOR, 1997).

O forte, basicamente uma paliçada, era envolto por um cercado de madeira, em cujo interior foram erguidas habitações de madeira para os soldados e uma pequena ermida, em homenagem à Nossa Senhora da Graça (MEIRA FILHO, 1976, v. 1). Essas construções, assim como áreas do forte, tinham cobertura de palha. A fortificação parece que não era tão forte, apesar do seu objetivo, tanto que, pouco depois, em 1630, o sétimo capitão-mor do Grão-Pará Bento Maciel Parente escreveu à Corte dando conta de que a construção estava desmantelada e que seria fácil ser tomada por qualquer inimigo (CRUZ, 1973).

Uma polêmica surgiu quando Theodoro Braga, sob encomenda do Intendente Antônio Lemos, concluiu a pintura de “A Fundação de Belém”, em 1908 (Figura 6). A obra retrata o que seriam os primeiros momentos da cidade. Na explicação detalhada que o artista fez de sua obra, ele afirmou que o forte era de pedra, causando um grande debate com vários intelectuais da época (BEZERRA NETO; GUZMÁN, 2002, p. 110-111).

Figura 6 – “A Fundação de Belém”, de Theodoro Braga, 1908



Fonte: Meirelles Filho (2009)

Obra controversa, ela traz alguns símbolos da vegetação amazônica, como a imbaubeira, a seringueira e o açazeiro, que dividem a tela em dois planos. O da direita, mostra a chegada das três embarcações e a presença de tupinambás à beira do igarapé, onde hoje é a área do Ver-o-Peso. À esquerda, além da figura do fundador Francisco Caldeira de Castelo Branco próxima ao centro, vê-se o forte já sendo erguido, aparecendo a capela e as habitações muito simples, além de peças de artilharia já assentadas (BEZERRA NETO; GUZMÁN, 2002, p. 112-113).

A construção do forte não pode ser vista, entretanto, somente dentro dos limites dos objetivos militares. Ela apresenta elementos recorrentes no processo de colonização portuguesa no Brasil, no qual a ocupação populacional e/ou militar não estava desvinculada do alto caráter religioso. Isso é uma constatação quase óbvia em se tratando de Portugal no século XVI, mas que não pode ser relegada ao esquecimento. A denominação do forte reflete claramente essa situação ao homenagear o nascimento de Cristo. Outro aspecto que deve ser lembrado é que, mesmo em condições precárias, foi construída uma capela no interior da fortificação (ARAUJO, 1998; MEIRA FILHO, 1976, v. 1).

Ademais, na época da política colonial de Felipe II, em meio às condições hostis de conquista do território, um dos instrumentos de legitimação dessa conquista territorial e do controle financeiro e institucional era a missão religiosa. Com esse sistema de controle territorial ibérico, “ao legitimar a posse dos reis católicos, a Igreja adquiriu, como contrapartida, o direito de participar em todos os empreendimentos de conquista e colonização” (MACHADO, 1989, p. 15).

A denominação dada a área onde foi construído o Forte foi de Feliz Lusitânia. Não se sabe ao certo a extensão do que era a Feliz Lusitânia, se a região adjacente ao forte ou as terras a partir dali para o interior da Amazônia. Entretanto, é emblemático o nome, pois se a proposta era a de conquista, de delimitar a região como um espaço português, nada mais simbólico do que “lusitanizar” as terras, a partir da própria denominação dada a elas.

Os primeiros tempos de Belém foram para assegurar o controle sobre o território e para isso usaram-se campanhas de intimidação, a fim de desestimular os índios a qualquer tipo de aliança com os invasores e garantir o seu apoio e amizade por meio de missões religiosas (MACHADO, 1989). Embora houvesse conflitos com inimigos estrangeiros – principalmente holandeses, franceses e ingleses – e com algumas tribos indígenas, os portugueses mantiveram a ponta de terra onde foi assentado o forte, em 1616, que serviu de base para a expansão do povoado. A partir desse ponto, consolidou-se como a primeira fase

de ocupação o bairro da “Cidade”, atual Cidade Velha, com caminhos de penetração ao interior da mata, paralelos ao rio Guamá.

A partir do ano de 1619, Belém se firmava além dos muros da fortaleza (Forte do Castelo), consolidando, assim, o bairro da Cidade. Esse bairro foi se expandindo a partir das construções das igrejas, em terrenos doados por pessoas ilustres da cidade de Belém. A porção urbana em que se localiza o Forte do Castelo, aqui denominada de Núcleo da Sé – hoje constituída pelas igrejas da Sé e de Santo Alexandre e por outras edificações – é o primeiro dos núcleos da cidade, que foi construído a partir de 1616.

No que diz respeito ao Forte do Castelo, essa construção tem tríplice importância em relação à cidade de Belém: “histórico por ser o forte o nascedouro da cidade; geográfico por constituir o seu trecho ou lugar mais saliente e aprazível; geométrico por representar o seu ponto focal, tanto como centro de referência como de irradiação” (MOREIRA, 1966, p. 49).

Para Araujo (1998), o elemento fortificação simboliza a posse do território pelo império português, além de ser o ponto inicial dos fundamentos da expansão urbana portuguesa nas suas colônias, pretendendo assim evidenciar a presença da Coroa portuguesa nos territórios ultramarinos.

Em meados do século XVII, observa-se, no bairro da Cidade (atual bairro da Cidade Velha), um espaço bastante alargado, localizado no Núcleo da Sé, de onde irradiam as quatro primeiras ruas alinhadas abertas oficialmente da cidade que está surgindo: as ruas do Norte (atual Rua Siqueira Mendes), do Espírito Santo (Rua Doutor Assis), dos Cavaleiros (Rua Doutor Malcher) e São João (Rua Tomázia Perdigão). Em seguida, de leste a oeste, surgem outras tantas ruas que atravessam as primeiras (ARAUJO, 1998; MEIRA FILHO, 1976). Para Cruz (1973), essas primeiras vias são classificadas como paralelas ao rio Guamá.

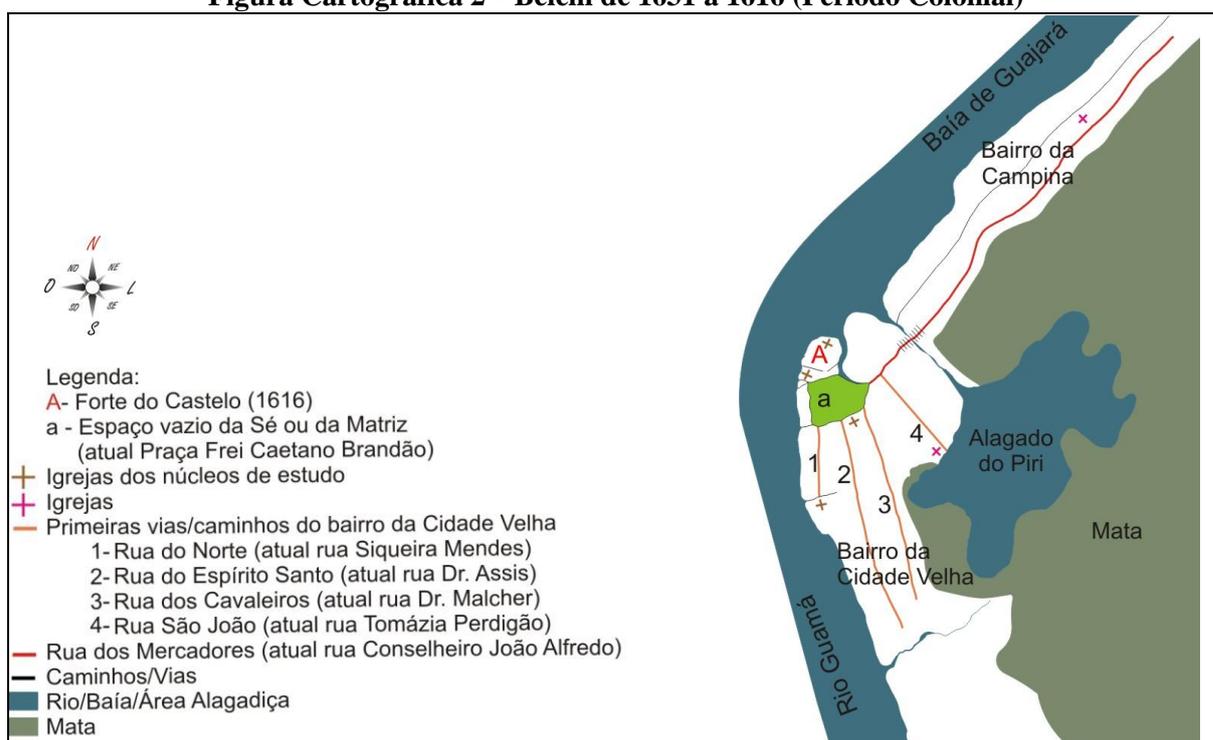
Por volta de 1626, surgiu, a partir da construção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, o Núcleo do Carmo. Esses dois núcleos ligam-se através da Rua do Norte que atualmente se chama Rua Siqueira Mendes (MOREIRA, 1966), ver Figura Cartográfica 2. Assim como outros autores, Cruz (1992) considera a Rua do Norte como a primeira rua da cidade de Belém¹³:

¹³ Vale salientar que antigos moradores da cidade consideram a Ladeira do Castelo como a primeira rua de Belém. No entanto, a única referência encontrada a essa rua foi a feita por Pinto (1906), que remete à época do Governador e Capitão Geral João Pereira Caldas, por volta de 1780. Em seu estudo, esse autor cita as modificações no muro do Seminário, pertencente ao antigo Colégio dos Jesuítas, para alargar uma passagem que ficava entre essa instituição religiosa e o Forte.

A rua do Norte foi a inicial, e ficava paralela à baía do Guajará, indo da praça D'armas, onde se abrigavam os soldados de Castelo Branco, ao ponto onde está hoje a Igreja do Carmo [...] (CRUZ, 1992, p. 15).

Do período em análise até hoje, no bairro da Cidade Velha, dos 23 arruamentos mapeados, muitas vias conservaram os mesmos nomes, outras não, e poucas sem identificação, receberam novas denominações (Quadro 3, Figuras Cartográficas 3 e 4).

Figura Cartográfica 2 – Belém de 1631 a 1616 (Período Colonial)



Fonte: Meira Filho (1976, v. 1) / Modificado pela autora, 2012

Quadro 3 – Toponímia das vias do bairro da Cidade Velha

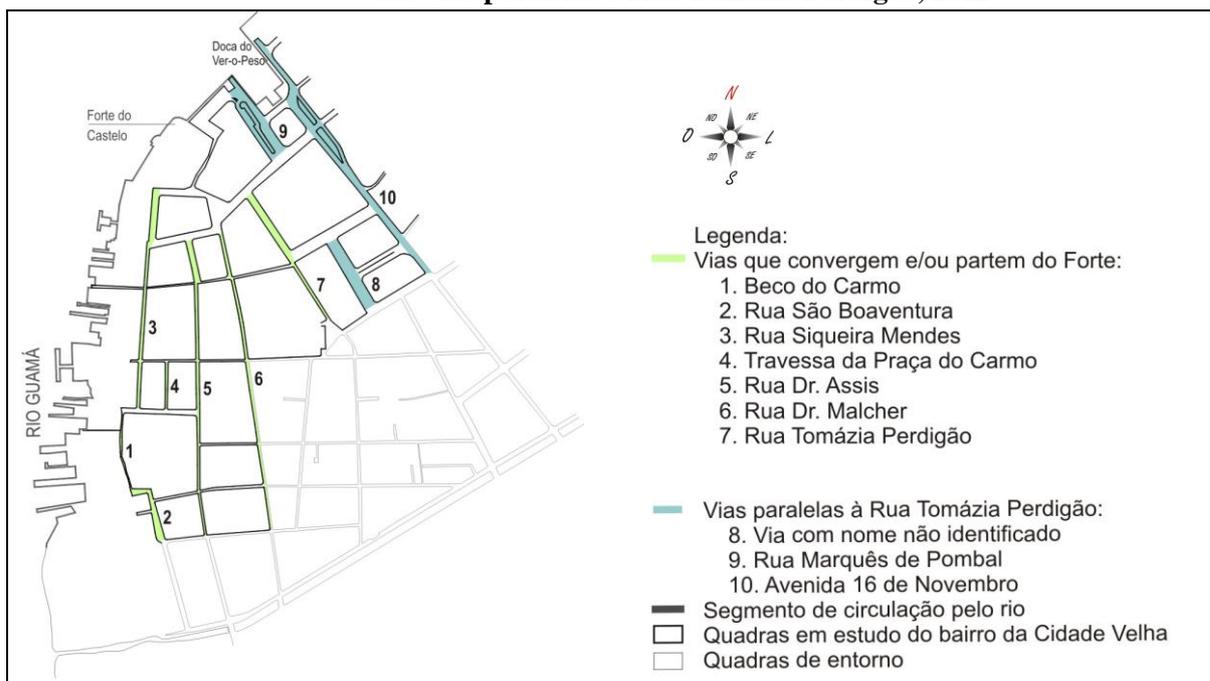
Toponímia das vias atuais	Toponímia das vias em tempos passados
Beco do Carmo	—*
Rua São Boaventura	Sem modificação
Rua Siqueira Mendes	Rua do Norte
Rua Doutor Assis	Rua do Espírito Santo
Rua Doutor Malcher	Rua dos Cavaleiros
Rua Tomázia Perdigão	Rua São João; Ilhargá do Palácio
Travessa da Praça do Carmo	—*
Avenida Coronel Fontoura	—*
Avenida Portugal (que segue com o nome de Rua Desemb. Inácio Guilhon e depois com o nome de Avenida 16 de Novembro)	Travessa da Companhia, Estrada de São José
Rua Marquês de Pombal	Travessa do Seminário
Ladeira do Castelo	Sem modificação
Rua Padre Champagnat	Rua da Calçada do Colégio; Pedro Raiol

Rua da Praça Dom Pedro II	-*
Rua Coronel João Diogo	-*
Travessa Félix Roque	Travessa da Residência; Travessa da Rosa; Travessa da Sé; Travessa da Vigia
Travessa Major Joaquim Távora	Travessa Demétrio Ribeiro, Travessa da Atalaia
Travessa Dom Bosco	Travessa do Carmo
Travessa Pedro Albuquerque	Travessa de Cintra; Travessa da Água de Flores
Travessa Gurupá	Travessa da Barroca
Travessa Alenquer	-*
Beco do Cardoso	-*
Via de nome não identificado	-*
Via de nome não identificado	-*

Fonte: Cruz (1971); Meira Filho (1976, v. 1)

* via que não existia ou não se identifica o nome

Figura Cartográfica 3 – Toponímia das vias que convergem e/ou partem do Forte do Castelo e das vias paralelas à Rua Tomázia Perdigão, 2012

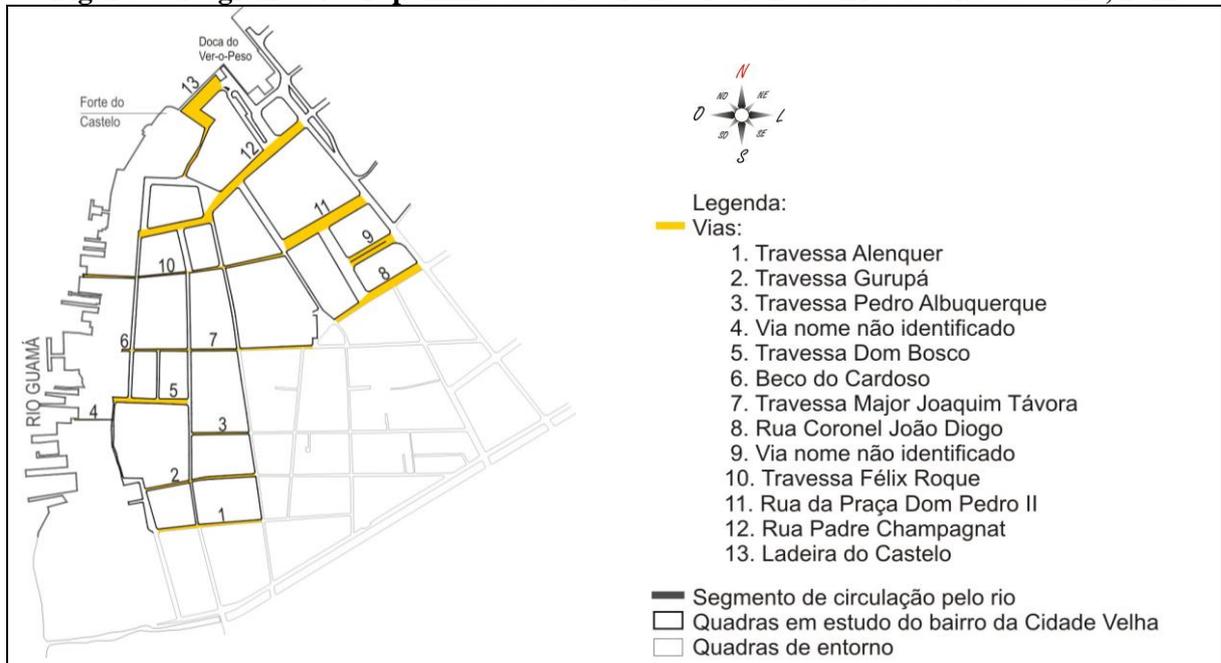


Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Ainda no século XVII, por volta de 1627 com a construção do Convento de Santo Antônio, a cidade ganha um novo bairro, o da Campina, localizado em área mais alta (5 – 10 metros), sendo ainda pequena a interiorização dessa urbanização. Com a construção e localização de suas igrejas e de seus espaços públicos nesse bairro, a cidade foi se expandindo na mesma direção. Segundo Moreira (1966), o bairro da Campina era a única área campestre natural da cidade, daí o nome deste bairro.

A única formação dessa natureza na região belemense parece ter sido a antiga campina da cidade, hoje ocupada pelo bairro do mesmo nome. Tivemos provavelmente aí um campo ou campina da várzea, como área inclusa na floresta local [...] (MOREIRA, 1966, p. 77).

Figura Cartográfica 4 – Toponímia das vias transversais no bairro da Cidade Velha, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

A construção de um hospício, de um convento e da igreja de Santo Antônio (em 1627), por franciscanos, foi o ponto de partida tanto para a constituição do núcleo com o mesmo nome (Núcleo de Santo Antônio) quanto para o início da ocupação do bairro da Campina. As suas raízes estão ligadas à decisão de quatro missionários em construir o referido hospício em lugar mais afastado do núcleo urbano.

[...] esses quatro missionários capuchos de Santo Antônio viriam a ter um papel saliente e oportuno na vida da colônia. Abrigaram-se humildemente em uma pequena *palhoça* ao lado dos terrenos do forte e, depois, dali partiram para lugar mais ermo, distante dos colonos, que escolheram e acharam apropriado para levantar um pequeno hospício de madeira e palha, no sítio do Una [...] (MEIRA FILHO, 1976, v. 1, p. 61, grifo do autor).

A partir daí, surgiu, com uma ponte sobre o Piri, um caminho, que ligava o forte a esse local. Foi esse caminho que deu início ao bairro da Campina, onde, paulatinamente, foram-se desenvolvendo atividades comerciais. A primeira rua do bairro da Campina, a Rua dos Mercadores (atual Rua Conselheiro João Alfredo), contribuiu para o surgimento de outras ruas, paralelas ao rio, e travessas (Figura Cartográfica 10).

Assim como as vias do bairro da Cidade, os primeiros arruamentos do bairro da Campina tinham nomes inspirados, por exemplo, na geografia e na religião (MOREIRA, 1966). Os 18 arruamentos em análise neste bairro foram classificados conforme o Quadro 4 (Figuras Cartográficas 5 e 6).

Quadro 4 – Toponímia das vias do bairro da Campina

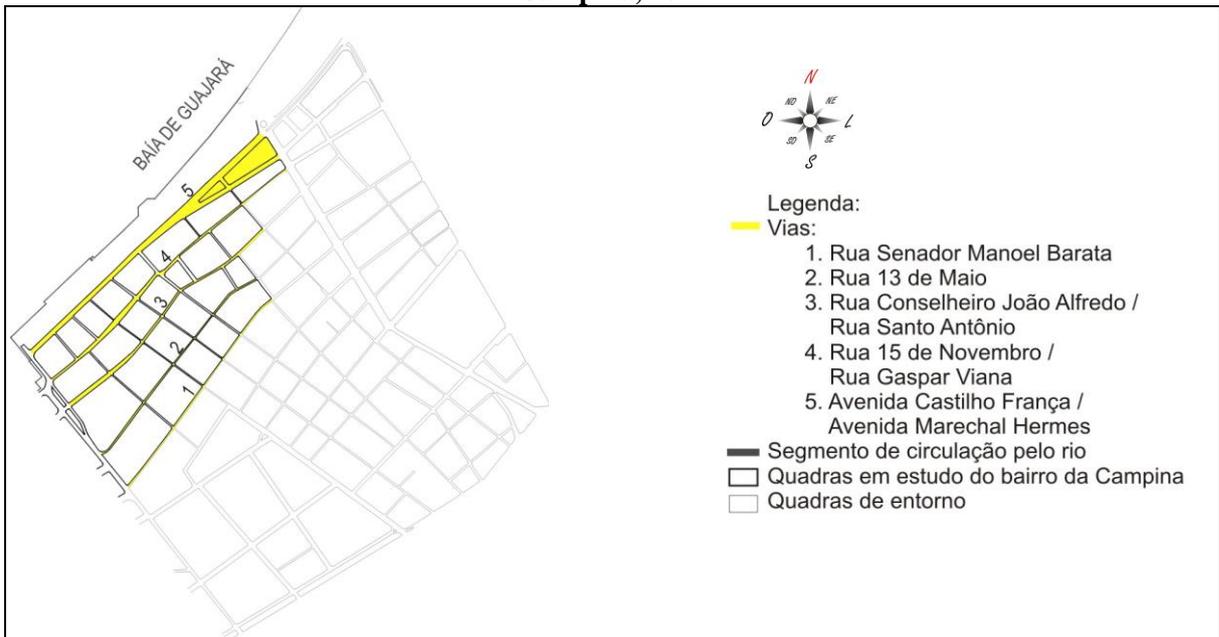
Toponímia das vias atuais	Toponímia das vias em tempos passados
Rua Senador Manoel Barata	Rua Nova de Santana; Dr. Paes de Carvalho; Rua de São Vicente
Rua 13 de Maio	Rua do Paixão; Rua Formosa
Rua Conselheiro João Alfredo (que no começo da Praça do Largo das Mercês passa a ser identificada como Rua Santo Antônio)	Rua dos Mercadores; Rua da Cadeia
Rua 15 de Novembro (que no começo da Praça do Largo das Mercês passa a ser identificada como Rua Gaspar Viana)	Rua da Praia; Rua dos Açougues; Rua da Imperatriz
Avenida Castilho França (que na bifurcação do lado de cima, a via mais próxima à baía passa a ser identificada de Avenida Marechal Hermes e a outra via pertencente à bifurcação continua a ser chamada de Avenida Castilho França)	Boulevard da República; Rua Nova do Imperador; Rua da Boa Vista; Rua da Câmara
Travessa Ocidental do Mercado	Sem modificação
Travessa 7 de Setembro	Travessa do Pelourinho
Travessa Oriental do Mercado	Sem modificação
Travessa Padre Eutíquio	Travessa São Matheus
Travessa Campos Sales	Travessa do Passinho
Travessa Frutuoso Guimarães	Travessa das Mercês, Travessa do Laranjal
Travessa Barão do Rio Branco	-*
Rua Barão de Guajará	-*
Rua da Indústria	-*
Travessa Leão XIII	Travessa da Indústria
Travessa Padre Prudêncio	Travessa da Misericórdia; Rua do Landi
Travessa 1º de Março	Travessa das Gaivotas
Avenida Presidente Vargas	Avenida 15 de Agosto; Travessa dos Mirandas

Fonte: Cruz (1971); Meira Filho (1976, 2 v.); Mendonça (2003)

* via que não existia ou não se identifica o nome

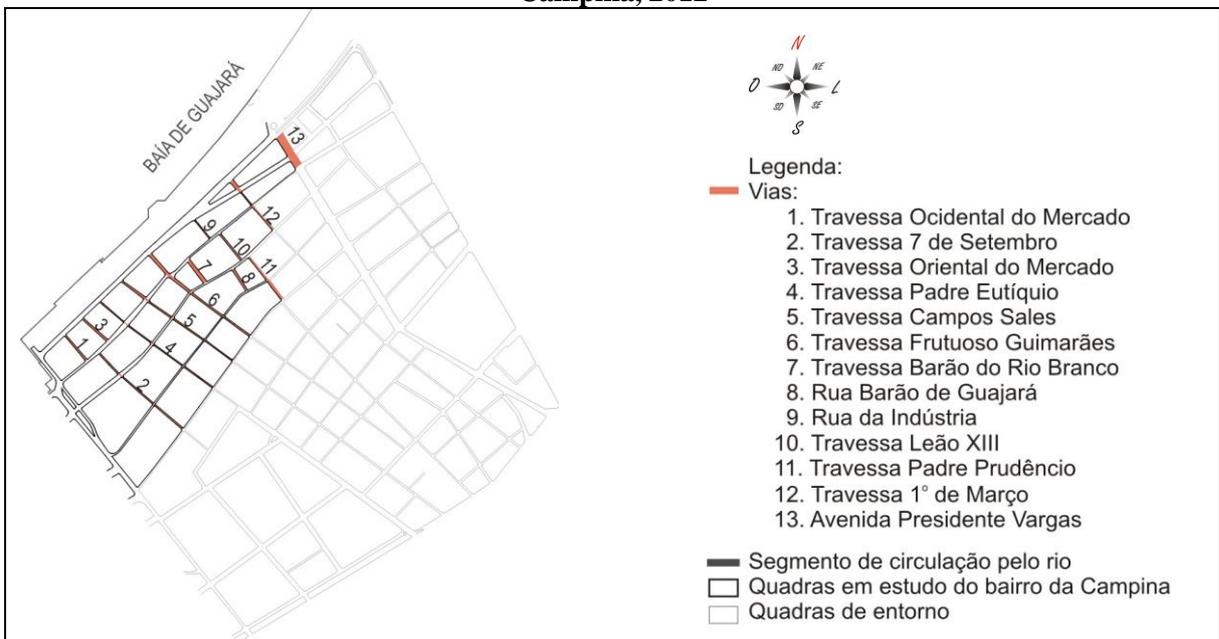
Por volta de 1640, surge o segundo núcleo do bairro da Campina, o Núcleo das Mercês, iniciado com a construção da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e de seu convento.

Figura Cartográfica 5 – Toponímia das vias paralelas à Baía de Guajará no bairro da Campina, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 6 – Toponímia das vias transversais à Baía de Guajará no bairro da Campina, 2012



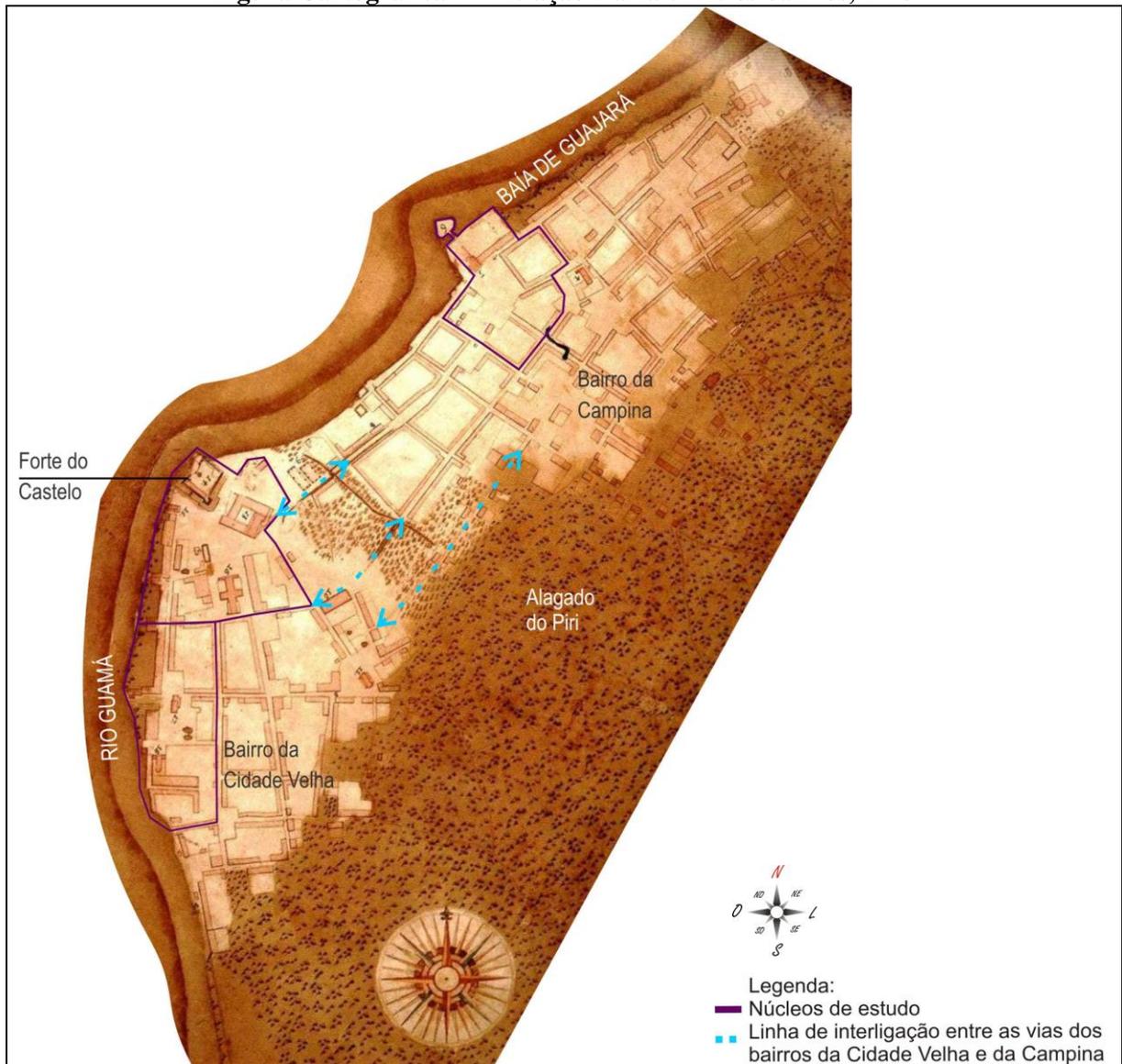
Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

A existência do alagado do Piri – que praticamente separava os dois únicos bairros existentes na cidade – não impediu o prolongamento das vias desses bairros, ou melhor dizendo, não impediu o sentido de continuidade (Figura Cartográfica 7). Enquanto o Forte do Castelo era o elemento unificador dos bairros da Cidade e da Campina, o igarapé do Piri

dividia a cidade em duas. Em outras palavras, funcionava como um limite natural e de divisão interna da urbe. Este alagadiço, segundo Moreira (1966):

Ocupava largo trecho da parte oriental da cidade, praticamente os fundos da zona urbana da mesma, apresentando maior desenvolvimento no sentido da atual Avenida Almirante Tamandaré. Segundo Manuel Barata, tinha 600 braças de comprimento e 300 de largura. (MOREIRA, 1966, p. 126).

Figura Cartográfica 7 – Relação viária entre os bairros, 1753



Fonte: Reis (2000) / Modificado pela autora, 2012

Nos primeiros anos de existência da cidade de Belém, o Alagado do Piri e a mata constituíam os primeiros impedimentos à expansão urbana (isto é, à conquista territorial) para o continente. De meados do século XVII até o final do século XVIII, o alagado desempenhava o papel ainda de limite do crescimento urbano da cidade.

Nesse início, as dificuldades de formação urbana, ou o seu retardamento, eram devidos “[...] à falta de mão de obra especializada e de gente hábil para orientar os serviços de instalação civil do povoado [...]” além da necessidade, constante, de empreender expedições de defesa do território amazônico contra os estrangeiros (MEIRA FILHO, 1976, v. 1, p. 56).

Desde meados do século XVII, Belém se diferenciava de outras cidades e vilas pela influência e irradiação territorial que exercia. Segundo Moreira (1966, p. 15), “[...] direta ou indiretamente, quase todas as cidades da Amazônia brasileira se acham filiadas historicamente a ela. São reflexos ou desdobramentos do fluxo que dela se irradiou.” E, de acordo com Meira Filho (1976), no ano de 1631 a:

[...] capital do Grão-Pará já não é mais um simples porto de desembarque, onde o colonizador procurava, apenas, os meios para organizar suas investidas no Vale e prosseguir na exploração e colheita de suas riquezas. A colônia em seus primeiros quinze anos, demonstrava unidade e solução urbana, embora empírica e primitiva. (MEIRA FILHO, 1976, v. 1, p. 160).

Segundo o mesmo autor, as impressões do jesuíta da Companhia de Jesus João Fellipe Bettendorff sobre o aspecto da cidade em meados do século XVII eram de uma terra rica que dependia do braço do colono e principalmente dos nativos:

Era a cidade do Pará ainda em o anno de 1660 cousa mui limitada, porém depois disso cresceo tanto em moradores e casas bellas, que agora se pode gloriar do título de cidade; se bem é mui pobre, não é isso por lhe faltar meios com que possa ser um dos mais ricos impérios do mundo, mas é por falta de bom governo e industriados moradores, os quaes todos querem viver à lei da nobreza, e serem servidos em o Pará, quando a mor parte delles em suas terras serviriam a outros, e quando menos a si mesmos; e como por esta sua soberba os castigue Deus tirando-lhes os escravos, que lhe serviam (...) (BETTENDORFF apud MEIRA FILHO, 1976, v. 1, p. 412, grifo do autor).

Para Machado (1989), as dificuldades que a cidade de Belém vivenciava durante o século XVII até mais ou menos as primeiras décadas do século XVIII – tais como a ameaça de invasores, o alagado do Piri e a necessidade do trabalhador permanente para trabalhos cotidianos – estavam vinculadas ao objetivo do controle territorial do rio Amazonas, isto é, à defesa das colônias portuguesas no novo mundo. Nos seus primeiros oitenta e quatro anos (1616 a 1700) de existência, a cidade de Belém vinha firmando raízes e formando a sua personalidade, de maneira que:

[...] a Feliz Lusitânia com seu berço no *presépio* dilatara seus braços em todos os sentidos, dominando intrusos, subjugando tribos selvagens, expulsando indesejáveis, conquistando rios e florestas majestosas e se qualificando perante a Corte portuguesa como o maior centro de conquista e de liderança do domínio lusitano no norte do Brasil. (MEIRA FILHO, 1976, v. 1, p. 243-244, grifo do autor).

O jesuíta Antonio Vieira, ao referir-se à cidade de Belém em meados do século XVII, diz que o comércio interno era mínimo de maneira que “[...] não havia nada que se assemelhasse à vida urbana” (MACHADO, 1989, p. 36). Já a situação econômica da cidade de Belém no período pré-reforma pombalina “[...] se apoiava na exportação do cacau, do cravo, da madeira e do café” (MACHADO, 1989, p. 68). No entanto, a partir de 1730, de acordo com o relato de Baena (1969), a colônia gozava de boas condições econômicas, resultantes, por exemplo, do crescimento do cultivo de gêneros (tais como o cacau, a salsaparilha e o café) e do comércio local relacionados com a exportação das drogas (MACHADO, 1989).

No processo de evolução urbana de Belém, verifica-se que o crescimento da cidade foi organizado¹⁴, inicialmente, por núcleos urbanos, tais como os da Sé, do Carmo e das Mercês, e por vias que interligavam esses núcleos na formação e na ocupação inicial dos bairros da Cidade Velha e da Campina.

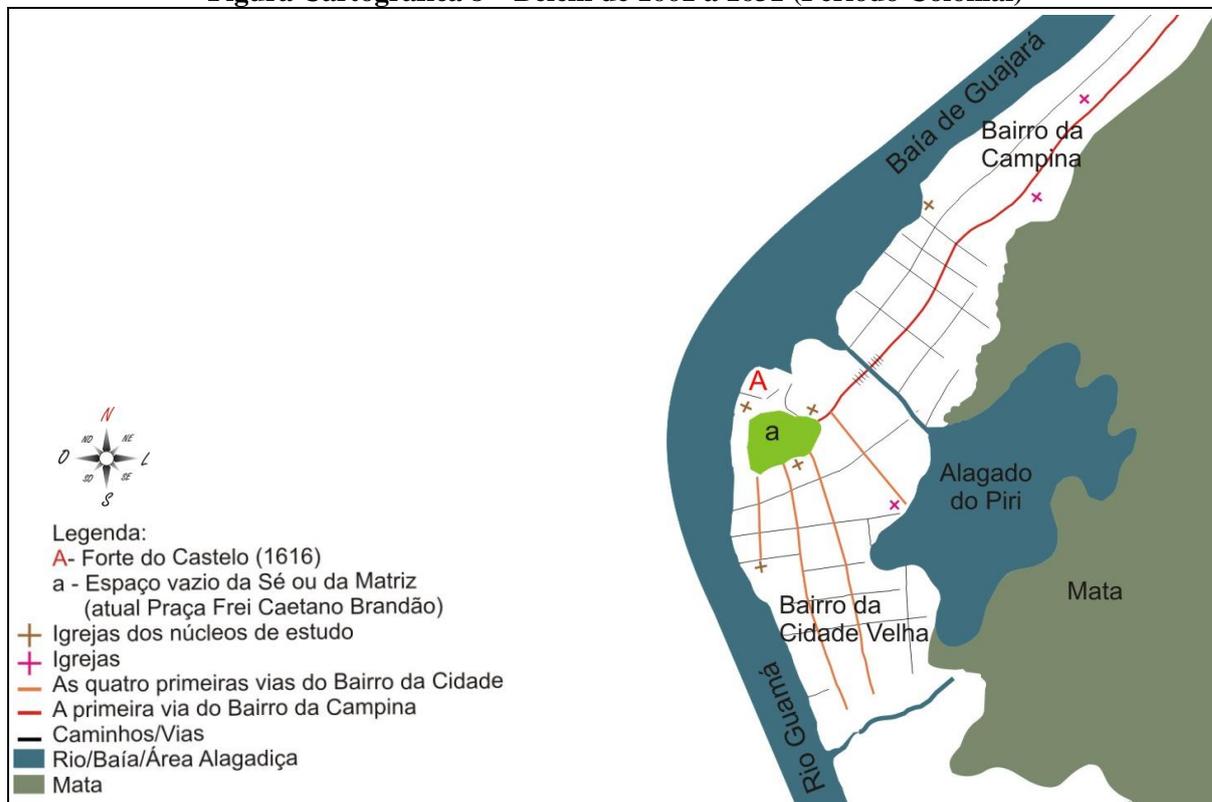
Os núcleos foram os suportes iniciais de crescimento para a cidade de Belém. Após a ocupação do primeiro núcleo (o da Sé), foram surgindo caminhos (linhas de crescimento) entre a mata que, com o tempo, transformaram-se em ruas e avenidas. O grande incentivo para o surgimento desses núcleos foi o processo de conquista territorial representado pela doação de terras para a construção das casas religiosas (MEIRA FILHO, 1976).

O processo de conquista territorial, além de contribuir para o surgimento dos núcleos, também contribuiu para que, tanto na Cidade Velha como na Campina, a urbanização ocorresse, primeiro e, de certa forma, paralela ao rio (na Cidade Velha) e à baía (no bairro da Campina) para, em seguida, com suas travessas, ir adentrando a mata, contornando ainda o Alagado do Piri (Figura Cartográfica 8). Do ponto de vista funcional, o controle territorial, que se iniciou paralelo ao rio e à baía e que, mais tarde, adentrou a mata, demonstra uma finalidade primeiramente de defesa e de ocupação militar e, com o tempo, de penetração do

¹⁴ A análise morfológica do processo de crescimento da cidade de Belém passa pelo entendimento do que Panerai (2006) denomina de elementos reguladores. Segundo esse autor, “fisicamente, o crescimento das cidades parece ser regulado pela relação entre dois tipos de elementos: aqueles que organizam a expansão (linhas, pólos e núcleos) e aqueles que a contêm (barreiras e limites)” (PANERAI, 2006, p. 60).

território voltada para a busca de especiarias da terra, de ouro e de melhor assentamento de moradias.

Figura Cartográfica 8 – Belém de 1661 a 1631 (Período Colonial)



Fonte: Meira Filho (1976, v. 1) / Modificado pela autora, 2012

O estudo morfológico da cidade no período em análise reflete a expressão cultural do urbanismo colonial português que remonta à ideia de se fazer cidades além-mar. O processo compositivo da forma urbana expressa, por exemplo, que as cidades são formadas com finalidades e não ao acaso. O Núcleo da Sé, como matriz geradora da cidade, é reconhecido como o ponto central do desenho urbano – representante da mentalidade renascentista que referencia a simbologia do centro, de maneira que a “[...] relação de equivalência e hierarquia entre as partes se dá em comparação com um ponto unitário e convergente, o centro.” (ARAÚJO, 1998, p. 46).

Essa simbologia do centro remete a um papel irradiador do desenho urbano. As linhas de ligação entre os núcleos urbanos demonstram a importância do controle da composição urbana e territorial, a adoção de figuras regulares na prática urbana portuguesa, que, segundo Araujo (1998, p. 48), “[...] é certo que o quadrado e as formas quadrangulares assumiram a primazia na eleição formal e compositiva dos seus trabalhos de urbanização”, uma hierarquia entre os núcleos maiores (como, por exemplo, o da Sé) e menores (como o do Carmo e das

Mercês) e a abertura de ruas a partir do ponto central (como no Núcleo da Sé). Além disso, mostram a composição dos núcleos formados por uma praça, marcada por edifícios que reforçam os atributos do poder (religião e Estado). Esses edifícios que a compõe, pertencente ao núcleo urbano, são edificações simbólicas que contribuem para caracterizá-la.

Nos primeiros anos de Belém, o núcleo original da cidade – o Núcleo da Sé – reunia as instituições de poder e as funções simbólicas, representadas, por exemplo, pelo Forte do Castelo (poder militar) e pelas igrejas da Sé e de Santo Alexandre (poder religioso). Os outros dois núcleos – Núcleos do Carmo e das Mercês – embora afastados, mantinham uma relação com esse núcleo inicial, garantida pela amarração feita por vias de interligação e/ou eixos de ligação.

O estudo do direcionamento do arruamento mostra que todas as primeiras vias dos dois bairros tiveram como ponto de irradiação a praça matriz, onde se encontra o Forte do Castelo, localizado no Núcleo da Sé. Como pensava também Meira Filho (1976, v. 1, p. 127, grifo do autor) que essas quatro primitivas artérias “[...] se irradiavam do *largo da matriz*, em direção dos rios e do sertão.”

Para esse pesquisador, o Forte do Castelo simboliza a posse militar e política das terras do Grão-Pará e o largo da Matriz – onde foi erguida a segunda construção da ermida de Nossa Senhora da Graça, com início de sua construção por volta de 1617 e sua conclusão aproximadamente em 1619 – caracteriza o direcionamento da formação da nova colônia portuguesa:

A fortificação fora o apoio, a lápide que representa a conquista militar e política, a posse das terras do Parauaçu. Porém, à clareira que gerou o *largo da matriz*, devem-se sem qualquer dúvida, a orientação, a marcha, o passo definitivo para a formação da cidade, sob a invocação de N. S. de Belém do Grão-Pará! (MEIRA FILHO, 1976, v. 1, p. 127, grifo do autor).

Paralelamente ao rio e à baía, surgem os primeiros caminhos, que, mais tarde, transformaram-se em ruas: as que se irradiam do núcleo da Sé (as atuais Ruas Siqueira Mendes, Dr. Assis, Dr. Malcher e Tomázia Perdigão), no bairro da Cidade Velha, e a que é paralela à baía de Guajará (a atual Rua Conselheiro João Alfredo), no bairro da Campina. Essas ruas são aqui consideradas como linhas de crescimento, pois deram suporte à expansão de Belém (Figura Cartográfica 9).

O Forte do Castelo e as igrejas foram elementos capazes, em um primeiro momento, de provocar a formação de centralidades no interior do tecido urbano em análise. O Núcleo da Sé, a primeira centralidade da cidade de Belém, surgiu devido à instalação, no local, do Forte

do Castelo e das Igrejas. Essas instalações foram pontos de atração das cinco primeiras ruas da cidade. A primeira rua de Belém – a antiga Rua do Norte (atual Rua Siqueira Mendes), que faz parte do Núcleo da Sé –, inicia o Núcleo do Carmo a partir da instalação da Igreja de Nossa Senhora do Carmo; a quinta rua, que se inicia no Núcleo da Sé – a atual Rua Conselheiro João Alfredo (antiga Rua dos Mercadores) –, passa pelo Núcleo das Mercês, no bairro da Campina, constituído a partir da instalação da Igreja e Convento dos Mercedários.

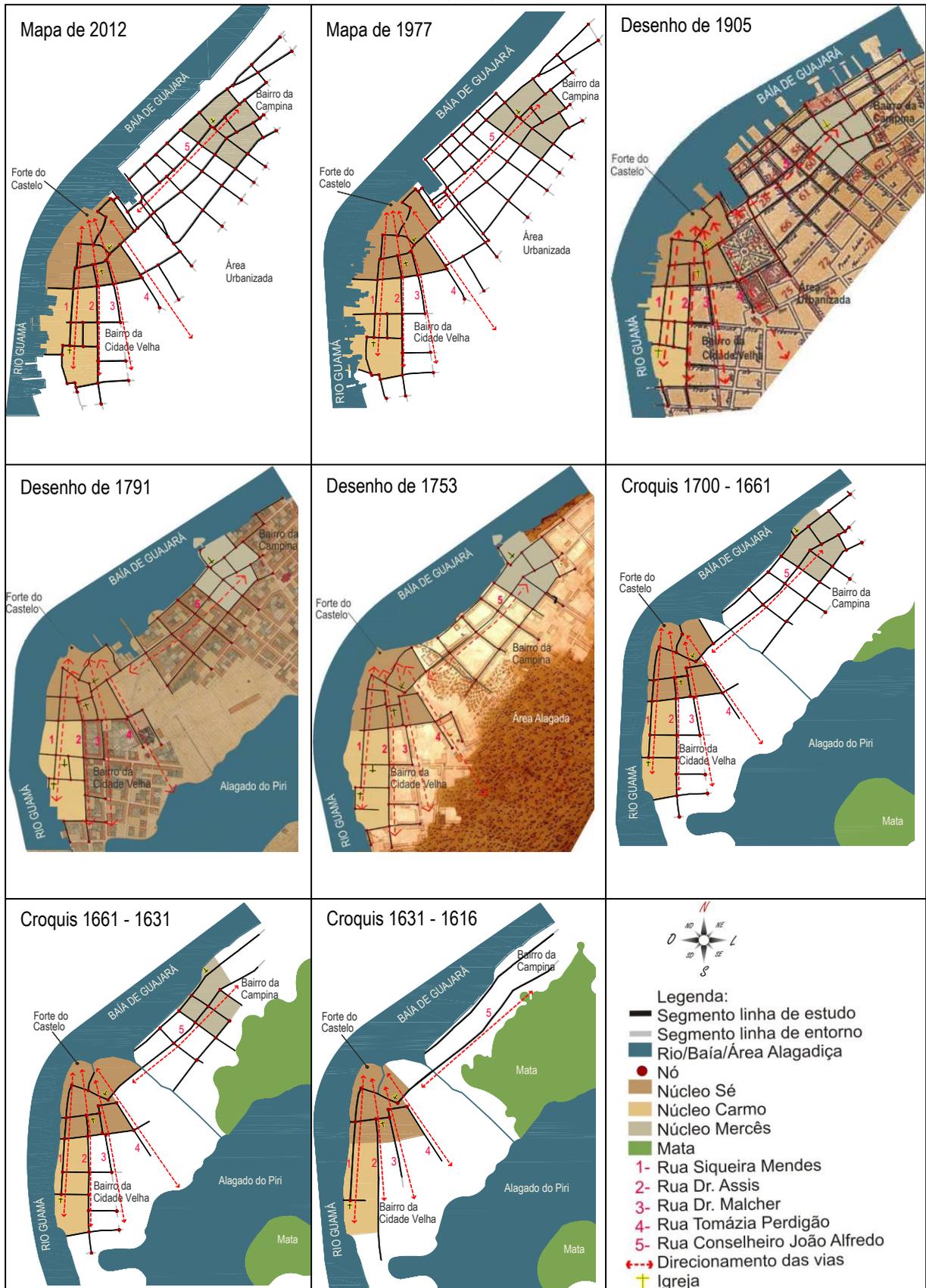
Ainda de acordo com a Figura Cartográfica 9, até o século XVIII o Forte do Castelo, ponto focal do traçado urbano da cidade de Belém, está localizado literalmente em uma ponta saliente de terra. Com a drenagem do igarapé do Piri e a transformação na margem da Baía do Guajará (devido ao aterro), essa situação de destacamento deixa de existir. Moreira (1966) já havia chamado a atenção para o significado da Ponta do Castelo ter deixado de existir.

Dessa ponta resta apenas o nome, Ponta do Castelo, porém como mero designativo do lugar do forte do mesmo nome. A área atual da cidade estendeu-se muito além da primitiva ponta. (MOREIRA, 1966, p. 58).

Os núcleos da Sé, do Carmo, de Santo Antônio e das Mercês estão dispostos próximos aos rios e interligados por linhas de crescimento. A primeira está no bairro da Cidade Velha; a segunda segue do primeiro núcleo (da Sé) para o bairro da Campina (Figura Cartográfica 10). Como dito anteriormente, nos primeiros anos de expansão da cidade, suas primeiras linhas de crescimento se estendem paralelamente ao rio Guamá e à baía de Guajará.

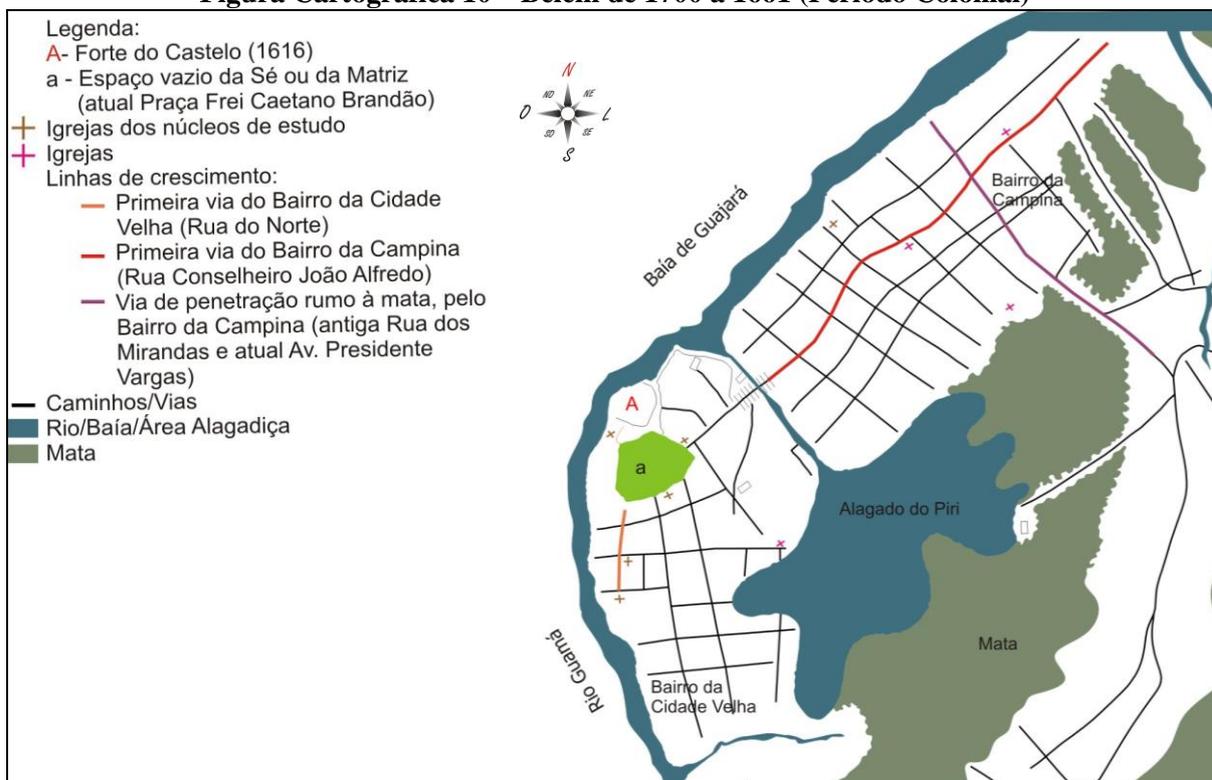
Essas linhas de crescimento, que interligam os primeiros núcleos urbanos da colônia portuguesa, também materializam tanto a estrutura de poder da monarquia absoluta quanto o processo de controle territorial. Como exemplos desse processo, constata-se, primeiro, que o Núcleo da Sé, composto pelos dois símbolos de poder na época, isto é, pelo forte do Castelo e por edificações religiosas, foi o ponto de irradiação de todo o traçado urbano do CHB; segundo, que a cidade precisou fortalecer os laços de todos os núcleos urbanos com o primeiro (o Núcleo da Sé), já que, no período colonial, a região amazônica era alvo de constantes invasões, tanto de estrangeiros como dos próprios índios. Assim, a cidade vai crescendo, fixando-se no território amazônico e criando novas centralidades, a partir de outros núcleos menores que se interligam com o primeiro (o da Sé) através das linhas de crescimento.

Figura Cartográfica 9 – Direcionamento e elementos de atração das vias dos Núcleos de estudo



Fonte: Belém (1977, 1998); Pará (1996); Alunorte (1995); Reis (2000); Meira Filho (1976, v. 1) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 10 – Belém de 1700 a 1661 (Período Colonial)



Fonte: Meira Filho (1976, v. 1) / Modificado pela autora, 2012

Não há dúvida de que as primeiras linhas de crescimento da cidade interligam os núcleos de estudo. As vias, denominadas atualmente de ruas Siqueira Mendes, no bairro da Cidade Velha, e Conselheiro João Alfredo (que no começo da Praça do Núcleo das Mercês passa a ser identificada como Rua Santo Antônio), no bairro da Campina, são as principais linhas de crescimento da área de estudo. E funcionaram, entre os primeiros núcleos da cidade, como um eixo de crescimento urbano e de ligação. Pode-se dizer também que as vias de interligação fazem parte de um plano urbanístico que compreende uma hierarquização da circulação: caminhos-eixo, caminhos principais, caminhos secundários e caminhos locais, que propiciam tanto a construção de edificações importantes quanto de praças.

As linhas de crescimento que funcionavam como eixos de ligação entre os principais núcleos, além de direcionarem a expansão da cidade (função), contribuíam para que os quarteirões desses núcleos possuísem disposição e forma que seguissem a mesma composição dessas vias de crescimento: assim como as vias, as quadras tinham como diretriz o ponto central, isto é, o núcleo da Sé (Figura Cartográfica 11).

As formas dos quarteirões evidenciam o processo de crescimento e de desenvolvimento das áreas em análise. Prevalentemente, o tipo da forma dos quarteirões é

regular, decorrente de uma intencionalidade de direção do próprio processo de surgimento e de crescimento da cidade. À medida que os dois bairros, Cidade Velha e Campina, vão-se desenvolvendo, os quarteirões passam a ter formas e tamanhos mais regulares, principalmente no bairro da Campina. Nesse sentido, o quarteirão, com exceção do espaço público da praça, é resultado do traçado e do alinhamento definido pelas fachadas das edificações.

De um modo geral, a composição das quadras revela que, primeiro, o lado com maior largura é paralelo aos eixos de ligação; segundo, que a distribuição interna dos lotes dentro das quadras ocorre com as frentes (testadas) menores voltadas para os eixos. São lotes compridos, em sua maioria perpendiculares às vias, formando quadras alongadas e esquinas com lotes de duas frentes (Figura Cartográfica 11).

O direcionamento assumido pelas vias de interligação influenciou o posicionamento da maioria dos quarteirões, a divisão interna destes e os lotes (com suas frentes voltadas para essas vias). Asseguraram-se, assim, o assentamento e a formação da cidade sobre vias estruturantes, que se relacionam diretamente com as condições naturais do terreno. Sobre isso diz Paio (apud TEIXEIRA, 2001, p. 36) que “o uso do caminho como elemento estruturante de construção da vila, supõe princípios de inter-relação com o território e o aproveitamento sistemático das condições geográficas e topográficas, sem, no entanto, o modificar.”

As vias dos dois bairros – Cidade Velha e Campina – não apresentam curvatura, pois não acompanham as curvas de nível do terreno, o que demonstra ter sido realizada uma urbanização em terreno praticamente plano, com ruas secundárias desenvolvendo-se em movimento quase em linha reta e quase perpendicular às principais ruas (Figura Cartográfica 12). Nota-se que a ocupação inicial da cidade nesses bairros, com exceção da área do Forte do Castelo, deu-se em cotas de nível mais baixas do que as das áreas posteriormente ocupadas no interior do continente, demonstrando a intenção de se buscar tanto a relação com o ponto nucleador da cidade (o forte) quanto com o rio e a baía ao longo da costa.

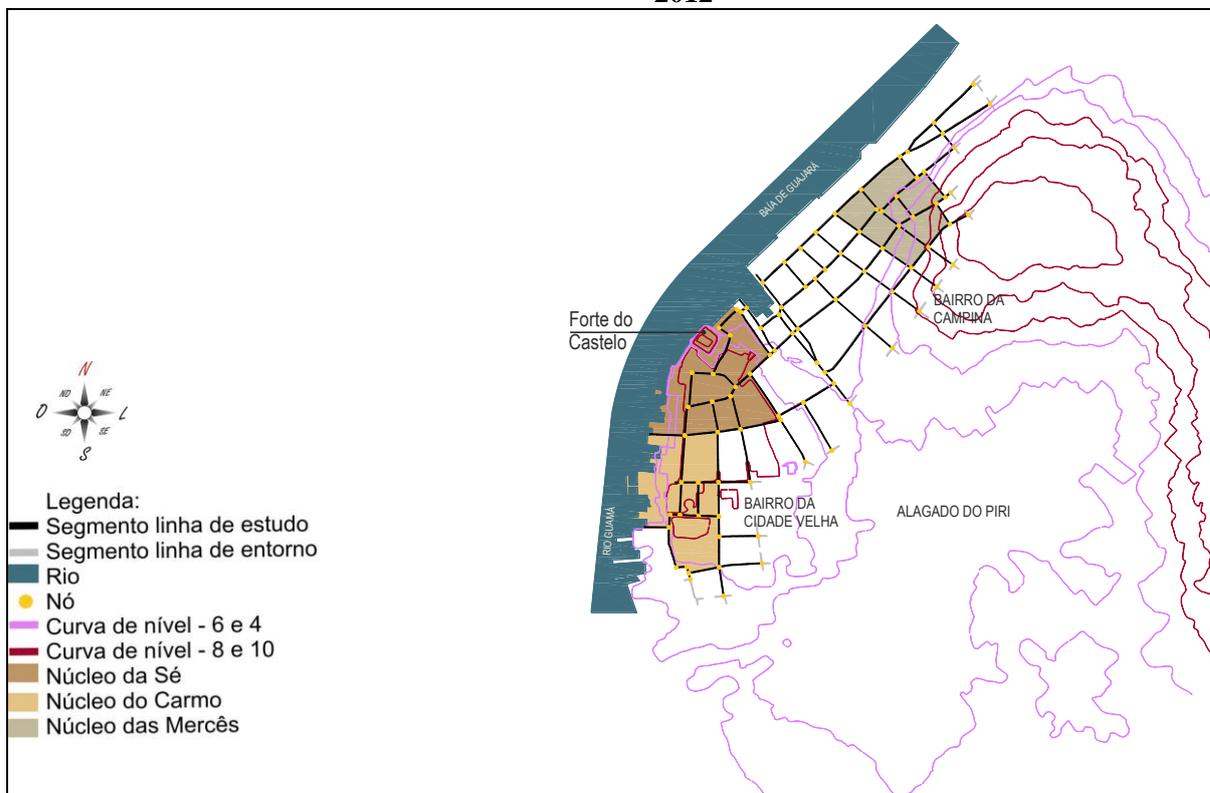
Percebe-se que a distância física dos bairros da Cidade Velha em conjunto com o da Campina, de ponta a ponta, é relativamente curta. Esse território de tamanho pequeno – além da existência do próprio Igarapé do Piri – incentivou mais ainda o fator proximidade de ruas e de quarteirões. E essa aproximação é proporcional ao pequeno tamanho da área.

Figura Cartográfica 11 – Disposição das vias, das quadras e dos lotes nos núcleos de estudo, 2002



Fonte: Belém (1998); Alunorte (1995) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 12 – Direcionamento das vias com relação à curva de nível dos núcleos, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

De modo geral, o modelo do traçado urbano dos primeiros bairros da cidade de Belém é reticulado, com ruas estreitas e quarteirões pequenos (geralmente retangulares e trapezoides). Segundo Moreira (1966, p. 140), “psicologicamente falando, a linha reta é o símbolo da inflexibilidade, e isto nos faz descobrir no próprio traçado da cidade [...]”. O modelo retilíneo prevaleceu até mesmo onde antes existia o alagado do Piri: não existe nenhuma via que contorne a antiga área alagadiça. E esse traçado adotado, resultante da ideia de se criar cidades, fazia parte para Meira Filho (1976, v. 1, p. 244), de um “[...] sistema primitivo e empírico [...]” utilizado pelos colonos, pois “não obedeciam a nenhum critério técnico e foram abertos em função das necessidades que a própria expansão do meio exigia conforme iam se dilatando os interesses para o interior da floresta.”

Para os viajantes Spix e Martius ([19--]), que estiveram em Belém entre os anos de 1817 e 1820, as ruas se cruzam em ângulos retos. A mesma observação é feita pelo americano Kidder (1980), que esteve nesta cidade nos idos de 1839, quando diz que o traçado urbano desta cidade tem regularidade.

A constituição de um núcleo, a partir de uma igreja, relaciona-se à presença das ordens religiosas na Amazônia. A organização de missões religiosas, juntamente com a construção de fortes, ao longo dos rios, são as principais formas de ocupação portuguesa na Amazônia. A presença dessas ordens em Belém vincula-se ao próprio caráter da colonização portuguesa, bem como expressa a importância da religião para o povoado.

Para Meira Filho (1976, v. 1, p. 244) as edificações religiosas – e os largos que surgiam a partir destas construções – delineavam o direcionamento do crescimento da cidade, pois “os conventos, igualmente, em cada ponto da urbe, contribuíam para que a sua posição permitisse também a formação de um eixo de irradiação no crescimento da cidade.” E mais adiante esse autor justifica a sua tese a respeito da função desses mesmos largos considerando-os “[...] como os centros de irradiação das atividades dos colonizadores, [...] onde a cidade procurava se formar, uma penetração em vários sentidos [...]” (MEIRA FILHO, 1976, v. 1, p. 287). E segue dizendo que:

Justificando novamente a tese que temos defendido, qual seja, a da função preponderante e irradiadora dos largos fronteiros às instalações religiosas que aqui se fundaram nesse período, reafirmamos, agora, quando a nossa história já apresenta oito décadas e meia de vida, que desses pequenos e humildes núcleos, partiria o traçado da cidade, do litoral para o sertão, das águas pardacentas do Guajará às distâncias infinitas do continente no interior da floresta. (MEIRA FILHO, 1976, v. 1, p. 413).

A cidade de Belém expandia-se, portanto, a partir da consolidação do arruamento no entorno de edificações religiosas, configurando nucleações, tais como os de estudo, como novas centralidades. Cruz (1973, v. 1, p. 152) diz que “do bairro da Cidade ao da Campina, ia a cidade se estendendo, desenvolvendo, graças, principalmente, ao espírito religioso dos moradores, que acompanhavam as igrejas onde estas eram construídas.”

Com o passar do tempo, ainda no século XVII, além dos bairros da Cidade, da Campina e do Igarapé do Piri, outras áreas, rumo ao interior, pareciam adequadas ao crescimento da cidade, para instalar sua população crescente, suas ruas e avenidas, seus parques, seus sítios, suas residências, entre outros elementos urbanos, que, no decorrer do tempo, a própria evolução histórica vai impondo. Na opinião de Moreira (1966, p. 79), “de todos os elementos naturais da paisagem, a floresta é o mais modificável pelo homem.”

Esse deslocamento da urbe para terras mais centrais, no interior do continente, não pode ser considerado como consequência apenas do crescimento da população, mas também, por exemplo, da busca de terras mais saudáveis, para fins agrícolas, além da própria conquista

de terras (MOREIRA, 1966). Dessa maneira, o crescimento urbano marginal ao Rio Guamá e à Baía de Guajará deu-se em função do papel desempenhado pela cidade nos seus primórdios, principalmente, o político-militar, mas também o econômico e o missionário. Entretanto, quando a função político-militar cessou, a urbe interiorizou-se cada vez mais, em direção contrária ao rio e à baía.

Como praça forte, como bôca de sertão e como centro missionário ela não podia se distanciar da beira d'água, pois o elemento hídrico era ao mesmo tempo a via, o atrativo e o campo comum de ação do militar, do aventureiro e do missionário. (MOREIRA, 1966, p. 49).

Até a primeira metade do século XVIII, a expansão urbana da cidade de Belém deu-se confinada à faixa marginal ao Rio Guamá e à Baía de Guajará, o que indicava uma finalidade de defesa do território. Esse crescimento paralelo ao rio e à baía é acentuado pela existência da área alagadiça (o Piri) e por sua localização, pois a cidade cresceu em uma superfície próxima ao rio e à baía, isolada da mata pela área alagada. No desenho do traçado urbano entre os anos de 1661 a 1700, verifica-se que Belém crescia em direção à localização das igrejas e que, principalmente, a partir da Rua dos Mirandas (atual Avenida Presidente Vargas), esse crescimento estava começando a tomar um novo rumo, para o interior do continente (Figura Cartográfica 10).

Verifica-se o quanto a estrutura da monarquia absoluta e o processo de conquista territorial definiram um urbanismo colonial português menos planejado (ou regulado), “[...] com rústica organicidade e repetindo mimeticamente os padrões das cidades medievais da metrópole” (ARAUJO, 1998, p. 18).

Com relação aos tipos e aspectos das edificações, desde os primeiros anos de existência da colônia portuguesa do Grão-Pará (atual cidade de Belém), os símbolos de poder militar (fortificação) e religioso (igrejas e conventos) já assumiam aspectos diferenciados das edificações da população local. Existiam na cidade, desde os primeiros tempos, edificações contrastantes. De um lado suas igrejas, conventos e fortificações e de outro as edificações de sua população. No ano de 1743, o matemático francês Charles-Marie de La Condamine, que esteve na cidade de Belém, assim sintetizou sua aparência:

Afigurava-se-nos, chegando ao Pará, e saídos das matas do Amazonas, ver-nos transportados à Europa. Encontramos uma grande cidade, ruas bem alinhadas, casas risonhas, a maior parte construídas desde trinta anos em pedra e cascalho, igrejas magníficas. (LA CONDAMINE, 2000, p. 112).

No que diz respeito às três praças – pertencentes aos três núcleos urbanos de estudo –, estas surgiram no período colonial em meio ao processo de conquista territorial amazônico e todas foram originárias do uso religioso, sendo que a praça do Núcleo da Sé é oriunda também da função militar. O espaço das praças, com o tempo, foi sendo organizado cada vez mais até atingir as configurações atuais. A estruturação dessas praças estava associada à construção de edificações religiosas, civis e à ordenação do espaço público.

No início da existência desses núcleos, na primeira metade do século XVII, os espaços livres de construção com características de centralidade e acessibilidade, além de serem espaços alargados, eram definidos apenas pela massa edificada, isto é, os elementos da paisagem praça e rua se confundiam, já que o elemento quarteirão não existia.

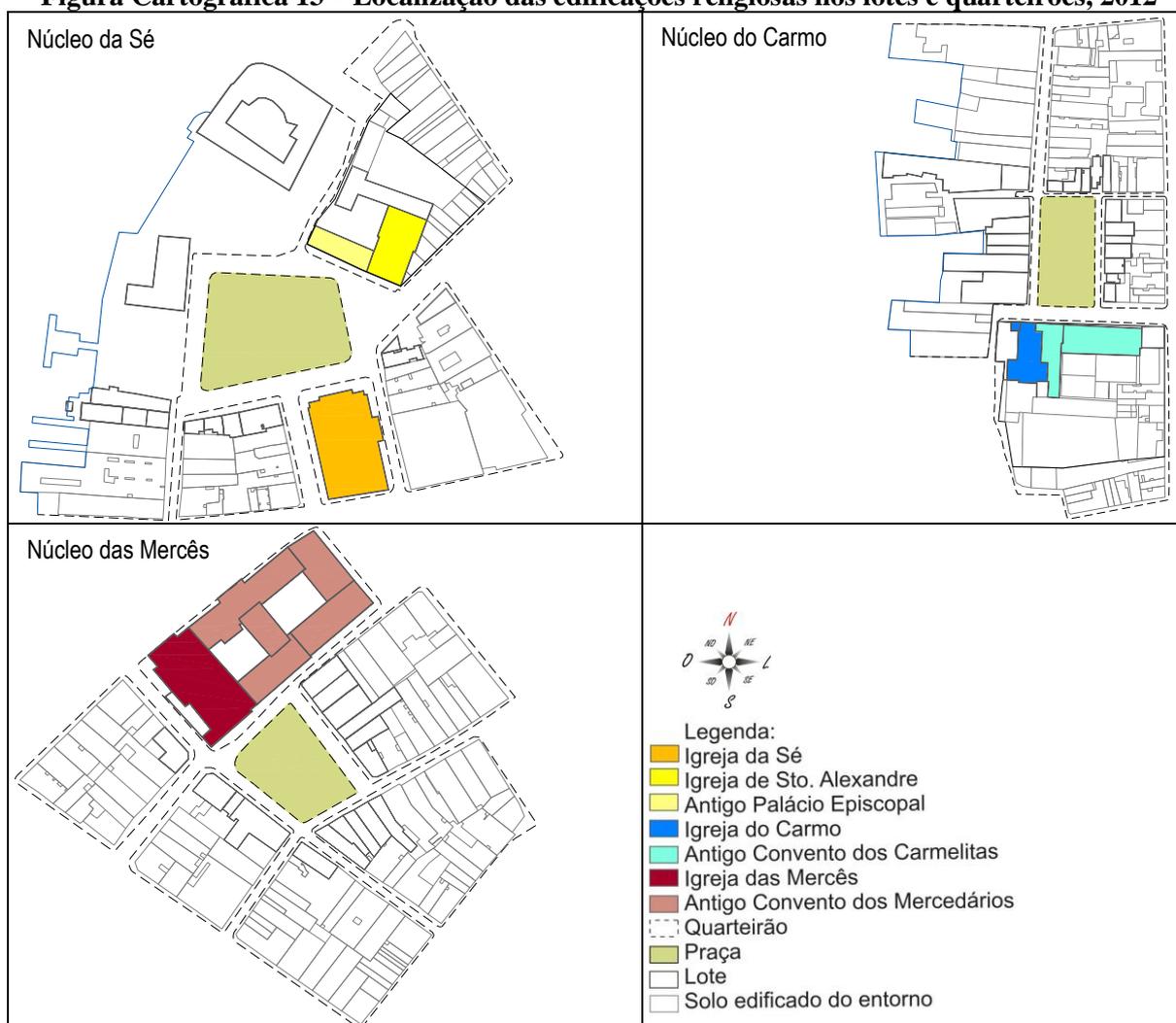
Quando esses espaços eram vazios de construção, isto é, não tinham, por exemplo, caminhos calçados e nem mobiliário urbano, as edificações do entorno imediato da praça eram mais do que nunca elementos determinantes para a qualidade do espaço público que conforma a praça.

As igrejas dos três núcleos (Igrejas da Sé, de Sto. Alexandre, do Carmo e das Mercês) não são dispostas no centro das praças, mas têm suas fachadas principais voltadas para elas, servindo como limites desses espaços públicos (Figura Cartográfica 13). Com exceção da Catedral (a Igreja da Sé), todas as outras não são construídas isoladas, e sim geminadas a outras construções; as geminadas em dois lados são as de Sto. Alexandre e do Carmo e a geminada em um lado é a Igreja das Mercês.

Assim, a localização das igrejas em quarteirões localizados em frente às praças, retifica o que Sitte (1992, p. 42) diz: “um edifício só estará em evidência e causará seu melhor efeito quando visto a partir de uma distância adequada em uma praça não exageradamente grande”.

As vias não só dão acesso aos núcleos como também tornam destacadas certas edificações do conjunto urbano. No caso das edificações religiosas que ocupam totalmente um quarteirão, verifica-se que as vias que as delimitam realçam o seu caráter monumental na paisagem de seus núcleos, como é o caso da Catedral (Igreja da Sé) e do Conjunto dos Mercedários (Igreja e antigo convento).

Assim, o contexto socioeconômico (estrutura) de 1616 a 1750 estava voltado basicamente para monarquia absoluta, para as Grandes Navegações, para economia extrativista, voltada para a exploração e exportação das especiarias das terras além-mar, e vinculado também à dominação do comércio brasileiro pelo estrangeiro.

Figura Cartográfica 13 – Localização das edificações religiosas nos lotes e quarteirões, 2012

Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Os processos sociais representativos deste momento histórico, isto é, desta forma de produção do espaço, foram a conquista territorial a partir de duas etapas de um mesmo propósito nucleador – a fortificação e a criação urbana –, a fundação da cidade de Belém pelos portugueses em 1616, a economia interna em função do trabalho do índio, a anexação de novas áreas ao sistema econômico capitalista e o controle social e econômico pelas ordens religiosas.

Essas estruturas e processos foram transformados em funções, de maneira que a forma urbana passou a assumir um papel político-militar (defesa, ocupação populacional e penetração do território), econômico (exportadora de especiarias da terra, as drogas do sertão ou do mato) e missionário (missões religiosas). Mas, também, segundo Moreira (1966, p. 33), como “boca de sertão”, isto é, “[...] como porta de acesso da civilização para a barbárie, do mundo cristão para a gentilidade.”

Dessa maneira, as estruturas, os processos e as funções realizaram-se através da forma urbana, que representa a materialização das frações do social. Neste primeiro período histórico (1616 a 1750), é possível observar os condicionantes históricos que influenciaram as bases da composição urbanística colonial portuguesa, criadas a partir de uma estrutura administrativa que forneceu a seus agentes coloniais (tais como oficiais de justiça, militares e religiosos) meios de criar cidades além-mar. Por exemplo, as estruturas e os processos contribuíram para a criação, neste primeiro momento, de centralidades (núcleos), primeiramente paralelas ao rio e à baía.

Assim, a forma construída da área no período em estudo representa a expressão cultural, social, política e econômica de se criar cidades que, no próximo período (de 1750 a 1778), com a simbologia do poderio pombalino, será potencializada. Por conseguinte, os procedimentos do método do urbanismo colonial português, como o de largura das ruas e a uniformidade da arquitetura, atingiu o seu ápice no século XVIII quando se somou ao conceito estético o entendimento ideológico da racionalidade iluminista (ARAUJO, 1998).

b) Período de 1750 a 1778

Para evitar a interferência de franceses e ingleses nas disputas territoriais, as demarcações de limites entre Portugal e Espanha com o Tratado de Madrid¹⁵, assinado em 1750 – “[...] que definiu as fronteiras da Amazônia brasileira mais ou menos como são hoje [...]” (HALL, 1991, p. 21) – estabeleceu a realização de operação técnico-militar de demarcação na América do Sul. A comissão portuguesa encaminhada para a aplicação do tratado no norte do Brasil foi encabeçada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (MACHADO, 1989).

O governo português pombalino, representado pelo marquês de Pombal (1750-1777), iniciou uma campanha de dinamização da economia colonial, conduzindo a destruição do poder (econômico e de controle territorial) da instituição religiosa (principalmente da Companhia de Jesus) de maneira que, com o tempo, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias. O período pombalino confronta o antigo modelo de controle territorial e econômico dos jesuítas. De um lado, o Estado português se empenha “[...] em reafirmar sua soberania sobre a colônia” (MACHADO, 1989, p. 64) e, de outro lado, a instituição religiosa (a Companhia de Jesus) defende sua autonomia colonial. De um lado, uma organização espacial pombalina que privilegiava a relação entre metrópole e seu conjunto de colônias portuguesas e, de outro uma organização espacial baseada no contacto direto com a colônia.

A posse da terra pelos portugueses se concretizava não mais apenas pelo domínio político, mas pela efetiva intervenção sobre o território, fundamentada tanto pelo conhecimento da região, de suas potencialidades e características, advindas das diversas expedições de exploração, quanto por outra relação com seus habitantes naturais¹⁶. Segundo Araujo (1998), em tão pouco tempo, entre 1755 a 1759, foram fundadas na Amazônia sessenta vilas e lugares. Deste conjunto de vilas fundadas na Amazônia, a mesma autora considera, “[...] portanto, estar-se diante de um investimento urbanizador direccionado e dirigido, tanto em termos políticos como técnicos.” (ARAUJO, 1998, p. 17).

¹⁵ Não sendo concretizados os limites previstos com o Tratado de Madrid, foi assinado um novo acordo entre as nações ibéricas, o Tratado do Prado (1761). No entanto, de acordo com Araujo (1998) e Mendonça (2003) a situação das fronteiras só foi definida em 1777 com o Tratado de Santo Ildefonso.

¹⁶ “[...] o novo território implicava uma outra relação como os naturais, que deixavam de ser implicitamente considerados como posse do colonizador, para se tornarem objectos privilegiados de uma renovada noção de conversão, desta vez fundada menos nos critérios religiosos e mais nas virtudes da civilização [...]” (ARAUJO, 1998, p. 105).

A partir de 1751, a cidade passa a ser a capital e a residência do Governador e Capitão Geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará¹⁷ Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, nomeado como Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal. O que importa também salientar desse período, denominado de pombalino, é a nova forma de ocupação e urbanização da Amazônia, vinculada aos ideais iluministas, que enfatizam a superioridade, por exemplo, da luz do saber sobre as trevas, da ordem sobre a irregularidade, do planejamento urbano de uma cidade sobre as cidades sem planejamento (ARAUJO, 1998). Nesse aspecto, a missão assumida pelo projeto iluminista pombalino era de restaurar, física e moralmente, a região amazônica. Araujo (1998) refere-se à coerência desse projeto que:

[...] sustentava-se na convicção de que a região, portadora de tantos antecedentes míticos, desde o deslumbre quinhentista do ouro ao ideal do paraíso natural propagado por Simão Estácio da Silveira no século XVII, tivesse entrado numa profunda decadência, física e moral, denunciada pela pobreza generalizada das gentes e a falta evidente de progresso económico, e pelo clima latente de conflitos entre os habitantes naturais e os do Reino. Dado que a realidade efectivamente correspondia a este quadro desolador, o projeto assumia a dimensão, não de uma impossível utopia, mas de uma atitude revolucionária. (ARAUJO, 1998, p. 107).

No campo da atuação político-econômica, a reforma pombalina na Amazônia teve como base duas medidas: a Lei da Liberdade dos Índios (1755) e a instalação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755). A primeira fazia parte das intenções de acabar com o poder dos missionários sobre os índios e de preservar pacificamente as fronteiras, tendo como aliados os habitantes naturais da terra. A segunda medida, extinta em 1778, introduzia a escravatura africana no Pará para incentivar a agricultura na região e monopolizar o comércio dos bens produzidos na colônia, sendo essa Companhia a única instituição compradora autorizada.

Nesse contexto, em 1753, chega a Belém a comissão demarcadora dos limites entre as coroas de Portugal e Espanha, com o objetivo de formalizar as demarcações da Amazônia brasileira a partir do Tratado de Madrid (1750). Essa comissão era composta por astrônomos, matemáticos, engenheiros (como André Schewebel e Gaspar João Geraldo de Gronfeld – ou, segundo Moreira (1966), também Gronsfeld), oficiais de marinha, cartógrafos-desenhistas (tal como o arquiteto António José Landi), além de contar com a colaboração dos práticos

¹⁷ “No reinado do Rei dom Felipe III da Espanha e Segundo de Portugal, foi ereto em governo distinto e separado daquele do Brasil, o Estado do Maranhão e Pará [...]” (CRUZ, 1973, p. 241).

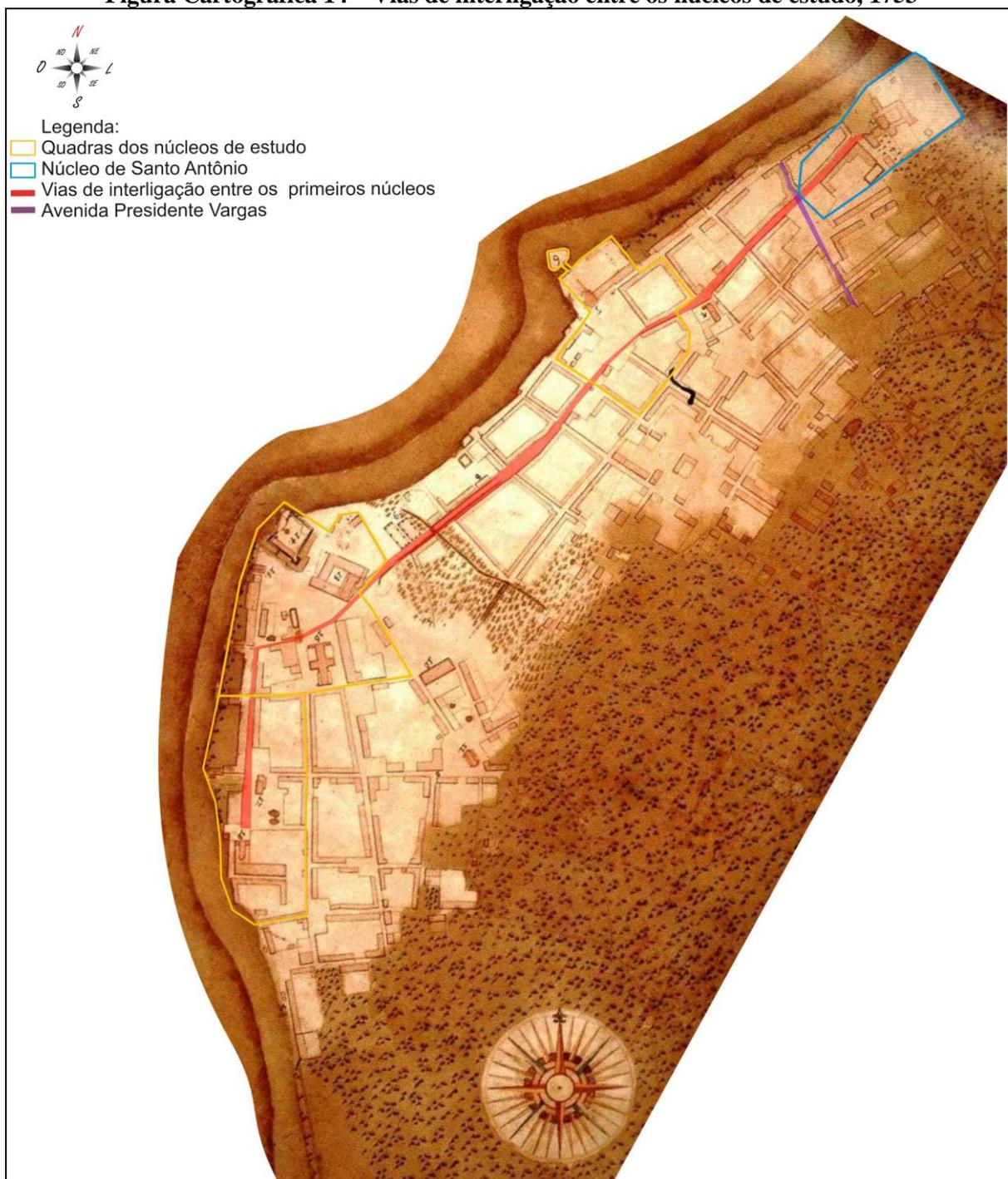
(sertanistas) da região e dos indígenas (MACHADO, 1989). Landi foi o autor integral e/ou parcial de obras, como as das Igrejas de Santana, de São João, das Mercês, da Sé, do Hospital Militar, do Palácio dos Governadores e da Alfândega. A tarefa de conhecimento, de domínio e de intervenção sobre o território amazônico foi reforçado em 1757 por dois sargentos-mores: Tomás Rodrigues da Costa e Manuel Álvares Calheiros.

O mapa de 1753 é considerado por muitos estudiosos – entre eles, Mello Junior (1970) e Cruz (1973) – como o primeiro desenho a mostrar por inteiro o traçado urbano dos dois primeiros bairros da cidade de Belém, data que coincide com a chegada dos técnicos da comissão demarcadora de limites. Nele, observa-se a existência das duas áreas urbanas – a Cidade (atual bairro da Cidade Velha) e a Campina –, separadas por uma área alagadiça (o Piri), com a localização dos três núcleos de estudo interligados por um eixo paralelo ao rio (Figura Cartográfica 14).

Em meio a um processo social constituído pela importância da ordem sobre a irregularidade, o engenheiro alemão Gaspar João Geraldo Gronsfeld apresenta, em 1773, dois projetos de fortificação da cidade, que vislumbravam vantagens de se aproveitar a área alagada do Piri. Em nenhum desses dois projetos há a retirada desse alagado, que, no entanto, para os administradores e moradores da cidade, é considerado como obstáculo natural ao desenvolvimento urbano de Belém (Figuras Cartográficas 15 e 16).

Segundo Moreira (1966), em meio às condições naturais da cidade de Belém houve em distintas épocas outros projetos além dos de Gronsfeld, que visavam à utilização do Igarapé do Piri, o que demonstra que “[...] o igapó não era um mero acidente geográfico, mas um elemento de caracterização da cidade.” (MOREIRA, 1966, p. 127).

De um modo geral, tanto a estrutura do pensamento iluminista quanto o seu processo de ênfase do planejamento urbano sobre as cidades sem planejamento são materializados na necessidade de produção de mapas, plantas e de descrições geográficas, desenvolvidas e impulsionadas pela política pombalina. Esses desenhos contribuíram intensamente para a defesa dos direitos territoriais portugueses. Essa produção, entretanto, não era exclusiva de Portugal, visto que “os governos europeus da época estavam empenhados em encontrar novos mercados, novas fontes de matéria-prima, novas terras, ao mesmo tempo que reorganizar sua própria base territorial.” (MACHADO, 1989, p. 125).

Figura Cartográfica 14 – Vias de interligação entre os núcleos de estudo, 1753

Fonte: Reis (2000) / Desenho de João André Schwebel no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 1753 e modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 15 – Projeto 1 de Gronsfeld para a cidade de Belém

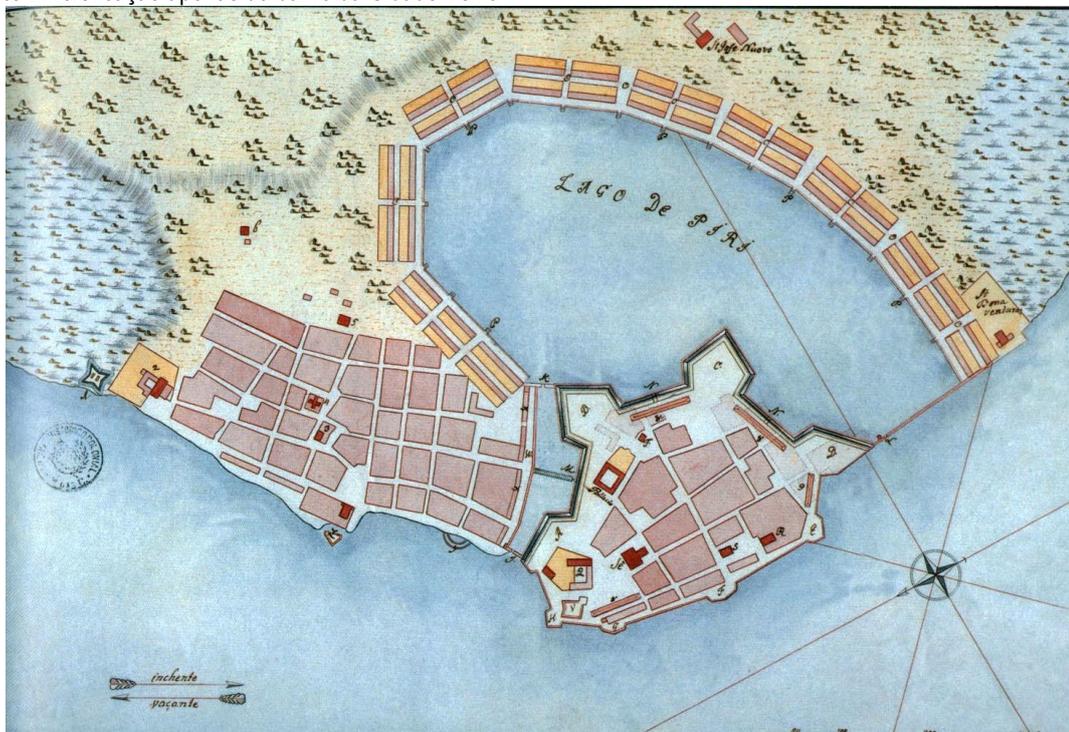
Projeto 1: os dois bairros fortificados



Fonte: Reis (2000)

Figura Cartográfica 16 – Projeto 2 de Gronsfeld para a cidade de Belém

Projeto 2: fortificação apenas do bairro da Cidade Velha



Fonte: Reis (2000)

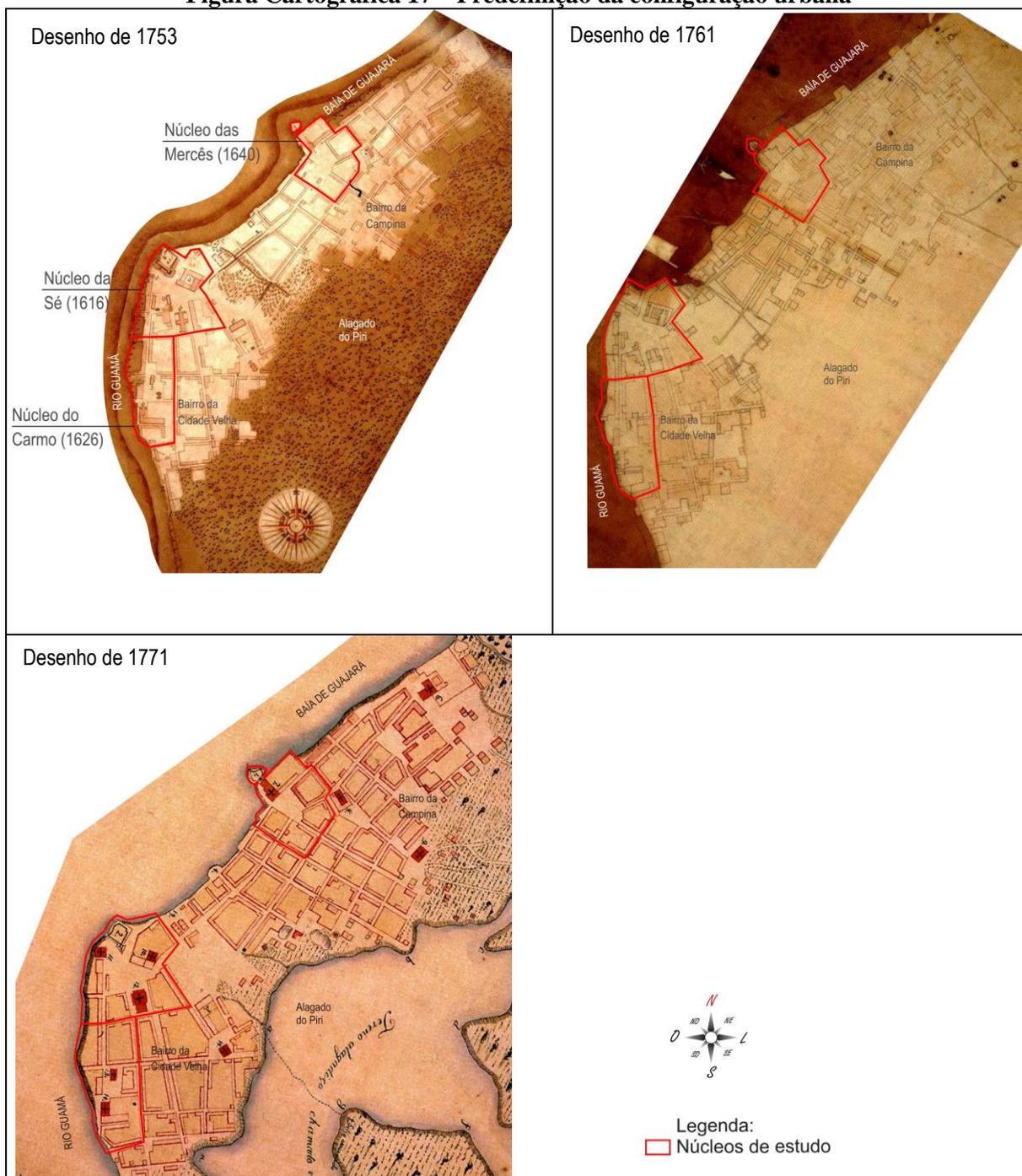
Mesmo sendo insuficiente para contribuir para a reforma tanto econômica quanto da estrutura social, um dos impactos concretos da política pombalina foi na reorganização espacial (MACHADO, 1989). A cidade é marcada por uma intervenção urbanística que não só potencializa o discurso ideológico anterior à intervenção pombalina na Amazônia, mas também valoriza o conjunto urbano (a estrutura urbana simbolizada pelo espaço-rua), considerando-o tão importante quanto as suas edificações ou os seus objetos urbanos. O fato é que o espaço urbano privilegiado é o público, utilizado como afirmação do poder pombalino sobre seu conjunto de colônias portuguesas (ARAUJO, 1998), conforme Figura Cartográfica 17.

Seguindo esse raciocínio, os mapas produzidos nesse período indicam, nitidamente, tanto a existência, desde o século XVII, de uma clareza do desenho urbano, definido na cidade, quanto a valorização em conjunto dos cinco elementos da paisagem aqui analisados: edificações monumentais, lotes, futuros quarteirões, vias e praças. Este último elemento da paisagem passa a ser, em princípio, valorizado mais pelas edificações monumentais e pela maior definição formal de seus quarteirões de entorno, do que por um projeto paisagístico (Figura Cartográfica 17). Observa-se também que a praça detém “[...] o papel primordial e aglutinador do tecido urbano.” (ARAUJO, 1998, p. 118).

No que diz respeito à criação urbana, verifica-se que os grandes objetos (denominação dada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira em sua expedição científica a Amazônia, entre 1783 e 1792), isto é, as edificações de maior importância na época – as igrejas, os palácios e as fortificações – são consideradas, em períodos mais recentes, como símbolos “[...] de uma economia regional florescente, em vez de uma forma de controle territorial.” (MACHADO, 1989, p. 133). A criação desses grandes objetos é confundida com a ideia de um apogeu econômico local. No entanto, Machado (1989) e Araujo (1998) afirmam que a criação de edificações monumentais deve-se à estratégia política pombalina de implantar símbolos de poder:

[...] as edificações não foram inspiradas por uma alucinação de grandeza em meio da selva amazônica, nem eram muito menos um indício de riqueza local. Produtos de um certo tipo de inteligência, os grandes objetos assim como outros elementos da estratégia portuguesa pombalina, foram implementados como símbolos de poder, como símbolo da “presença” do Estado e, como tal, uma forma de assegurar a posse territorial a longo prazo e impulsionar a curto prazo, a economia local. (MACHADO, 1989, p. 133-134).

Figura Cartográfica 17 – Predefinição da configuração urbana

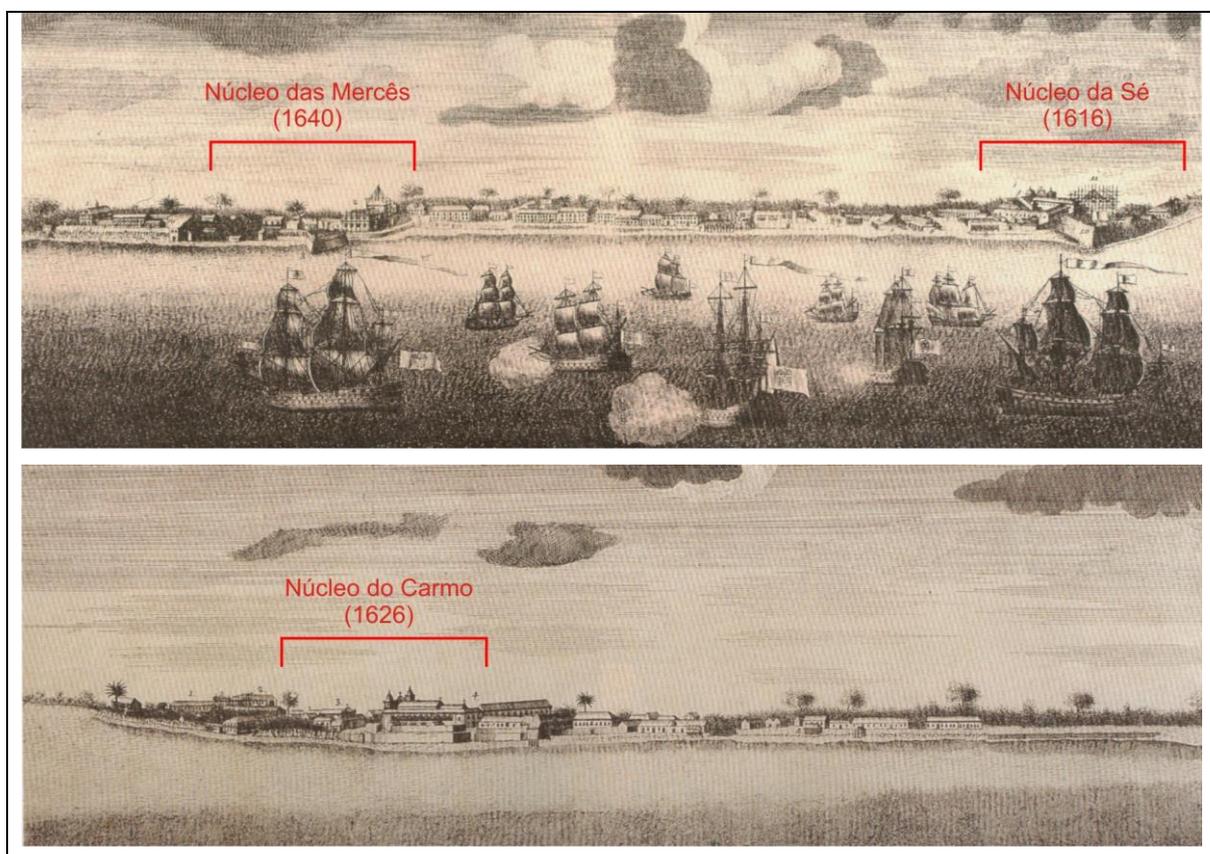


Fonte: Reis (2000); Alunorte (1995) / Modificado pela autora, 2013

De acordo com os desenhos de Schwebel (Figura 7), provavelmente feitos entre 1753/58, os elementos da paisagem edificações que, desde o princípio, eram símbolos do poder – como as igrejas e os fortes – são cada vez mais evidenciados na configuração urbana no decorrer das reformas pombalinas, reforçando assim a imagem da cidade fundada pela expansão marítima portuguesa. Mais ainda, a importância da apreciação da imagem da cidade se faz a partir de seus elementos da paisagem, de maneira que, “o desenho condensa tanto o

discurso do imaginário da cidade como o imaginário ideológico do poder [...]” (ARAÚJO, 1998, p. 211).

Figura 7 – Prospecto da cidade, entre 1753/58



Fonte: Alunorte (1995) / Modificada pela autora, 2013

Com relação ao gabarito das construções religiosas, percebe-se que, nos núcleos, as igrejas eram as mais altas – em relação à residência civil que em sua maioria possuía entre um e dois andares – por ser um dos principais elementos da paisagem, simbolizando o poder (Figura 7). Entende-se esse fato como uma composição morfológica e, como tal, deveria ser respeitada essa relação de altura entre as edificações dos núcleos.

Ao renovar e potencializar o espaço urbano, herdado do passado, valoriza-se, por exemplo, “[...] o ideal de padronização das fachadas [...], estabelecendo-se leituras hierárquicas mais precisas.” (ARAÚJO, 1998, p. 65) e a nobreza das edificações. O discurso da intervenção pombalina na Amazônia assumiu uma linguagem de ordenação urbana e estética a partir de mensagens de beleza, nobreza, higiene e alinhamento, tanto da arquitetura quanto do desenho urbano. Tais intervenções, que têm como referências as povoações civis europeias, foram recomendadas por Mendonça Furtado para repreender qualquer sensação de

desordem e de desamparo pela Coroa portuguesa em suas povoações colonizadas (ARAÚJO, 1998).

O valor simbólico das edificações do tipo monumentais, tais como as igrejas (pertencentes aos núcleos de estudo) e os palácios (existentes no CHB) fazia parte das metas do governo pombalino. Nesse sentido, Machado (1989, p. 104) considera que:

[...] o valor simbólico atribuído às formas espaciais buscava reproduzir e institucionalizar uma relação de poder entre, de um lado, a administração, e de outro, as nações confinantes e a população local.

Para esta tese não cabe uma análise arquitetônica do elemento da paisagem edificação, mas sim o seu significado e/ou valor em conjunto com os outros elementos aqui analisados. Para tal, neste período as intervenções nas edificações remetem tanto a um jogo perspectivo quanto à intenção de monumentalização do espaço urbano, isto é, as edificações devem refletir, em cada ponto do desenho urbano, monumentos como símbolos do poder, provocando assim, por exemplo, modificação na escala volumétrica arquitetônica e no perfil urbano da cidade de Belém. Note-se que, “[...] estes [monumentos] inserem-se na cidade criando relações monumentais com o tecido urbano” (ARAÚJO, 1998, p. 231), ou seja, as intervenções nas edificações não são consideradas isoladamente, mas sim em conjunto com o tecido urbano.

As fachadas das igrejas da Sé¹⁸, do Carmo¹⁹ e das Mercês²⁰, pertencentes aos três núcleos de estudo, tiveram intervenções parciais de um dos principais integrantes da comitiva dos técnicos da Expedição Demarcadora que chegaram à Amazônia em 1753, o arquiteto António José Landi. A igreja do Carmo, ao se localizar defronte ao eixo da rua geratriz do desenho urbano da cidade de Belém, isto é, da Rua do Norte, assume simbolicamente a sua continuação, tanto pela sua fachada quanto pelo seu interior, absorvendo o espaço urbano, enquanto a igreja das Mercês, através de sua fachada com corpo central convexo, reflete esse mesmo espaço, adentrando o espaço livre do elemento da paisagem praça. Na fachada da

¹⁸ A participação de Landi nas obras da igreja da Sé “[...] se resumiria no acabamento da fachada, nos serviços internos de decoração e recheio do templo, nos projetos de altares e de outros adornos [...]” (MEIRA FILHO, 1976, v. 2, p. 645).

¹⁹ A fachada em pedra da igreja do Carmo foi importada de Lisboa e sua colocação causou danos irreparáveis à estrutura da nave. Esta foi demolida e sua “[...] reconstrução ficou a cargo de Landi.” (MENDONÇA, 2003, p. 291), de maneira que, a nova igreja foi inaugurada em 7 de Julho de 1766 (MENDONÇA, 2003).

²⁰ “O risco da fachada ou do próprio templo veio certamente de Portugal. O artista [...] Pedro Ludardo, autor do projecto iniciado em 1748, [...] pode ser uma das pistas para a realização da obra.” (MENDONÇA, 2003, p. 301). Entre 1760/70 Landi interveio na Igreja das Mercês (ARAÚJO, 1998).

igreja da Sé, os seus elementos formais compositivos tornam-se mais elaborados que as das outras duas igrejas, dinamizando o espaço público da praça. Já a fachada da igreja de Santo Alexandre, com seus relevos, em formas geométricas e rosetas, localizada praticamente em frente à igreja da Sé, contribui para a valorização da praça (ARAUJO, 1998), ver Figura 8.

A partir de um jogo perspectivo com o espaço urbano, o tratamento das aberturas dessas igrejas, marcadas por uma sequência de porta-janela-óculo, valoriza o espaço público do elemento da paisagem praça. As outras edificações dessa época que se encontravam defronte aos elementos da paisagem praça também utilizavam o tratamento das aberturas de suas fachadas (porta-janela), o que contribuiu também para a valorização, dinamismo e cenografia desses espaços públicos. No entanto, no decorrer do tempo, esse tratamento das fachadas não será mais respeitado e/ou valorizado (Figuras 9, 10 e 11).

Na análise do ritmo das fachadas, com o intuito de se verificar a continuação ou não da valorização do tratamento das aberturas, optou-se pelas fachadas paralelas ao perímetro da praça. Essa análise foi feita visualizando-as frontalmente e da esquerda para a direita. Como resultado desse estudo, verificou-se a existência de dois ritmos diferentes nos núcleos de estudo. O primeiro é simétrico e regular, caracterizado por edificações que possuem vãos de tamanhos iguais e afastamentos proporcionais entre si, representado por edificações características do período pombalino. O segundo, assimétrico e irregular, constituído por edificações que sofreram alterações em seus vãos (fechamento e/ou alargamento das aberturas), no decorrer do tempo, possuem diversos tamanhos de afastamentos (Figuras 9, 10 e 11).

No caso do Núcleo das Mercês, a quadra de número sete não consta da análise dos ritmos, visto que a sua edificação de esquina – embora fazendo parte da delimitação do espaço público da praça – não tem fachada frontal para a praça. Já a edificação de esquina, pertencente à quadra dois, participa dessa análise, pois possui uma das suas três fachadas frontais às ruas – a do meio – voltada para a praça. Devido à imensa quantidade de barracas de camelôs fixadas na calçada da Praça do Núcleo das Mercês, houve dificuldades em fotografar as fachadas dessa área urbana e, conseqüentemente, em montar os perfis e o ritmo dessas fachadas (Figura 11).

Figura 8 – Relação das fachadas das igrejas com o espaço urbano

Mapa de 1771, desenho de Gronsfeld

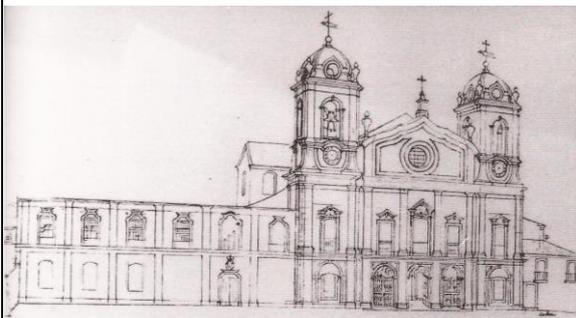


Fonte: Alunorte (1995) / Modificado pela autora, 2013

- Legenda:
- + Igreja da Sé
 - + Igreja do Carmo
 - + Igreja das Mercês
 - + Igreja de Santo Alexandre
 - Núcleos de Estudo
 - Eixo da Rua do Norte



Desenho de J. J. Codina da **Igreja da Sé**, em 1784 (MENDONÇA, 2003)



Desenho de J. J. Codina da **Igreja do Carmo**, em 1784 (ARAÚJO, 1998)



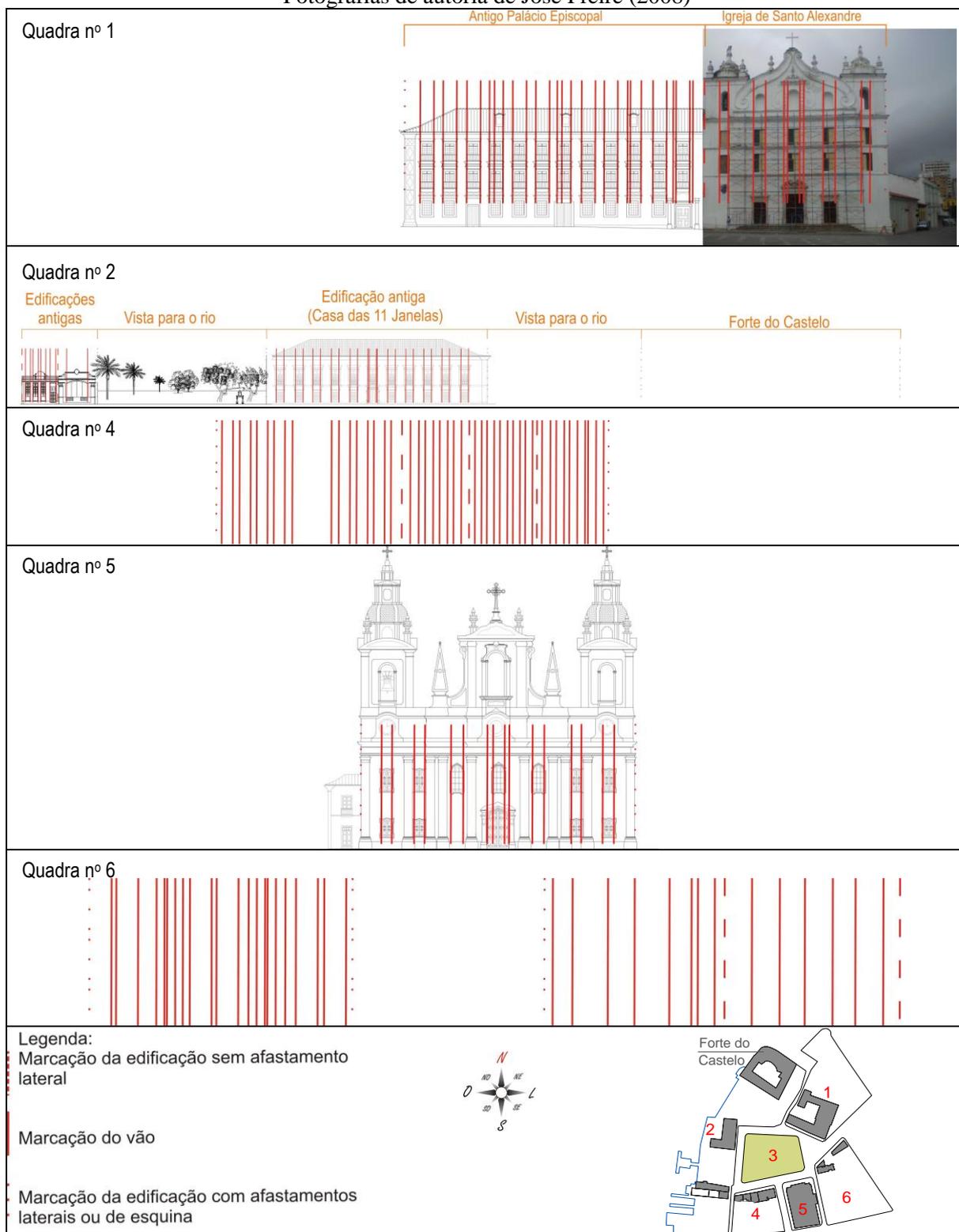
Desenho de J. J. Codina da **Igreja de Nossa Senhora das Mercês**, em 1784 (ARAÚJO, 1998)



Desenho de J. J. Codina da **Igreja de Santo Alexandre**, em 1784 (MENDONÇA, 2003)

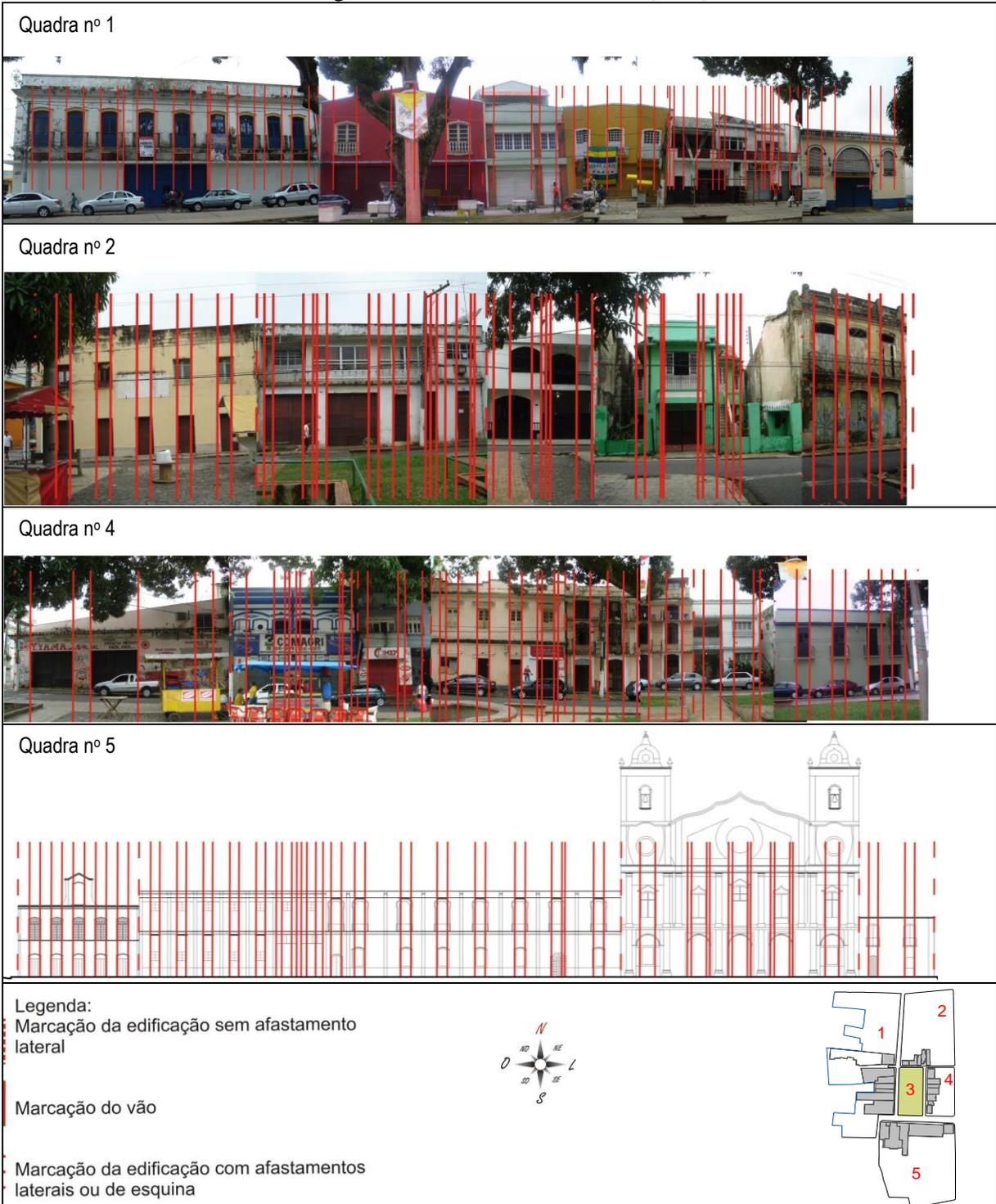
Fonte: Elaborado pela autora, 2013

Figura 9 – Ritmo das fachadas do Núcleo da Sé
Fotografias de autoria de José Freire (2008)



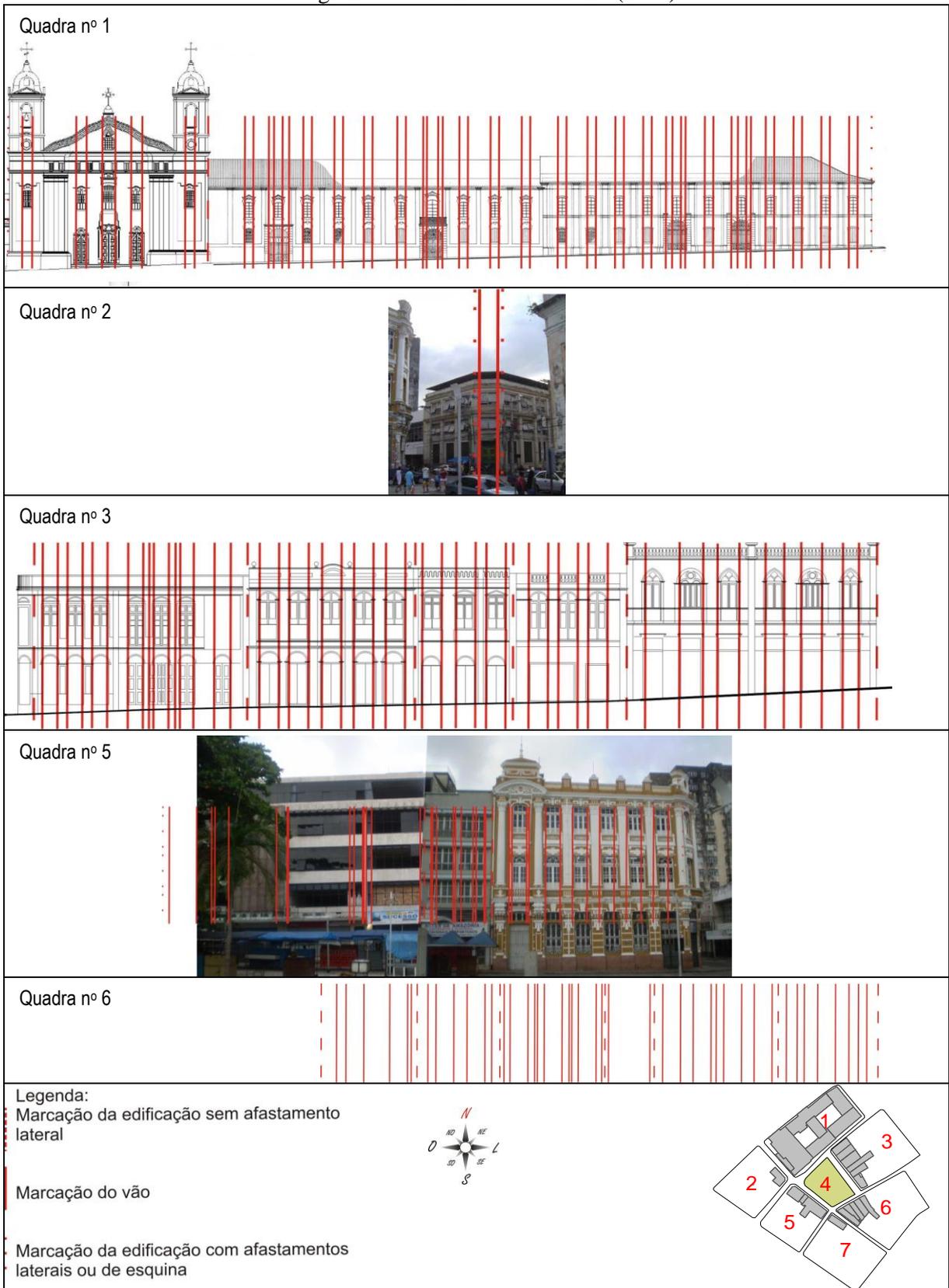
Fonte: Elaborado pela autora, 2012

Figura 10 – Ritmo das fachadas do Núcleo do Carmo
Fotografias de autoria de José Freire (2008)



Fonte: Elaborado pela autora, 2012

Figura 11 – Ritmo das fachadas do Núcleo das Mercês
 Fotografias de autoria de José Freire (2008)



Fonte: Elaborado pela autora, 2012

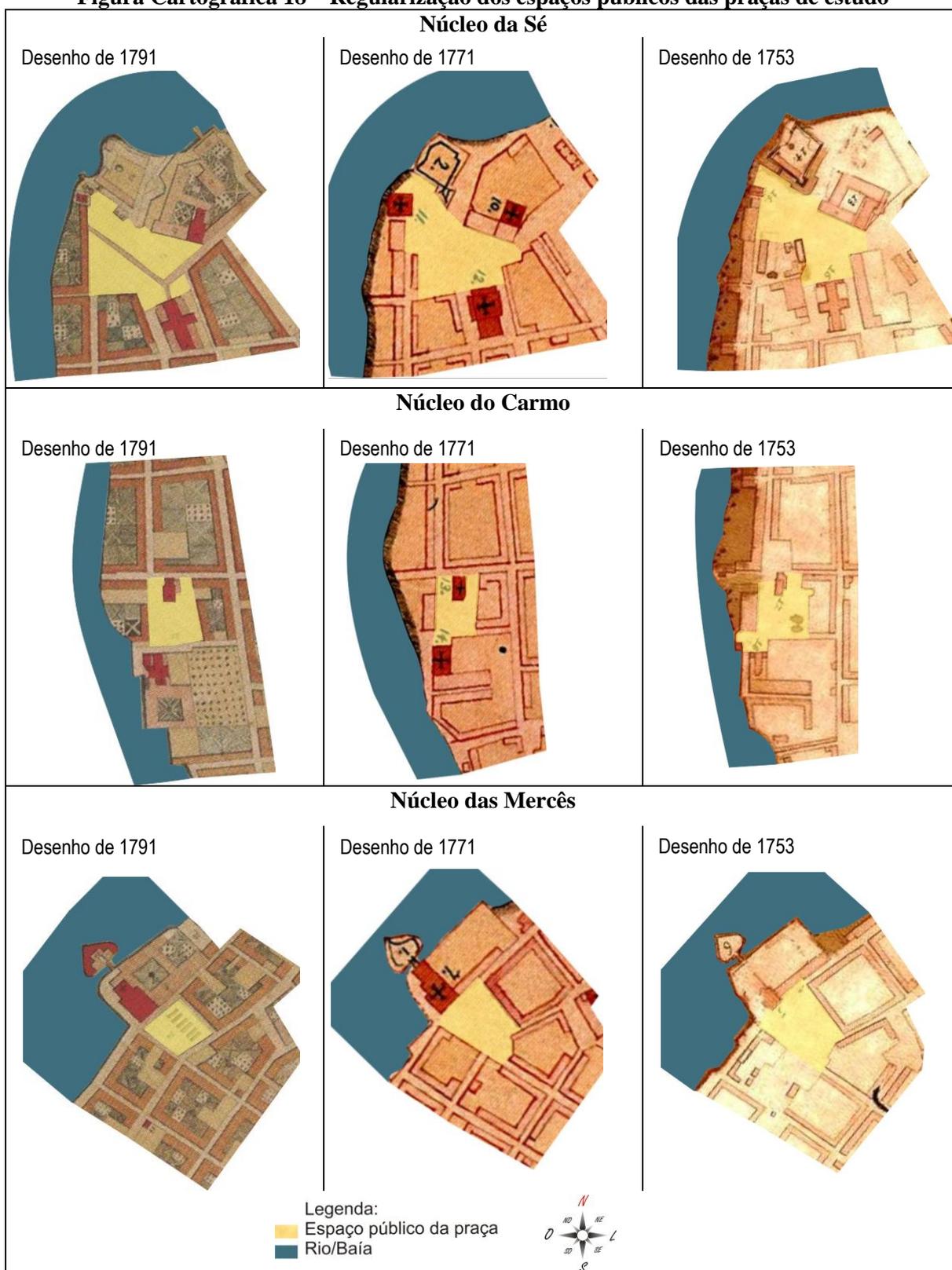
Percebe-se, na análise dos ritmos, que os núcleos de estudo eram caracterizados por edificações com muitas aberturas (vãos), de tamanhos pequenos e com pequenos afastamentos. Com o passar do tempo, o ritmo, que era simétrico e regular, passa a assimétrico e irregular, visto que a maioria das edificações antigas passou a ter seu térreo composto por um grande vão. Além disso, muitas outras já foram substituídas por novas edificações, que possuem ritmos diferentes dos produzidos até os primeiros anos do século XX (Figuras 9, 10 e 11).

As fachadas dos elementos da paisagem edificação construídas e/ou reformadas neste período em análise impõem-se no espaço urbano e, no que diz respeito aos núcleos de estudo, estas mesmas edificações, através de suas fachadas planejadas, projetam-se sobre os elementos da paisagem praça. Estas praças passam a ser indispensáveis para o jogo perspectivo de tais monumentos arquitetônicos e para a imagem da cidade. De fato, observa-se no mapa de 1791, ao relacioná-lo aos mapas de 1771 e 1753, a busca por uma regularização desses espaços públicos com o propósito de transformá-los em parte importante para o funcionamento e para a imagem da cidade (Figura Cartográfica 18). É significativo ressaltar que a efetivação da proposta de regularização das praças relaciona-se à ordenação de seus quarteirões de entorno.

Relacionando a praça urbana estruturada de forma regular com a função, o processo e a estrutura, verifica-se que a regularização do elemento da paisagem praça já vinha acontecendo em Portugal e nas cidades de origem portuguesa, por um lado, pelas múltiplas funções (políticas, administrativas, militares etc.) que nela se faziam; por outro lado, pelo processo de organização espacial pombalina, que privilegiava uma intervenção urbanística voltada para o espaço-rua, considerando-o tão importante quanto as suas edificações.

Essa estruturação da praça relaciona-se ao contexto socioeconômico (estrutura) vivenciado por Portugal, em relação a suas colônias, e por toda a Europa: o controle do território por meio, por exemplo, do processo de planejamento das cidades, era uma estratégia política de defesa do território perante as disputas territoriais empenhadas em encontrar novas terras, novos mercados e novas fontes de matéria-prima (MACHADO, 1989; ARAUJO, 1998).

Figura Cartográfica 18 – Regularização dos espaços públicos das praças de estudo



Fonte: Alunorte (1995); Reis (2000) / Modificado pela autora, 2013

Nesse período reformador, a cidade se mantém dentro dos limites urbanos já definidos no período precedente, com pouco acréscimo de vias (Figura Cartográfica 19). As principais

modificações relacionam-se com intervenções arquitetônicas – como a da praça do pelourinho, da Alfândega e do Hospital Real – e com seu perfil volumétrico. Por mais que os desenhos do arruamento da cidade de Belém dos anos de 1905, 1791 e 1753 não sejam elaborados com precisão (Figura Cartográfica 9), observa-se a similitude no tamanho da maioria dos trechos de ruas, isto é, de segmentos de linha. Dessa forma, pode-se dizer que, a partir de uma análise comparativa das extensões e das posições no traçado, não ocorreu mudança significativa nesses segmentos. Ademais, segundo Penteado (1968, v. 1), as vias da área em análise são, de modo geral, originárias dos séculos XVII e XVIII.

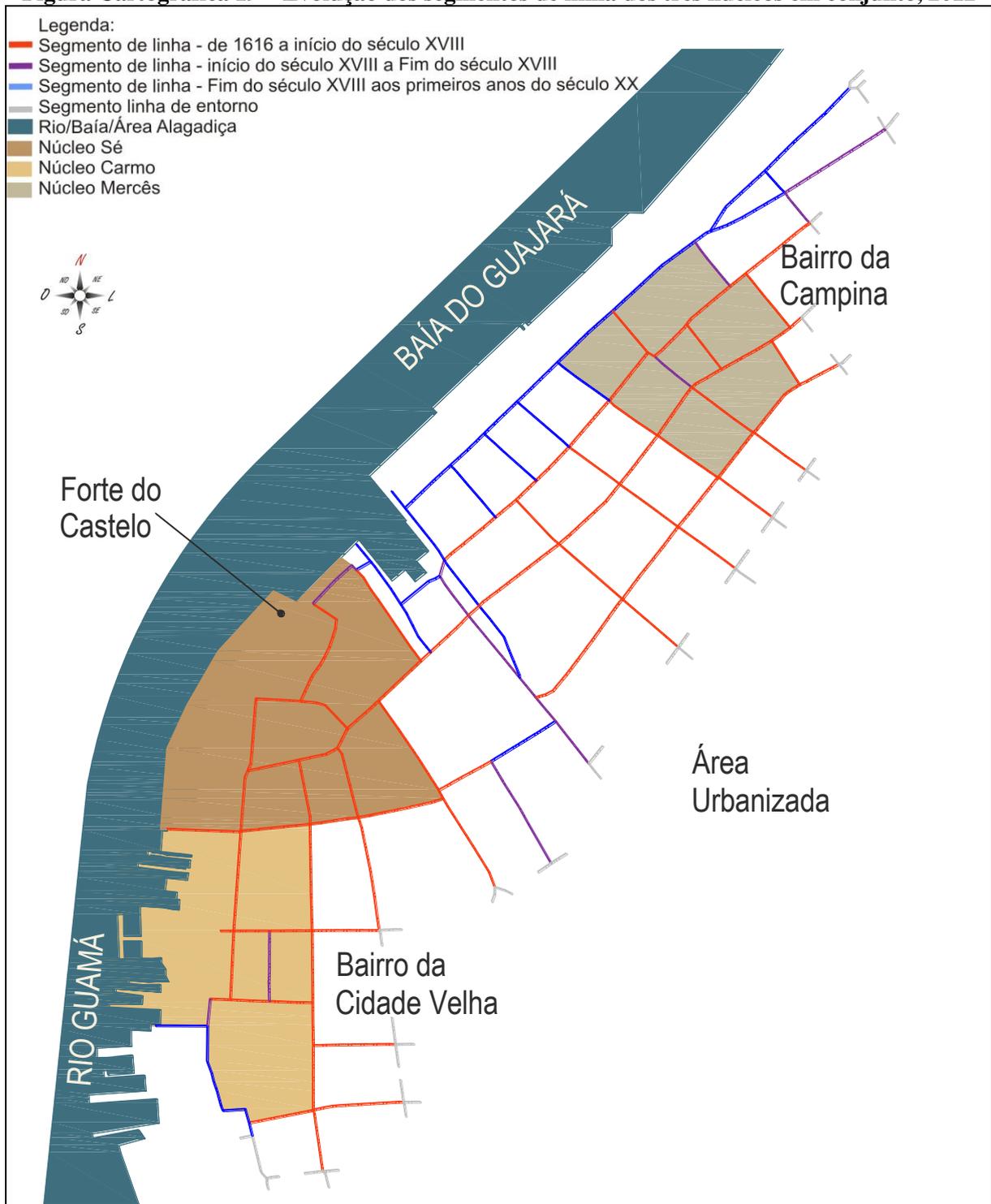
A coerência do discurso dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, ao lado das criações de fortificações nos principais pontos de acesso ao Grão-Pará, expõem e reforçam o projeto político pombalino de defesa do território, exaltando o papel simbólico das povoações civis (e não mais religiosas) “[...] enquanto núcleos de vida civilizada, colonizada.” (ARAÚJO, 1998, p. 117)

Ao adentrar o período pombalino, a cidade de Belém ganha certa importância, pois passa a ser a residência do irmão de Pombal e a capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A reforma pombalina visava ao controle territorial, à fixação de fronteiras e às mudanças tanto dos aspectos socioeconômico como da configuração urbana (MACHADO, 1989).

Dessa forma, o discurso ideológico e simbólico da política pombalina se expressa na linguagem urbana por meio da padronização e hierarquia das fachadas, da toponímia (nome das ruas e das cidades fundadas, por exemplo, na Amazônia), da tipologia arquitetônica, da monumentalidade da cidade etc. Para a cidade de Belém, tais elementos símbolos do poder são mais modeladores do que formadores da configuração urbana (ARAÚJO, 1998).

A imagem da cidade de Belém é importante, pois é o espaço social da sede do poder da conquista territorial portuguesa na Amazônia, simbolizada pela monumentalidade, pelas relações entre suas edificações, pela ordenação do território e pelo jogo perspectivo de seu espaço urbano. Essa apreciação da imagem da cidade, conquistada, reformada e planejada pelos portugueses, reflete a preocupação de demarcação de fronteiras e de conquista efetiva do território amazônico pelos portugueses perante o peso das condições externas de uma Europa “[...] de profunda transformação ideológica, econômica e social.” (MACHADO, 1989, p. 63) que vivenciava, por exemplo, a busca cada vez maior de bens abundantes e diversos fora da Europa, como consequência da Revolução Industrial na Inglaterra (1750-1870) e, mais tarde, em outros países.

Figura Cartográfica 19 – Evolução dos segmentos de linha dos três núcleos em conjunto, 2012



Fonte: Belém (1998); Penteadó (1968) / Modificado pela autora, 2012

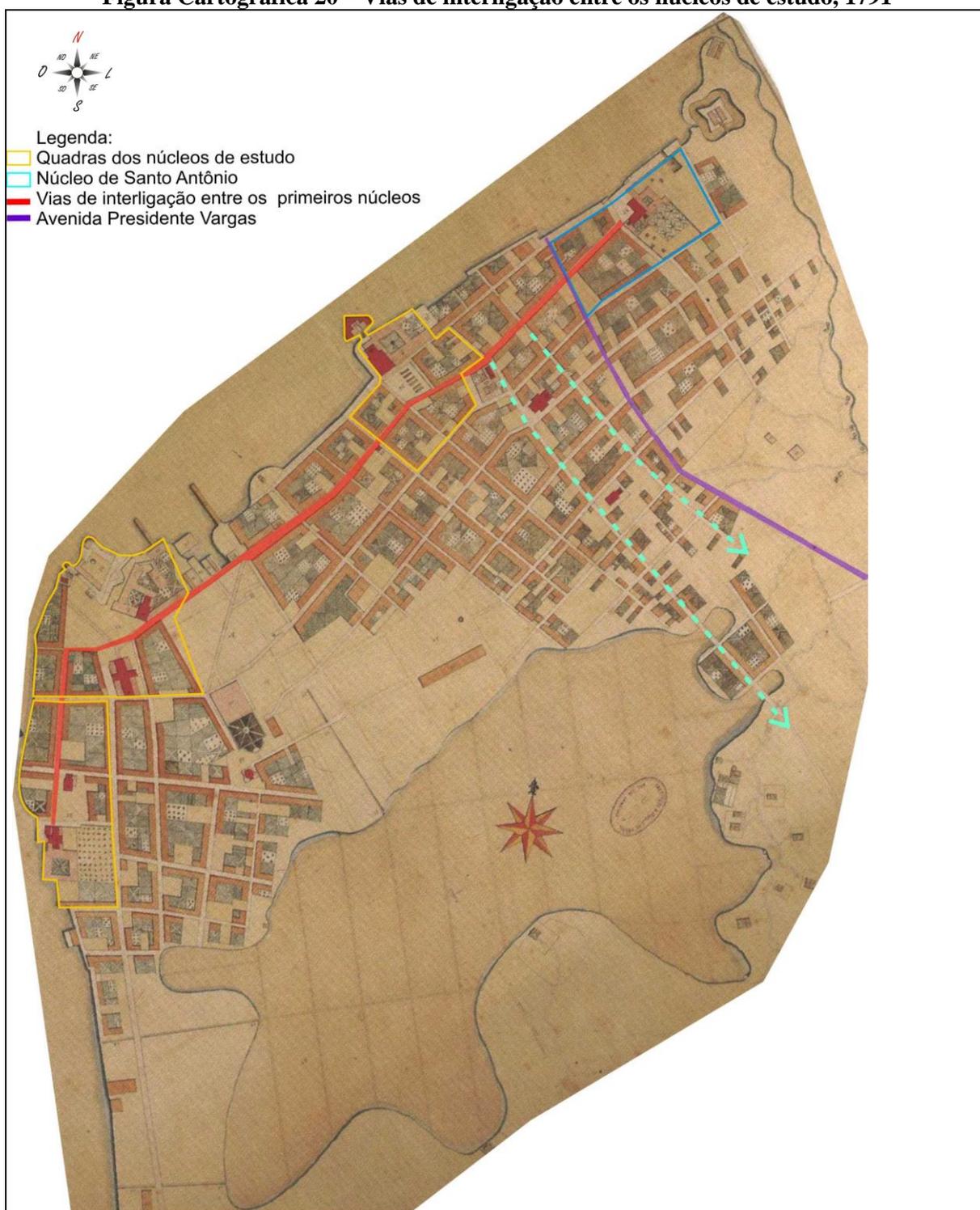
c) Período de 1778 a 1850

Em fins do século XVIII, ocorreram na Europa importantes movimentos sociais, econômicos e políticos, como a revolução Francesa (1789) e a Revolução Industrial Inglesa. Uma das principais consequências desses movimentos foi “[...] o avanço da conquista ocidental sobre qualquer território que os governos ou os homens de negócios ocidentais achassem vantajosos ocupar [...]” (HOBSBAWM, 2011, p. 23). Essas agitações – políticas, revoltas, movimentos revolucionários e até mesmo secessão – refletiam a crise dos padrões antigos que dominavam a Europa em meio a um período de rápida mudança social.

De acordo com Hobsbawm (2011), depois de 1830 acelerou-se o ritmo das mudanças sociais e econômicas. Ademais, em 1848, a economia inglesa era a única realmente industrializada, de maneira que o movimento econômico do restante do mundo ainda era controlado pelo ritmo lento das colheitas e não pelo ritmo industrial. Para esse mesmo autor, entre os anos de 1789 a 1848, mudanças fundamentais estavam acontecendo, na demografia (aumento da população), no desenvolvimento das comunicações (a partir de rede de estradas, ferrovias, pontes, sistemas de canais, rotas fluviais etc.) e no movimento de mercadorias e de homens.

Outra consequência das agitações econômicas dessa época foi a “[...] divisão entre países ‘adiantados’ e os ‘subdesenvolvidos’ [...]” (HOBSBAWM, 2011, p. 289). Assim, como em boa parte do mundo, o Brasil estava entre os “atrasados”, sob pressão econômica do ocidente e, sem dúvida, “o mundo da década de 1840 era completamente dominado pelas potências europeias, política e economicamente, às quais se somavam os Estados Unidos.” (HOBSBAWM, 2011, p. 473), sendo a Grã-Bretanha a maior potência.

Nesse período, as atenções ainda eram voltadas para as questões de demarcações de limites entre as fronteiras de terras portuguesas e espanholas, discutidas a partir de equipes de técnicos, entre as quais a do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que desenhava e colecionava aspectos desconhecidos da região amazônica, que eram encaminhados para a Corte portuguesa. Durante essa jornada de descobrimentos sobre o Norte do Brasil, no final do século XVIII, Belém expandiu-se em meio à existência do alagado do Piri, distanciando-se cada vez mais do rio e da baía. Esse crescimento assumiu um intenso movimento de interiorização, principalmente a partir da Rua dos Mirandas, que mais tarde passa a ser chamada de Avenida Presidente Vargas, ainda hoje uma das principais vias de Belém (Figura Cartográfica 20).

Figura Cartográfica 20 – Vias de interligação entre os núcleos de estudo, 1791

Fonte: Alunorte (1995) / Modificado pela autora, 2012

Na segunda metade do século XVIII, essa penetração é lenta e desigual, como pode ser observada na configuração espacial da cidade nos primeiros anos do século XIX (Figura Cartográfica 21).

Figura Cartográfica 21 – Comprimento e largura da cidade no início do século XIX



Fonte: Reis (2001)

A expansão urbana da cidade até meados do século XVIII se dava margeando o rio e a baía. Estes eram as principais vias de integração regional e, até mesmo, desempenhavam o papel de incorporadores da Amazônia à “civilização”. Em fins do século XVIII e início do século XIX, o transporte por água era mais fácil, mais rápido e, portanto, mais barato do que o transporte terrestre. Nessas circunstâncias, para Hobsbawm (2011, p. 31), “estar perto de um porto era estar perto do mundo.”

Os projetos de Gronsfeld (Figuras Cartográficas 15 e 16) não foram executados e no início do século XIX a área alagadiça foi aterrada²¹, “[...] uma vez que se convertera numa fonte de insalubridade para a cidade [...]” (MOREIRA, 1966, p. 127). Além disso, outros igarapés menores também foram extintos na área de estudo, tais como o de São José (antigo Comedía dos Peixes-boi) e o do Piri (derivado do alagado do Piri que desaguava na atual doca do Ver-o-Peso). A drenagem total do alagado do Piri ocorreu em função da ordenação e da expansão urbana imposta pelo crescimento da cidade em direção a essa área alagadiça, mas também pela preocupação com aspectos higiênico-sanitárias.

²¹ Caberia ao vigésimo sexto Governador Capitão-General do Grão-Pará e Rio Negro D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos (1803-1806) ordenar o início dos serviços de ensecamento e aterramento do Piri (MEIRA FILHO, 1976, v. 2, p. 785).

Em seis de Outubro (1803) escreve o Governador aos Encarregados da gerencia e administração dos negocios do Municipio da Capital sobre o Piri [...]. E ordena que sem detença alguma se passe a [...] effectuar o ensecamento do Piri para que desapareça este productor de insectos de toda a espécie, e jamais por elle seja o ar impregnado de vapores pestiferos, que enervaõ o Corpo, produzem contagioens perigosas, e as mais das vezes mortiferas, e que originaõ as sezoens e outras enfermidades endêmicas, que abreviaõ a vida dos habitantes. (BAENA, 1969, p. 254).

As marcas deixadas pelo igarapé do Piri após a sua drenagem foram, entre outras, a construção de praças e a abertura de algumas ruas mais largas que as do arruamento inicial, expondo a preocupação dos técnicos de urbanização com o embelezamento da área. Com a total secagem dessa área alagadiça, o seu arruamento segue a orientação das ruas já existentes que, segundo Araujo (1998, p. 253) “[...] são as orientadoras da continuidade do desenho urbano.”

Tanto o igarapé do Piri quanto a mata foram limites fortes à expansão urbana de Belém. Porém, foram ultrapassados pela aglomeração, e a urbanização assume um crescimento horizontal, favorecendo, com o tempo, uma alta densidade²² nos bairros da Cidade Velha e da Campina. Com relação à intensidade da densidade, segundo Panerai (2006, p. 76), “a ausência de limites fortes, [...] favorece uma extensão horizontal com densidades mais baixas e sem estruturação do núcleo”, que não é o caso, nem do igarapé do Piri e nem da mata.

Até as primeiras décadas do século XIX, sem as grandes riquezas metálicas, o primeiro “ciclo” econômico da Amazônia foi o das “drogas do sertão”, caracterizado pela colheita de especiarias (cravo, canela, frutas, plantas medicinais etc.). De certa maneira, essa atividade, destinada à exportação, contribuiu para o desenvolvimento da colônia do Grão-Pará, que, nos idos dos oitocentos, já se definia com nova área, afastada do velho centro.

A expansão do Centro Histórico de Belém, por mais que não fosse com base em um planejamento – pois não se tem notícias de plantas e desenhos de como ocupar este sítio colonizado –, teve a construção de seus arruamentos dispostos em função do forte, ou como diz Meira Filho (1976, v. 1) em função do Largo da Matriz, no Núcleo da Sé. No período que vai de 1616 (fundação da cidade de Belém) até o início do século XIX, o crescimento da cidade, em termos populacionais, ainda era muito reduzido. As edificações, principalmente as

²² O adensamento é um fenômeno vinculado ao crescimento e, segundo Panerai (2006), pode ser considerado como um crescimento sem expansão territorial resultando na saturação dos espaços urbanos (crescimento cerceado).

monumentais (igreja e palácio), contrastavam com a pequena expansão urbana, com a singeleza da arquitetura civil, e, sobretudo, com o pequeno número de habitantes da cidade.

No que se refere à importância e ao tamanho das vias de ligação, estas chamavam a atenção dos viajantes que aqui estiveram. O naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo, que esteve na cidade em 1784, comenta que, “a rua mais larga é a da Cadeia, no bairro da Campina” (apud CRUZ, 1973, p. 42). A antiga Rua dos Mercadores (anteriormente Rua da Cadeia e, atualmente, Rua Conselheiro João Alfredo) é descrita pelo naturalista inglês Wallace (2004, p. 40), quando esteve na cidade paraense no ano de 1848, da seguinte forma: “a artéria principal é a ‘Rua dos Mercadores’ onde se encontram quase todas as boas lojas da cidade.”

Em meio às agitações sociais e políticas na Europa, como as já citadas, e na colônia brasileira, tais como a transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1808), a abertura dos portos brasileiros (1808) e a proclamação da independência (1822), no vale do Amazonas (Capitanias do Pará e do Rio Negro), na primeira metade do século XIX, a população era de mais ou menos entre 3% a 4% da população total do Brasil (MACHADO, 1989). A disposição desta mesma população e a do resto do Brasil ainda era às margens dos grandes rios, com pouca interiorização. A ocupação territorial brasileira colonial até então formou “ilhas de povoamento” com alguma articulação espacial entre elas, em função do comércio interno através das vias de comunicação marítima. No entanto, segundo Machado (1989, p. 167), havia dois aspectos comuns a essas ilhas: “[...] o predomínio do regime de trabalho escravo e o quase-monopólio da propriedade da terra.” Na época, vivia-se no Brasil o Período Regencial (1831-1840), que correspondia ao hiato entre a abdicação de D. Pedro I e a ascensão de D. Pedro II. Em 1831, o príncipe-herdeiro contava com pouco mais de cinco anos de idade. Conforme a constituição monárquica previa, foi formada uma regência que deveria governar o Brasil até a maioria do herdeiro do trono. Esse período foi de intensa agitação. Várias regências se sucederam no poder. Revoltas e revoluções explodiram de Norte a Sul do País, como a Farroupilha, nos Pampas; a Sabinada, na Bahia; a Balaiada, no Maranhão. Um dos fatores que mais contribuiu para essa situação foi a excessiva centralização do poder no Rio de Janeiro. As elites locais não tinham poder de decisão. Além do mais, as províncias eram submetidas a presidentes nomeados pelo poder central.

Nessa época, um fato de grandes proporções teve efeitos devastadores sobre a população: a Cabanagem. Esta revolta popular iniciou em 1835 e só terminou em 1840, na região do atual estado do Amazonas. Na cidade de Belém, durou até o ano de 1836.

No Pará, a situação ia além disso. Afora o descontentamento de setores das elites locais, havia uma grande insatisfação das camadas mais pobres da população, que eram formadas por índios tapuios (índios destribalizados), negros livres, negros escravos e uma maioria de mestiços, especialmente caboclos. Eles moravam, em geral, em terrenos baldios e alagadiços às margens das matas e dos igarapés. Muitos deles habitavam precárias cabanas, daí a provável origem do nome do movimento. A eclosão da Cabanagem está ligada, em suas causas mais próximas, aos desmandos do presidente Bernardo Lobo de Sousa e à sua intensa rivalidade com o cônego Batista Campos, líder político bastante popular em Belém e em seus arredores (DI PAOLO, 1985).

A morte do religioso, em meio a uma perseguição engendrada pelo presidente, levou a um estado de revolta generalizada e à organização de milícias populares nas cercanias da capital. Essas milícias invadiram Belém em 7 de janeiro de 1835 e mataram o presidente da província. Foi organizado um governo cabano, que dominou a cidade de Belém até maio do ano seguinte, quando chegou a armada comandada por Soares de Andrea, enviado pelo poder central, isto é, pela Regência (MACHADO, 1989).

Nos subúrbios de Belém, as principais concentrações cabanas, além de realizar-se no *Cacoalinho*, desenvolviam-se no *Largo da Memória*, numa casa antiga na estrada de *Nazaré* pertencente a Tenreiro Aranha, e no *Bacuri*, no fim da rua da *Pedreira*, onde se celebrava o arraial de São Tomé. Aqui coordenava o movimento um crioulo liberto conhecido pelo nome de Patriota; aqui também os Vinagre e os Nogueira estabeleceram o quartel-general dos Cabanos. Também o sítio *Murutucu*, dos Vinagre, estava disponível. (DI PAOLO, 1985, p. 166, grifo do autor).

O texto acima mostra alguns aspectos interessantes. Um deles é a composição social das lideranças. Os irmãos Nogueira eram pequenos proprietários, sendo que Eduardo Nogueira, conhecido como Angelim, casou-se com uma grande proprietária de terras e escravos, ainda durante a Cabanagem. Os Vinagre, mesmo considerados líderes populares, eram proprietários do Engenho Murutucu, cujas ruínas ainda hoje mostram que era uma propriedade de grandeza respeitável. O texto também cita o liberto Patriota que, pela própria condição social, contrasta com as outras lideranças. Este é um dos traços marcantes da Cabanagem: mesmo com o caráter francamente popular, outras camadas sociais estiverem envolvidas no movimento, inclusive entre as suas lideranças (DI PAOLO, 1985).

O núcleo das Mercês, uma de nossas referências empíricas de análise, foi cenário de dois episódios marcantes na Cabanagem. O primeiro deve-se à presença do presidente da Província, em um espetáculo no Teatro Providência, na noite de 6 de janeiro de 1835, horas

antes de ser assassinado pelos cabanos, que invadiram Belém na madrugada seguinte. O segundo episódio a se destacar foi uma segunda invasão cabana em Belém, que se concentrou no Largo das Mercês, devido a, nesse local, encontrar-se o Arsenal de Armas. Foi um episódio sangrento, quando tombou um dos principais líderes cabanos, Antônio Vinagre. Mas a batalha foi favorável aos revoltosos (DI PAOLO, 1985).

A Cabanagem, depois de abafada em Belém, prosseguiu pelo interior, até 1840. A repressão foi violentíssima. O número de mortos é alarmante, principalmente se for levado em conta que a população da província na época era de aproximadamente 100 mil habitantes (DI PAOLO, 1985).

Calculamos que mais de trinta mil homens foram imolados ao furor da demagogia e à reação dos emissários do governo. A dissensão tinha degenerado em ódio de raças, e tanto sofreram os brancos como os tapuios e homens de cor. O morticínio destes seguiu-se ao morticínio daqueles. A mortandade foi geral e na maior parte ignorada. (RAIOL, 1970, p. 1000).

A violência e as marcas da Cabanagem não escaparam dos olhares estrangeiros. Kidder (1980), que esteve por duas vezes no Brasil, na segunda metade do século XIX, observou o seguinte.

Percebem-se, ainda, no Pará os efeitos da Revolução de 1835. Quase todas as ruas têm casas pontilhadas de balas ou varadas por projéteis de canhão. Algumas foram apenas ligeiramente avariadas, outras quase que completamente destruídas. Dentre estas últimas algumas foram restauradas, outras abandonadas. O Convento de Santo Antônio ficou de tal forma exposto ao canhoneio que ainda hoje exhibe muitos sinais de bala pelas paredes. Um dos projéteis destruiu a imagem colocada num alto nicho à frente do convento. (KIDDER, 1980, p. 184).

Conforme se pôde observar, uma das consequências da Cabanagem foi a destruição de parte considerável dos imóveis existentes, retardando o melhoramento urbano da cidade e impondo uma necessária reconstrução de parte desta.

De acordo com Kidder (1980), que esteve na cidade de Belém por volta de 1839, antes mesmo da Cabanagem, Belém já era uma cidade bastante arborizada, possuindo bonitos jardins particulares, dignos de serem visitados, além de apresentar lindas alamedas, tais como a estrada das Mangabeiras, que ia da área próxima ao Arsenal de Marinha até o Largo da Pólvora. Junto a essa alameda, havia um jardim botânico, iniciado em 1797, para cultivo de plantas nativas e estrangeiras. Além disso, observa que, mesmo belos, esses jardins poderiam estar em melhores condições, caso não tivessem sentido os efeitos das agitações e de revoltas,

como a Cabanagem. O próprio presidente Soares Andrea, que ocupou o poder em Belém após os cabanos terem abandonado a cidade, procurou melhorar algumas áreas da cidade com arborização em várias alamedas (KIDDER, 1980, p. 185).

Muitas são as bem traçadas ruas nas quais apenas uma exígua vereda serpenteia por entre o matagal que as cobre, e, nos arredores, se encontram, frequentemente, propriedades em abandono e casas de construção magníficas, inteiramente desocupadas. Dentro do atual perímetro urbano, é perfeitamente possível ao viajante embrenhar-se em espessa floresta sem qualquer indício que denuncie a proximidade de uma habitação humana.

Assim, à medida que a cidade ia-se expandindo em direção à mata, as vias de penetração mantinham a arborização original em suas laterais, de vez que a área urbana era ainda pequena, cercada por densa mata. Esse aspecto não escapou aos olhos do naturalista Henry Walter Bates.

Muitas outras plantas curiosas por suas hastes, folhagem ou modo de crescimento apareciam na orla da floresta que era atravessada pela estrada que percorríamos, todas eram cheias de atrativos para os recém-chegados, [...] (BATES, 1944, p. 36).

Os acontecimentos políticos locais não alterou o movimento comercial com o exterior – tanto das exportações quanto das importações: “[...] ao contrário, há uma certa regularidade e um pequeno ascenso [...]” (MACHADO, 1989, p. 222). Isso indica que as revoltas civis tinham um caráter e uma abrangência local. Na segunda metade do século XIX, houve um aumento do comércio mundial: “[...] entre 1850 e 1870 aumentou em 260%.” (MACHADO, 1989, p. 327), favorecido tanto pela “revolução dos meios de transporte”, quanto pelo surgimento de um conjunto de inovações técnicas (MACHADO, 1989, p. 328).

Dessa onda de inovações pertence a descoberta da vulcanização por calor da goma elástica (1839), do linóleo de cortiça e borracha (1844), do pneumático (1845 e 1888), do disco de fonógrafo de borracha endurecida (1889), etc. (MACHADO, 1989, p. 328).

Até o final do século XVIII, os quarteirões da área de estudo ainda estavam em formação; havia apenas as configurações das edificações, que já começavam a delinear as futuras quadras. Nos desenhos de 1791 e 1753, vê-se uma intenção de quadra composta pelos terrenos sem construções, ao lado de terrenos com edificações estabelecidas (Figura

Cartográfica 23). O aspecto da cidade, quando o naturalista Bates desembarcou em Belém, na manhã de 28 de maio de 1848, é de um lugar com:

[...] o casario branco, com seus telhados vermelhos, as numerosas torres e os zimbórios das igrejas e conventos, as copas das palmeiras que dominam as construções, tudo nitidamente destacado no claro azul dos céus, dão uma impressão de leveza e de alegria das mais gentis. (BATES, 1944, p. 32).

Observa-se, nos desenhos do final do século XVIII, que diante de um edifício religioso é mantido um espaço livre que, com o tempo, vai sendo cercado por edifícios geminados. O efeito de fechamento de um espaço vazio, cercado por edifícios, incluindo os monumentais, é a própria essência e/ou caráter do que passa a ser designado como uma praça.

De acordo com o naturalista Bates (1944, p. 121), as festas religiosas “ocupavam grande parte do tempo e das preocupações do povo”. E segue dizendo que:

Os dias santos eram tão numerosos e perturbavam tanto o comércio e a indústria em 1852, que o Governo foi obrigado a reduzi-los, obtendo a necessária permissão de Roma para abolir alguns de menor significação. (BATES, 1944, p. 122).

A imponência das construções religiosas era percebida pelos viajantes, que as avistavam ainda de longe, ao chegarem à cidade pela baía do Guajará. Segundo o americano Kidder (1980, p. 182), “distinguiam-se perfeitamente, à luz prateada da lua, as torres da catedral, do palácio e de diversas igrejas.”

Nesta análise da cidade de Belém em fins do século XVIII até primeira metade do século XIX, identificam-se as transformações sociais, econômicas, culturais e históricas que estavam ocorrendo internamente e externamente ao Brasil. Assim como em outras cidades, Belém tinha um papel de entreposto de matéria-prima para fora do Brasil, mas também de distribuição dos produtos estrangeiros pela região.

Uma das consequências desse período foi que as vias de crescimento próximas aos rios conectavam os pontos de desembarque de mercadorias, servindo como eixos de comercialização desses produtos. Com relação ao exposto, Kidder (1980, p. 187), observa, em 1839, que “a rua que corre em paralelo ao rio liga diversos pontos de desembarque, é justamente aquela onde se transaciona quase todo o comércio local. A certas horas do dia apresenta movimento intenso.”

Mesmo vivenciando uma estagnação econômica – provocada, por exemplo, pela extinção da Companhia Geral (em 1778) e pelo declínio da agricultura e do extrativismo de

exportação – que, segundo Corrêa (1989), ocorreu entre o final do século XVIII e a quarta década do século XIX, há uma lenta expansão urbana da cidade de Belém para o interior da mata, sendo as construções religiosas ainda as edificações nitidamente mais destacadas nos dois primeiros bairros da cidade.

Neste período em análise, mesmo sofrendo os efeitos do declínio econômico, são realizadas em Belém duas obras urbanísticas relevantes. Na opinião de Corrêa (1989), esses processos de ocupação têm relação com a ociosidade de mão de obra resultante da decadência econômica. A primeira foi a obra de ensecamento do igarapé do Piri, que teve início em 1803 e término mais de vinte anos depois.

É aparentemente paradoxal que esta grande obra, sucessivamente postergada por administrações anteriores, inclusive da próspera fase da Companhia Geral, venha a ser realizada justamente em uma época de declínio econômico. A explicação para tal paradoxo parece residir, todavia, no fato de que, com a decadência econômica, teve-se uma grande ociosidade de mão-de-obra escrava, que foi então deslocada da produção privada para o trabalho na referida obra de ensecamento. (CORRÊA, 1989, p. 100).

A segunda foi a obra de aterro realizada na área frontal a baía de Guajará entre a Igreja das Mercês e o Ver-o-Peso. Na terceira década do século XIX, o novo espaço na orla da Baía de Guajará advindo do aterro foi dividido e distribuído pelo Governador Antônio José de Menezes Noronha, o Conde de Villa Flor, para que fossem construídas “[...] edificações de dois pavimentos, cuja fachada da baía fosse semelhante à da terra.” (CORRÊA, 1989, p. 101).

d) Período de 1850 a 1920

A expansão do capitalismo na segunda metade do século XIX já distinguia duas partes de um mesmo planeta: um lado se diferenciava por ter o papel de produtor de alimentos ou de matérias primas (o Brasil, por exemplo) e o outro lado por ser produtor industrial (a Inglaterra, por exemplo). Como consequência da expansão da grande indústria tem-se que:

Enquanto os lugares com acesso às novas tecnologias estavam cada vez mais próximos, o resto do mundo, onde o cavalo, a mula ou o barco a vela seguiam determinando a velocidade de transporte, se tornava cada vez mais atrasado. (MACHADO, 1989, p.332).

Na segunda metade do século XIX, o território amazônico continua sendo parte da política territorial implementada anteriormente pelo poder colonial, e agora também pelo governo brasileiro – como a ideia que se fazia desta região – de “[...] que não era essa uma região prioritária ou valorizada do ponto de vista do potencial econômico” (MACHADO, 1989, p. 368). Assim, essa ideia não foi rompida totalmente, mesmo com o progresso econômico advindo da exploração da borracha. Ainda segundo Machado (1989, p. 368): “esse foi o binômio que nem mesmo a valorização da borracha amazônica conseguiu romper totalmente.”

A partir das décadas finais do século XIX, com o progresso econômico que a exploração da borracha proporcionou, principalmente no período²³ que vai de 1880 a 1912, o crescimento da cidade acompanhou o seu desenvolvimento econômico. O avanço da malha urbana tomou novo impulso. Isso, por um lado, possibilitou investimentos públicos e privados, higienização e sofisticação. Por outro, estabeleceu um processo de incorporação de novas áreas e urbanização de outros bairros, próximos aos primeiros que formam o Centro Histórico de Belém (bairros da Cidade Velha e Campina).

A economia gomífera “[...] acentuou a dependência da região à exportação de produtos sujeitos à especulação no mercado internacional [...]” (MACHADO, 1989, p. 385),

²³ Machado (1989, p. 373) fala a respeito de quatro fases de valorização da borracha nos mercados estrangeiros: a primeira entre 1853 a 1867; a segunda a partir da abertura do rio Amazonas a navegação de barcos estrangeiros em 1867; a terceira na década de 1880; e a quarta no final da década de 1880. Segundo a autora “é nesta última fase que se dá o denominado ‘boom’ da borracha amazônica [...]”. O relatório de governo de Augusto Montenegro (MONTENEGRO, 1908, p. 184) refere-se a uma crise periódica – do valor da produção da borracha – “[...] e até com certa regularidade: ella apresentou-se em 1889, em 1894, em 1900 e agora em 1907.” Para Sarges (2002) o surto econômico maior foi de 1870 a 1910 em decorrência do crescente aumento da produção da borracha neste mesmo período.

mas também a importação de produtos para o consumo interno, mesmo com o aumento dos impostos (política do governo central para arrecadar benefícios gerados pela economia da borracha).

A penetração que se realizou pela Travessa dos Mirandas (atual Avenida Presidente Vargas), rumo ao leste, foi a mais importante desse novo sentido de expansão da cidade. Dentre outras coisas, com ela surgiu o Núcleo da Pólvora, que possibilitou a construção da Praça da República, a primeira grande praça de Belém em tamanho, delimitando a área considerada hoje como o Centro Histórico de Belém (Figura Cartográfica 22). A partir dessa área em que se localiza a praça, surgiu então a Estrada do Utinga (atualmente avenidas Nazaré e Magalhães Barata).

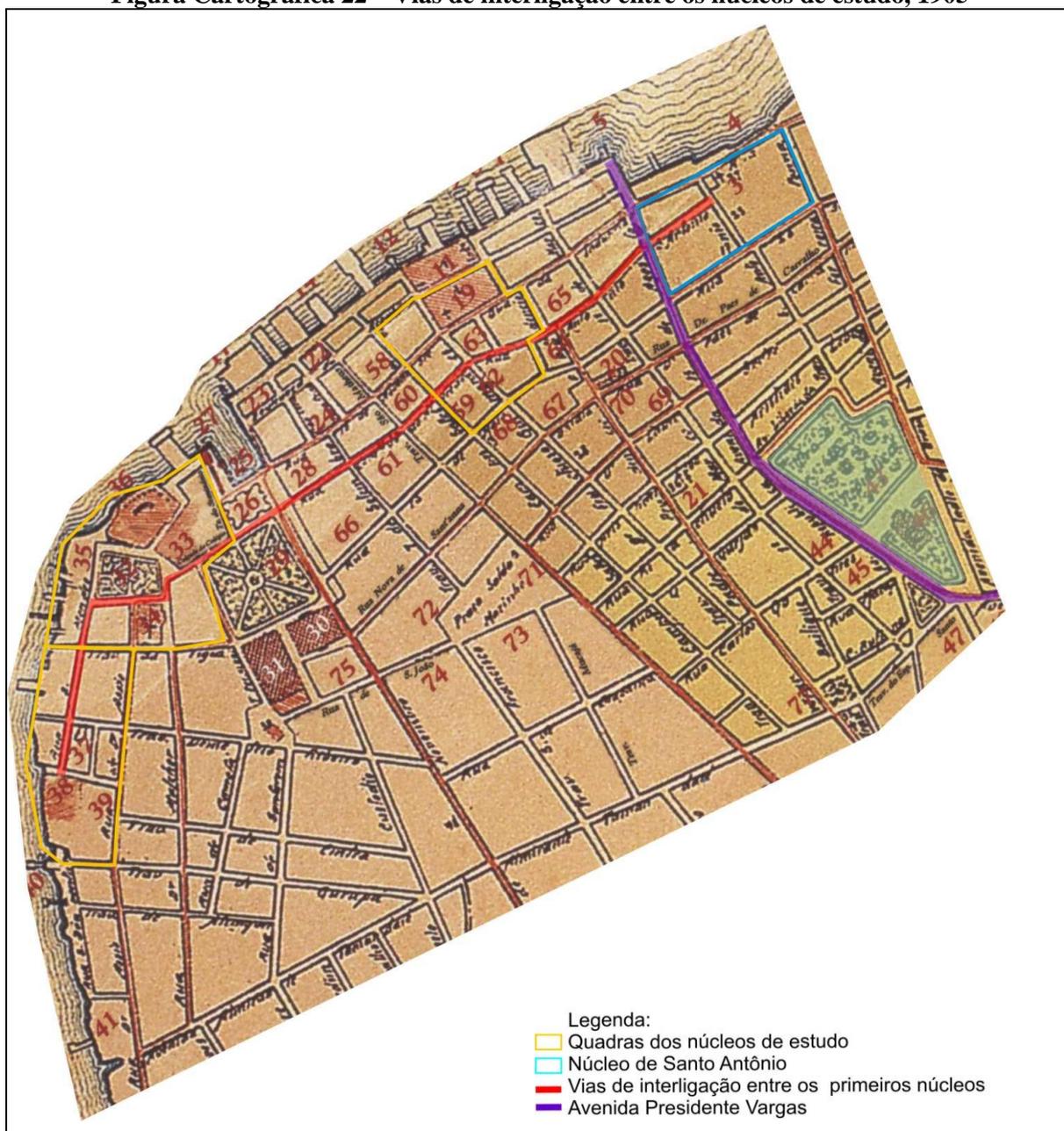
O apogeu da economia seringueira (1870-1912) é relacionado à administração do Intendente Antônio José de Lemos (1897-1912), homem que exerceu intensa influência política no Pará e que foi considerado como o responsável pela modernização da cidade na época. Nesse período, ruas, travessas, avenidas e praças foram criadas, além da substituição dos beirais das edificações por platibandas. No que diz respeito à sua forma de intervir na reestruturação do espaço público de Belém, destaca-se a pavimentação e arborização das ruas e o tratamento paisagístico das praças.

Parte do excedente que se originou da economia gomífera foi investido no setor público na área do urbano, com o calçamento das ruas da cidade com paralelepípedos de granito importado de Portugal, com a construção de prédios como o do Arquivo e Biblioteca Pública, Teatro da Paz, além de outros, e a própria expansão da *urbe* com a ocupação das terras altas pelas famílias ricas, favorecendo a criação de novos bairros como Batista Campos, Marco, Nazaré, Umarizal, onde a elite pode construir suas confortáveis casas, bem distantes do abafado bairro comercial. (SARGES, 2002, p. 52).

O ex-governador do Estado Augusto Montenegro em seu relatório de 1908 diz que:

As praças estão convertidas em parques lindíssimos, com ajardinamentos caprichosos, elegantes, plantados com arte e hygiene; as ruas quase todas tem recebido calçamento a parallepipedos, e innumeradas ruas novas tem sido abertas ao publico. Das ruas de Belém, 70 estão já lindamente arborizadas. (MONTENEGRO, 1908, p. 45).

Figura Cartográfica 22 – Vias de interligação entre os núcleos de estudo, 1905



Fonte: Pará (1996) / Modificado pela autora, 2012

Esse progresso econômico estabeleceu um processo de apropriação do espaço – que vai se manter relativamente inalterado até as décadas de 1940-1950 – traduzido não só no crescimento populacional, como também em uma série de medidas (modernização da cidade, implantação de serviços de infraestrutura etc.) para a reestruturação do espaço urbano. Belém passava a desempenhar, realmente, papel comercial, financeiro, político e cultural na região (FERREIRA, 1977).

A nova elite regozijava-se nos prazeres da *belle-époque*, com construções inspiradas no *art nouveau* e proporcionava a vinda de companhias artísticas estrangeiras e nacionais. Em

decorrência do papel desempenhado por Belém, abriam-se casas de diversões, tais como os cafés (por exemplo, o Café da Paz e o Café Riche) e o Cinema Olímpia, em 1912 (SARGES, 2002).

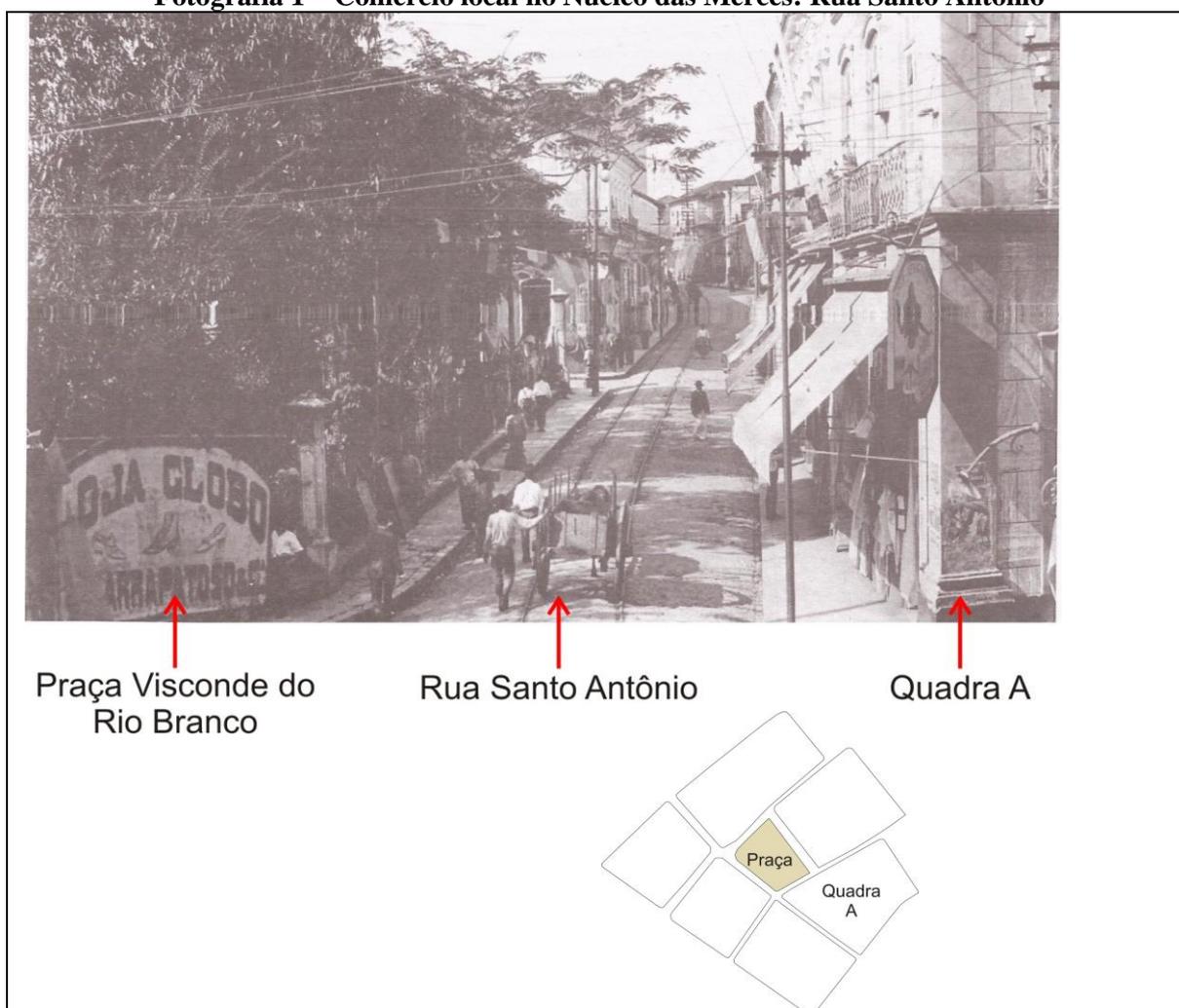
Com a exportação da borracha, uma parcela considerável do excedente foi investida no melhoramento urbano. Machado (1989, p. 388) avalia que “[...] encontramos a seguinte distribuição: infraestrutura urbana – 72,1%; infraestrutura viária e militar – 19,6%; imigração e colonização – 2,4; outras atividades econômicas – 0,2 [...]” e o restante equivale a itens não discriminados. Em Belém, esses investimentos se direcionaram principalmente para “[...] o estabelecimento e ampliação de sistema viário urbano (36,3%), e de iluminação e força (8,5 [...]” (MACHADO, 1989, p. 388).

Os investimentos no setor público vão desde o calçamento das ruas com paralelepípedos de granito vindos de Portugal até a construção de edificações (como o Teatro da Paz, o Mercado Municipal do Ver-o-Peso e estabelecimentos bancários). Segundo Sarges (2002) em 1886, já existiam quatro desses estabelecimentos. Além disso, propiciaram a criação de novos bairros (como Batista Campos, Marco, Nazaré e Umarizal).

O dinamismo econômico, advindo da exploração da borracha, deu um novo impulso à expansão urbana, expressando fisicamente a modernização através da formação de elites²⁴, de obras de urbanização, construção de novas edificações e o surgimento de “[...] uma nova força de trabalho propriamente urbana [...], como alfaiates, sapateiros, marceneiros e outros.” (SARGES, 2002, p. 86), ver Fotografias 1 e 2.

²⁴ “A sociedade, progressivamente construída no Pará, ao longo do período colonial até as primeiras décadas do século XIX, tem sua classe dominante representada pelos proprietários de terras escravagistas, militares e altos funcionários da burocracia portuguesa, cujo poder econômico se estruturou a partir do monopólio da terra e da dominação da força do trabalho indígena e, em menor escala, da africana.” (SARGES, 2002, p. 81).

Fotografia 1 – Comércio local no Núcleo das Mercês: Rua Santo Antônio



Fonte: Sarges (2002)

Com o declínio da economia da borracha, a partir de 1910, não há clareza quanto ao papel desempenhado pela cidade no quadro regional, pois transita de principal apoio à exportação para a concentração de serviços.

Com o passar dos anos, as vias dos Núcleos do Carmo e das Mercês distanciaram-se da orla (Figura Cartográfica 23). O primeiro, pela construção de edificações que resultou no fechamento do prolongamento da via que se ligava ao rio; o segundo, pelo aterro na orla da Baía de Guajará. Essa é uma modificação na paisagem, visto que as áreas urbanas projetavam-se próximas ao rio e à baía, que eram os elementos mais presentes na paisagem e na vida urbana desses núcleos a partir das vias.

Fotografia 2 – Comércio local no Núcleo das Mercês: Rua 15 de Novembro



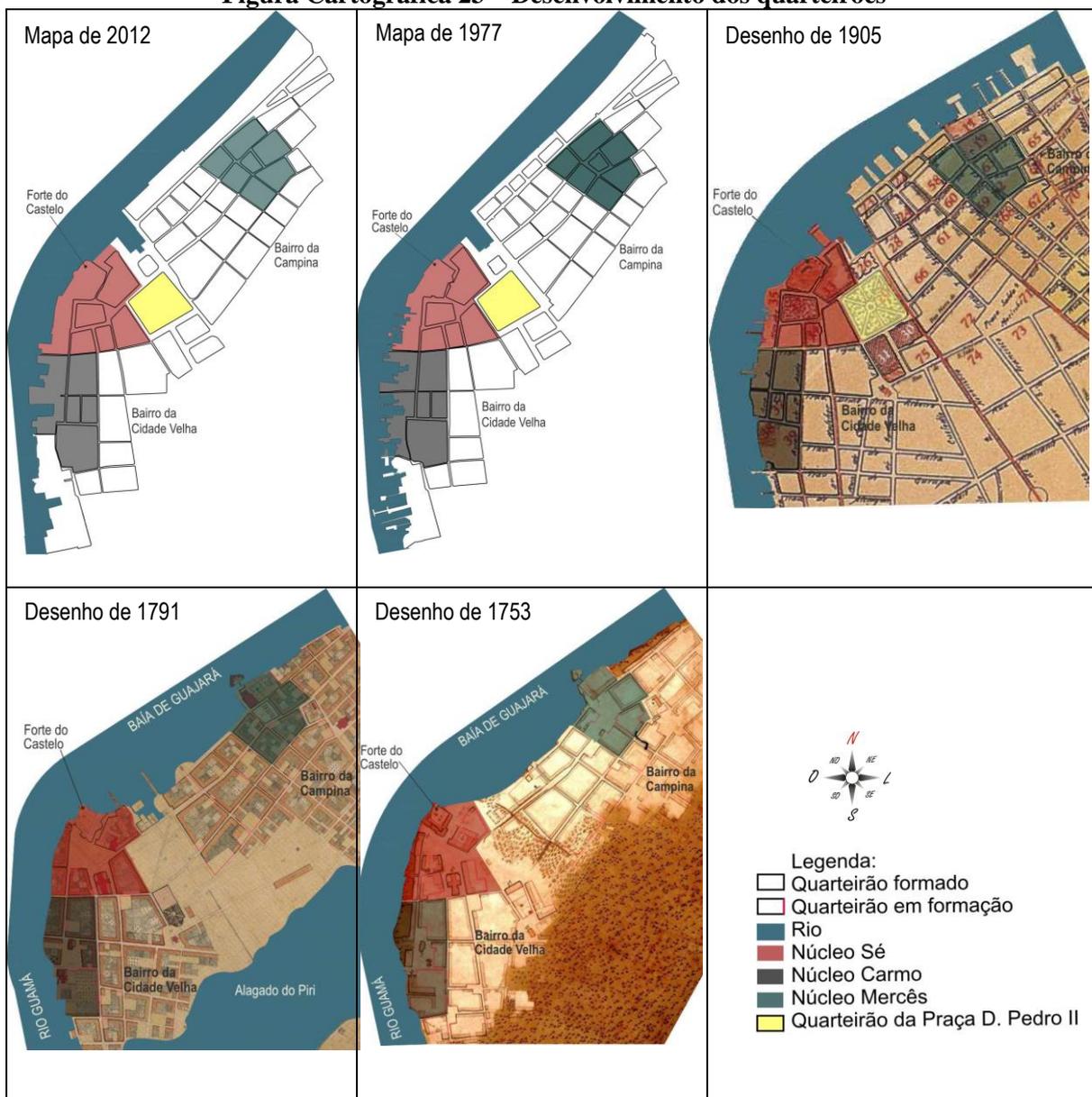
Fonte: Sarges (2002)

O viajante Kidder (1980, p. 183), diz que “as ruas centrais [as vias de interligação entre os núcleos de estudo] não são largas nem pavimentadas; nelas veem-se numerosas casas de grande porte, mas as ruas mais afastadas estão repletas de casinhas insignificantes e feias.”

O naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, por outro lado, refere-se às casas dos moradores mais ricos que se localizavam nas vias de interligação: “a de Feliciano José Gonçalves, no princípio da Rua da Cadeia, e no fim dela do mesmo lado, a de João Ferreira de Matos” (CRUZ, 1973, p. 44).

Em meio à expansão do capitalismo na segunda metade do século XIX, em consequência do período industrial (1870-1945), a concessão para a construção do Porto do Pará em 1906 (MONTENEGRO, 1908) deu-se a partir de um processo vinculado a novas formas de organização e produção do espaço, impulsionado pelo avanço tecnológico vivenciado neste momento, que se traduz no prolongamento das quadras em direção à orla, modificando a configuração do Núcleo das Mercês, que teve suprimida uma de suas características – a proximidade com o rio (Figura Cartográfica 23).

Figura Cartográfica 23 – Desenvolvimento dos quarteirões



Fonte: Belém (1977, 1998); Pará (1996); Alunorte (1995); Reis (2000) / Modificado pela autora, 2012

Com os avanços tecnológicos, a expansão do capitalismo e com o progresso econômico advindo do ciclo econômico da borracha, observa-se na Figura Cartográfica 23, dos últimos anos do século XVIII até os primeiros anos do século XX, uma alteração na quantidade de quadras na área de intermediação entre os núcleos de estudo: um aumento decorrente tanto da drenagem do alagado do Piri quanto do prolongamento das quadras para o rio e para a baía.

O espaço público das praças dos núcleos da Sé e do Carmo foram sendo mais bem definidos a partir de meados do século XIX, quando esse espaço público da praça foi recortado do resto do espaço público das vias através de uma delimitação feita pelo

quarteirão, em decorrência dos melhoramentos urbanos advindos do processo relacionado ao progresso econômico da exportação da borracha. Antes disso, o espaço público se configurava como uma via larga ou alargada (Figura Cartográfica 23). No que diz respeito ao espaço público do núcleo das Mercês, no desenho de 1791 observa-se que esse espaço já tinha suas dimensões delimitadas por um quarteirão.

Como visto nos períodos anteriores, percebe-se que a cidade ia sendo estruturada com base em fundamentos essenciais, que definiam a construção de importantes edificações e a não obstrução de suas fachadas. Além disso, não havia o isolamento de edifícios, com exceção da Catedral da Sé e do Forte do Castelo. Consequentemente, as edificações são, em sua maioria, do tipo geminada (sem afastamentos laterais).

Com o crescimento econômico trazido pela exploração da borracha, os espaços públicos e privados vieram a enriquecer-se. No caso das praças, foram aplainadas, calçadas e receberam estátuas em seu interior, com exceção da do Carmo, que recebeu um coreto.

e) Período de 1920 a 1960

O século XX é marcado por penosos acontecimentos – como a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) –, mas também pela multiplicação da população do mundo, pelo progresso da ciência, pelo desenvolvimento da eletrônica etc. Para Hobsbawm (2012, p. 13), um dos fenômenos mais característicos do final do século XX é “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas [...]”.

Para este mesmo autor, a estrutura do século XX perpassa por uma “Era de Catástrofe” (que se estende de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial), em seguida por uma “Era de Ouro” (que vai até o início da década de 1970, caracterizada por crescimento econômico e por transformações sociais) e, por último, por uma “[...] era de decomposição, incerteza e crise [...]” (HOBSBAWM, 2012, p. 15), às voltas com problemas de “[...] desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado” (HOBSBAWM, 2012, p. 19).

Esta última parte do século XX é chamada por Hobsbawm (2012) como décadas de crise universal ou global. A concatenação dos espaços sociais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial contribuiu para que as “Décadas de Crise” afetassem não só a economia mundial, mas também a política.

A crise afetou as várias partes do mundo de maneiras e em graus diferentes, mas afetou a todas elas, fossem quais fossem suas configurações políticas, sociais e econômicas, porque pela primeira vez na história a Era de Ouro criara uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado (‘transnacionais’) e, portanto, também, cada vez mais, por sobre as barreiras da ideologia de Estado. (HOBSBAWM, 2012, p. 19).

Em 1920, o Brasil ainda era agrário. Segundo Penteado (1968, v. 1), com a baixa exportação da borracha, Belém em 1919, com seus 200 000 habitantes, passou por um declínio econômico, desorganização administrativa e estagnação, com a diminuição da sua população. Soma-se a isso outros problemas, como falta de higiene e de limpeza pública, carência de rede de esgoto e má qualidade da água potável. De acordo com este mesmo autor, a função da cidade ainda era a de um centro comercial.

[...] subdividido em três zonas, paralelas: *a do comércio de exportação*, no Boulevard da República, junto ao cais [...]; *a do comércio de importação*, ocupando a rua 15 de Novembro, onde se achavam também o centro financeiro da cidade; *a do comércio varejista*, concentrado nas ruas Cons. João Alfredo e seu prolongamento, a rua Santo Antônio. (PENTEADO, 1968, v. 1, p. 164, grifo do autor).

Apesar dessa crise, Belém ainda era uma das cidades mais movimentadas do Norte e Nordeste brasileiro, um centro cultural importante (com sua Biblioteca Pública, seu Museu, teatros etc.), com o funcionamento de fábricas de cerveja, gelo e litografia. Além disso, o seu centro comercial, representado pelo bairro da Campina, ainda permanecia resistente – com suas lojas, consultórios médicos, escritórios de advocacia e casas de exportação – funcionando (PENTEADO, 1968, v. 1).

O centro comercial passou por uma fase de resistência que podemos denominar ‘heróica’; tomando por base os anuários, indicadores e álbuns de Belém, comparando uns com os outros e procurando reconstituir como teria evoluído esta parte da cidade, verificamos que, a rua Cons. João Alfredo em 1929-1930, era, por excelência, a rua do comércio varejista, sobretudo, com suas lojas de fazendas, armarinhos, sapatarias, modas, etc., mas, já tendo nos altos dos edifícios que ocupavam, consultórios médicos, de dentistas e escritórios de advogados. Seu prolongamento, a rua de Santo Antônio, mantinha-se com estas características acrescidas de um grande número de escritórios de representantes comerciais, de casas de exportação e os seus primeiros consultórios dentários, sua função se explicava pela proximidade da zona portuária de Belém. (PENTEADO, 1968, v. 1, p. 166).

Nesse período, a borracha passou para o quarto item entre os produtos exportados, sendo superada pelas exportações de castanhas, arroz e madeiras (PENTEADO, 1968, v. 1).

Distingua-se uma zona residencial (representada pelo bairro da Cidade Velha), uma zona comercial (representada pelo bairro da Campina), mas não havia uma zona industrial bem definida, de forma que “[...] os poucos estabelecimentos industriais espalhavam-se pela cidade [...]” (PENTEADO, 1968, p. 182).

Com o declínio da exportação da borracha houve quase que imediatamente uma redução da importação de manufaturas europeias. Entre os anos de 1920 a 1930, no nível intraurbano belenense, uma das principais alterações foi o surgimento de “[...] um pequeno parque industrial voltado para o mercado interno amazônico [...]” (CORRÊA, 1989, p. 122), que, de certa maneira, manteve as funções de entreposto comercial que a capital paraense exercia.

No início da década de 1940, com a produção da borracha asiática nas mãos dos japoneses, Belém e Manaus voltaram-se ao mercado internacional a partir do interesse pela demanda da borracha. Esta operação denominada de “Batalha da Borracha” possibilitou certo retorno econômico. No entanto, não era um plano de valorização regional desta matéria-prima, de maneira que “depois de 1946, os seringais foram novamente abandonados para que os outros investimentos federais tivessem prosseguimento, como a Usina de Volta Redonda e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco [...]” (SOUZA, 1994, p. 154).

Nota-se que a cidade de Belém foi beneficiada durante a última grande guerra, no entanto, o seu desenvolvimento urbano estava estagnado. Esta ideia está bem nítida na opinião de Penteado (1968, p. 183), quando ele fala dos vários problemas vitais para o desenvolvimento da capital.

Sem luz pelas ruas, sem dispor de água em quantidade suficiente às suas necessidades, sem energia para que houvesse um desenvolvimento industrial razoável, a capital do Pará, paradoxalmente, não decaía: estava como que estagnada na sua evolução, à espera de que um novo surto de progresso, consequência de fatores que até então desconhecia, lhe trouxesse condições sócio-econômicas para transformá-la em uma grande cidade.

O panorama amazônico nos anos de 1950 era de uma região não só isolada economicamente (do sistema econômico nacional), mas também no plano político-institucional: “[...] a Amazônia ficou à margem da sociedade brasileira, que pouco ou nenhum interesse demonstrou pelos pleitos de desenvolvimento da região.” (CORRÊA, 1989, p. 132). A partir de 1954, com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Belém continuava no comando da rede urbana regional.

Segundo Corrêa (1989, p. 136), durante a década de 1950, os investimentos urbanos “[...] foram canalizados para os bairros do Comércio e de Nazaré, bem como para determinados trechos dos bairros de Batista Campos, do Umarizal, de São Brás e do Marco [...]”. Segundo Penteado (1968), a distribuição da população em 1950 mostra que os bairros da Cidade Velha, Comércio e Reduto, que são os mais antigos, abrigavam 8,56% da população belenense.

Segundo este mesmo autor, em 1953, houve uma primeira tentativa de planejamento com o programa “Propósito do Governo”, que tinha como meta resolver alguns dos problemas urbanos, com a elaboração de uma planta cadastral para a cidade e a formulação de um plano de urbanização, voltado principalmente aos novos bairros e à requalificação de áreas centrais alagadiças. Esse programa não visava à preservação do Centro Histórico de Belém.

Na década de 1950 o pensamento difundido relacionava o progresso com a verticalização. Em 1956, foram formuladas proposições e leis que definiam limites mínimos do gabarito das edificações localizadas em algumas ruas do CHB. No final desta mesma década, em 1959, foi instituído o Conselho Permanente do Plano Diretor da Cidade, através da Lei nº 4302 de 1959, que tinha amplo leque de atribuições de cunho urbanístico. Conforme Corrêa (1989, p. 137), este Conselho:

[...] praticamente limitou-se a tratar de assuntos referentes à área central da cidade, como: definição de gabaritos de edificações segundo as larguras das ruas, afastamentos frontais a serem observados em casos de construções ou reformas etc.

Acompanhando o interesse estrangeiro pela salvaguarda do patrimônio cultural a partir da década de 1930, intensifica-se no Brasil a preocupação com a catalogação e organização do Patrimônio Cultural Brasileiro, visando também à sua salvaguarda. No início da década de 1940, iniciam-se as inscrições de bens imóveis nos livros do tomo do Decreto-Lei nº 25/1937.

Durante esse período, observam-se no Centro Histórico de Belém os processos de tombamentos de edificações isoladas nos três núcleos de estudo. No Núcleo da Sé foram tombados em 1940 (e inscritos nos livros do tomo em 1941) a Catedral de Nossa Senhora da Graça (Igreja da Sé), Igreja de Santo Alexandre e o antigo Colégio dos Jesuítas. No núcleo do Carmo ocorreram os tombamentos, em 1940 (e inscritos nos livros do tomo em 1941), da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, da Capela da Ordem Terceira e do antigo Convento Carmelitano. No núcleo das Mercês foi tombada a Igreja de Nossa Senhora das Mercês também em 1940 (e inscritos nos livros do tomo em 1941).

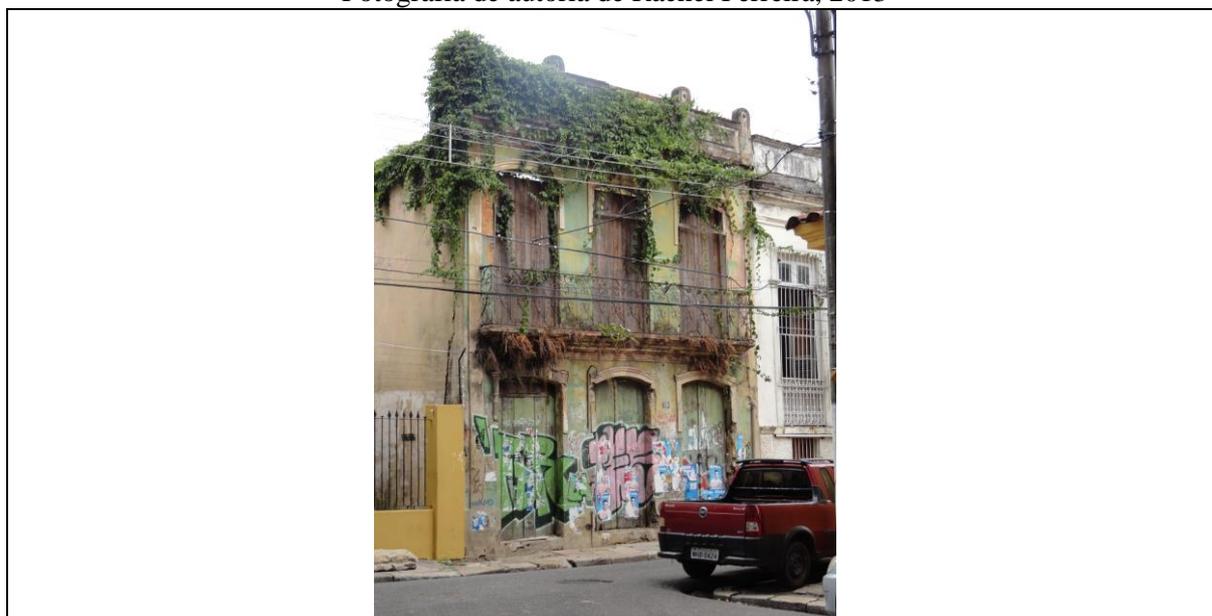
Assim, mesmo com uma discreta retomada do crescimento econômico nas décadas de 1940 a 1960, houve modificações no Centro Histórico de Belém, tal como a inserção de prédios com alturas que variam de 4 a 16 pavimentos (Fotografia 3). No que diz respeito aos três núcleos de estudo, verificam-se diferentes níveis de degradação, abandono (Fotografia 4) e demolição (por exemplo, o processo de demolição, em 1938, da Igreja dos Rosários dos Homens Brancos, localizada na praça do Núcleo do Carmo).

Fotografia 3 – Verticalização urbana no CHB

Fotografia de autoria de José Freire, 2003

**Fotografia 4 – Degradação e abandono (Núcleo do Carmo)**

Fotografia de autoria de Rachel Ferreira, 2013



Em meio à criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) e ao início da construção, em 1958, da rodovia Belém-Brasília (inaugurada em 1960), o centro urbano – que é também o centro histórico de Belém – permanece sendo uma zona de comércio, serviço e residência, entretanto não mais expressando sua fase de ouro do período da economia da borracha, que mostrava certa modernização de suas áreas públicas e privadas.

Este período (1920 a 1960) aqui analisado expressa a natureza social e econômica da sociedade em um dado momento do tempo, demonstrando alteração nas formas de relações sociais em relação às gerações passadas. Tais estruturas – como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, o progresso da ciência e a multiplicação da população – em seu movimento de transformação resultaram em ações (processos) na cidade de Belém, como a de apropriação de novos territórios (ou seja, penetração e controle da mata) para a construção de estradas de ferro, por exemplo, da Ferrovia Madeira-Mamoré, com o objetivo de incorporar a região amazônica ao mercado nacional (SILVA, 2002).

Essa perspectiva de apropriação de novos territórios em conjunto com o fato de que a economia não era mais como nos tempos do auge da borracha contribuiu, por exemplo, para que o Centro Histórico de Belém fosse deixado de lado no que diz respeito à sua preservação física, social, econômica e cultural. A sua função, portanto, como uma zona de comércios, serviços e residências não mais expressava a fase de ouro do período da economia da borracha e sua forma física descaracterizada foi o resultado dessa omissão.

f) Período de 1960 a 1990

A efetiva integração entre a Amazônia e o Brasil foi marcada pela construção da rodovia Belém-Brasília em 1960. No início essa integração foi dificultada pelas péssimas condições do tráfego na rodovia. Segundo Corrêa (1989), essa intensificação dos vínculos entre a região amazônica e o restante do Brasil ocasionou processos socioespaciais regionais mais dependentes do contexto nacional.

A partir daí [da conexão da Amazônia com o restante do Brasil], os processos sócio-espaciais amazônicos, em suas escalas regional e urbana, se tornaram cada vez mais dependentes dos fenômenos e das mudanças que ocorreram a nível de contexto nacional. (CORRÊA, 1989, p. 138).

De acordo com esse mesmo autor, o contexto nacional caracterizou-se nesse período por uma intensificação da crise econômica, acentuação do processo inflacionário, entre outros.

Em meados da década de 1960, era difundido que os setores da agricultura, da pecuária e da indústria deveriam ter prioridade, sobretudo depois da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966. Havia nessa época a ideia de que o atraso econômico só seria superada a partir de uma ocupação planejada da região através destes setores. No entanto, grande se fez a distância entre tais pretensões desenvolvimentistas e as colocadas em prática (CORRÊA, 1989).

Difundiu-se a partir de então, nos meios técnicos e acadêmicos, bem como em determinados segmentos empresariais nortistas, a ideia de que o atraso econômico da Amazônia – visto como decorrente do seu caráter essencialmente exportador de produtos primários de cunho extrativista, de reduzida capacidade de retenção da renda gerada [...] – só poderia ser superado, através da ocupação planejada da região. Nesta ocupação, determinados ramos de setores diretamente produtivos, como a agricultura, a pecuária e a indústria, deveriam ter a mais alta prioridade [...] (CORRÊA, 1989, p. 142).

A conexão física da Amazônia com as outras regiões do Brasil, a partir da implantação de rodovias provocou processos de mudanças na estrutura socioeconômica e no padrão da organização espacial urbana belenense, de maneira que para Corrêa (1989) houve uma ruptura da tradicional estrutura urbana amazônica: “este processo decorreu do fato de que, com a implantação das rodovias, começaram a surgir novas cidades, localizadas no ‘centro’, em

áreas de ‘terra firme’, em detrimento da ‘beira do rio” (CORRÊA, 1989, p. 144). Belém, em consequência, ficou esvaziada de determinadas funções.

No final da década de 1960, a perda de atividades associada à imigração da população que vinha do campo para as principais cidades da região amazônica repercutiu, segundo Corrêa (1989), de maneira bastante negativa no que diz respeito à oferta de trabalho em Belém, pois detectou-se que,

[...] as oportunidades de emprego nesta cidade, apresentavam um aumento em ritmo alarmantemente mais baixo que o da força de trabalho, empurrando para o subemprego ou desemprego, um número cada vez maior de pessoas. (CORRÊA, 1989, p. 144-145).

A esses impactos decorrentes das mudanças socioeconômicas, a política nacional também contribuiu para as transformações ocorridas na estrutura urbana. Após o golpe de 1964, foram criados pelo governo federal o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) visando, de certa forma, a amenizar o processo descontrolado da urbanização brasileira.

Sob a política do BNH, voltada para as áreas urbanas, foram construídos enormes conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades. Segundo Corrêa (1989), muitos desprovidos de serviços urbanos e equipamentos, condição esta que se mantinha em fins da década de 1960.

Penteado (1968), que analisou a estrutura urbana de Belém na década de 1960 enfatiza, por exemplo, por um lado, o aumento da atividade terciária no centro comercial (bairro da Campina) em relação ao ano de 1948 e, por outro, a diminuição da população desse bairro “[...] em função da grande substituição de usos habitacionais por usos comerciais e de serviços nas edificações existentes em seu espaço” (CORRÊA, 1989, p. 150). Diz o mesmo autor sobre o Centro antigo que o trânsito era bastante congestionado “[...] e atribui a causa deste problema, ao fato de se situarem, nesta área, os terminais de todos os ônibus urbanos” (CORRÊA, 1989, p. 150). Além disso, em torno da Avenida Presidente Vargas, no bairro da Campina, ocorreu uma vitalização do centro comercial em relação às outras áreas do bairro da Campina caracterizada por arranha-céus, cinemas, bancos, sedes de rádios, agência central dos correios e telégrafos além de consultórios e escritórios mais modernos do que das primeiras áreas do centro comercial (PENTEADO, 1968; CORRÊA, 1989).

Quanto ao primeiro bairro da cidade, o da Cidade Velha, a análise de Penteadó (1968) apresenta-o como decadente. Enquanto os bairros mais novos, como os de Nazaré e de Batista Campos, são ressaltados pela existência de palacetes em extensos terrenos ao lado de edificações cada vez mais verticalizadas.

Observando a questão da verticalização na década de 1960, Corrêa (1989) observa a sua existência nas principais ruas e avenidas próximas ao centro, mas a aceleração desse processo se deu nos anos seguintes. Nesta mesma década, o planejamento urbano de Belém focou-se na “[...] ação limitada do Conselho Permanente do Plano Diretor, que inclusive foi logo extinto, e a projetos setoriais, voltados sobretudo para a estrutura viária da cidade” (CORRÊA, 1989, p. 158). Os projetos viários, por exemplo, os implantados na rodovia Augusto Montenegro e a ampliação da Avenida Almirante Barroso fazem parte de um processo de expansão periférica que começou nos anos de 1960 e intensificou-se em meados dos anos de 1970.

Na década de 1970, a taxa do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu, contribuindo para uma melhora econômica, apresentando a partir de 1974 indícios de declínio. Em contrapartida a este crescimento econômico, houve uma diminuição no salário mínimo real e uma concentração da renda. Esta época repercutiu “[...] em brutal declínio no quadro da qualidade de vida da grande maioria da população brasileira” (CORRÊA, 1989, p. 160). Esse processo de crise econômica foi acirrado, no período entre 1974/1978, pela dívida externa, que “[...] disparou, passando de 17 para 43 bilhões de dólares [...]” (CORRÊA, 1989, p. 162).

A situação no Brasil manifestou-se, por exemplo, pelo aumento da desnutrição (em 1974/75 em relação a 1963/65), pelo aumento da mortalidade infantil a partir de 1966 (desde 1940 vinha declinando) e pelos desinvestimentos principalmente nos setores de transporte, habitação, alimentação e saúde. Ainda segundo Corrêa (1989), “estes desinvestimentos tornaram-se particularmente dramáticos no cenário brasileiro, dado o grande crescimento populacional urbano verificado no período 70-80” (CORRÊA, 1989, p. 163).

Com o adensamento da população urbana evidenciou-se o agravamento dos problemas urbano-metropolitanos, tais como a carência de equipamentos e infraestrutura. Houve uma progressiva substituição do padrão residencial unifamiliar horizontal pelo vertical plurifamiliar ou em conjunto com os usos de comércio e serviços. Em 1973, a Lei Complementar 14 institucionalizou oito regiões metropolitanas, dentre elas Belém. Para Corrêa (1989, p. 168), tal “[...] institucionalização das regiões metropolitanas significou o

reconhecimento oficial de uma realidade estabelecida, caracterizada por sua enorme dimensão problemática.” Quanto aos dados referentes à região amazônica, tem-se que:

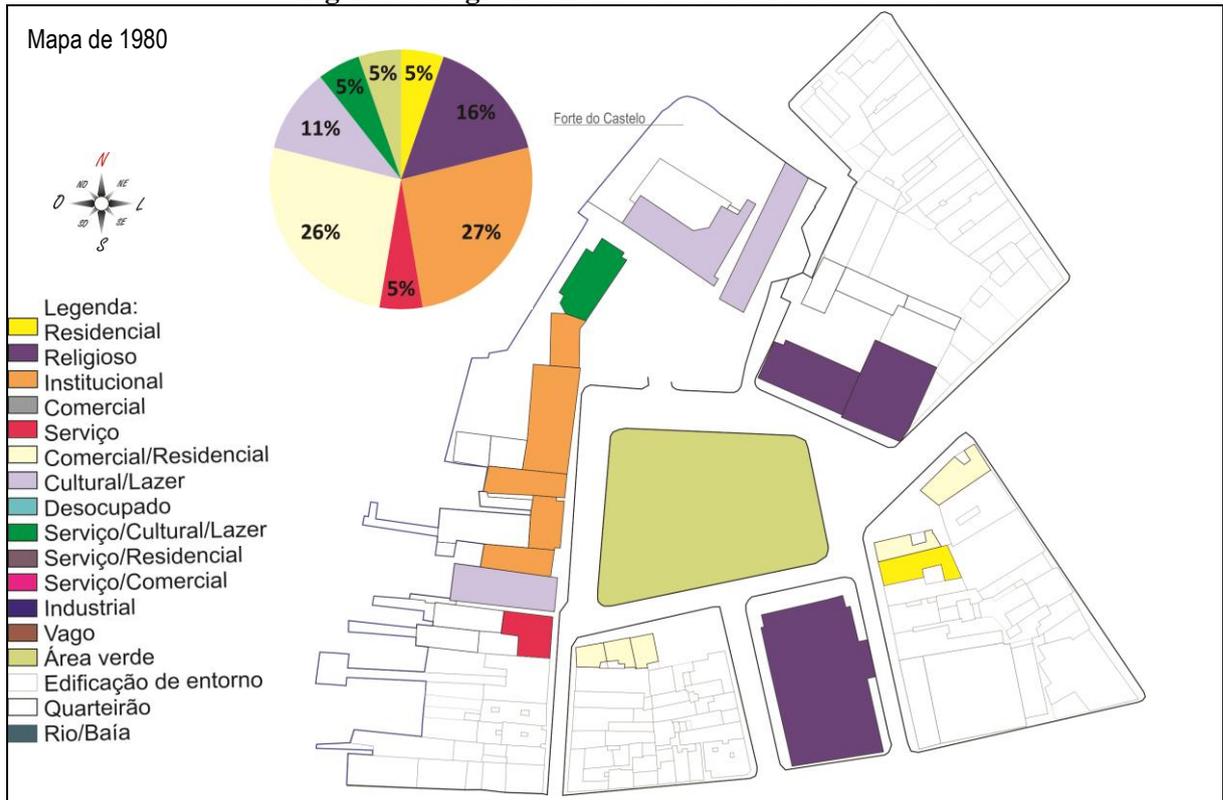
[...] a população urbana regional passou de 41,55%, em 1970, para 47,45%, em 1980 [...]. Este processo acentuou a concentração da população nortista em uma porção cada vez menor do território amazônico, bem como confirmou o papel de Belém e Manaus como polos atratores de fluxos migratórios, principalmente intra-regionais. (CORRÊA, 1989, p. 176).

Com o crescimento populacional a metropolização se acelera, acompanhada por problemas de habitação, de transportes, de emprego, de serviços públicos etc. Em decorrência desses fatos, e, principalmente, pelo processo de expansão metropolitana – que na segunda metade da década de 1960 já era visível, ganhando grande impulso na década de 1970 – o governo elabora levantamentos para delinear a situação urbana da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Foram elaborados, embasados nestes levantamentos de campo que delineiam, por exemplo, em termos quantitativos, a apropriação territorial interna do espaço belenense, o Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB) em 1975, o Plano de Transportes Coletivos (TRANSCOL) e o Plano de Estruturação Metropolitana (PEM) (a formulação deste plano teve início em 1979 e o seu Relatório Final entregue em 1981) em 1980. É de se ressaltar que outros estudos, projetos e planos foram desenvolvidos, além dos já citados aqui, tal como o Plano de Diretrizes Metropolitanas (em 1976). Para Corrêa (1989, p. 208), os problemas urbanos “[...] provocaram a intensificação e/ou o surgimento, ao longo dos anos 70, de uma série de formas de planejamento voltadas para as questões urbanas.”

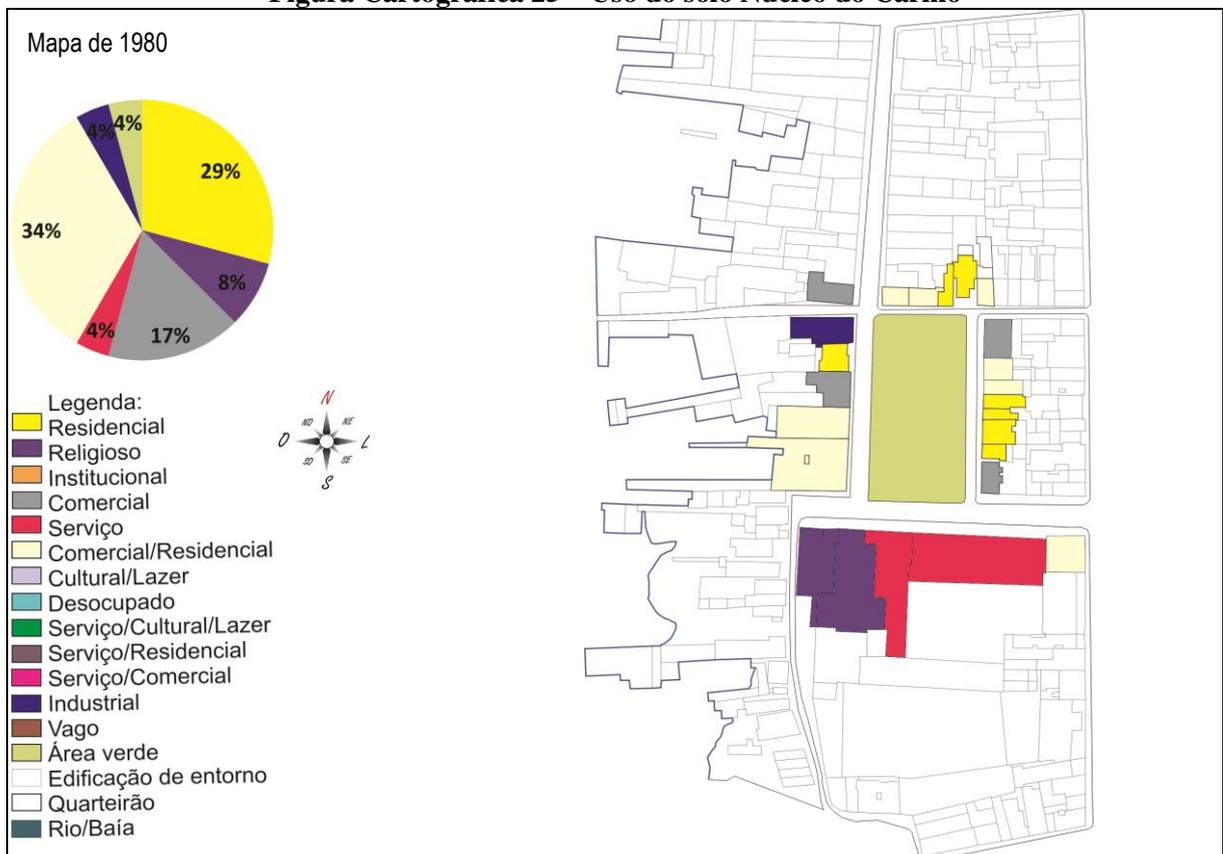
A área do Centro Histórico ainda era o principal centro comercial e de serviços, ocasionando sua gradativa ocupação. Como consequência ocorre a concentração de investimentos e equipamentos no CHB, que produziu, por exemplo, a verticalização na área central e a modificação de uso do solo. Em 1980 (Figuras Cartográficas 24 e 25) percebe-se que no Núcleo da Sé houve predominância dos usos institucional (27%) e comercial/residencial (26%) e no Núcleo do Carmo a do uso comercial/residencial (34%) seguido do residencial (29%).

Figura Cartográfica 24 – Uso do solo Núcleo da Sé



Fonte: Belém (1977) / Uso do solo fornecido por Jussara Derenji, 2012

Figura Cartográfica 25 – Uso do solo Núcleo do Carmo



Fonte: Belém (1977) / Uso do solo fornecido por Jussara Derenji, 2012

Essa densidade ocupacional favoreceu a baixa qualidade físico-ambiental presente no CHB que, nas décadas seguintes, acentuou-se cada vez mais. Nos dois bairros pertencentes ao Centro Histórico de Belém, verifica-se que, no decorrer do século XX, especificamente a partir da década de 1970, há inúmeras ações no pensar a cidade e de intervenção neste centro com o intuito de integrá-lo aos novos condicionantes contemporâneos. A partir de dados levantados no PDGB e no PEM, entre 1974/1978, nota-se nesta área central uma concentração de atividades, especialmente a terciária com o crescimento dos empregos, intensificando desse modo o caráter polarizador desta área (DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS S. A. CONSULTORES, 1975). Há também uma grande participação dos empregos informais (44,58% em 1978).

[...] outro dado demonstrou, de forma também significativa a enorme força polarizadora exercida pelo núcleo central da metrópole. Esse dado, constituído pelo percentual de empregos do núcleo, relativo ao total continental metropolitano, foi de 26,45% em 1978, segundo o PEM. (CORRÊA, 1989, p. 195).

Desde as décadas de 1960-70, aproximadamente, até os dias de hoje (Figura Cartográfica 26), a área considerada como o Centro Histórico de Belém já é pontuada por outros elementos da paisagem mais destacados do que as igrejas, os conventos, palácios e os fortes. Exemplo desses elementos são as diversas edificações com mais de dez andares localizadas dentro do CHB no bairro da Campina.

Desde a década de 1980 processos de intervenção urbanos são realizadas, como as obras de requalificação do Ver-o-Peso, a reurbanização do centro comercial, o terminal pesqueiro e a requalificação da Avenida Portugal.

A partir do mapa de 1977, verifica-se que a composição de alargamento das vias perpendiculares à orla, em direção ao rio e à baía, observada no desenho do final do século XVIII, que definia a direção e o arranjo de vias, foi deixada de lado para abrigar, na orla, quarteirões mais largos, separados por segmentos de linha distantes entre si. Como consequência, houve diminuição na relação dos segmentos de linha com o rio e a baía, visto que os mapas, até o final do século XVIII, mostram um acesso direto das vias com a orla (Figura Cartográfica 27). Tal processo de afastamento da cidade com o rio e a baía possui entre suas causas a construção de outros meios de interligação da Amazônia com o restante do Brasil e do mundo.

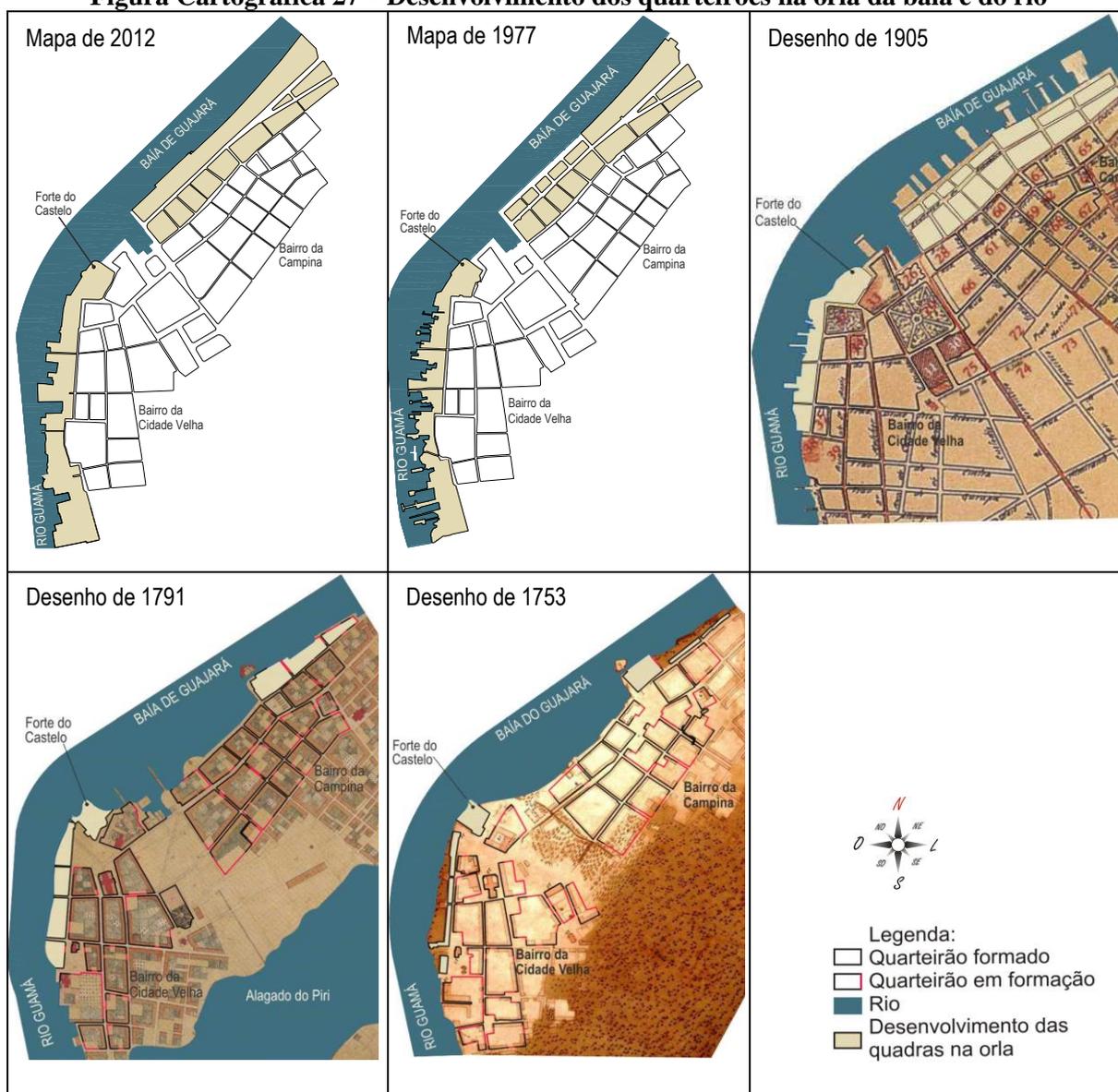
Figura Cartográfica 26 – Vias de interligação entre os núcleos de estudo



Fonte: Imagem de satélite Google Earth (capturada em 2009) e processada pela autora em 2012

Mesmo com as intervenções de extensão e de alargamento das vias perpendiculares à orla, em direção ao rio e à baía, após o final do século XVIII, foram mantidas as diretrizes do arruamento na orla. Em outras palavras, estes processos de intervenções tal como a do aterro feito na porção de terra na orla da baía de Guajará, levou ainda em consideração, na ampliação dos segmentos de linha para a baía, a composição morfológica de segmentos próximos (Figura Cartográfica 27).

Figura Cartográfica 27 – Desenvolvimento dos quarteirões na orla da baía e do rio



Fonte: Belém (1977, 1998); Pará (1996); Alunorte (1995); Reis (2000) / Modificado pela autora, 2012

Durante este período em análise (1960 a 1990), observam-se no Centro Histórico de Belém outros processos, como os de tombamento de edificações isoladas nos núcleos de estudo tais como no Núcleo da Sé, onde foram tombados tanto o Forte do Castelo (em 1961 e inscrito nos livros do tomo em 1962) quanto o Antigo Hospital Militar, atual Casa das 11 Janelas (em 1963 e inscrito nos livros do tomo em 1964). No entanto, a década de 1960 marca um novo tipo de tombamento, o tombamento de conjuntos urbanos, tais como o Conjunto arquitetônico e urbanístico da Praça Frei Caetano Brandão (no Núcleo da Sé) em 1964.

g) Período de 1990 em diante

Na perspectiva de Hobsbawm (2012), o crescimento econômico que o mundo vivenciou na “Era de Ouro” (início da década de 1970 até aproximadamente 1973-75) continuou, mas em um ritmo mais lento, com exceção de alguns países em recente industrialização. Elementos como política de governo (coordenada nacional ou internacionalmente) e melhores transportes, comunicações e tecnologias possibilitaram que a economia capitalista ficasse mais forte que antes. Por outro lado, e segundo este mesmo autor, miséria, pobreza, desemprego em massa e instabilidade reapareceram depois de 1973. Insegurança, desorientação e indefinição constituem o clima no início da década de 1990. A esse respeito:

Entre 1990 e 1993, poucas tentativas se fizeram de negar que mesmo o mundo capitalista desenvolvido estava em depressão. Ninguém afirmava a sério saber o que fazer a respeito, além de esperar que aquilo passasse. Apesar disso, o fato fundamental das Décadas de Crise não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. (HOBBSAWM, 2012, p. 398).

Neste período em análise, verifica-se que o processo de dinamismo econômico de Belém é menor do que das outras frações do espaço regional. Ademais, se comparada com outras regiões metropolitanas brasileiras, Belém apresenta “[...] os mais baixos índices de modernização, revelando também um alto contingente de fabricações voltadas para o consumo local e regional.” (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 77).

No aspecto referente ao mercado de trabalho da Amazônia Oriental [em que Belém é a sua metrópole], os setores mais dinâmicos atualmente têm sido a mineração, a indústria madeireira, a siderurgia e a construção civil [...] e, por isso mesmo, as cidades ligadas direta ou indiretamente a essas atividades têm experimentado um novo dinamismo, alterando a rede urbana regional [...] (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 56).

A integração da região em relação ao restante do País ocasionou um novo tipo de comércio, diferente do comércio local (mais familiar e tradicional), em que lojas de departamento, filiais de cadeias nacionais (como as Casas Pernambucanas, Mesbla e Lojas Americanas) modificaram a relação de apropriação dos lugares ao se instalarem no bairro da

Campina (popularmente conhecido como do comércio) e entorno imediato (MESQUITA; CARDOSO, 2008).

Esse tipo de instalação não alterava drasticamente a volumetria da edificação antiga, ao passo que o atual comércio aposta na “[...] modernização de instalações [...] para atrair consumidores, demolindo as casas antigas e gradativamente aglutinando edificações de uma mesma quadra para formar uma única loja.” (MESQUITA; CARDOSO, 2008, p. 3). Houve ainda outras alterações no comércio local, como a implantação, na década de 1990, de dois *shopping centers*, sendo um deles nas proximidades do CHB. Para Mesquita e Cardoso (2008):

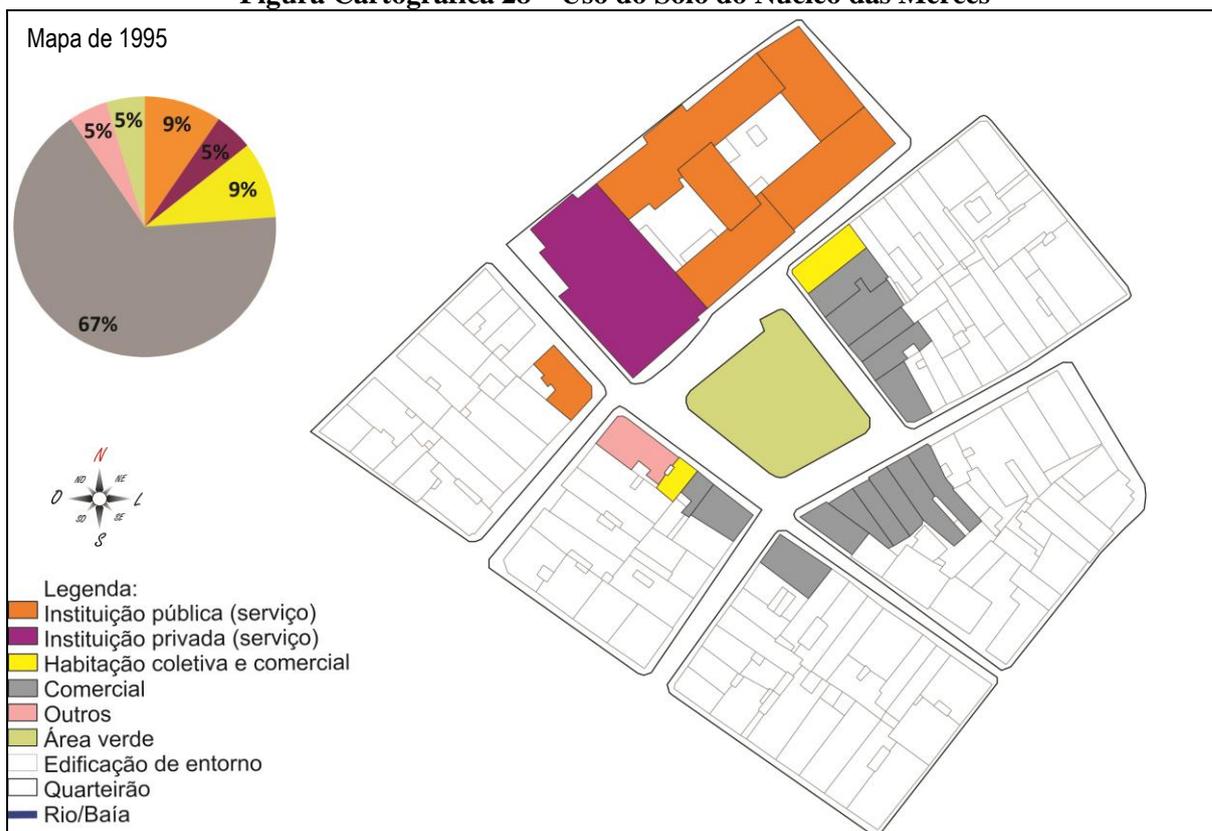
O declínio da atividade comercial no centro histórico criou um ambiente propício ao surgimento e ascensão do comércio informal e de contrabando e à especialização de estabelecimentos na venda de mercadorias mais rentáveis, como eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Este fato é evidenciado a partir da década de 1980 quando ocorreu a formação de amplas redes de compra e venda de artigos de baixo valor, produzidos em países asiáticos e que entram no país ilegalmente, e oferecidos em ruas de intenso fluxo de pedestres. (MESQUITA; CARDOSO, 2008, p. 4).

O comércio mais tradicional e familiar, enfraquecido por esse novo tipo de comércio, funcionava em edificações antigas do CHB, nas quais o térreo era ocupado pelo comércio especializado (tecidos, armarinhos, joalheria tec.) e o pavimento superior usado como habitação (Figuras Cartográficas 28, 29, 30 e 31).

Rigatti (2003) comenta que os centros históricos, com o tempo, vão perdendo seu uso habitacional devido à degradação do elemento da paisagem forma, isto é, de suas edificações. Essa degradação, aliada às pressões econômicas, ocasiona outras utilizações diferentes da residencial. O resultado desse processo são núcleos urbanos históricos que continuam como polo de atração, embora sob forte influência da transformação socioeconômica.

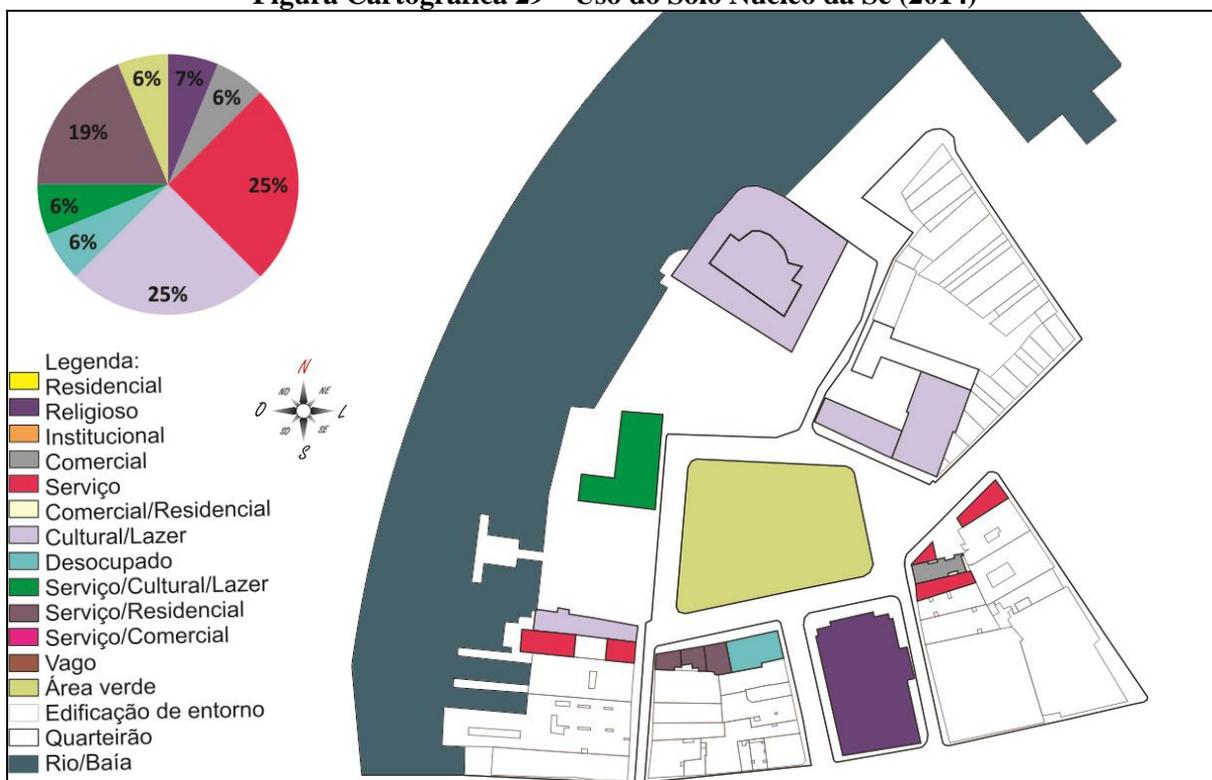
Os lotes, assim como as edificações, são elementos da paisagem mais suscetíveis a alterações. Ao longo da história da cidade, verifica-se que houve inicialmente um aumento na quantidade de lotes, visto que a área urbana de Belém, composta em princípio pelos bairros da Cidade Velha e da Campina, foi sendo cada vez mais ocupada e urbanizada. Com o passar do tempo, o número de lotes sofreu alteração; por exemplo, de 1998 a 2014, houve diminuição na quantidade de lotes, ou melhor, ocorreram remembramentos e, em muitos casos, o motivo foi a ascensão do novo tipo de comércio (Quadro 5, Figuras Cartográficas 32, 33 e 34).

Figura Cartográfica 28 – Uso do Solo do Núcleo das Mercês



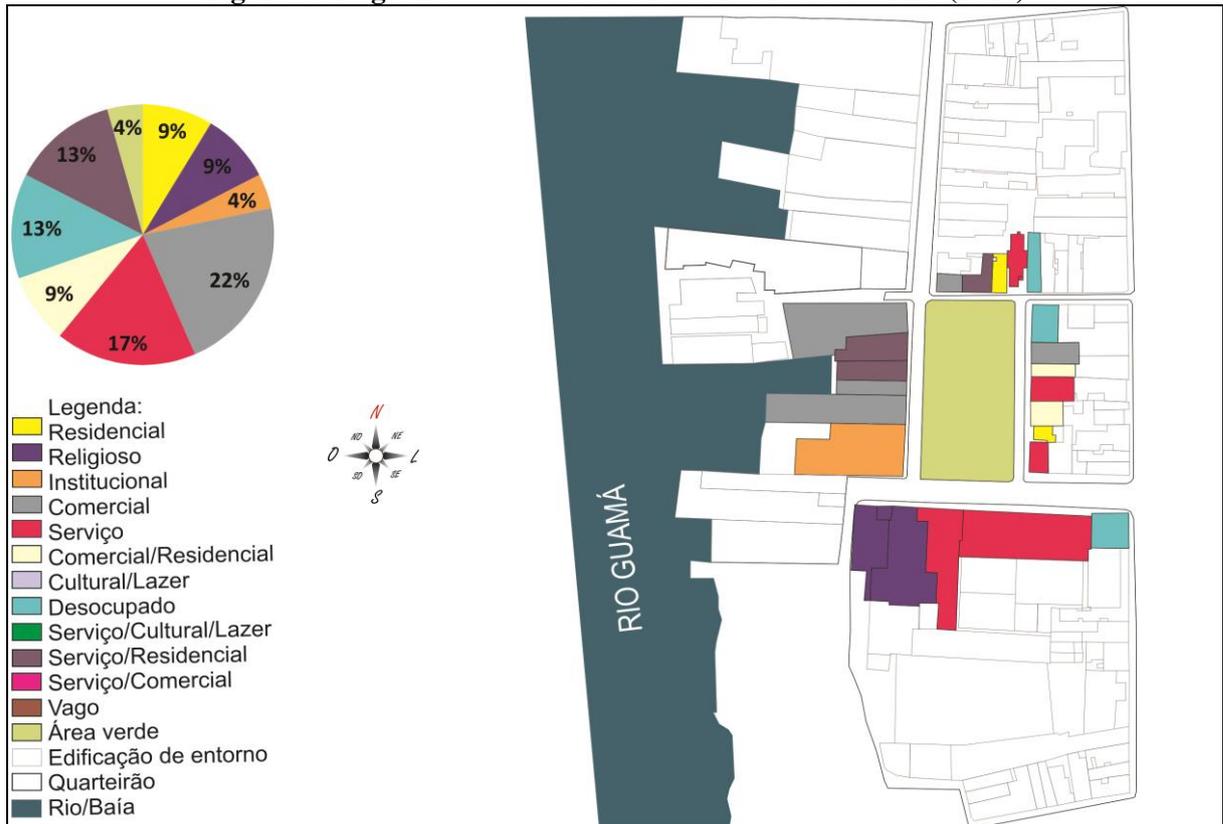
Fonte: Belém (1977) / Modificado pela autora, 2014

Figura Cartográfica 29 – Uso do Solo Núcleo da Sé (2014)



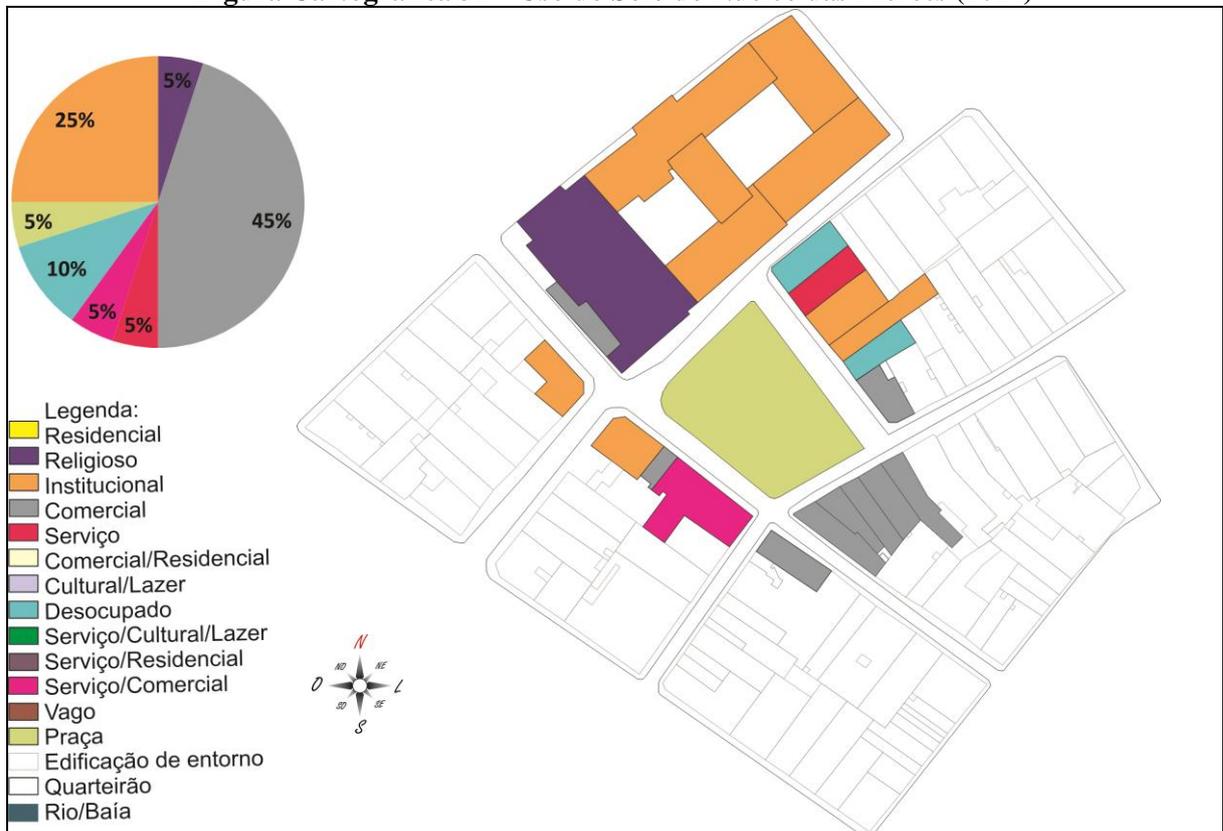
Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2014

Figura Cartográfica 30 – Uso do Solo do Núcleo do Carmo (2014)



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2014

Figura Cartográfica 31 – Uso do Solo do Núcleo das Mercês (2014)

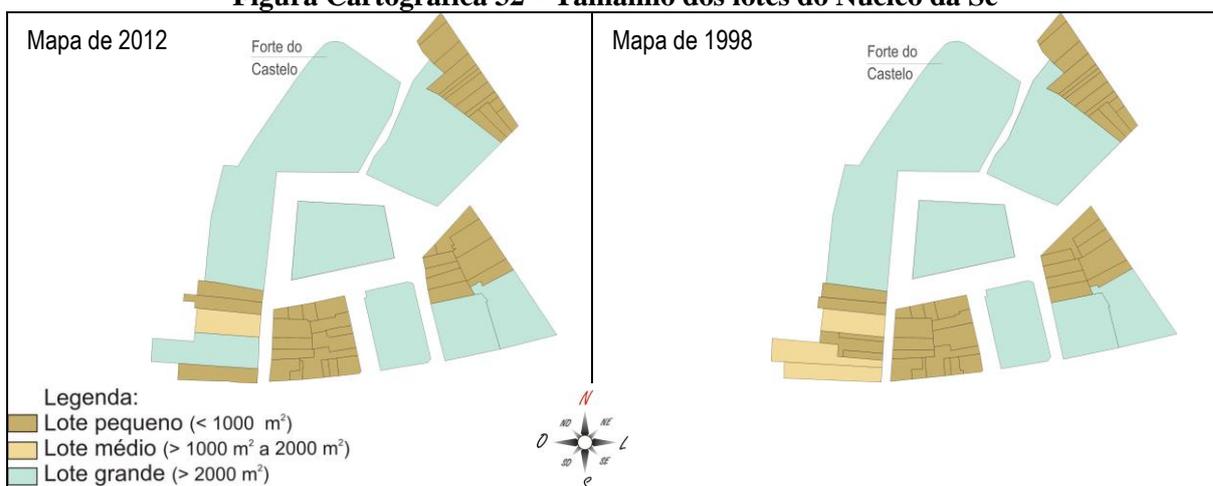


Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2014

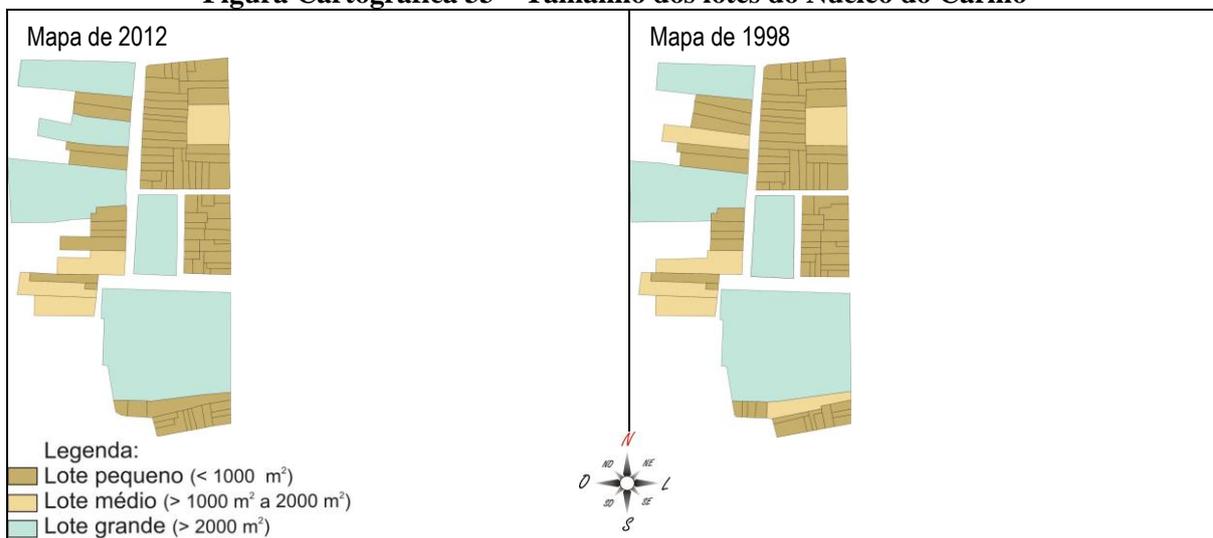
Quadro 5 – Quantidade e tamanho dos lotes dos núcleos de estudo

Ano	Núcleo da Sé			Núcleo do Carmo			Núcleo das Mercês		
	Quant lote	Maior lote	Menor lote	Quant lote	Maior lote	Menor lote	Quant lote	Maior lote	Menor lote
2014	49	14.476,00m ²	59,42m ²	82	12.793,63m ²	50,41m ²	93	5.258,85m ²	47,11m ²
1998	51	14.691,70m ²	82,06m ²	87	12.941,37m ²	45,21m ²	104	5.258,85m ²	45,06m ²

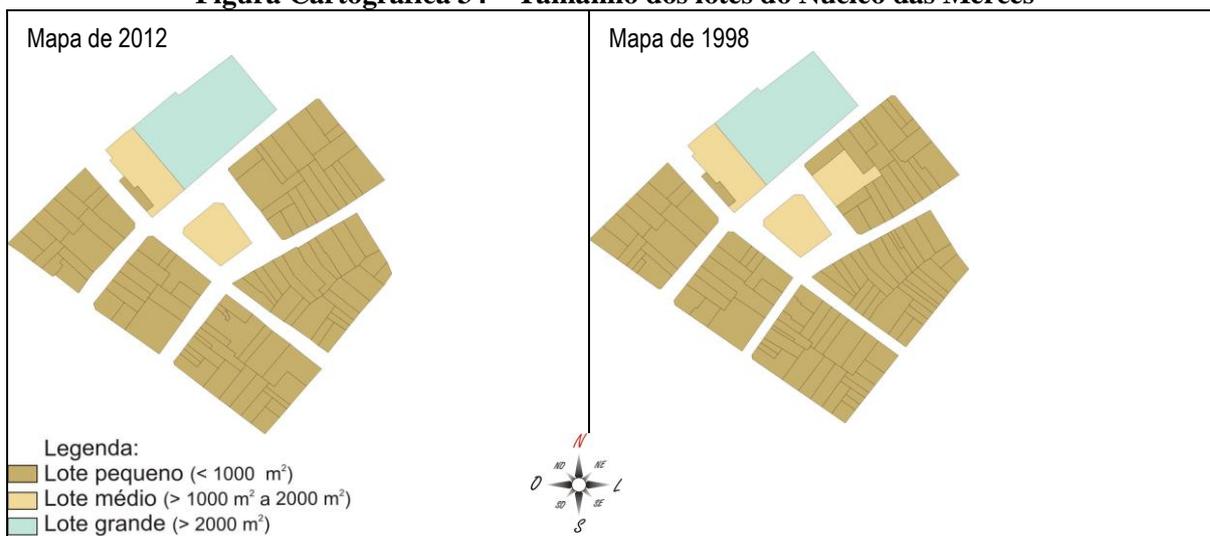
Fonte: Belém (1998) / Elaborado pela autora, 2014

Figura Cartográfica 32 – Tamanho dos lotes do Núcleo da Sé

Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

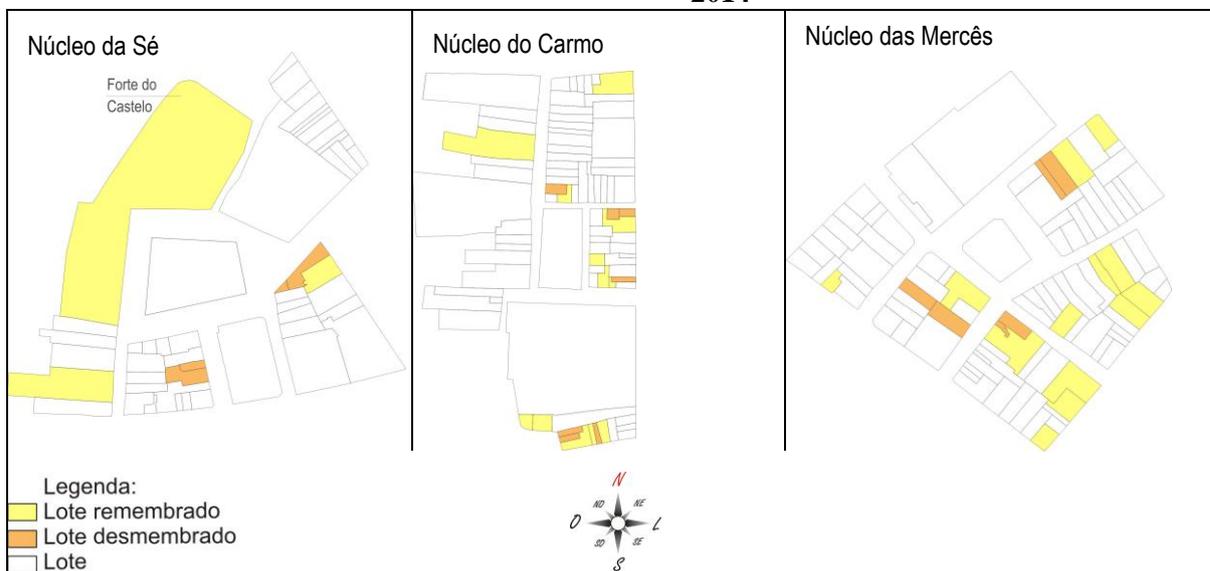
Figura Cartográfica 33 – Tamanho dos lotes do Núcleo do Carmo

Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 34 – Tamanho dos lotes do Núcleo das Mercês

Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Assim, em todos os núcleos de estudo, no período de 1998 a 2014, houve mais remembramento do que desmembramento de lotes. Isso se confirma, atualmente, com a diminuição da quantidade de lotes (Figura Cartográfica 35).

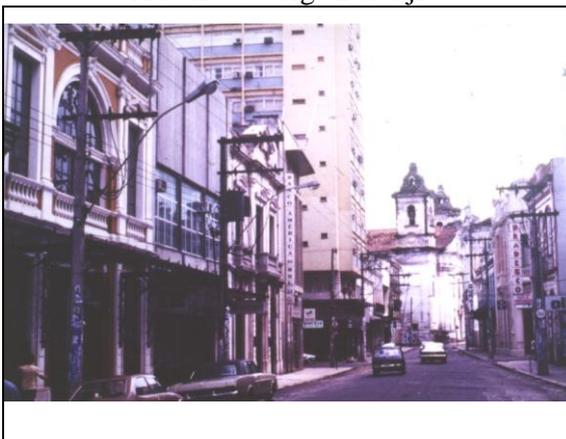
Figura Cartográfica 35 – Remembramento e desmembramento de lotes nos núcleos de estudo, 2014

Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2014

De maneira geral, com a rápida urbanização das cidades verifica-se que a passagem da cidade colonial para a grande metrópole foi brusca, ocorrendo muito mais impactos negativos na vida dos seus centros históricos, que resultaram, por exemplo, em descaracterização física. Em meio ao processo de modernização da cidade de Belém, a renovação urbana apresenta certa dificuldade de manter relação com o seu passado, isto é, com o seu Centro Histórico. É

o caso de construção de edificações novas que destoam do entorno, constituído por casario, fazendo com que este novo elemento interfira na visibilidade e/ou na fisionomia do centro histórico (Fotografias 5, 6, 7 e 8).

Fotografia 5 – Rua 15 de Novembro, no CHB – fim do século XX
Autoria de Jorge Derenji

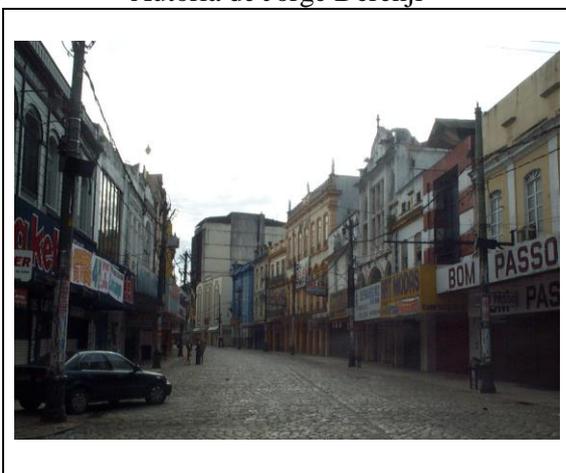


Fotografia 6 – Rua 15 de Novembro, no CHB – início do século XX

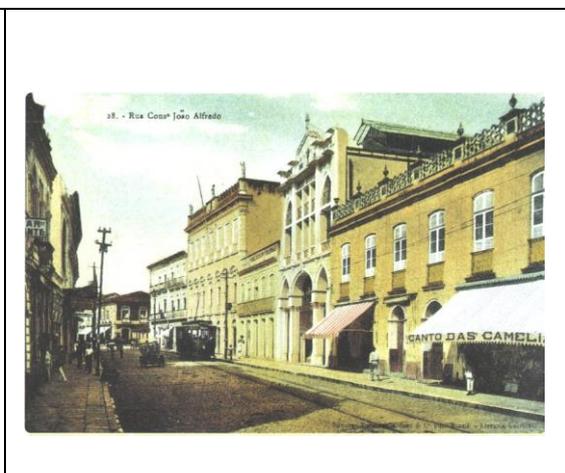


Fonte: Pará (1996)

Fotografia 7 – Rua Conselheiro João Alfredo, no CHB – fim do século XX
Autoria de Jorge Derenji



Fotografia 8 – Rua Conselheiro João Alfredo, no CHB – início do século XX



Fonte: Pará (1996)

Ponte (2010, p. 121) aponta mudanças, que datam do final da década de 1990, no que diz respeito às intervenções territoriais nas margens fluviais urbanizadas ou na “orla” do rio da cidade de Belém, “[...] a partir de políticas de desenvolvimento econômico ligadas à produção de lugares e a partir da implantação de novas estruturas técnicas no território.”

Percebe-se nesse período uma política urbana voltada para a urbanização de beira de rio, como as chamadas “janelas para o rio”, que resultaram em intervenções urbanísticas

pontuais de beira-rio, tais como o Complexo Feliz Lusitânia (em 1997 pelo Governo do Estado do Pará), o Complexo Ver-o-Rio (em outubro de 1999 pela Prefeitura Municipal de Belém), a Estação das Docas (em maio de 2000 pelo Governo do Estado do Pará), o Parque ambiental Mangal das Graças (em janeiro de 2005 pelo Governo do Estado do Pará) e, mais recentemente, o Portal da Amazônia (em março de 2006 pela Prefeitura Municipal de Belém).

As ‘janelas’, obviamente, seriam as formas através das quais se poderia observar, contemplar e, efetivamente, usar o rio (ou a baía). A idéia de criação de “janelas para o rio”, de caráter público, era então discutida a partir da constatação de certa ocupação periférica, precária e da beleza paisagística das margens fluviais da cidade, que estaria sendo vedada a seus demais habitantes. A expressão “janelas para o rio”, portanto, tornou-se algo entre o mote publicitário, o nome de um provável programa de reurbanização de beira-rio ou, alternativamente, a síntese de um poderoso senso comum que viria a, anos depois, redundar numa série de intervenções territoriais de significativas modificações na cidade. (PONTE, 2010, p. 99).

Essas políticas urbanas citadas acima refletem, de maneiras diferenciadas, estratégias de desenvolvimento econômico, voltadas principalmente ao fomento do turismo. O fato de se realizar desobstruções de beira-rio próximos e/ou pertencentes ao Centro Histórico de Belém, com pretensões de democratizar este lugar, não impediu impactos do tipo segregação entre frações urbanas de um mesmo espaço social, reproduzindo desigualdades sócio-territoriais. Tais políticas se baseiam na “[...] ideia de ‘desenvolvimento’ nos marcos da economia de mercado [...], agora acentuada a partir do convencimento coletivo de que um novo padrão de ‘requalificação’ e ‘sustentabilidade’ dos espaços deva ser instalado.” (PONTE, 2010, p. 182).

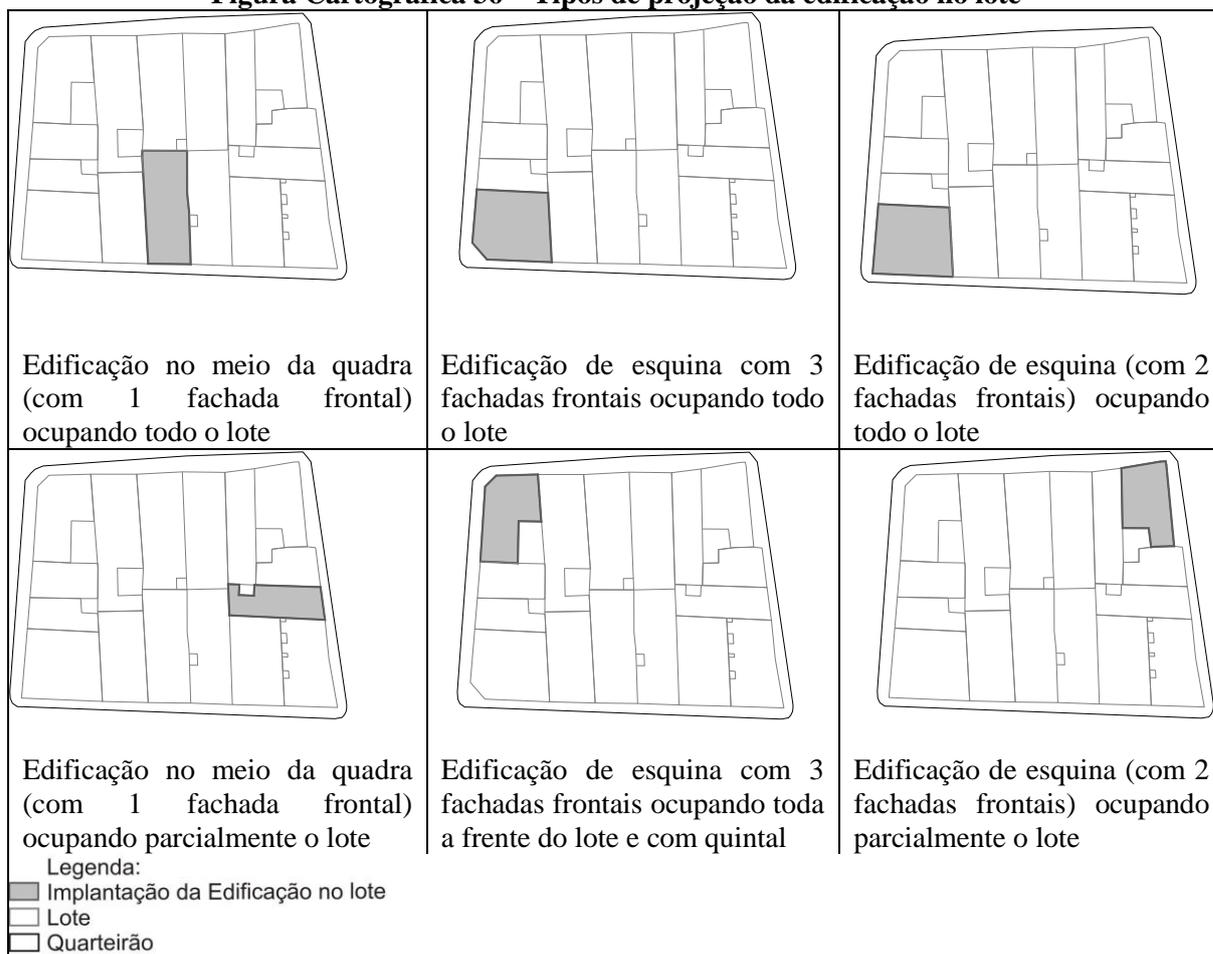
Ocorreram nos últimos anos, e cada vez mais, intervenções em centros históricos brasileiros, a exemplo de cidades europeias e americanas, com objetivos, por exemplo, de requalificação do patrimônio, transformações de usos, de funções e do valor do solo urbano (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006). Sob esta mesma temática, pesquisadores da América Latina, Estados Unidos e da Europa discutem os efeitos desses processos de requalificação em centros históricos.

Há em muitos desses projetos de requalificação remanejamento de moradores mais pobres com o objetivo de substituí-los por famílias de classe média e alta. Esse fenômeno vem sendo denominado de gentrificação. Na acepção de Bidou-Zachariassen (2006, p. 8-9), o “[...] termo ‘gentrification’ foi criado para explicar o repovoamento (nesta altura espontâneo) de bairros desvalorizados de Londres por famílias de renda média, nos início dos anos sessenta.”

Com relação ao Núcleo da Sé, desde o início do século XX até os dias de hoje, a configuração de seus quarteirões sofreu agrupamento (quarteirão formado pelo Forte do

Castelo e edificações localizadas próximas a ele e ao rio) e aumento do espaço público da praça, resultante tanto de um contexto socioeconômico (estrutura), em que os lugares (espaços sociais) do mundo todo passam a ter maior concatenação social, econômica, política etc., quanto de processos vinculados aos aspectos de comércio, de serviço, dentre eles o turístico. Observa-se na maioria das edificações deste núcleo a mesma forma de seus lotes, visto que não possuem nem afastamento frontal e nem lateral (Figura Cartográfica 36).

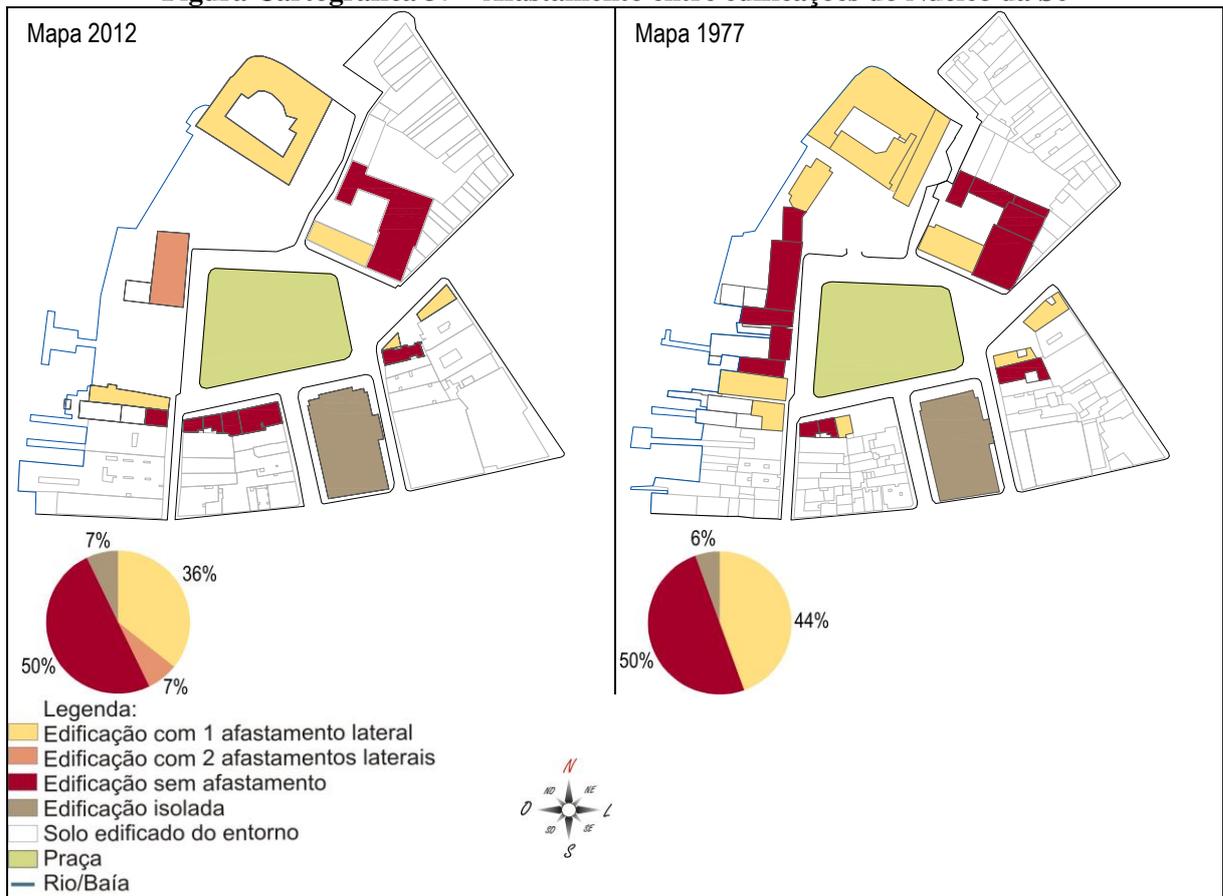
Figura Cartográfica 36 – Tipos de projeção da edificação no lote



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

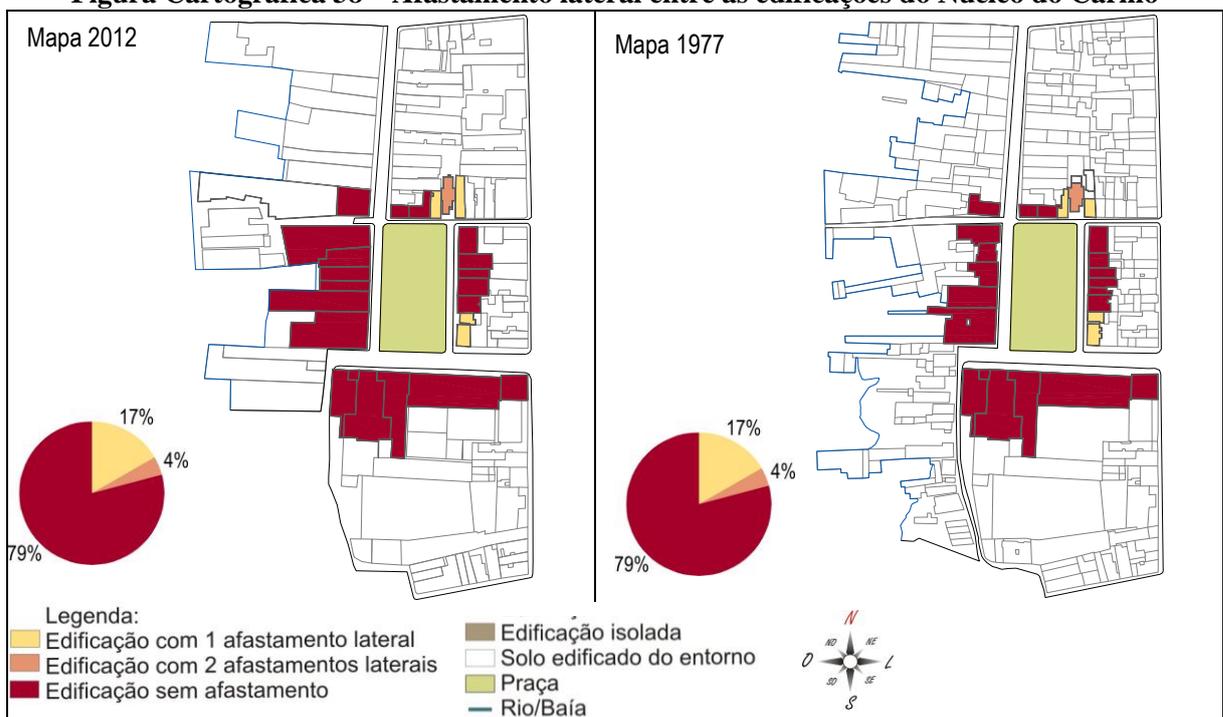
No caso dos afastamentos entre edificações (pertencentes a um mesmo quarteirão), percebe-se que os três núcleos ainda possuem certa incidência de edificações sem afastamentos: da Sé 50%, do Carmo 78% e das Mercês 83% (Figuras Cartográficas 37, 38 e 39). Ademais, algumas igrejas e seus respectivos conventos, que estão dispostos isoladamente em um único quarteirão, são considerados, nesta análise, como isoladas.

Figura Cartográfica 37 – Afastamento entre edificações do Núcleo da Sé



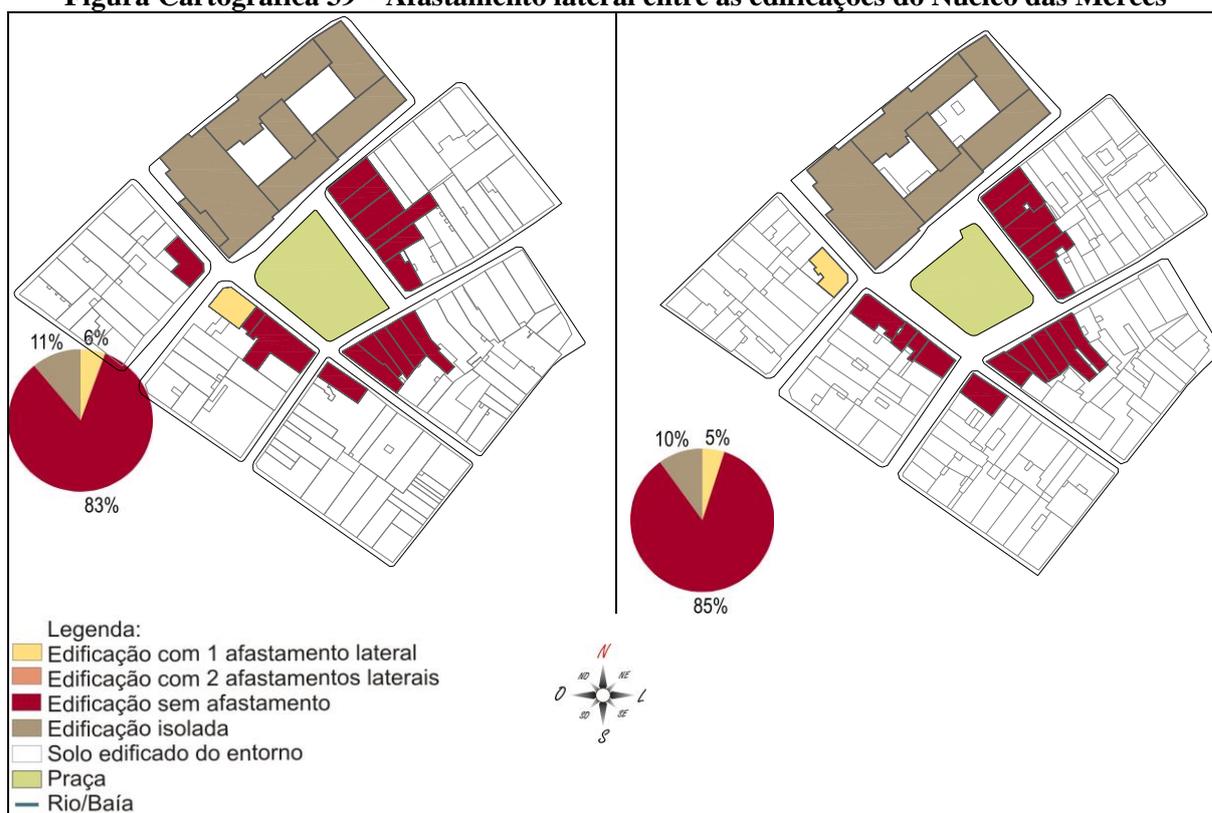
Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 38 – Afastamento lateral entre as edificações do Núcleo do Carmo



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 39 – Afastamento lateral entre as edificações do Núcleo das Mercês



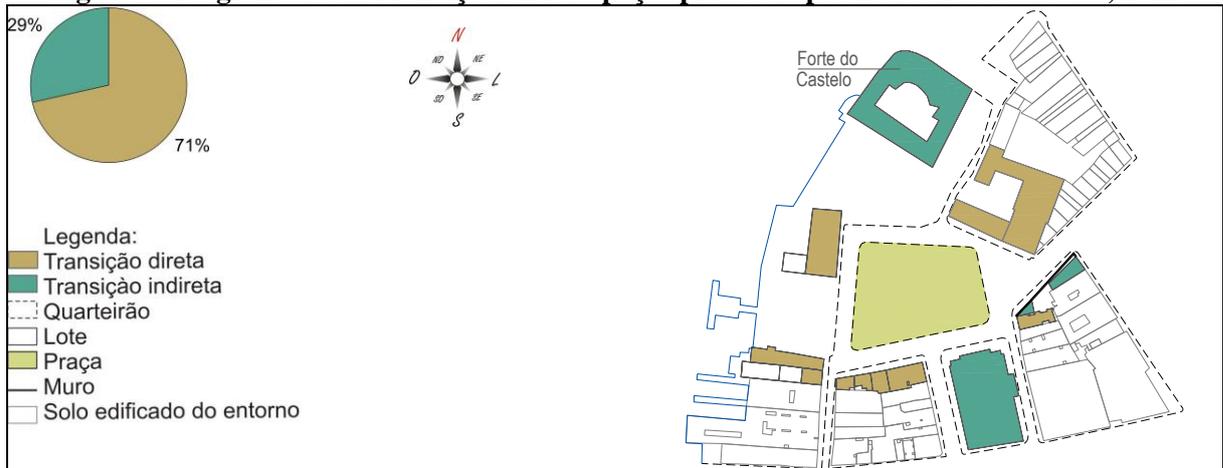
Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Quanto à análise das edificações no lote em relação ao espaço público, considera-se que, se a edificação não tiver afastamento frontal, a transição entre o edifício e o espaço público é direta. Caso a edificação no lote esteja disposta de forma a ter afastamento frontal e/ou muro entre ela e o espaço público, considera-se essa transição como indireta.

Em todos os casos de estudo há maior incidência de transição direta entre os espaços públicos e os privados: os Núcleos da Sé 71% (Figura Cartográfica 40), do Carmo 92% (Figura Cartográfica 41) e das Mercês 100% (Figura Cartográfica 42) de transição direta. No Núcleo das Mercês, os 100% de transição direta entre as instâncias pública e privada são consequência da utilização da área para fins comerciais.

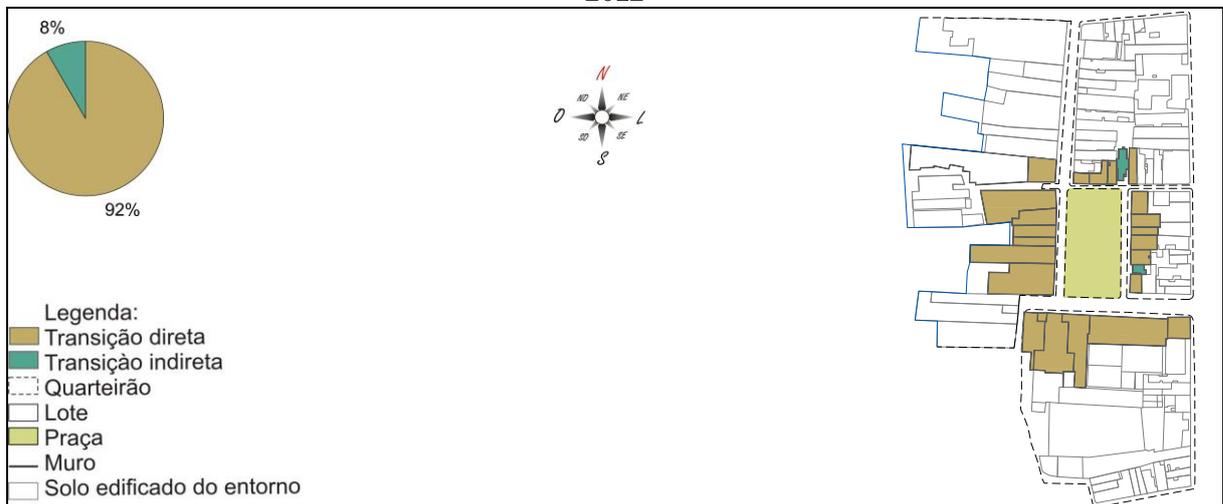
Dessa forma, a ordenação das edificações no interior dos quarteirões se configura da seguinte maneira: as edificações ocupam todo o perímetro dos lotes, ou seja, cada lado do polígono. A maioria das quadras tem suas edificações “coladas” umas nas outras e com suas fachadas principais voltadas diretamente para as ruas.

Figura Cartográfica 40 – Transição entre espaços privado e público do Núcleo da Sé, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 41 – Transição entre espaços privado e público do Núcleo do Carmo, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 42 – Transição entre espaços privado e público do Núcleo das Mercês, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Quanto à análise do período das edificações, optou-se por entendê-las a partir das mudanças por que passaram em sua forma física no decorrer do tempo e não por subdividi-las em períodos históricos de sua construção, pois muitas dessas edificações, mesmo acrescidas de novos elementos arquitetônicos, ainda possuem vestígios das formas primitivas de construção, evitando-se, assim, o risco de enquadrá-las em períodos históricos inadequadamente. Atualmente, verificam-se diversos níveis de modificação nas fachadas das edificações dos três núcleos de estudo, resultantes, principalmente, da substituição do comércio local, familiar e especializado por um outro tipo de comércio, e da perda do seu uso habitacional (Figuras 12, 13 e 14).

Assim, fachadas dos três núcleos de estudo em análise sofreram alterações (Figuras 12 e 13). No entanto, permanece o gabarito baixo da edificação. No Núcleo das Mercês (Figura 14), por outro lado, mais da metade das fachadas antigas estão preservadas.

Constata-se também que, no Núcleo da Sé, a diminuição da quantidade de edificações, nas quadras ao redor da Praça Frei Caetano Brandão, aumentou a sensação de tamanho do espaço físico dessa área, visto que as edificações retiradas foram as que limitavam a visão para o rio. No Núcleo do Carmo, não houve alteração na quantidade de edificações desde a década de 1970²⁵ e, no Núcleo das Mercês, houve redução na quantidade de edificações (Quadro 6).

Quadro 6 – Quantidade das edificações dos núcleos de estudo

Ano	Quantidade de edificação		
	Núcleo da Sé	Núcleo do Carmo	Núcleo das Mercês
2014	15	23	19
1977	19	23	20

Fonte: Belém (1977, 1998) / Elaborado pela autora, 2014

²⁵ A análise da quantidade de edificações nos núcleos de estudo não pode ser feita nos mapas anteriores ao ano de 1977, pois em alguns não aparecem e em outros estão apenas representados sem que os mesmos coincidam com a realidade.

Figura 12 – Edificações do Núcleo da Sé
Fotografias de autoria de José Freire (2008, 2012)

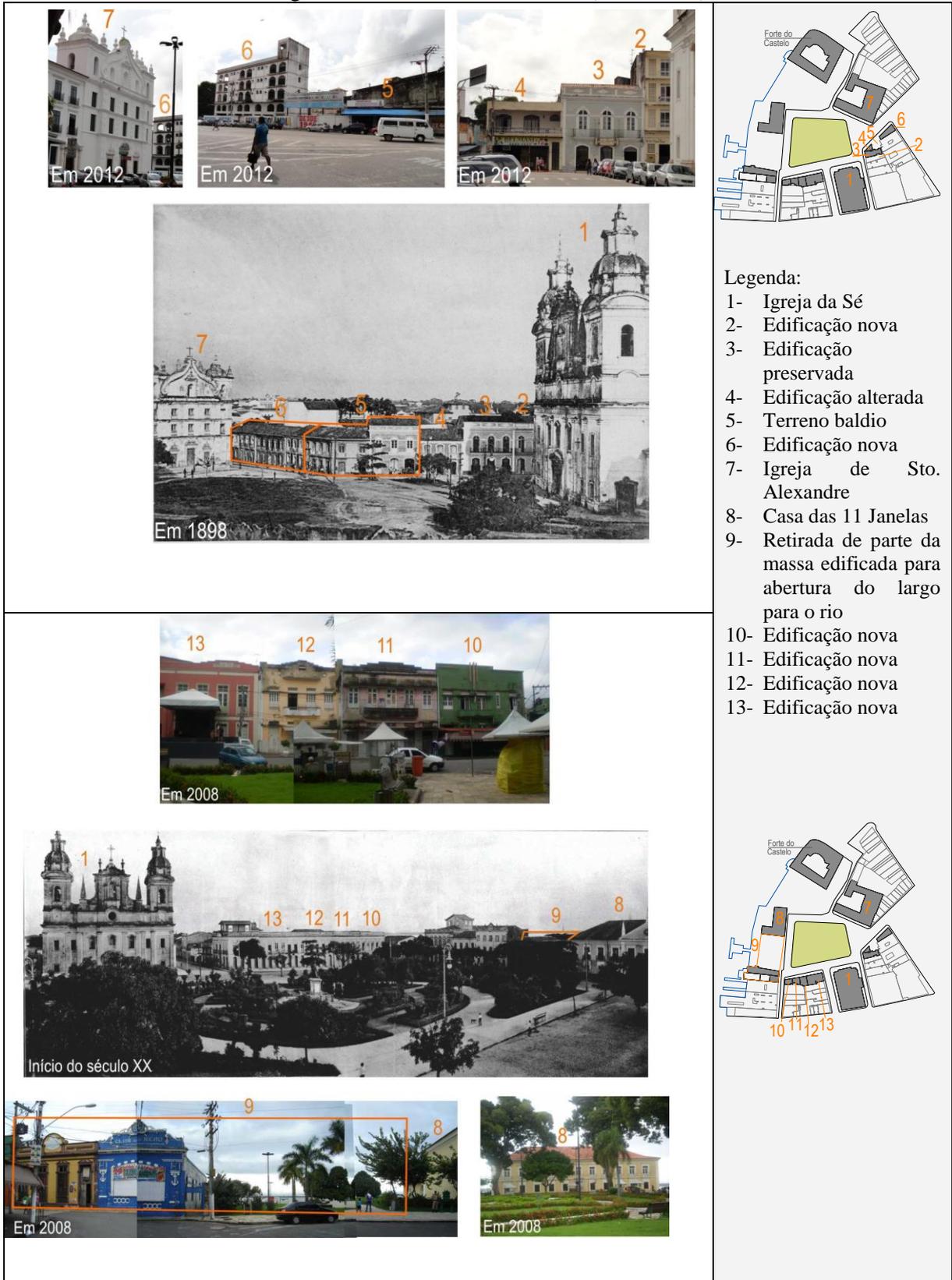


Figura 13 – Edificações do Núcleo do Carmo
Fotografias de autoria de José Freire (2008)

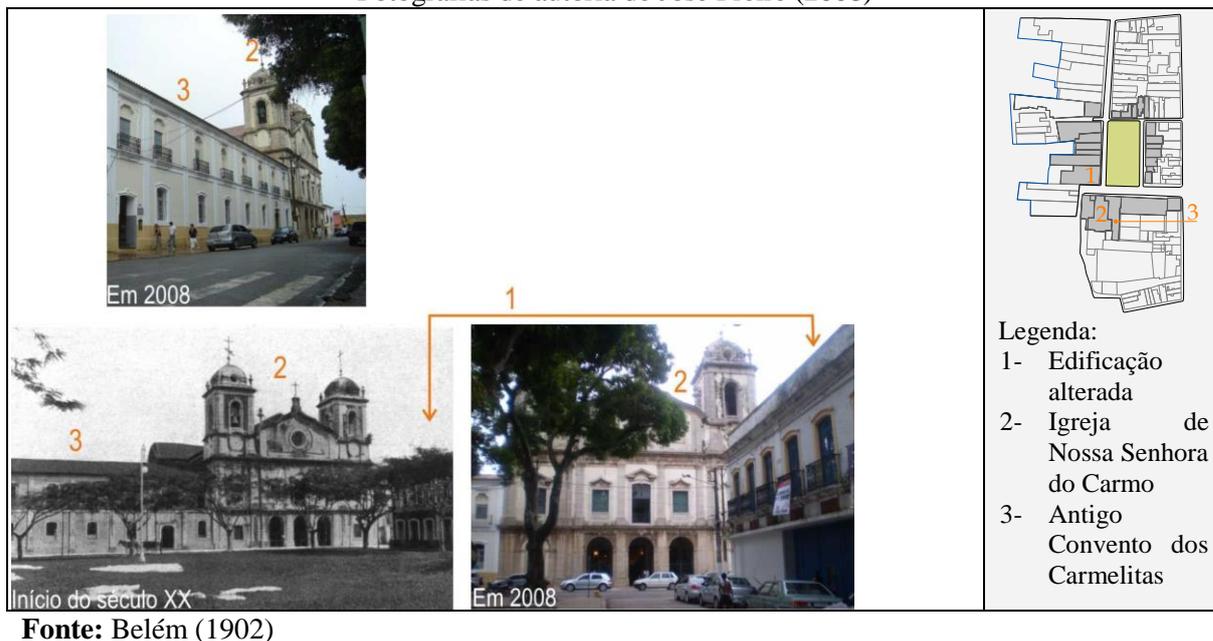
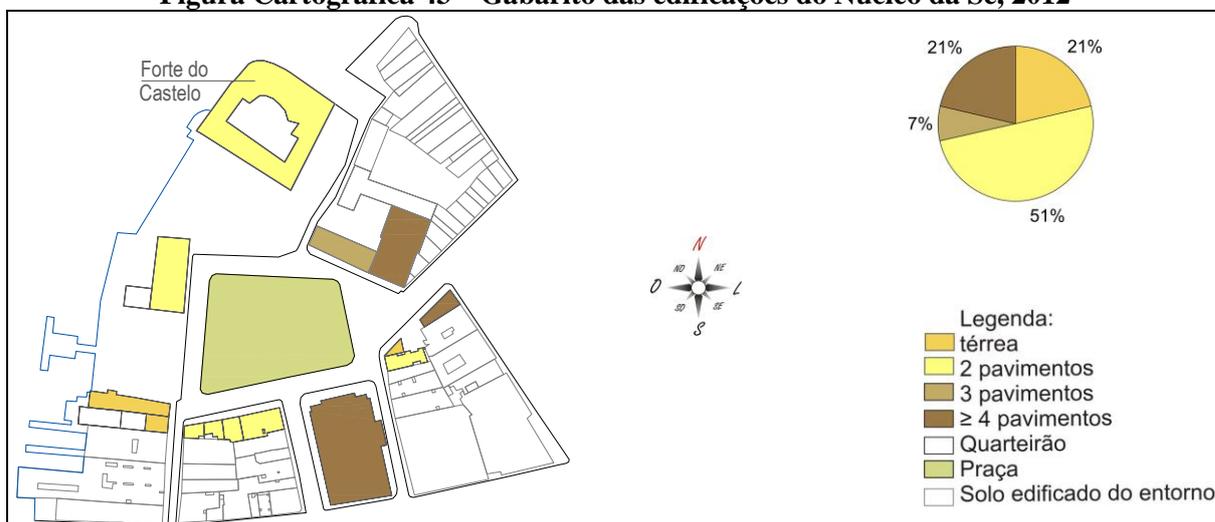


Figura 14 – Edificações do Núcleo das Mercês
Fotografias de autoria de José Freire (2008)



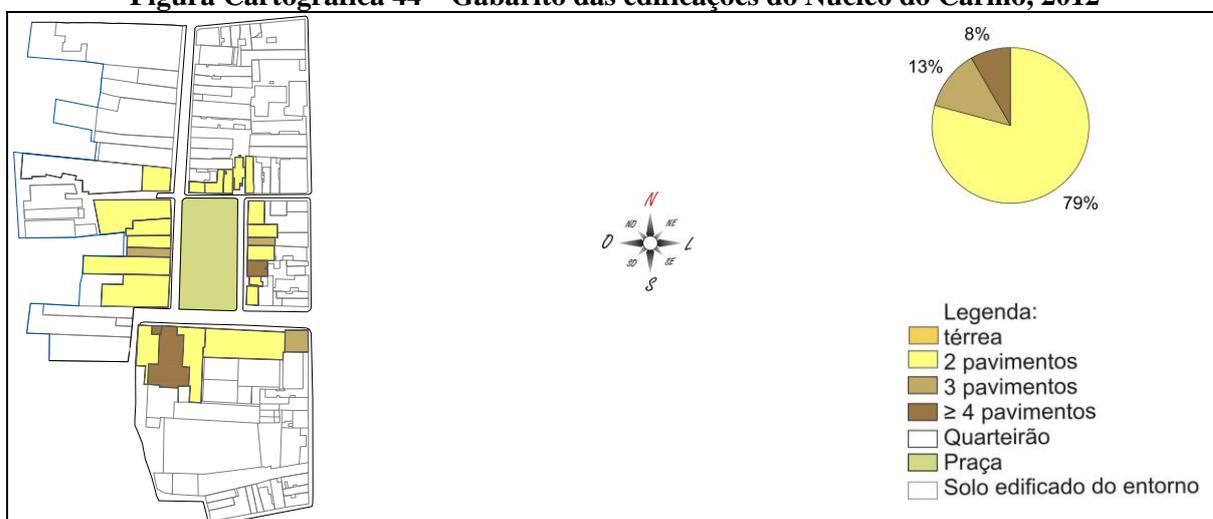
Com relação ao gabarito das áreas de estudo, percebe-se que o traço fisionômico é dado pelas edificações com dois pavimentos (Figuras Cartográficas 43, 44 e 45), com exceção das igrejas.

Figura Cartográfica 43 – Gabarito das edificações do Núcleo da Sé, 2012



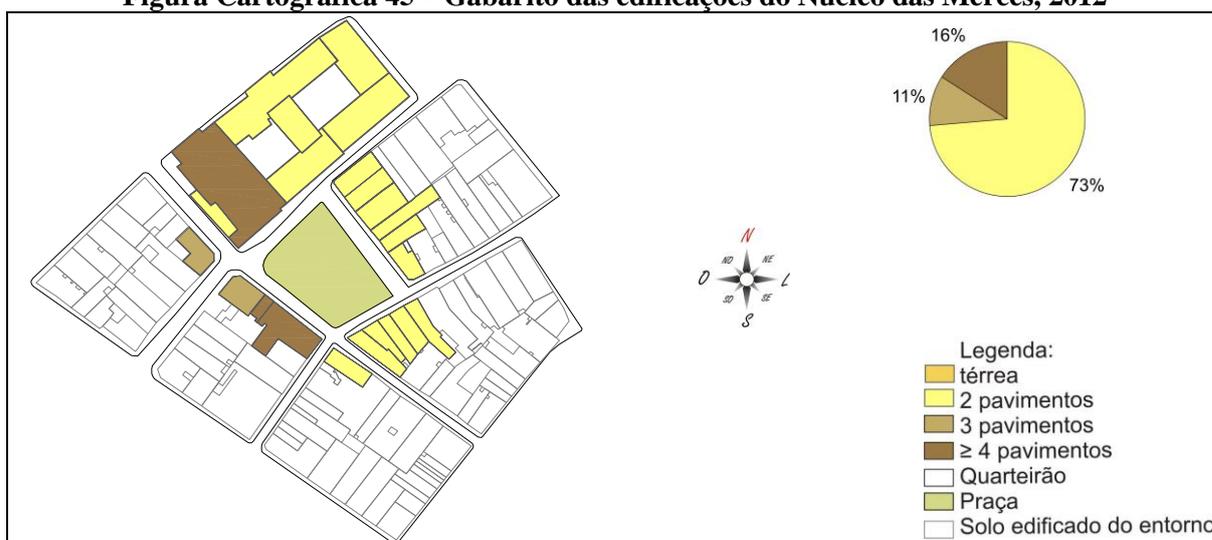
Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 44 – Gabarito das edificações do Núcleo do Carmo, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 45 – Gabarito das edificações do Núcleo das Mercês, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

No Núcleo da Sé, ao longo do tempo, ocorreram ações tanto de preservação do casario, principalmente restauração e reabilitação de seu conjunto edificado mais imponente, de modo a abrigar usos mistos, comércio, serviços, incluindo equipamentos do tipo religioso, museu, lazer e turismo, quanto de descaracterização do elemento da paisagem edificação.

Diferentemente das edificações localizadas no bairro da Cidade Velha, os usos das edificações próximas da zona portuária no bairro da Campina apresentam natureza comercial: na Castilho França há predominância de casas exportadoras (por exemplo, de estiva da borracha); na 15 de Novembro e na Gaspar Viana localizavam-se as firmas importadoras; na João Alfredo e na Santo Antônio o comércio a varejo.

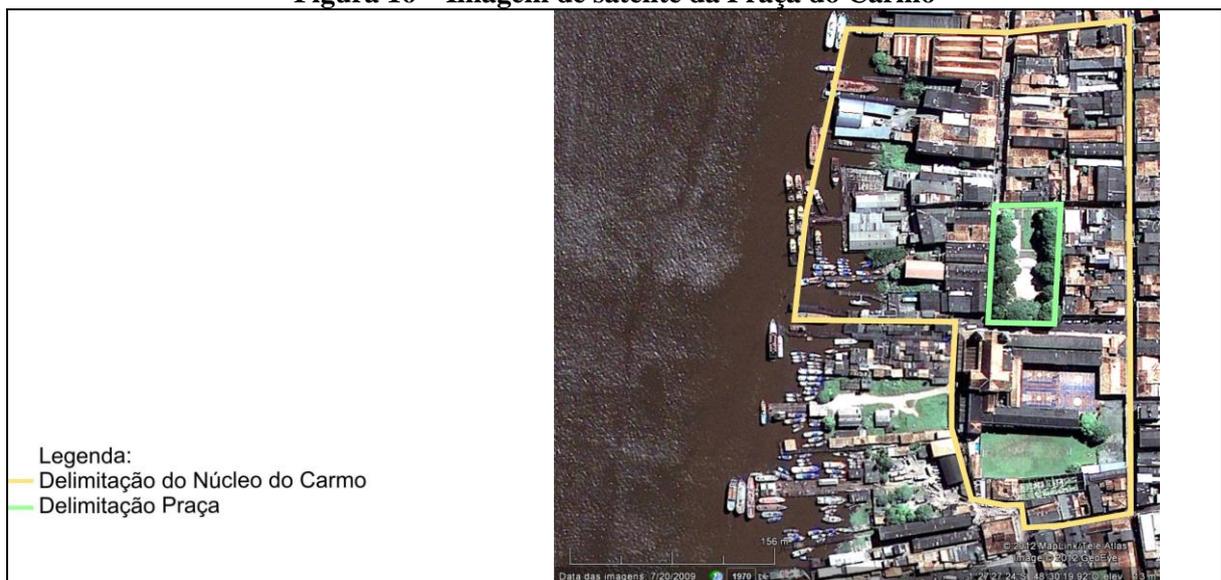
Quanto à existência de vegetação no perímetro do Centro Histórico de Belém, verifica-se que, por ser uma das áreas mais densamente edificadas, tem sua vegetação restrita às praças, não havendo arborização em suas ruas (Figuras 15, 16 e 17).

Figura 15 – Imagem de satélite da Praça Frei Caetano Brandão



Fonte: Imagem de satélite Google Earth (capturada em 2009) e processada pela autora em 2012

Figura 16 – Imagem de satélite da Praça do Carmo



Fonte: Imagem de satélite Google Earth (capturada em 2009) e processada pela autora em 2012

Figura 17 – Imagem de satélite da Praça Visconde do Rio Branco



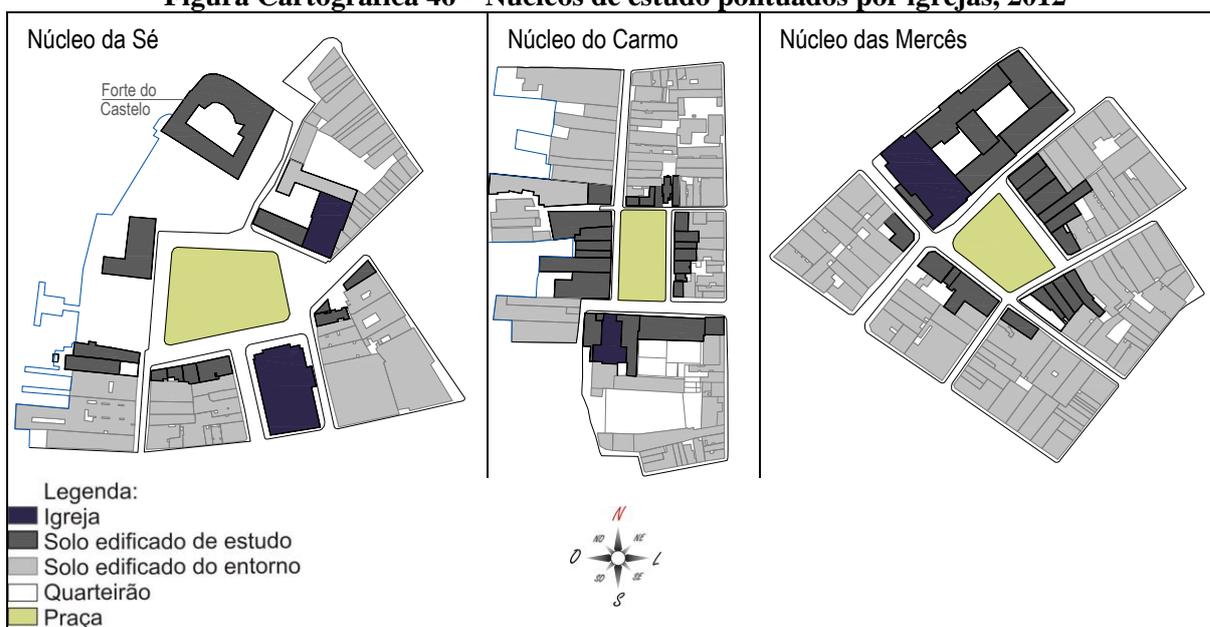
Fonte: Imagem de satélite Google Earth (capturada em 2009) e processada pela autora em 2012

Os principais núcleos do CHB, por terem sido e/ou ainda são pontos de convergência (de pessoas, de produtores, de fornecedores etc.), possuem edificações monumentais que os destacam ainda mais. Segundo Panerai (2006), os espaços públicos mais envolventes atraem a construção de edificações monumentais, tais como as igrejas e seus complexos (Figura Cartográfica 46). Nesse sentido, pode-se afirmar que há relação entre o uso do núcleo (ponto de convergência) e a imagem simbólica das monumentais edificações que lá existem.

Uma ênfase é dada à identificação dos espaços públicos centrais quanto à dimensão e quanto à forma, relacionando-os à disposição das igrejas. Em relação aos formatos dos quarteirões, definem-se os dos Núcleos do Carmo e das Mercês mais regulares do que o da Sé (Figura Cartográfica 46).

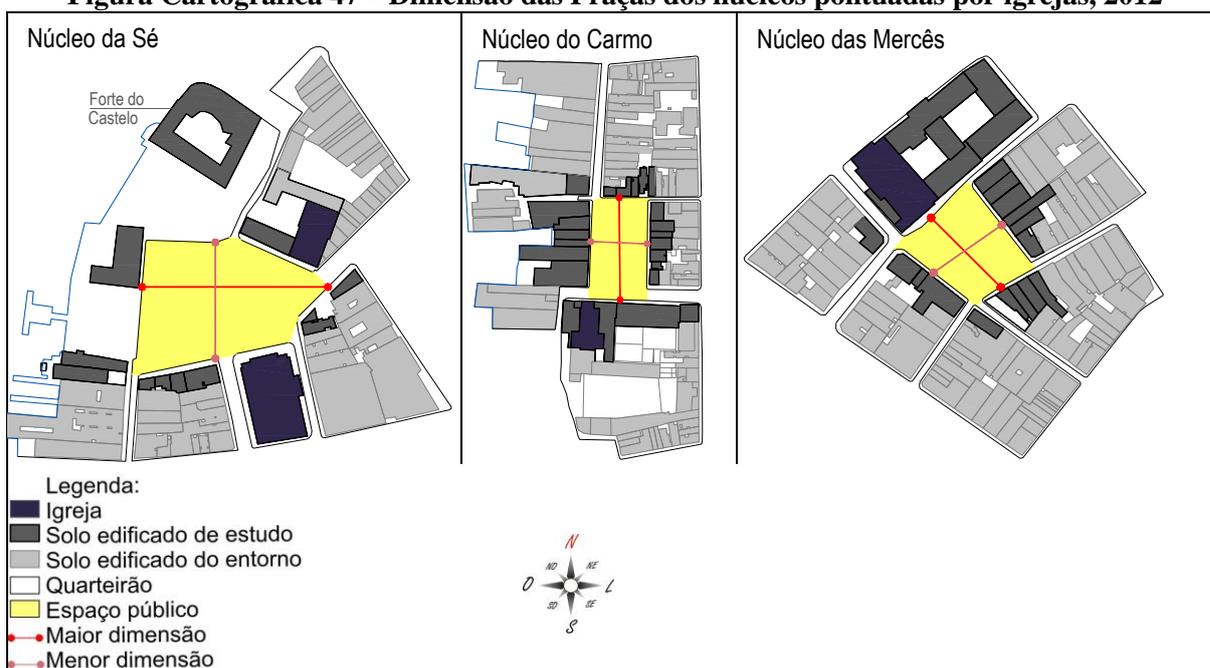
Nos três espaços livres centrais desses núcleos, sua maior dimensão é a que se encontra defronte ao elemento igreja (Figura Cartográfica 47). É como se esses espaços livres estivessem dispostos em relação à (às) fachada (s) principal (ais) da (s) igreja (s).

Figura Cartográfica 46 – Núcleos de estudo pontuados por igrejas, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 47 – Dimensão das Praças dos núcleos pontuadas por igrejas, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Todas as três praças aqui estudadas são espaços livres, públicos, de circulação e de permanência, de contemplação e, como dito anteriormente, com pouca vegetação. A função de uma praça, normalmente, é de aglutinador do encontro, da convivência, da permanência e de práticas sociais, com arquiteturas significativas (LAMAS, 2000; CASÉ, 2000).

A praça do núcleo da Sé passou por um projeto de restauração, que conservou as poucas árvores que ainda lá existiam (Figura 18).

Figura 18 – Arborização da Praça Frei Caetano Brandão



Fonte: Belém (1902)

De acordo com o item 2.1 deste capítulo, observa-se que os espaços livres das praças eram locais originariamente religiosos que contribuíam para a irradiação urbana da colônia. Isso pode ser verificado nas fotografias antigas (Figura 19), que mostram apenas a existência de uma demarcação feita pelo gramado que lá existia e não a delimitação feita por quarteirão. Além disso, esse espaço público já era claramente delimitado e desenhado pelo casario de seu entorno.

O espaço público central do Núcleo do Carmo, no final do século XIX, era gramado (Figura 20) e, no decorrer do tempo, foi sendo ordenado a partir, por exemplo, da implantação de mobiliário urbano.

Na Praça Visconde do Rio Branco, no Núcleo das Mercês, atualmente a função de lazer é reduzida. Localizada em área de atividade comercial, está ocupada por barracas de camelôs e serve como estacionamento de veículos automotores. Nessa praça, situam-se, lado a lado, edificações preservadas, como o Conjunto dos Mercedários (Igreja e antigo convento), e edificações descaracterizadas (Figura 21).

As edificações que delimitam as praças conformam o espaço público, servem como bloqueio à visão do homem que se encontra no interior da praça e, principalmente, como separadoras de espaços (Figura 4). Influenciam, junto com a localização das vias, na sensação de fechamento do lugar. Essa influência é mais intensa nos Núcleos do Carmo e das Mercês, visto que, no Núcleo da Sé, há mais aberturas entre as edificações e mais vias, além de sua praça ser um espaço público mais amplo (Figuras Cartográficas 48, 49 e 50).

Figura 19 – Formação da Praça do Núcleo da Sé
Fotografia do século XX de autoria de Luiz Braga



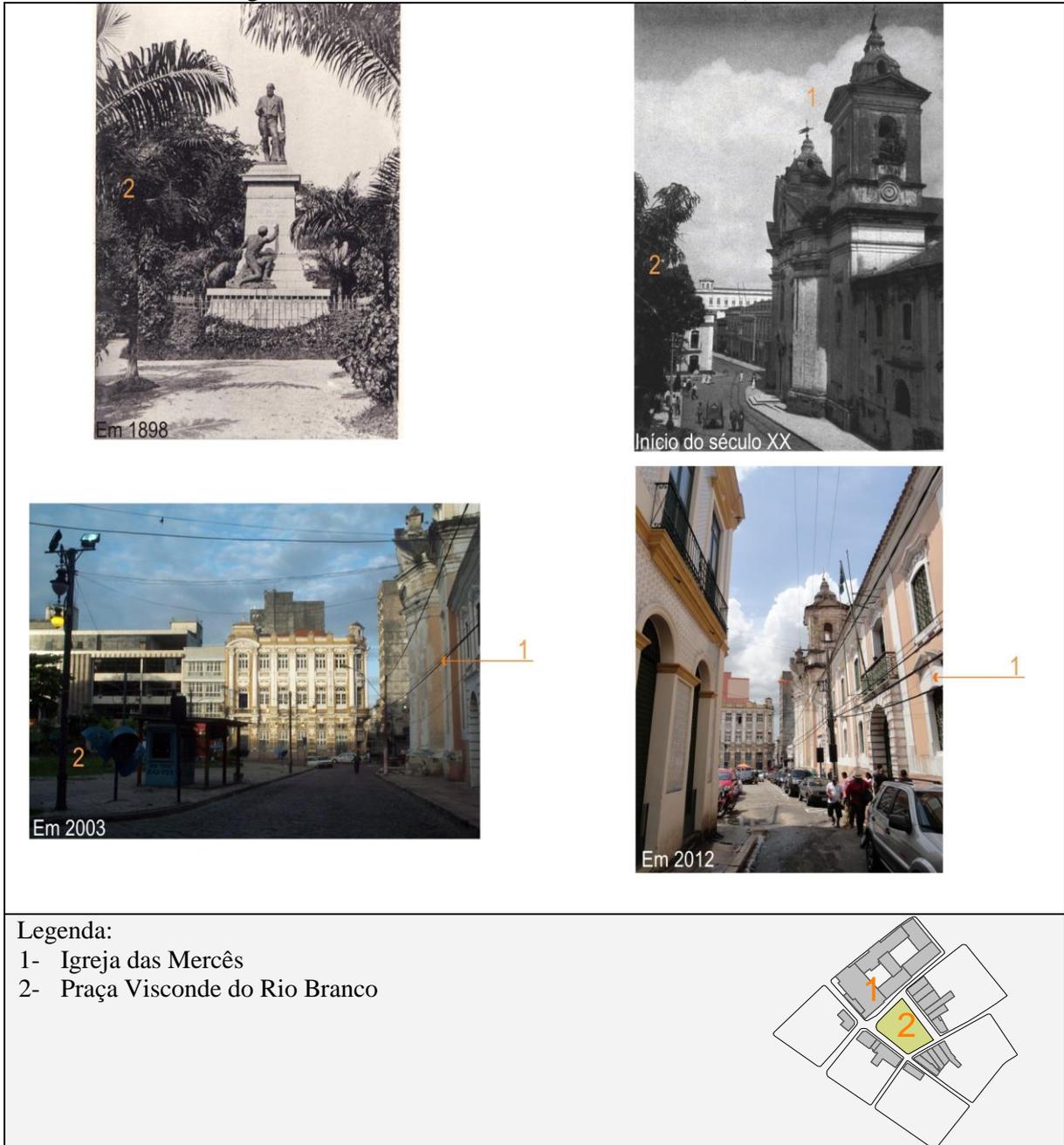
Fonte: Caccavoni (1898) / Modificado pela autora, 2012

Figura 20 – Arborização e calçamento da Praça do Carmo, 1898



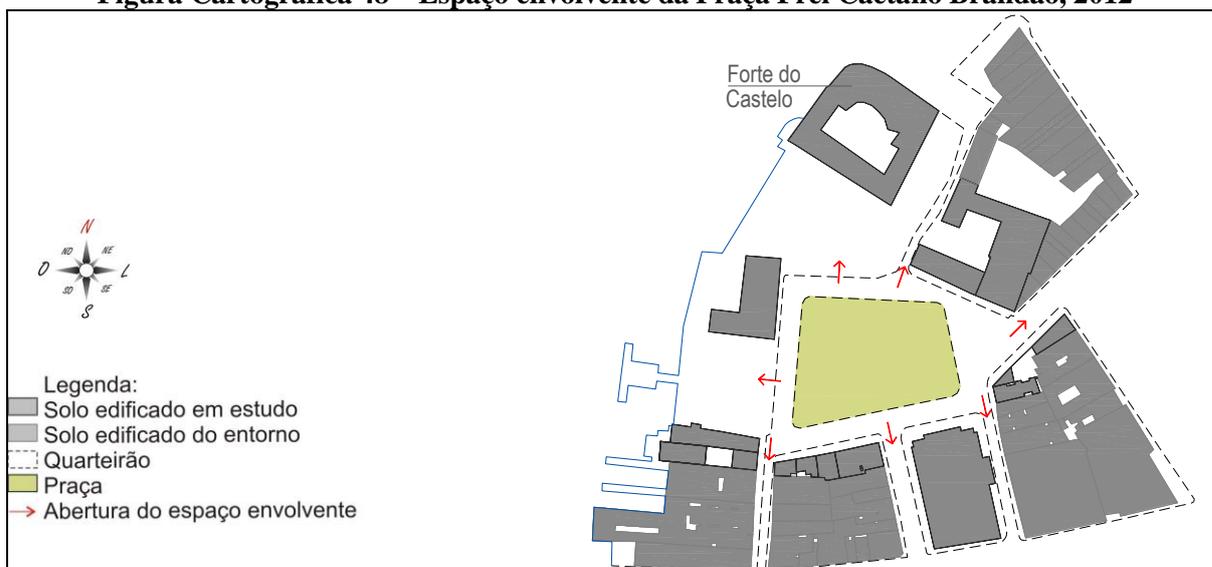
Fonte: Caccavoni (1898)

Figura 21 – Formação da Praça do Núcleo das Mercês
Fotografias do século XXI de autoria de José Freire (2003, 2012)



Fonte: Caccavoni (1898); Belém (1902)

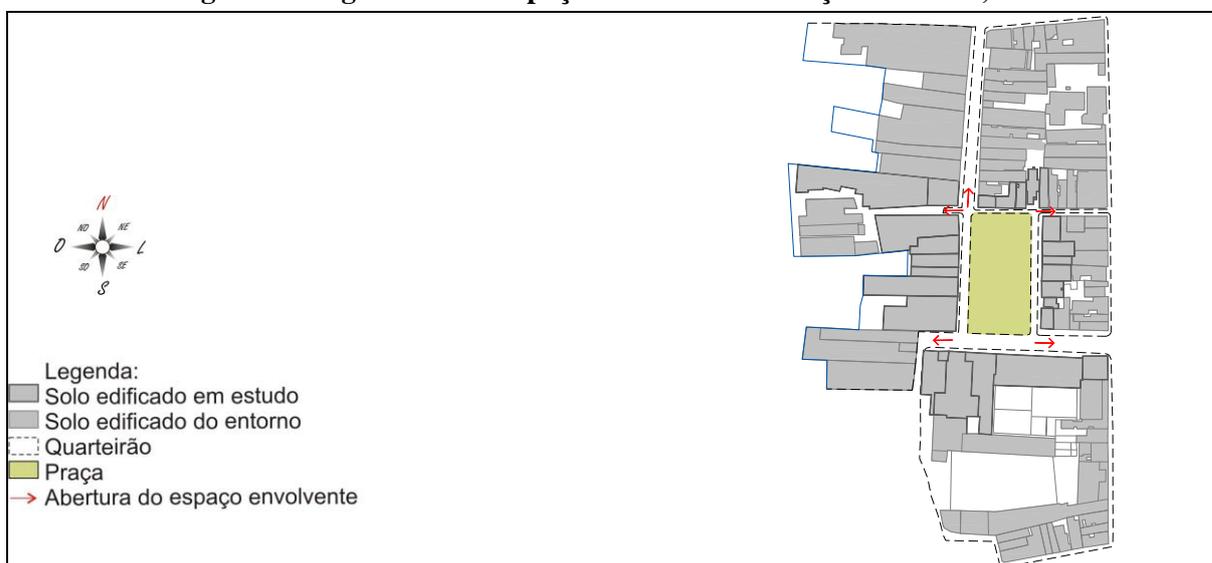
Figura Cartográfica 48 – Espaço envolvente da Praça Frei Caetano Brandão, 2012



Fonte. Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

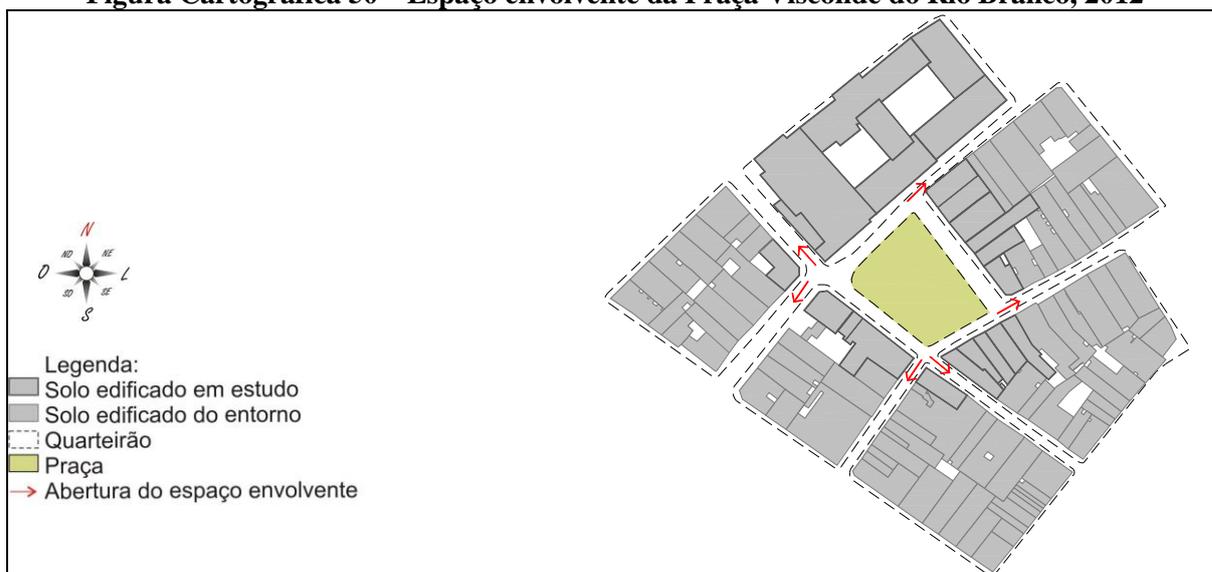
No Núcleo do Carmo, o tipo de “paredes” edificadas (com intensa quantidade de edificações sem afastamentos laterais) imprime o caráter de fechamento do espaço público, com apenas as aberturas sendo definidas pela trama viária (Figura Cartográfica 49).

Figura Cartográfica 49 – Espaço envolvente da Praça do Carmo, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Figura Cartográfica 50 – Espaço envolvente da Praça Visconde do Rio Branco, 2012



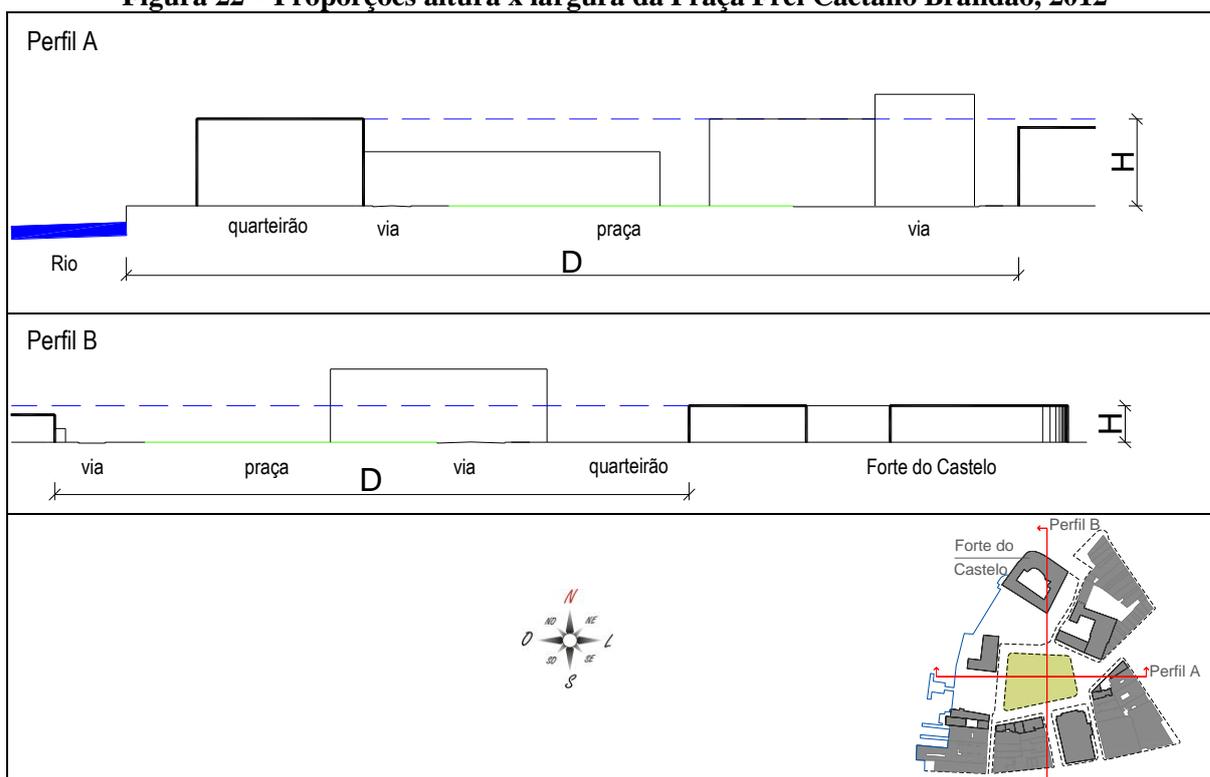
Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

No Núcleo das Mercês, a conformação dos quarteirões com suas “paredes” edificadas, compostas por edificações sem afastamentos, contribui para que a Praça Visconde do Rio Branco seja um espaço fechado e totalmente envolvido, nos moldes do Núcleo do Carmo, embora as relações entre altura e largura das edificações a caracterizem como ampla (Figura 24).

Referenciado por Ashihara (1982), observa-se que, quantitativamente, os elementos que mais delimitam o espaço das praças são as edificações pertencentes a seus quarteirões adjacentes. Além disso, as análises dos perfis desses núcleos mostram que a relação entre a altura das edificações (H) e a largura da abertura vertical (D) é de $D/H > 1$, isto é, a largura da abertura vertical é maior que a altura.

No Núcleo da Sé, de acordo com os perfis a seguir, verifica-se que $D > H$, o que resulta na diminuição da “força” envolvente das “paredes” deste largo. As muitas aberturas passam a ter um papel importante, mesmo em meio a um espaço envolto por edificações antigas. No desenho do perfil A, essas aberturas contribuíram para que a largura da abertura vertical seja muito superior à altura dos edifícios (Figura 22).

Figura 22 – Proporções altura x largura da Praça Frei Caetano Brandão, 2012

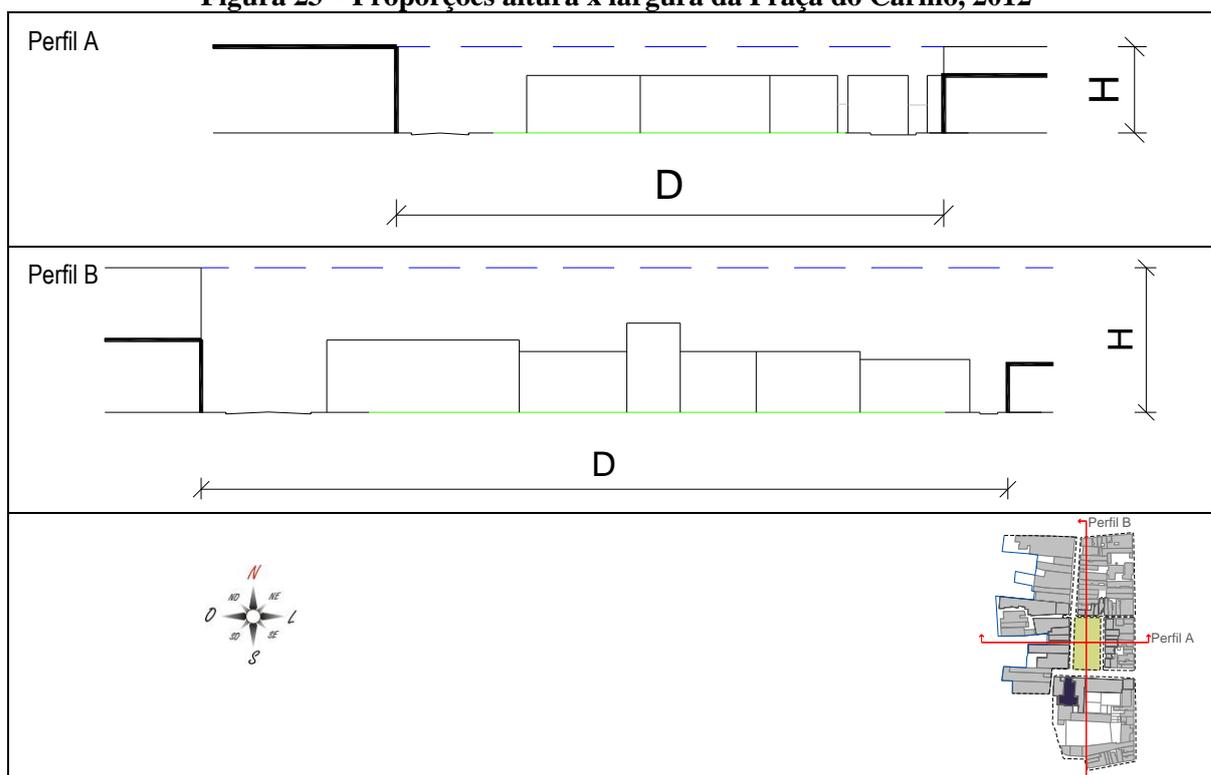


Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

No Núcleo do Carmo, em todos os dois perfis, verifica-se que $D > H$ (Figura 23). No entanto, nesse núcleo os perfis exercem uma “força” envolvente, resultante da uniformidade da altura das edificações (mais de 90% de edificações com dois pavimentos) e do não afastamento entre elas. No Núcleo das Mercês, a abertura vertical do espaço público da praça é maior que a altura dos edifícios que o delimitam, ou seja, $D > H$ (Figura 24).

Da análise dos dois perfis (A e B), por terem larguras das aberturas verticais (D) maiores em proporção à altura das edificações (H), chegar-se-ia à conclusão de que esse espaço perde de sua “força” de envolvimento. Porém, nos Núcleos do Carmo e das Mercês, percebe-se que a relação $D > H$ não deixa o espaço sem força de envolvimento por dois motivos: primeiro, porque suas únicas “portas de entrada” são vias, de certa forma, estreitas; segundo, porque as edificações que delimitam as praças são sem afastamentos, isto é, coladas umas às outras. Essas características intensificam o seu caráter de fechamento, que contribui para dar aos espaços públicos das praças a sensação de envolvimento que possuem.

Figura 23 – Proporções altura x largura da Praça do Carmo, 2012



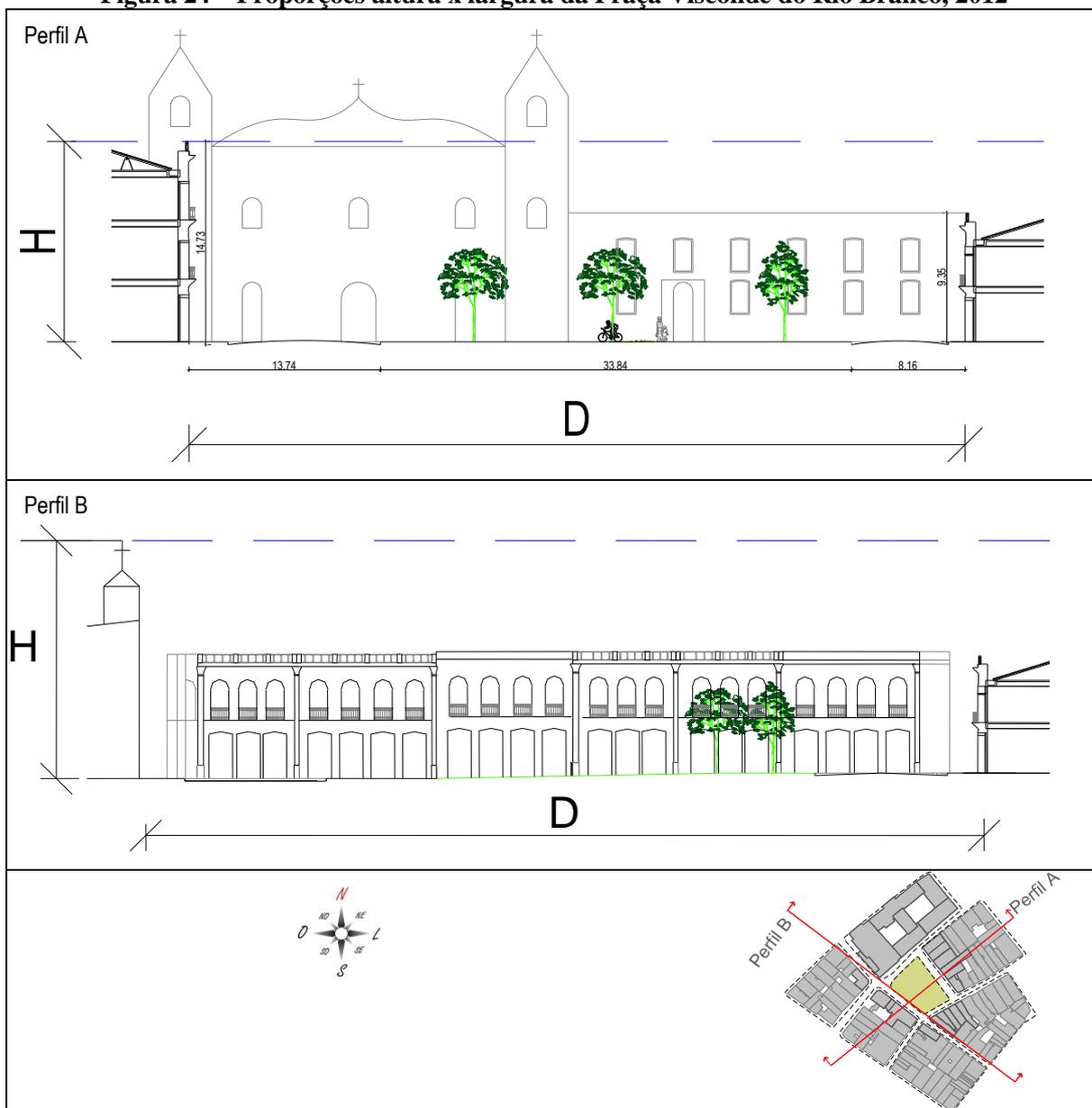
Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

Dito em outras palavras, as alturas das edificações (H) que delimitam os espaços das praças de estudo são menores do que as larguras dos espaços livres (D), porém, pode-se dizer que existe uma correlação entre o tamanho do espaço edificado e do espaço aberto.

Percebe-se que as dimensões das três praças têm relação com o uso a que elas se destinam e com a qualidade arquitetônica de suas edificações de entorno. No caso da maior praça em estudo, que é a do Núcleo da Sé, verifica-se que ela se originou a partir de duas funções, a militar e a religiosa. E as duas outras praças, que possuem dimensões menores que a primeira, originaram-se da função religiosa.

Pode-se dizer que não só as dimensões são relacionadas à função a que se destinam como a qualidade dessas dimensões pode ser medida pela qualidade arquitetônica das edificações do entorno, além de outros elementos, como as barracas de camelôs. Por exemplo, percebe-se que a pior qualidade é a da praça do Núcleo das Mercês, seguida pela praça do Núcleo do Carmo; a melhor qualidade está na praça do Núcleo da Sé. Isso porque a estrutura da paisagem desta última está mais vinculada às edificações singulares de seu entorno, neste caso, ao Forte do Castelo, às igrejas da Sé e de Sto. Alexandre e da Casa das 11 Janelas.

Figura 24 – Proporções altura x largura da Praça Visconde do Rio Branco, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

As vias que desembocam nessas praças são mais largas, contribuindo, assim, para a não obstrução da apreensão visual das edificações monumentais que as delimitam. Esta mesma apreensão visual dos monumentos é intensificada pelas vias, que, antes de desembocarem nas praças, são menos largas, contribuindo para uma visão fechada, ou melhor, para a sensação de envolvimento do local. Nesse sentido, as ruas estreitas são de grande importância para o efeito que se tem ao adentrar um espaço de uma praça, que é amplo com relação ao tipo de via que a delinea.

Cada um dos núcleos abriga, desde os primórdios de suas existências, um espaço vazio central, que é margeado por via de interligação, em apenas um dos lados de cada um dos três espaços públicos.

Quando os espaços públicos das praças eram vazios fisicamente, suas edificações monumentais ficavam dispostas em suas bordas, isto é, eram as suas próprias edificações de entorno. Era como se a praça estivesse em sintonia não apenas com aquelas edificações monumentais, mas também com toda a cidade.

Assim, os elementos da paisagem, analisados nesta pesquisa, podem ser distribuídos em elementos organizadores da expansão urbana (via, quarteirão e lote) e elementos de contenção do espaço urbano (edificação e praça). Os elementos organizadores articulam, ligam e organizam os espaços mais interiores do núcleo (elementos de contenção).

Como o entorno de tais elementos apresenta características semelhantes, que se repetem de uma cidade a outra, como que regidas por leis mecânicas ou morfológicas, daí a tentativa de apresentá-los de uma maneira geral que permita sua fácil identificação ao se iniciar o estudo mais detalhado da história de uma cidade (PANERAI, 2006, p. 59).

Esses mesmos elementos (de organização e de contenção) pertencentes à forma do espaço urbano são definidos a partir de estruturas e processos locais e extralocais. A exclusão da apreensão destas categorias (estruturas e processos) do espaço social em prol das categorias de forma e função faz com que tenhamos uma compreensão parcial da realidade urbana. É preciso entender que a forma de um lugar – representada, por exemplo, pela sua configuração espacial e por seus elementos da paisagem – caracteriza-se pelas relações entre homens, instituições, firmas e formas materializadas da sociedade, conforme Santos (1985), (Quadro 7).

Isso significa que o entendimento tanto dos valores desta forma quanto das suas transformações deve ser apreendido a partir da análise de seus elementos como variáveis interdependentes em conjunto com o movimento da história. Esse enfoque nos incita a que se considere o Centro Histórico de Belém (CHB) um espaço como instância social, assim como Santos (1978, 1985, 1988, 1997, 1998), mas também como produção social, segundo Lefèbvre (1955, 1971, 1974, 1979, 2004, 2010).

Assim, de acordo com o Quadro 7, observou-se que cada um dos períodos históricos analisados, materializados na configuração espacial do Centro Histórico de Belém, resultou em mudanças de forma e de conteúdo. Além disso, esses momentos históricos não são autônomos, e sim formados por estruturas e processos ao longo do tempo.

Quadro 7 – Síntese da análise forma-conteúdo do CHB

PERÍODOS	ESTRUTURA	PROCESSO	FORMA (CHB)	FUNÇÃO (CHB)
1616 a 1750	<ul style="list-style-type: none"> - Período das Grandes Navegações. - Economia extrativista voltada para a exploração das especiarias da terra. - Economia de exportação. - Dominação do comércio brasileiro pelo estrangeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conquista territorial a partir de duas etapas de um mesmo propósito nucleador: da fortificação e da criação urbana. - Fundação da cidade de Belém pelos portugueses em 1616. - Economia da colônia em função do trabalho do índio. - Anexação de novas áreas ao sistema econômico capitalista. - Controle social e econômico pelas ordens religiosas. - Urbanização não aleatória, norteadas não previamente, mas certamente “[...] por uma ideia do urbano nitidamente concebida.” (ARAUJO, 1998, p. 83) - Tensão social entre missionários, colonos e administração colonial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Forte do Presépio, em 1616 como centro de irradiação tanto do traçado urbano como do conjunto urbano. - Traçado urbano não é marcado pela rigurosidade geométrica. - a urbanização nos dois bairros dá-se, primeiro, paralela ao rio, em seguida, com suas travessas, vai adentrando a mata, contornando ainda o Alagado do Piri. - Inicialmente, configuração espacial em áreas não alagadas ou alagáveis. - consolidação do Bairro da Cidade (Bairro da Cidade Velha) e expansão para o Bairro da Campina a partir de construções de igrejas. - Nos primórdios, construções de pau a pique e coberturas de palha, imitando o índio. - Existência do Alagado do Piri. - Expansão da malha urbana em áreas não alagadas ou alagáveis. - Configuração urbana apoiada em dois bairros, o da Cidade e o da Campina. - Distinção entre a suntuosidade das edificações religiosas e do poder público em relação à simplicidade das edificações civis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Político-militar (defesa, ocupação populacional e penetração do território), mas também econômico e missionário. - Nos seus primórdios funcionava também como “Boca de sertão”: “[...] como porta de acesso da civilização para a barbárie, do mundo cristão para a gentilidade.” (MOREIRA, 1966, p. 33) - Exportadora de especiarias da terra (as drogas do sertão ou do mata). - O Núcleo da Sé funcionava como centro da cidade.
1750 a 1778	<ul style="list-style-type: none"> - Pensamento iluminista - Revolução Industrial na Inglaterra (1750-1870). - Período Pombalino: uma nova forma de política, ocupação e urbanização da Amazônia que visava ao controle territorial, à fixação de fronteiras e a mudanças tanto dos aspectos socioeconômico como da configuração espacial urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificação da relação entre metrópole e seu conjunto de colônias portuguesas. - Dinamização da economia colonial. - Processo de urbanização e de ocupação que enfatiza, por exemplo, a ordem sobre a irregularidade e o planejamento urbano sobre as cidades sem planejamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Até a primeira metade do século XVIII, a expansão urbana deu-se paralela ao Rio Guamá e à Baía de Guajará, com pouca interiorização na mata. - construções monumentais concebidas pelo arquiteto bolonhês Landi: autor integral e/ou parcial de obras como: Igrejas de Santana, de São João, das Mercês, do Carmo, da Sé, Hospital Militar, Palácio dos Governadores, Alfândega, entre outros. - Existência do Alagado do Piri. 	<ul style="list-style-type: none"> - Importância político-administrativa. Além de ser sede de poder, demonstrando assim a presença do Estado Português na Amazônia.

1778 a 1850	<ul style="list-style-type: none"> - Agitações sociais e políticas na Europa. - Revolução da Cabanagem (início em 1835 e término na cidade de Belém em 1836). 	<ul style="list-style-type: none"> - Transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1808). - Abertura dos portos brasileiros (1808). - Proclamação da independência (1822). - Centralização do poder no Rio de Janeiro. - Estagnação urbana e econômica amazônica resultante principalmente do fim da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1778) e da baixa das importações dos produtos tropicais por estrangeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Final do século XVIII, a cidade expandiu-se em meio à existência do alagado do Piri. - a expansão se distancia tanto do rio quanto da baía. - Início do século XIX – aterro do alagado do Piri (MOREIRA, 1966, p. 126). 	<ul style="list-style-type: none"> - Função comercial e administrativa. - Entreposto de matéria-prima para fora do Brasil. - Distribuição de produtos estrangeiros pela região.
1850 a 1920	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão do capitalismo na segunda metade do século XIX. - Período Industrial (1870-1945), traduzido, por exemplo, em avanço tecnológico, novas formas de organização e produção do espaço e impulso urbanístico. 	<ul style="list-style-type: none"> - O progresso econômico advindo do ciclo econômico da borracha (1870-1912), traduz-se em termos de crescimento populacional e de diversas medidas de reestruturação e expansão do espaço urbano de Belém. - Declínio da agricultura, decorrente do “boom” da borracha. 	<ul style="list-style-type: none"> - Renovação urbana tendo como referência o estilo europeu (<i>Belle Époque</i>). - Inserção de lojas com artigos europeus e de grandes praças arborizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desempenha um papel comercial, financeiro, político e cultural até aproximadamente 1910.
1920 a 1960	<ul style="list-style-type: none"> - Maior concatenação dos espaços sociais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial 	<ul style="list-style-type: none"> -Estagnação econômica de Belém, em meio a crise da economia extrativista da borracha em decorrência da produção gomífera na Ásia, contribuindo tanto para a diminuição das exportações e de seu preço. - estagnação urbana -Belém retorna discretamente sua primazia em 1940; - Tombamentos isolados (década de 1940). 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação da paisagem urbana e de seus elementos da paisagem. - Preservação de edificações isoladas, tais como as primeiras igrejas. - Verticalização urbana com a inserção de edificações com mais de quatro pavimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Zona de comércio, serviço e residência.
1960 a 1990	<ul style="list-style-type: none"> - Cada vez mais a utilização da ciência como força produtiva. - Avanço da tecnologia da comunicação. - grandes corporações (frequentemente mais expressivo que os Estados), empresas multinacionais, transnacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> -Integração nacional: maior articulação com o Centro-Sul e o Nordeste. - Crescimento dos centros urbanos. - Expansão urbana, estimulada por políticas governamentais de habitação. - Expansão periférica que começou nos anos de 1960 e intensificou-se em meados dos anos de 1970. - Verticalização na década de 1960 nas principais ruas e avenidas próximas ao centro, intensificando-se nos anos seguintes. - Diminuição da população e aumento da atividade terciária no centro comercial (bairro da Campina) em relação ao ano de 1948. - Concentração de atividade, especialmente, a 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação das formas físicas do passado: Edificações antigas descaracterizadas, desocupadas ou demolidas. - Construção de edifícios que contrastam com as edificações lusitanas, como os prédios do Banco do Brasil e da Receita Federal no bairro da Campina. - Verticalização urbana com a inserção de edificações com mais de quatro pavimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro comercial e de serviços. - Residência.

		terciária na área central. - inserção de leis de preservação tal como da Lei Orgânica do Município de 1990, advinda da preocupação da salvaguarda do Patrimônio Cultural brasileiro.		
1990 em diante	- O mundo tenta sair de uma crise de incertezas. - Valorização da singularidade dos lugares e de seus elementos da paisagem.	- Lei de preservação do CHB (Lei nº 7.704/1994) - Intervenções urbanísticas pontuais de beira-rio no final da década de 1990. - segregação, impacto este provocado por essas intervenções pontuais. - Gentrificação.	- Encontra-se degradada e descaracterizada, com pontos específicos de revitalização próximos ao rio e a baía.	- Comércio popular - Entrepósito comercial - Habitação, serviço - Lazer local - Mercadoria turística

Fonte: Análise e resumo da autora, 2014

4 A GESTÃO DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM DOS NÚCLEOS DE ESTUDO

Examinando, na terceira parte, os mapas históricos da distribuição do espaço social no tempo, materializada na configuração espacial do Centro Histórico de Belém, percebe-se, durante os 398 anos de sua história, uma tendência de ruptura do padrão de organização desse espaço representativo da influência portuguesa. Durante esse tempo, verificou-se que a configuração espacial do CHB tenta permanecer preservada nos dias de hoje.

Seria lógico pensar que a gestão urbana da configuração espacial do CHB e de seus elementos da paisagem – em que a sua função, resultado das estruturas e dos processos históricos, é materializada em sua forma física – levasse em consideração a tendência de reprodução do padrão espacial dos seus primeiros traçados, em maior ou menor escala, no decorrer dos tempos.

Nunca é demais lembrar que o traçado urbano (forma) e, por sua vez, sua função, presentes no CHB, só existem por serem testemunhos de um conjunto de relações sociais – tanto do passado quanto do presente – escritas por estruturas e processos diversos.

Como visto anteriormente, a interação entre ações e objetos – materializados na configuração espacial e nos elementos da paisagem do CHB – sujeitos à lei do movimento da sociedade, mudam contornos (forma) e conteúdos de uma cidade em prol, cada vez maior, da racionalidade e intencionalidade do espaço social.

Considerado por lei como histórico, detentor de uma memória coletiva da sociedade, o CHB está carregado de uma materialidade que se opõe a essa racionalidade imposta por ações hegemônicas que visam à unicidade do espaço em prol da produtividade econômica. Nesse contexto, o Estado tem um papel fundamental ao estabelecer instrumentos e regras de intervenção eficazes para a continuidade de áreas históricas “irracionais”.

A tarefa de manter vivo o espaço social do CHB, dosando a inovação (de sistemas técnicos contemporâneos), é urgente e fundamental. E o planejamento e a gestão são meios para se alcançar tal objetivo. No entanto, como destaca Santos (1998, p. 96):

O planejamento urbano-regional atual não mais comporta fórmulas prefabricadas, nem pode admitir a utilização de teorias historicamente superadas. É na própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, que nos devemos inspirar, tanto para entender os problemas, como para tentar resolvê-los.

Levando-se em consideração que as leis e seus instrumentos preservacionistas são “[...] dados organizacionais que delimitam e qualificam o tempo social [...]” (SANTOS, 1997,

p. 119), então estes dados organizacionais modulam os ritmos de atividades exercidas no CHB.

Nos primórdios da humanidade, a remodelação espacial de cada lugar e/ou região era consequência da relação direta entre território local e sociedade local. Hoje, essa remodelação espacial “[...] se constrói a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade” (SANTOS, 1998, p. 100).

A propósito desses resultados, sintetizados acima, e que foram o resultado da segunda e da terceira parte, busca-se, para esta quarta parte da tese, entender o papel do poder público, por meio de seus instrumentos de planejamento e de gestão, a partir da análise da trajetória de gestão dos elementos da paisagem (vias, lotes, quarteirões, edificações e praças) urbana dos três estudos de caso. Dessa forma, o objetivo deste item é avaliar a trajetória de gestão pública e/ou privada de caráter preservacionista nos elementos da paisagem dos estudos de caso, a partir da permanência e/ou alteração dos traços fisionômicos dos mesmos.

O argumento central sustentado para o desenvolvimento deste item vem em decorrência de que a gestão nestes núcleos de estudo – assim como de todo o CHB – não se beneficia das relações entre forma e conteúdo que propiciaram a atual configuração espacial do CHB. Faz-se uma gestão que prioriza a forma e a função, secundarizando-se as estruturas e os processos que deram origem a estas mesmas formas e funções do CHB. Os resultados de um planejamento com essas prioridades são a descaracterização e, por conseguinte, a destruição da memória coletiva social, deste centro histórico e de qualquer outro lugar.

4.1 Planejamento, gestão e a preservação de centros históricos

Um planejamento e uma gestão que leve em consideração este centro histórico como sendo um espaço social, representado por um conjunto indissociável de formas (configuração espacial e elementos da paisagem) e de conteúdos (ações sociais) estabelecerá instrumentos e regras, em contínua manutenção, mais eficazes do que os atuais que, em sua maioria, estão voltados para identificar, coletar, restaurar e preservar os objetos culturais.

Analisaram-se as intervenções nos elementos da paisagem dos três estudos de caso – vias, quarteirões, lotes, edificações e praças –, com o intuito de verificar se a sua configuração espacial – constituída pela relação dialética entre forma e conteúdo, analisada na terceira parte – é afetada pelos instrumentos de preservação. Para isso, utiliza-se de investigação empírica, a partir de propostas e intervenções físicas relativas à política urbana e/ou privada na área em estudo.

O planejamento e a gestão são distintos e complementares e não podem ser desprezados como instrumentos de intervenção no espaço urbano. Dessa forma, devem ser sempre pensados em conjunto nos seus aspectos complementares referentes às etapas de concepção e de intervenção:

Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem *referenciais temporais distintos* e, por tabela, por se referirem a *diferentes tipos de atividades*. Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao *futuro*: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, *tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios*. De sua parte, gestão remete ao *presente*: gerir significa *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas*. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte [...], das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. (SOUZA, 2002, p. 46).

O enfraquecimento do planejamento urbano, alvo de inúmeras críticas, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, de intelectuais marxistas como Castells (1983), e de políticos conservadores, fez-se acompanhar da utilização, cada vez maior, do termo “gestão”²⁶. No Brasil, a partir da segunda metade da década de 1980, há uma intensificação do uso dessa expressão como forma de contrapor-se às críticas feitas ao processo de planejamento.

O enfraquecimento do planejamento se faz acompanhar pela popularização do termo *gestão* [...], o que é muito sintomático: como a gestão significa, a rigor, a administração dos recursos e problemas *aqui e agora*, operando, portanto, no curto e no médio prazos, o hiperprivilegiamento da idéia de gestão em detrimento de um planejamento consistente representa o triunfo do imediatismo e da miopia dos ideólogos ultraconservadores do “mercado livre”. (SOUZA, 2002, p. 31).

O planejamento, entre outras coisas, é um componente voltado à ação coletiva ou individual. Conforme Matus (1996, p. 14), “ou planejamos ou somos escravos da circunstância. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for.”

²⁶ O conceito de gestão está ligado à administração de empresas (gestão empresarial).

Dentro desse enfoque, planejamento e gestão urbanos são algumas das ferramentas para o desenvolvimento²⁷ socioespacial da cidade. Busca-se o alcance deste, por exemplo, por meio da superação de problemas (especialmente fatores de injustiça social) e da melhoria da qualidade de vida (maior satisfação das necessidades tanto material quanto imaterial) urbana (SOUZA, 2002).

As modificações no modo de vida nas cidades, principalmente nos últimos anos, como consequência de diversos fatores – como as modificações na cidade para incorporar o automóvel, mexeram muito com a qualidade de vida urbana. Desde então, a alteração no modo de vida, no caso nos centros históricos, comprova a necessidade de requalificação desses espaços públicos e de reabilitação de suas edificações históricas.

Ter qualidade de vida significa, entre outras coisas, uma maior satisfação de muitas das necessidades humanas e também um respeito ao espaço físico em que se vive. Como disseram Lima e Maleque (2004, p.12), a conservação de referências “[...] cognitivas e visuais amplia o sentimento de identidade cultural, sendo a arquitetura, a morfologia urbana e as tradições partilhadas pela população residente nos melhores referenciais de um grupo social.”

Do ponto de vista da ciência social, os instrumentais de que podem servir-se o planejador e o gestor urbano são de diversas naturezas, por exemplo, parâmetros urbanísticos²⁸, tributários²⁹ e zoneamentos³⁰. Eles podem ser reunidos em grupos gerais, de acordo com o seu poder de influência nas atividades de intervenção do espaço urbano, conforme o Quadro 8.

Nesse mesmo sentido, quanto à classificação dos instrumentos de gestão urbana existe a que é proposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) para o trabalho *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano da Região Metropolitana de Belém* de 1997, agrupando os instrumentos segundo o Quadro 9.

²⁷ O desenvolvimento deve ser entendido aqui como uma mudança social para melhor e não deve ser tomado como sinônimo de desenvolvimento econômico (SOUZA, 2002).

²⁸ De um modo geral, os parâmetros urbanísticos consistem em índices que medem aspectos da densidade urbana e das formas espaciais.

²⁹ Interessam sob diversas formas que vão desde o estritamente fiscal até a extrafiscalidade dos tributos.

³⁰ Existem vários tipos de zoneamento que variam, por exemplo, de acordo com a sua finalidade. Porém, cada um constitui um instrumento específico.

Quadro 8 – Classificação dos grupos a que pertencem os instrumentos

Instrumentos informativos	Fornecer informações importantes (por exemplo, potencialidades dos locais de intervenção) para os agentes modeladores do espaço urbano;
Instrumentos estimuladores	São incentivos fiscais e outras vantagens que são oferecidas, por exemplo, a empreendedores privados com o objetivo de atrair investimentos para a melhoria de um determinado espaço;
Instrumentos inibidores	São instrumentos que limitam mais o campo de ação dos agentes modeladores do espaço e, por conseguinte, da especulação imobiliária. Exemplos são o parcelamento e a edificação compulsórios, o IPTU progressivo e a desapropriação;
Instrumentos coercitivos	São mais fortes que os anteriores, pois proíbem e estabelecem limites legais mais definidos para as atividades de intervenção ao uso do solo e ambiental. Exemplo dos índices urbanísticos tais como o coeficiente de superfície edificada, o coeficiente de ocupação do solo, o gabarito, os recuos e os afastamentos;
Outros instrumentos	São instrumentos cuja função não é influenciar as ações de agentes modeladores do espaço urbano, mas auferir recursos adicionais, como no caso da contribuição de melhoria cuja aplicação não tem como objetivo estimular, inibir ou coagir ninguém. Mas, sim, captar parte da valorização de um imóvel advinda de uma ação de melhoria promovida pelo Estado.

Fonte: Souza (2002)

Quadro 9 – Outras classificações dos grupos a que pertencem os instrumentos

Instrumentos preventivos	Voltados ao planejamento e regulação da cidade normal ou formal;
Instrumentos corretivos	Voltados à regularização de irregularidades geradas na própria aplicação dos instrumentos preventivos precedentes;
Instrumentos ativos	Voltados ao preenchimento do papel provedor ou compensatório do Estado com respeito às demandas de habitação, infraestrutura e serviços urbanos;
Instrumentos integradores	Voltados à harmonização da ação pública nos três âmbitos precedentes;
Instrumentos tributários	Voltados para uso fiscal ou extrafiscal.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), 1997

Verifica-se, nos Quadros 8 e 9, que existem grupos de instrumentos com características e naturezas diversas, como os de promoção de justiça e os de benefício de grupos específicos, agrupando-se em classes que vão desde os mais maleáveis até os mais restritivos.

Na verdade, não se imagina que apenas a existência de planejamento e de gestão ou um melhor planejamento e uma melhor gestão, por si sós, deem conta dos problemas urbanos, de vez que existem fatores de ordem política, cultural, econômica, institucional e técnica limitantes a um melhor resultado da implementação dos instrumentos. Esses fatores também

incidem nos centros históricos, alguns contribuindo para a preservação e outros para a sua descaracterização e abandono.

O estudo combinado dos elementos da paisagem e da maneira como estes são afetados pelos fatores (físicos, sociais, legais, tributários etc.) intervenientes na permanência dos centros históricos poderá levar a um conhecimento mais realista desses espaços e da forma como os instrumentos de gestão disponíveis estão a afetá-los. Este estudo poderá também indicar a necessidade de outros instrumentos de gestão que possam amenizar os aspectos negativos dos fatores citados. As propostas de intervenção para a cidade devem ser derivadas de diagnósticos criteriosos (pesquisas teóricas e empíricas), isto é, com base na identificação dos problemas e de suas causas.

O desafio da atividade de planejar a permanência e a requalificação dos centros históricos deve ser constante, já que a cidade (produto histórico dos processos socioespaciais) não é um objeto passivamente modelável, previsível ou manipulável e inúmeros fatores a modificam todos os dias. Dessa forma, torna-se imperiosa a necessidade de pesquisas e de estudos sobre a evolução desses espaços como subsídio ao planejamento e à gestão urbanos do seu futuro (SANTOS, 1985). De todo modo, o planejamento jamais se confundirá inteiramente com a atividade de gestão, uma vez que esta última administra o presente com base nos condicionamentos previstos pelo planejamento (SOUZA, 2002).

O emprego dos instrumentos, isto é, das ferramentas pertencentes ao planejamento e à gestão, dá-se por meios, por exemplo, de planos que objetivam a superação dos problemas da cidade. No Brasil, são elaborados planos do tipo: Plano Diretor (para todas as cidades do Brasil com mais de vinte mil habitantes), Planos Setoriais de Transporte, Planos de Urbanização de Favelas, além de outros também que tratam da requalificação dos Centros Históricos. Evidente que a aplicação ou não de instrumentos de gestão implica a alteração ou a preservação de traços fisionômicos urbanos históricos, tal como o tipo do traçado das primeiras ruas. Assim, o estudo da aplicabilidade ou não dos instrumentos disponíveis na legislação atual, ou necessários em legislação futura, poderá indicar propostas preservacionistas importantes para o Centro Histórico de Belém.

Objetivando contribuir para a preservação e para a valorização de centros históricos, quanto à sua capacidade de permanecerem historicamente vivos em meio às alterações e às inserções de novos usos, provenientes da dinâmica da cidade contemporânea, procuram-se novas utilizações para essas áreas históricas que incentivem a sua vitalidade. Para isso, é importante a possibilidade de participação integrada entre setor privado, setor público e

população na condução de intervenções nessas áreas históricas, buscando reflexos positivos na economia e na requalificação das cidades. Assim:

[...] o controle sobre a forma urbana pressupõe ainda uma autoridade administrativa que possa atuar no conjunto da aglomeração. [...] a análise do crescimento em termos morfológicos depende do estudo articulado dos fenômenos físicos e dos dados econômicos, políticos e históricos (PANERAI, 2006, p. 71).

A gestão dos espaços históricos envolve melhoria da qualidade dos espaços urbanos e arquitetônicos, o respeito aos traços fisionômicos do lugar, a transferência para as gerações futuras de uma diversidade simbólica, que expresse referências culturais relevantes para a memória e identidade coletivas e a melhoria da qualidade de vida de seus usuários. Para alcançar esses objetivos, são necessários planejamento e gestão urbanos.

Assim, a gestão do solo urbano diz respeito à aplicação da legislação urbana e de seus instrumentos, buscando viabilizar os objetivos dos planos para a cidade ou para parte desta. A ação desses instrumentos preventivos, corretivos, ativos ou integradores dá-se não apenas pela aplicação jurídica das normas urbanas, mas também pela ação direta da autoridade municipal no embargo ou no incentivo de ações requeridas pela comunidade. Via de regra essa ação baseia-se em normas e critérios claros e objetivos oriundos da legislação vigente (índices, recuos, modelos urbanísticos, isenções etc.).

Por outro lado, a gestão da forma urbana, mais subjetiva, relaciona-se com a leitura dos espaços da cidade, com a paisagem urbana, com a volumetria dos quarteirões, com o ritmo das fachadas e com outras “regras” estabelecidas na evolução e no uso dos espaços e das edificações. Esse nível de gestão busca identificar elementos importantes da paisagem urbana que possam servir de parâmetros para as decisões a respeito das intervenções requeridas pela comunidade, além daquelas objetivamente estabelecidas na legislação.

Qualquer projeto de intervenção em um espaço público e/ou em uma edificação tem o caráter de modificá-lo pela introdução de um novo elemento na paisagem. Em um espaço histórico, essa intervenção necessita ser pautada na observância do impacto de seus efeitos no espaço urbano caracterizado como singular, com traços fisionômicos peculiares que não podem ser perdidos. De acordo com o que Sitte (1992, p.11) escreveu em 1889, o estudo das praças antigas e antigos conjuntos urbanos “[...] nos proporcionam um corpo de regras cuja observância deveria garantir a obtenção de semelhantes efeitos precisos.”

Planejamento e gestão da forma urbana são ações de intervenção no espaço urbano. O planejamento urbano remete ao futuro, prevendo os desdobramentos de um processo urbano que se estende ao longo prazo. Já a gestão urbana remete ao presente, administra uma determinada situação dentro de recursos presentemente disponíveis e é uma ação que envolve um período de curto e médio prazos (SOUZA, 2002).

O planejamento urbano e a gestão urbana são ferramentas para o desenvolvimento socioespacial da cidade e têm como objetivo fundamental o desenvolvimento urbano. A gestão corresponde a aplicação de instrumentos – tais como os denominados de estimuladores e coercitivos – que são desenvolvidos no campo do planejamento urbano, visando à implementar os objetivos do desenvolvimento da cidade estimulando, inibindo e proibindo ações dentro dos limites estabelecidos em um plano. Esses instrumentos adquirem então um arcabouço legal, viabilizando a aplicação e a normatização (SOUZA, 2002).

A necessidade de instrumentos legais para a preservação de centros históricos relaciona-se com o crescimento e a expansão do espaço urbano, que tem levado a um processo de deterioração e de degradação, que se intensifica a partir de 1950 na Europa e na América do Norte – especificamente, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – e mais intensivamente a partir de 1980 no Brasil (VARGAS; CASTILHO, 2006). Com isso, o centro das cidades, considerado muitas vezes como centro histórico, centro tradicional, centro principal etc., sofreu alterações consideráveis em seu patrimônio histórico material e imaterial.

Em meio a esses processos de crescimento e de expansão do espaço urbano, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – criado por um grupo de intelectuais em 1936 com a sigla de SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – teve suas diretrizes de tombamento institucionalizadas pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), que possui como instrumento de preservação o tombamento de bens imóveis e móveis de interesse a preservação. O texto do Decreto-Lei nº 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, escrito há 77 anos, coloca o tombamento como um instrumento de vanguarda, pois, dentre outras coisas, não limita a utilização do tombamento somente aos bens públicos, mas também à propriedade privada.

Esse Decreto utiliza a expressão “patrimônio histórico” para representar o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País, tal como edificações com valores histórico-arquitetônicos, explicitando que “[...] são sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens [...]” (BRASIL, 1937). Além disso, emprega, em seu artigo 18,

o termo “vizinhança da coisa tombada” para preservar o bem tombado de qualquer construção, anúncio ou cartazes que impeçam ou reduzam a sua visibilidade. O desejo de preservar a coisa tombada, nesse contexto, não considera que a sua vizinhança tenha valor de preservação, pois é importante observar aqui a questão da preservação de monumentos e/ou edificações isoladas. Desde o surgimento desse Decreto, é da competência do Município, do Estado e da União, em conjunto, proteger e valorizar os bens imóveis com valor artístico, histórico, arquitetônico, ambiental e cultural. Exemplos desse procedimento foram as diversas intervenções urbanas executadas, como o tombamento de edifícios isolados e o de conjuntos urbanos, com a finalidade de desacelerar a deterioração e a degradação de centros históricos no Brasil. No CHB, a partir da década de 1940, houve a valorização de edificações históricas, com o tombamento pelo IPHAN de igrejas e de outros prédios monumentais, que foram sendo incorporadas “nos projetos de reestruturação das atividades nas áreas centrais [...]” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 17). Trinta anos depois do Decreto, a partir da década de 1960, houve a valorização de tombamentos de conjuntos urbanos.

É relevante considerar que as inúmeras Cartas Patrimoniais que discutem o patrimônio histórico foram determinantes para que o conceito de patrimônio fosse ampliado (CURY, 2000). Com o tempo, foram surgindo novos estudos sobre a cidade em vários campos disciplinares além de encontros que propiciavam modos de salvaguardar os elementos urbanos de interesse para a preservação. Por exemplo, os encontros do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) têm trazido como resultados documentos que propõem diretrizes para a salvaguarda do patrimônio edificado; e a Carta de Veneza (1964), que trouxe uma abordagem maior e mais criteriosa sobre conservação e restauro, inclusive definindo tombamento de edificação monumental (tombamento isolado), que foi um dos primeiros instrumentos legais que buscavam interceder na proteção do bem imóvel.

No entanto, mesmo com os efetivos tombamentos isolados, os centros históricos das cidades ainda estavam em intenso processo de descaracterização. Em decorrência desses estudos, que buscavam cada vez mais compreender a cidade e seus traços fisionômicos, foram sendo propostos novos instrumentos legais que pudessem ser mais pró-ativos no sentido de integrar ações de preservação por meio de políticas públicas: o tombamento em conjunto (de uma porção urbana da cidade), o zoneamento de usos e ocupação do solo e, até mesmo, políticas habitacionais. Os instrumentos legais de proteção, agora tratados como conjunto, têm buscado amenizar a descaracterização dos espaços urbanos históricos, porém ainda são grandes as intervenções que não respeitam os traços fisionômicos desses espaços urbanos.

A preocupação com a preservação de áreas históricas teve a participação ativa de organizações internacionais, como a da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Os órgãos de preservação, acolhendo recomendações dessas organizações, relacionavam as áreas históricas com o planejamento urbano, por meio da criação de leis que buscavam a salvaguarda desses espaços. No entanto, essas recomendações nem sempre atingiam o conjunto urbano, pois eram direcionadas para a proteção de edificações isoladas.

Essas orientações ecoaram em diversas instituições voltadas à administração urbana, por todos os cantos do planeta e, não raramente, resultaram em intervenções isoladas, dirigidas à restauração de edifícios históricos, sem a devida consideração do entorno urbano (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 17-18).

Esse quadro se refletiu no Centro Histórico de Belém quando, no início da década de 1940, começaram as inscrições de bens imóveis nos livros do tomo do Decreto-Lei nº 25/1937. No Quadro 10, observam-se alguns tombamentos de edificações isoladas, realizados nas áreas em análise. Somente na década de 1960 inicia-se o tombamento de conjuntos urbanos (Quadro 11).

Quadro 10 – Bens imóveis tombados em nível Federal - IPHAN

Nº	Processo	Bem Imóvel	Bairro	Inscrição de tombamento
1	236-T-40	Igreja de Nossa Senhora do Carmo que compreende o conjunto arquitetônico: Igreja de Nossa Senhora do Carmo; Capela da Ordem Terceira; Antigo Convento Carmelitano.	Cidade Velha	03/01/1941
2	234-T-40	Catedral de Nossa Senhora da Graça (Igreja da Sé)	Cidade Velha	03/01/1941
3	235-T-40	Igreja de Santo Alexandre que compreende o conjunto arquitetônico: Igreja de Santo Alexandre; Antigo Colégio dos Jesuítas	Cidade Velha	03/01/1941
4	388-T-40	Igreja de Nossa Senhora das Mercês	Campina	03/01/1941
5	341-T-43	Palácio Velho	Cidade Velha	01/07/1944
6	644-T-61	Forte do Castelo	Cidade Velha	28/08/1962
7	707-T-63	Antigo Hospital Militar	Cidade Velha	17/12/1964

Fonte: IPHAN, 2013

O tombamento de toda a área do Centro Histórico de Belém só aconteceu no ano de 1979 (Lei Municipal nº 4.827). Como visto, nos três núcleos de estudo existem tombamentos

de bens imóveis isolados, que datam desde a década de 1940, e de conjunto urbano (Quadro 11), que data da década de 1960.

Quadro 11 – Conjunto urbano tombado em nível Federal – IPHAN

Nº	Processo	Conjunto	Bairro	Inscrição de tombamento
1	739-T-64	Conj. arquitetônico e urbanístico da Praça Frei Caetano Brandão (ex-Largo da Sé)	Cidade Velha	28/07/1964

Fonte: IPHAN, 2013

No Quadro 12, a seguir, encontram-se os instrumentos de gestão pública, de instância municipal, que vêm sendo utilizados na preservação do Centro Histórico de Belém, com o intuito de preservar os monumentos isolados, os conjuntos urbanos tombados e todo o Centro Histórico de Belém.

A Lei nº 7.055, de 30 de dezembro de 1977, que corresponde ao Código de Postura (BELÉM, 1977), ao dispor sobre as posturas urbanas, incumbe à Prefeitura adotar medidas que visem à preservação de conjuntos arquitetônicos, áreas e logradouros públicos da cidade de interesse social. Porém, em seu título II, da proteção estética, paisagística e histórica da cidade, ao citar monumentos, conjuntos arquitetônicos, áreas e logradouros públicos, como elementos da paisagem importantes para a preservação da memória histórica da cidade, focaliza a proteção estética e paisagística, não conferindo significado às dimensões estruturais, processuais e funcionais.

Art. 24 – Para proteger a paisagem, os monumentos e os locais dotados de particular beleza e fins turísticos, bem como obras e prédios de valor histórico ou artístico de interesse social, incumbe à Prefeitura, através de regulamentação adotar medidas amplas, visando a:

III – preservar os conjuntos arquitetônicos, áreas e logradouros públicos da cidade que, pelo estilo ou caráter histórico, sejam tombados, bem assim quaisquer outros que julgar conveniente ao embelezamento e estética da cidade ou, ainda, relacionadas com sua tradição histórica ou folclórica; (BELÉM, 1977).

Quadro 12 – Instrumentos de preservação, instituídos pelo Município de Belém

<i>Legislação</i>	<i>Instrumento</i>
Lei nº 7.055/1977	Dispõe sobre as posturas urbanas estabelecendo as relações entre o poder municipal e a população.
Lei nº 7.401/1988	Dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento urbano, de acordo com as diretrizes de estruturação espacial da Região Metropolitana de Belém. Tem como instrumentos legais o zoneamento (regulamentação do uso do solo), as diretrizes de ocupação do lote (testada do lote, afastamentos frontal, lateral e de fundo, índice de ocupação) e o gabarito das edificações.
Lei Orgânica do Município/1990	É a Lei Orgânica do Município (antiga lei nº 4.827/1979) que dentre outras disposições dispõe sobre o tombamento do CHB.
Lei nº 7.709/1994	Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Tendo como instrumentos legais de preservação do patrimônio histórico de Belém o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> • O tombamento; • Bens imóveis tombados terão seu entorno, ambiência ou vizinhança protegidos para salvaguardar a unidade arquitetônica; • Delimitação do entorno será automaticamente considerada como sendo as quadras circunvizinhas imediatas do bem em questão; • Zoneamento do CHB e de seu Entorno; • Modelos Urbanísticos do CHB e da sua Área de Entorno aplicáveis a cada zona (estão tabulados os indicadores relativos à área do lote, testada do lote, afastamentos frontal, laterais e de fundos, índices de ocupação, permeabilidade, aproveitamento e gabarito máximo de altura das edificações); • Intervenções nos bens tombados serão enquadradas em cinco categorias: Preservação Arquitetônica Integral, Preservação Arquitetônica Parcial, Imóveis de Reconstituição Arquitetônica, de Acompanhamento e de Renovação; • Compensação aos proprietários de imóveis tombados, tais como: isenções tributárias e isenção de taxa para licenciamento de obra; • Isenção de pagamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU), para os proprietários que mantêm em bom estado de conservação o imóvel tombado (100% para o imóvel pertencente à categoria de Preservação Integral, 75% pertencente à categoria de Preservação Parcial e 10% para os classificados como de Acompanhamento); • Vedação do parcelamento do solo urbano histórico, inclusive remembramento e desmembramento de lote.
Lei Complementar nº 02/1999	Lei Complementar de Controle Urbanístico que dispõe dos instrumentos legais de: controle do parcelamento, uso e ocupação do solo; do zoneamento; da outorga onerosa do direito de construir e da transferência do direito de construir.
Lei nº 8.655/2008	É a nova lei do Plano Diretor Urbano de Belém que dispõe do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) progressivo, da outorga onerosa, além de definir zonas especiais de interesse social e de preservação urbana, como instrumentos legais.

Fonte: BELÉM (1977, 1988, 1990, 1994, 1999, 2008) / Legislações consultadas, analisadas e sintetizadas pela autora, 2014

A Lei de Desenvolvimento Urbano nº 7.401, de 29 de janeiro de 1988 (BELÉM, 1988), que dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento urbano, definiu os limites do Centro Histórico de Belém (CHB), distinguindo suas zonas de uso em Zona Habitacional, Zona de Comércio e Serviços e Zonas de Funções Especiais. Esta distinção caracterizou o uso de comércio e serviços como predominante nesta área histórica.

Observa-se que, no seu inciso IV do artigo 2, um de seus objetivos prioritários é o de “[...] preservar o patrimônio ambiental e valorizar o patrimônio cultural do município, através de proteção ecológica, paisagística e cultural” (BELÉM, 1988). No entanto, o elemento da paisagem considerado como de valor histórico, arquitetônico e ambiental limita-se aos bens imóveis, isto é, às edificações. Salvo o artigo 76, que cita o remembramento/desmembramento do elemento da paisagem lote e as edificações, nenhum outro elemento da paisagem é regulamentado nessa lei.

Em seu artigo 73, que diz respeito às intervenções no entorno dos bens imóveis tombados, mesmo com a delimitação da área do Centro Histórico de Belém, observa-se que houve maior preocupação com a preservação dos bens imóveis tombados do que com a das outras edificações pertencentes a este Centro Histórico. Além do mais, para assegurar a preservação de toda essa área, em seu artigo 75, estipulou também apenas medidas para os elementos da paisagem edificação.

Art. 73 - Os projetos para as áreas de entorno dos bens imóveis tombados estarão sujeitos a apreciação pelos órgãos competentes e obedecerão aos indicadores desta lei, desde que estejam de acordo com as disposições legais aplicadas à matéria.

Art. 75 - Com objetivo de assegurar a preservação do Centro Histórico de Belém, serão adotadas as seguintes medidas:

I - as edificações definidas como de valor histórico, arquitetônico e ambiental não poderão sofrer modificações externas e internas sem prévia anuência do órgão competente;

II - é vedada a demolição das edificações de valor histórico, arquitetônico e ambiental, ressalvados os casos em que apresentem riscos à segurança pública, devidamente comprovados por laudo técnico do órgão municipal competente. (BELÉM, 1988).

Em 1990, a Lei Orgânica do Município (BELÉM, 1990) promove o discurso do tombamento do patrimônio histórico, artístico e cultural, entre outras coisas. Esta política urbana municipal tem como objetivo tanto promover o tombamento do patrimônio histórico, artístico e cultural quanto proteger seu patrimônio cultural, histórico, artístico, natural, paisagístico e turístico da destruição e da descaracterização. Busca igualmente, descongestionar o centro urbano da cidade de Belém— que ainda é o próprio centro histórico —

por meio do incentivo ao fortalecimento e ao surgimento de subcentros de comércio e de serviços. Com a aprovação dessa lei (em seu parágrafo 2, do inciso V, de seu artigo 228) o Centro Histórico de Belém (CHB) fica tombado:

§ 2º. Fica tombado o centro histórico de ocupação portuguesa no Município, cabendo ao órgão municipal competente, a delimitação das áreas e dos prédios preservados. (BELÉM, 1990).

Esta lei tem como instrumentos de preservação mecanismos de compensação aos proprietários de imóveis considerados de interesse para preservação, por meio de incentivos fiscais, isenções tributárias ou transferência do direito de construir:

Art. 123. O Município estabelecerá mecanismos de compensação aos proprietários de imóveis considerados de interesse para preservação por seu valor histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, urbanístico, natural ou arquitetônico, através de incentivos fiscais, isenções tributárias ou transferência do direito de construir. (BELÉM, 1990).

Assim como a Lei de Desenvolvimento Urbano nº 7.401/1988 (BELÉM, 1988), a Lei Orgânica do Município, de 1990 (BELÉM, 1990), busca, em seu artigo 136, assegurar a preservação de seu patrimônio cultural, histórico, artístico, natural, paisagístico e turístico, por meio de medidas de proteção apenas para os elementos da paisagem edificação.

Art. 136. Compete ao Conselho de Patrimônio Cultural, especialmente:

- I - impedir que edificações, definidas como de valor histórico, artístico, arquitetônico e cultural, sejam modificadas externa e internamente;
- II - impedir a demolição de prédios tombados, ressalvados os casos em que apresentem riscos à segurança pública, devidamente comprovados por laudo técnico do Conselho de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e do Conselho de Patrimônio Cultural;
- III - apreciar, após parecer técnico do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município e do órgão executivo de proteção ao patrimônio cultural, os projetos de construção nas áreas de entorno dos bens imóveis tombados, dos parques botânicos e zoobotânicos;
- IV - identificar e registrar os bens móveis e imóveis do acervo público municipal por seu valor histórico, artístico, cultural, ambiental e arquitetônico; (BELÉM, 1990).

A lei Orgânica do Município, de 1990, considera, em seu artigo 228, como patrimônio cultural do município “[...] os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes

grupos formadores da sociedade paraense e belenense [...]” (BELÉM, 1990), nos quais estão incluídos:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas, tecnológicas e artesanais, carnavalescas e folclóricas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor arquitetônico, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, científico, ecológico e cultural, inerentes a reminiscências da formação de nossa história popular. (BELÉM, 1990).

No entanto, verifica-se que em suas atribuições há claramente a valorização da forma física e, mais especificamente, dos bens imóveis (as edificações) em detrimento de especificações com relação a outros elementos da paisagem, tais como os analisados (lotes, quarteirões, vias e praças). Com relação às praças, no parágrafo nove do artigo 228 citado acima, há uma especificação quanto à atenção que será dada apenas ao conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da praça da Sé, incluindo a ladeira do Castelo.

§ 9º. O Município fomentará a reconstituição da originalidade do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da praça da Sé, inclusive a ladeira do Castelo. (BELÉM, 1990).

Também no mesmo ano de 1990, a Lei Estadual nº 5.629, de 20 de dezembro (PARÁ, 1990), incide sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Estado do Pará, criando como órgão estadual de proteção ao patrimônio o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC), vinculado à Secretaria Executiva de Cultura (SECULT).

Esta lei considera como patrimônio cultural os mesmos bens de natureza material e imaterial que a Lei Orgânica do Município, acrescentando as cidades e a cultura indígena. E, assim como a Lei Orgânica do Município, esta lei utiliza como incentivo à preservação: incentivos fiscais, isenções tributárias e transferência do direito de construir, como mecanismos de compensação aos proprietários de imóveis considerados de interesse para preservação.

Observa-se, também, que a Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993 (BELÉM, 1993), que é o antigo Plano Diretor Urbano do Município de Belém, em seu artigo 171, instituiu como zona especial de preservação do patrimônio histórico tanto o Centro Histórico de Belém

quanto o seu Entorno Imediato, ampliando a área de preservação do patrimônio edificado para além do limite do Centro Histórico de Belém.

A Lei nº 7.709, de 18 de maio de 1994 (BELÉM, 1994), é a lei específica que preserva e protege o patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do Município de Belém, aplicada pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), por intermédio de seu Departamento de Patrimônio Histórico (DEPH). Assim como a Lei Orgânica do Município, de 1990 (BELÉM, 1990), esta lei do patrimônio histórico (Lei nº 7.709/1994) considera, em seu artigo 1, como patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do Município de Belém:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, relacionados à identidade, à memória, à ação dos grupos formadores da sociedade belenense, dentre os quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscências da formação de nossa história cultural, dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BELÉM, 1990; BELÉM, 1994).

Na forma desta Lei, o Município de Belém procederá ao tombamento total ou parcial de bens imóveis e móveis, sendo os mesmos inscritos, de acordo com o artigo 15, em um dos quatro Livros de Tombo (ou de Registros de Bens Culturais). No caso dos bens imóveis tombados, estes serão inscritos no “3- Livro de Tombo de Bens Imóveis de valor histórico, arquitetônico e urbanístico, quer urbanos e rurais e paisagístico, como: obras; edifícios, conjuntos e sítios urbanos ou rurais.” (BELÉM, 1994). Os bens tombados em nível municipal são classificados em cinco categorias (artigo 19) com o objetivo de delinear o tipo de intervenção (artigo 34) e de incentivos a preservação.

Art. 19. Todo bem tombado a nível municipal será classificado em cinco categorias denominadas em: Preservação Arquitetônica Integral, Preservação Arquitetônica Parcial, Imóveis de Reconstituição Arquitetônica, de Acompanhamento e de Renovação.

Art. 34. As intervenções em imóveis situados no Centro Histórico de Belém e na área de entorno serão classificados segundo as categorias constantes no artigo 19, tais como:

I – Preservação arquitetônica integral: intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel em questão;

II – Preservação arquitetônica parcial: intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel em questão;

III – Reconstituição arquitetônica: intervenção destinada à recuperação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas que anteriormente compunham a fachada e cobertura na época da construção do imóvel em questão;

IV – Acompanhamento: intervenção destinada à conservação da fachada externa e da cobertura do imóvel que embora não tenha características arquitetônicas de interesse à preservação não interfere substancialmente na paisagem devendo manter-se a harmonia volumétrica.

V – Renovação: intervenção destinada à construção de nova edificação e ou substituição de uma edificação que não tem interesse a preservação. (BELÉM, 1994).

Para as quatro primeiras categorias discriminadas acima, o Município incentivará a preservação dos imóveis por meio da concessão de isenção de taxa para licenciamento de obra (artigo 36) e de isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU (artigo 37) para as edificações que estiverem em bom estado de conservação. Dessa forma, terão 100% de isenção de IPTU os bens imóveis integrantes da categoria de preservação arquitetônica integral; 75% os bens imóveis pertencentes tanto às categorias de preservação arquitetônica parcial quanto as de reconstituição arquitetônica; e, por fim, 10% de isenção aos imóveis classificados como de acompanhamento (BELÉM, 1994).

Como efeito do tombamento, de acordo com o artigo 22, o bem tombado “[...] não poderá ser destruído, demolido, mutilado, desmontado ou abandonado [...]” (BELÉM, 1994). E, segundo o artigo 31, as áreas de entorno, ambiência ou vizinhança de imóveis tombados serão protegidas com o intuito de preservar a unidade arquitetônica e paisagística, não sendo permitida “[...] a execução de construção, obra ou serviço que interfira na estabilidade, ambiência e/ou visibilidade dos referidos bens” (BELÉM, 1994).

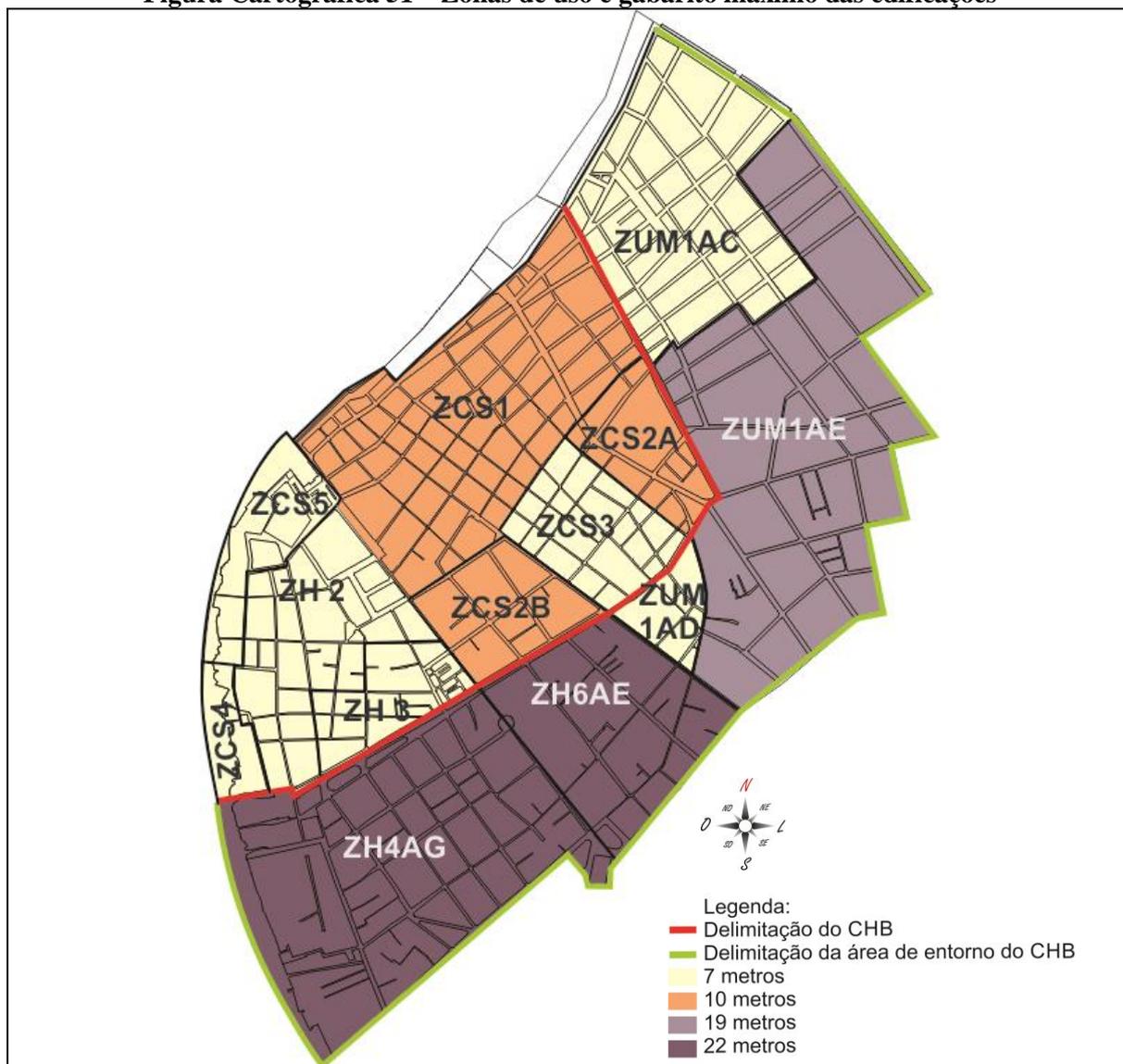
Assim como a Lei de Desenvolvimento Urbano nº 7.401/1988 (BELÉM, 1988) em seu artigo 73, a Lei nº 5.629/1990 (BELÉM, 1990) em seu artigo 29 e a Lei nº 7.709/1994 (BELÉM, 1994) em seu artigo 31 possuem uma maior preocupação com a preservação dos bens imóveis tombados do que com as outras edificações – consideradas como sendo a vizinhança dos imóveis tombados – pertencentes também ao centro histórico.

Quanto ao remembramento e desmembramento do elemento da paisagem lote, o artigo 35 da Lei nº 7.709/1994 (BELÉM, 1994) proíbe tais modificações no Centro Histórico, assim como o artigo 76 da Lei de Desenvolvimento Urbano nº 7.401/1988 (BELÉM, 1988). Assim

sendo, não há dúvida quanto à importância dos elementos da paisagem edificação e lote para tais leis.

Ainda de acordo com a Lei nº 7.709/1994 (BELÉM, 1994), estão definidas em seu anexo VI as zonas de uso e o gabarito máximo das edificações pertencentes tanto ao Centro Histórico de Belém quanto à sua área de entorno (Figura Cartográfica 51).

Figura Cartográfica 51 – Zonas de uso e gabarito máximo das edificações



Fonte: Belém (1994) / modificado pela autora, 2014

Na administração Municipal de 1993/1996 foram providenciadas diversas ações, tais como a criação da Lei nº 7.709/1994 (BELÉM, 1994) e a elaboração do Sistema de Patrimônio Histórico (FUMBEL/CIMBESA, 1996). Este sistema é um programa municipal de geoprocessamento desenvolvido pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) em parceria com a Companhia de Informática de Belém (CINBESA), elaborado

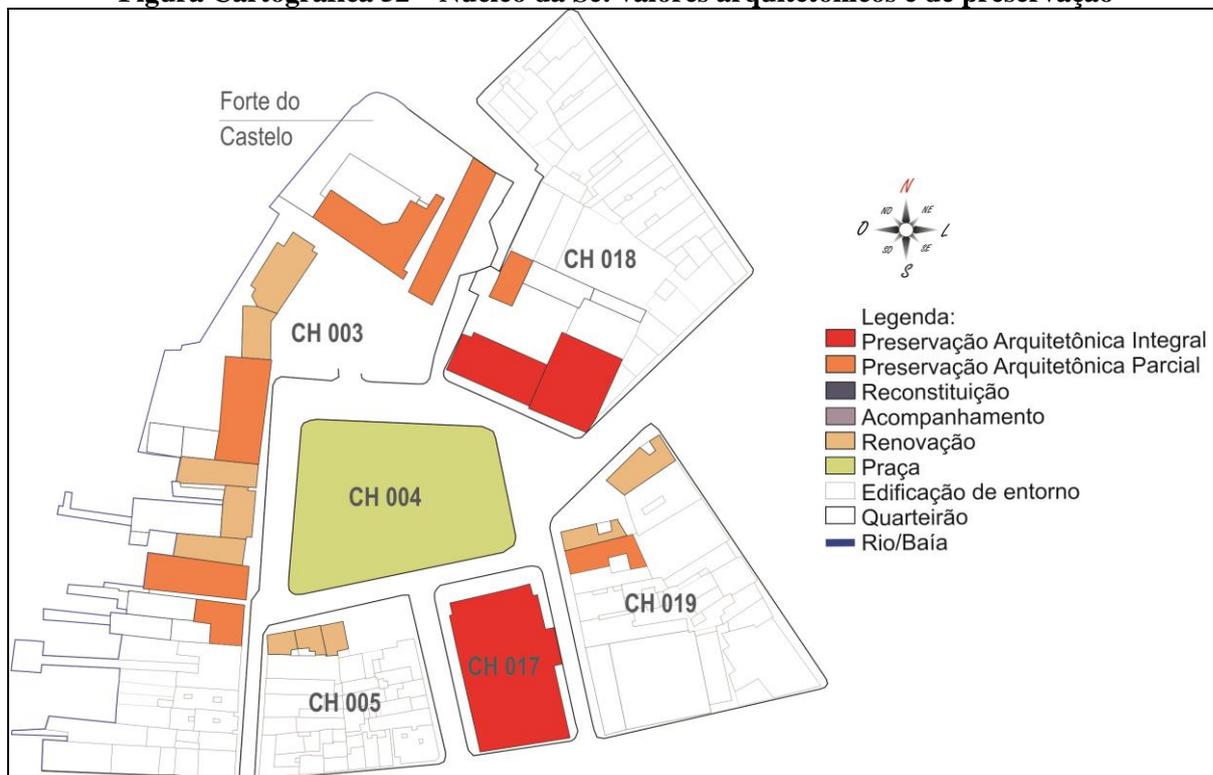
no começo de dezembro de 1995 e concluído um ano depois em 1996, como uma primeira etapa.

Tal técnica dispõe de um cadastro de dados informatizados do Centro Histórico de Belém (CHB), composto por 1.385 imóveis de interesse à preservação, com informações sobre seus valores arquitetônicos, de preservação, nível de tombamento etc., com base nos mapas de 1977 (BELÉM, 1977). Para uma segunda etapa foi previsto o cadastro digitalizado do Entorno do Centro Histórico de Belém.

Desse modo, representam-se nas Figuras Cartográficas 52, 53 e 54 as plantas baixas de cada núcleo urbano em análise com os elementos da paisagem edificação em estudo, referenciados com seus respectivos valores arquitetônicos e de preservação, de acordo com as cinco categorias de intervenção (Preservação Arquitetônica Integral, Preservação Arquitetônica Parcial, Imóveis de Reconstituição Arquitetônica, de Acompanhamento e de Renovação) contidas no artigo 19 da Lei nº 7.709/1994 (BELÉM, 1994).

Como primeira análise das Figuras Cartográficas 52, 53 e 54, uma vez representadas as cinco categorias de intervenção nos imóveis para cada quarteirão de estudo, observou-se que as quadras das praças não foram consideradas, visto que tais categorias foram criadas para o elemento da paisagem edificação.

Figura Cartográfica 52 – Núcleo da Sé: valores arquitetônicos e de preservação



Fonte: Belém (1977); FUMBEL/CIMBESA (1996) / modificado pela autora, 2014

No que diz respeito ao Forte do Castelo, o Sistema de Patrimônio Histórico (FUMBEL/CIMBESA, 1996) considerou partes do forte, por exemplo, o salão e a base da escarpa, como preservação arquitetônica parcial. No entanto, o seu muro do aquartelamento, construído em pedra e cal, por volta de 1896, que foi demolido parcialmente, não foi considerado por esse Sistema como pertencente a nenhuma das cinco categorias e nem mesmo é representado no mapa de 1977. Pode-se justificar que o trabalho realizado pelo Sistema visava, assim como a Lei nº 7.709/1994 (BELÉM, 1994) a dar conta principalmente dos elementos da paisagem edificação (Figura Cartográfica 52).

A possível explicação para essa demolição parcial de uma parte do muro pelo projeto Feliz Lusitânia (desenvolvido em fins do século XX), é o fato de que esse muro do aquartelamento não era significativo para a preservação histórica do Forte do Castelo, segundo a Lei nº 7.709/1994 (BELÉM, 1994), mesmo que durante o seu processo de intervenção, realizado pelo projeto Feliz Lusitânia, o Departamento de Patrimônio Histórico (FUMBEL) do Município tenha-o considerado como um elemento pertencente ao forte.

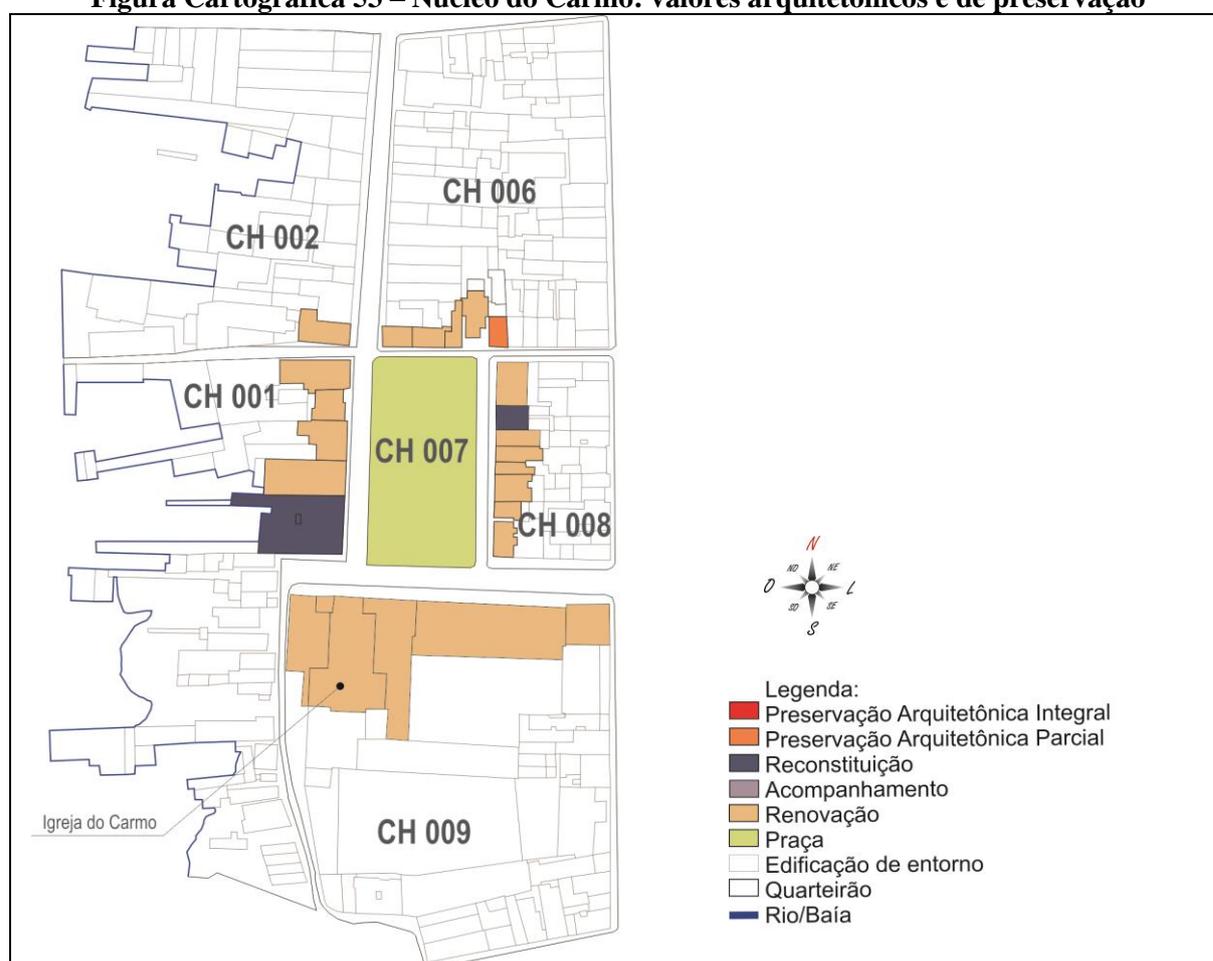
Dessa maneira, o fato de o Estado, através do projeto Feliz Lusitânia, ter conseguido demolir uma parte do muro, remete-nos novamente à ideia colocada na introdução desta tese de que a gestão do tipo preservacionista no CHB é mais voltada para a forma e para a função, secundarizando as estruturas e os processos. E também torna possível a colocação de um outro ponto de vista, o de que a forma valorizada pela gestão pública do tipo preservacionista é o elemento da paisagem edificação.

Assim, a abertura que o Estado teve para demolir parcialmente o muro do aquartelamento do forte já tinha sido dada pela própria Lei municipal nº 7.709/1994 (BELÉM, 1994) quando esta valoriza em seus artigos principalmente o elemento da paisagem edificação, ou melhor dizendo, o bem imóvel tombado (Figura Cartográfica 52).

Com base no Sistema de Patrimônio Histórico (FUMBEL/ CIMBESA, 1996), a área que compreende o Núcleo do Carmo, incluindo a própria Igreja do Carmo, está referenciada na categoria de renovação (de acordo com as cinco categorias da lei nº 7.709/1994). Ao se buscar informações com os representantes da FUMBEL para esse fato, foi explicado que, como o trabalho não foi concluído, não houve revisão nesse levantamento. Dessa forma, a Igreja do Carmo continua na categoria de renovação e não na de preservação arquitetônica integral. Há, então, a possibilidade de retornar-se a esse trabalho começado em 1995 e incluir-se essa Igreja na categoria de preservação arquitetônica integral (Figura Cartográfica 53).

Ainda com base no Sistema de Patrimônio Histórico (FUMBEL/ CIMBESA, 1996), no Núcleo das Mercês havia poucas edificações do tipo renovação e uma maior quantidade do tipo Reconstituição (Figura Cartográfica 54). Esta última categoria considera que o imóvel ainda pode ter as suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas recuperadas. No entanto, muitas dessas edificações consideradas por esse sistema em 1996 como reconstituição sofreram alterações significativas em suas características físicas no decorrer do tempo.

Figura Cartográfica 53 – Núcleo do Carmo: valores arquitetônicos e de preservação



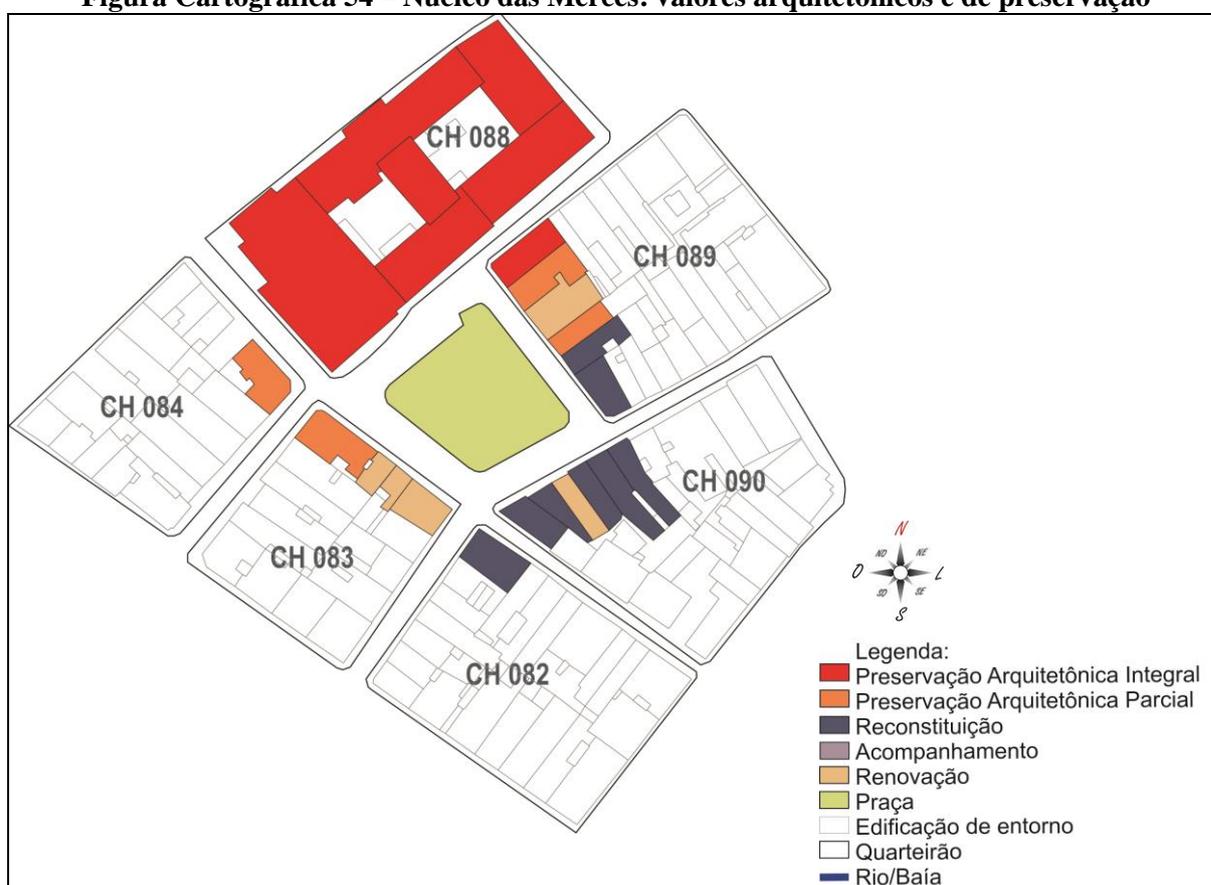
Fonte: Belém (1977); FUMBEL/CIMBESA (1996) / modificado pela autora, 2014

Além do Sistema de Patrimônio Histórico (FUMBEL/ CIMBESA, 1996), realizado pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), foi desenvolvido, em nível federal, entre os anos 1999 (1ª etapa) e 2001/2002 (2ª etapa), o Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados do Centro Histórico de Belém, intitulado de INBI-SU/Belém (RELATÓRIO de apresentação..., 2003). A primeira etapa foi desenvolvida com

recursos do IPHAN e a segunda etapa realizada em parceria entre IPHAN, FADESP e Programa Monumenta BID.

Esse inventário objetivava identificar, registrar e sistematizar informações (histórica, arquitetônicas, socioeconômica etc.) a respeito dos sítios tombados como bens culturais, visando a ser um instrumento de planejamento e gestão. Depois do primeiro inventário, foi criada também pelo IPHAN, em 2008, uma nova metodologia denominada de Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), com o objetivo de não só registrar os dados atuais dos imóveis mas também aplicá-los em projetos direcionados ao CHB.

Figura Cartográfica 54 – Núcleo das Mercês: valores arquitetônicos e de preservação



Fonte: Belém (1977); FUMBEL/CIMBESA (1996) / modificado pela autora, 2014

A Lei Complementar de Controle Urbanístico (LCCU) nº 02, de 19 de julho de 1999 (BELÉM, 1999) é um instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana que dispõe sobre o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Belém. Na secção II da produção do espaço urbano, do capítulo II (da produção e organização do espaço urbano), o artigo 19 refere-se a cinco objetivos que devem orientar a política de produção do espaço urbano e dentre eles existem:

IV – recuperar, preservar e valorizar a paisagem urbana da cidade, sobretudo pela preservação dos seus elementos naturais e dos elementos representativos do patrimônio histórico-cultural;

V – promover a descentralização da cidade e a redução das pressões sobre o centro histórico, mediante implementação de subcentros de comércio e serviços [...]. (BELÉM, 1999).

Em seu parágrafo 2, da subseção II de zoneamento, da seção III de controle urbanístico do mesmo capítulo II, da produção e organização do espaço urbano, a área do centro histórico de Belém e seu entorno têm seu zoneamento definido pela Lei nº 7.709/ 1994 (BELÉM, 1994), assim como qualquer outro controle de ocupação no CHB e de seu entorno imediato.

No artigo 24, da Lei Complementar nº 2, de 1999 (BELÉM, 1999), o território continental (Distritos de Belém, Guamá, Sacramenta, Entroncamento, Benguí e Icoaraci) é dividido em Zona Urbana, Zona de Expansão Urbana e Zona de Interesse Urbano Especial. E de acordo com o artigo 32, estas mesmas zonas contêm Zonas Especiais “[...] que se caracterizam pela relevância da destinação social, cultural ou ambiental para a cidade” (BELÉM, 1999). No artigo 33, dentre as Zonas Especiais encontram-se as Zonas Especiais de Preservação (ZEP) que, segundo o artigo 39, “[...] são definidas em função da preservação de elementos de interesse coletivo de preservação, manutenção e recuperação do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e ambiental [...]” (BELÉM, 1999). Dessa maneira, no artigo 40, o CHB e seu entorno imediato são considerados como Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPPH).

A Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008 (BELÉM, 2008), atual Plano Diretor Urbano, é o instrumento básico da política urbana do Município que abrange, dentre outros objetivos gerais da política de gestão urbana, a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do Município. Quanto à sua política de patrimônio cultural (na seção IV, do capítulo II, do título III), visa, por exemplo, a preservar, conservar, revitalizar e reabilitar os bens culturais materiais, desenvolver e fortalecer o potencial turístico do patrimônio histórico do Município e sensibilizar a sociedade para o valor deste patrimônio.

Para alcançar tais objetivos expostos acima, o artigo 21 desta lei diz que o poder público deve cumprir diretrizes, tais como de identificar e registrar a produção cultural do Município, por meio de inventários dos bens culturais de natureza material e imaterial; revisar os mecanismos e instrumentos de incentivo à preservação cultural (como, por exemplo, a

legislação municipal de preservação de bens culturais, do patrimônio ambiental) e fortalecer o processo econômico-cultural como fonte de geração e distribuição de renda.

Dentre as diretrizes da política municipal, tem-se a de promover a ocupação de edificações subutilizadas ou desocupadas (artigo 27) e a de impedir o estabelecimento de terminais urbanos de integração no CHB (artigo 42).

Seção VI – Da Política de Habitação

Art. 27 São diretrizes para a Política Municipal de Habitação:

XIV - promover a ocupação das edificações desocupadas ou subutilizadas, em especial as existentes no Centro Histórico de Belém;

CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Seção II – Da Mobilidade Urbana

Art. 42 São diretrizes da Política Municipal de Mobilidade Urbana:

XII - vedar a implantação de terminais urbanos de integração na área do Centro Histórico e seu entorno; (BELÉM, 2008).

Quanto ao ordenamento territorial, para esta mesma lei em análise, em seu artigo 94, o CHB, de acordo com suas especificidades morfológicas, foi considerado como Zona do Ambiente Urbano 7 (ZAU7) e subdividido em três setores (Figura Cartográfica 55). O Plano Diretor Urbano (Lei nº 8.655/2008) caracterizou cada um desses setores, deixando claro também como um de seus objetivos principais o de requalificar o elemento da paisagem edificação que estivessem degradadas. A não inclusão dos outros elementos da paisagem (lote, quarteirão, via e praça) pode ser explicada pela possibilidade de que estejam subentendidos no outro objetivo, o de requalificar, preservar e conservar o núcleo histórico. Os três núcleos de estudo (os Núcleos da Sé, do Carmo e das Mercês) fazem parte do setor I, que, segundo esta lei, caracteriza-se, por exemplo, por ter atributos históricos e por desempenhar as funções de centro comercial, administrativo, de serviços e portuário.

Art. 94 A Zona do Ambiente Urbano 7 (ZAU 7) divide-se nos setores I, II e III.

§1º. A Zona do Ambiente Urbano 7 (ZAU 7) – Setor I caracteriza-se por seus atributos históricos, paisagísticos e culturais, por desempenhar tradicionalmente as funções de centro comercial, administrativo, de serviços e portuário, com atendimento a todo o Município, e por apresentar:

I - infra-estrutura consolidada;

II - mobilidade reduzida;

III - degradação paisagística e ambiental;

IV - edificações históricas descaracterizadas;

V - grande número de imóveis desocupados e subutilizados.

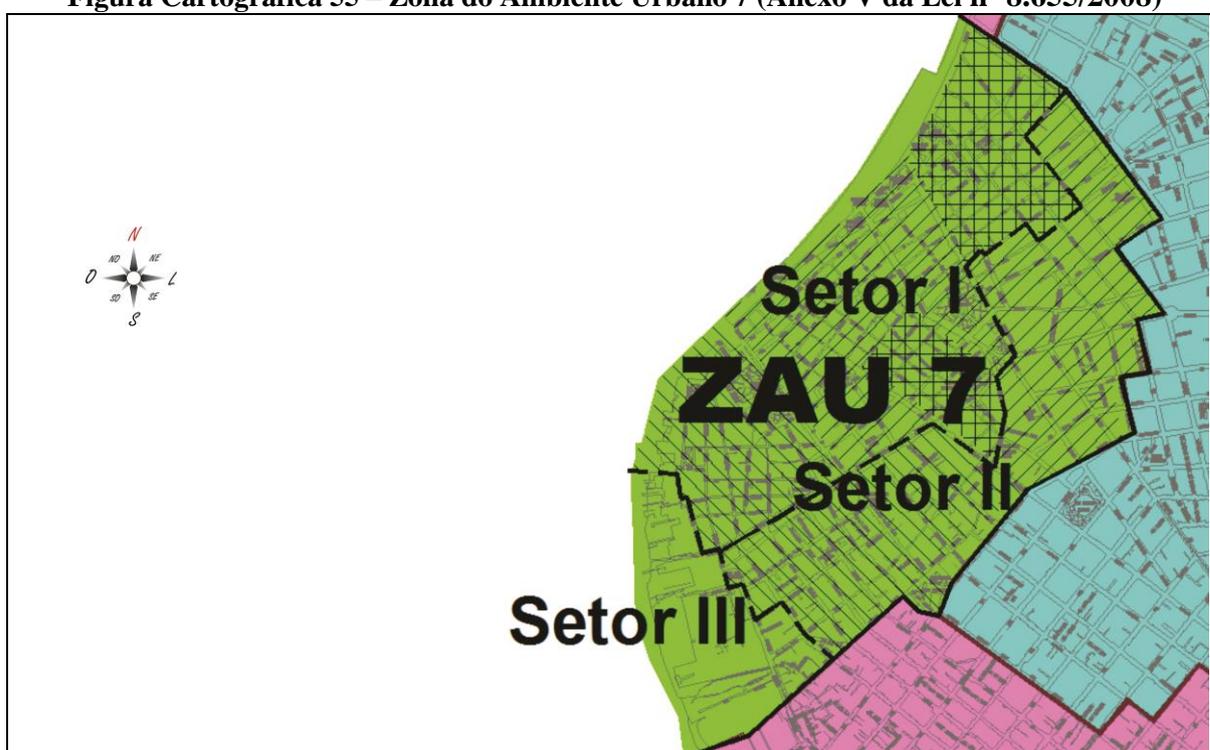
§2º. A ZAU 7– Setor I tem como objetivos:

I - requalificar, preservar e conservar o núcleo histórico;

II - requalificar as edificações degradadas;

- III - estimular o uso habitacional;
 - IV - promover a melhoria da infra-estrutura;
 - V - potencializar as atividades de turismo e negócios afins.
- §3º. São diretrizes da ZAU 7 – Setor I:
- I - reabilitar o núcleo histórico;
 - II - promover programas habitacionais;
 - III - estabelecer o equilíbrio entre o direito de veiculação da informação e divulgação e o direito público de proteção aos impactos de poluição visual e sonora na paisagem urbana;
 - IV - reabilitar os espaços públicos destinados às atividades de cultura, lazer e de turismo;
 - V - melhorar a infra-estrutura urbana. (BELÉM, 2008).

Figura Cartográfica 55 – Zona do Ambiente Urbano 7 (Anexo V da Lei nº 8.655/2008)



Fonte: Belém (2008)

No entanto, os objetivos para melhorar qualquer um destes setores (I, II e III) estão sendo direcionados para as categorias de forma – tais como, requalificar, preservar e conservar o núcleo histórico; requalificar as edificações degradadas; promover a melhoria da infraestrutura – e de função ao estimular o uso habitacional. E mesmo no que se refere à categoria forma, o elemento da paisagem evidenciado é a edificação.

Além de o CHB ser caracterizado como uma Zona do Ambiente Urbano ele também passa a ser designado, em seu artigo 100, por Zona Especial de interesse do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEIP). Em seu artigo 113, as ZEIP são caracterizadas por serem:

[...] áreas formadas por sítios e conjuntos arquitetônicos de valor e significância cultural, de relevante expressão artística, histórica, arqueológica e paisagística, que requerem preservação e reabilitação ou compatibilização com o sítio integrante do conjunto. (BELÉM, 2008).

O Plano Diretor Urbano considera a Lei nº 7.709/1994 (BELÉM, 1994) como regulamentadora das áreas de entorno dos bens e conjuntos tombados isoladamente do CHB. Com relação aos parâmetros e instrumentos reguladores da ocupação do solo urbano em Belém, esta lei tem no artigo 135 os coeficientes de aproveitamento básico, mínimo³¹ e máximo; o gabarito de altura; a taxa de permeabilização; os afastamentos; e a taxa de ocupação. Quanto ao coeficiente de aproveitamento mínimo considerado para o Centro Histórico de Belém, isto é, para a ZAU 7 é de 0,15.

Quanto à outorga onerosa do direito de construir, no que diz respeito a ZAU 7, somente a área passível de direito de construir acima do permitido, de acordo com a aplicação do coeficiente de aproveitamento, será o setor II, não estando incluídos os núcleos de estudos que pertencem ao setor I (artigo 163).

Assim como as outras leis analisadas, o Plano Diretor Urbano do Município de Belém dá ênfase à forma (no sentido estético do conjunto urbano), à função social e à preservação dos bens imóveis, deixando as vias, os quarteirões, os lotes e as praças, além de seus conteúdos históricos, subentendidos em frases como a importância da “manutenção da identidade do bairro” e da “preservação da paisagem e memória arquitetônica e urbanística da cidade.” (BELÉM, 2008).

Em 2009, associado ao “Projeto Moradia é Central: inclusão, acesso e direito à cidade”, surgido da parceria entre a organização internacional britânica OXFAM GB e a organização não governamental Instituto Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais), e em conjunto com cinco capitais brasileiras (São Paulo, Belém, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro), foi elaborado o “Projeto Vivacidade” da Secretaria de Cultura, do Governo do Estado do Pará. Esse projeto de requalificação é composto por um conjunto de proposições que visa a potencializar o uso habitacional no Centro Histórico de Belém a partir da restauração e preservação de imóveis desocupados e/ou subutilizados e em ruínas (MORADIA é central, 2009).

³¹ “O coeficiente de aproveitamento mínimo estabelece a área mínima a ser construída no lote para que não seja considerado subutilizado, representando ainda, condição de aplicação dos instrumentos urbanísticos de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, do IPTU progressivo no tempo e da desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública” (BELÉM, 2008).

A área prioritária (Figura 25) delimitada foi uma porção específica do Bairro da Campina. De acordo com esta ilustração, verifica-se a presença de um quarteirão do Núcleo das Mercês como parte da área prioritária. Esse projeto de reabilitação do patrimônio edificado foi iniciado, mas logo foi paralisado, em decorrência de barreiras como a de desapropriação de imóveis privados na área.

Assim como o projeto Vivacidade, foram elaborados outros projetos – como o “Plano Ver Belém” (BELÉM, 1998), pela Prefeitura Municipal de Belém, o “Programa Monumenta” (2000), ligado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e inicialmente financiado pelo BID e o “Plano de Reabilitação do Centro Histórico” (PRCH), em 2006, resultado do convênio entre Ministério das Cidades e Prefeitura Municipal de Belém – que visavam à requalificação do Centro Histórico de Belém (CHB), objetivando, principalmente, a promoção do uso habitacional.

Mais recentemente, foi homologado pela Portaria nº 54, de 08 de maio de 2012 (IPHAN, 2012), o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Bairros da Cidade Velha e Campina, pelo IPHAN, por meio de seu Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Percebe-se nesse tombamento federal a relevância do tombamento de sítios urbanos.

Feitas as observações acima de cada uma das leis relacionadas à preservação, importa dizer que a atual situação da gestão do patrimônio cultural do Centro Histórico é realizada pelas esferas federal, estadual e municipal. E o conjunto de leis de preservação dessas três esferas, segundo o estudo feito, tem parcial repercussão na proteção do patrimônio histórico construído da cidade, particularmente no CHB e nas áreas de entorno dos bens tombados. Algumas dessas leis, a partir do fim da década de 1970, vêm-se constituindo instrumentos preventivos, do ponto de vista das ações de tombamento, zoneamento, níveis de intervenção e proteção arquitetônica, compensação, isenção e critérios de parcelamento do solo urbano.

As leis de preservação, no decorrer do tempo, ampliaram o conceito de monumento histórico – que em princípio valorizava apenas a arquitetura monumental –, passando a valorizar também o conjunto urbano ou sítios urbanos. Observa-se também que as leis, como instrumentos de preservação, não incluem os parâmetros de proteção de todos os elementos da paisagem pertencentes a um conjunto urbano tombado, tal como a maneira de intervir, por exemplo, em vias e quarteirões.

Entende-se que a forma urbana traz em sua configuração espacial o conjunto de resultados de intervenções de cunho modificador. As alterações em seus elementos da

paisagem retratam, por um lado, a decisão política e/ou privada e, por outro, a manutenção ou acomodação de modificações verificadas na sua constituição.

Figura 25 – Perímetro de atuação prioritária do Projeto Vivacidade



Fonte: MORADIA é central (2009)

Admite-se que as decisões tomadas pelo Estado e pela sociedade (incidente sobre a propriedade privada) sejam capazes de estabelecer relações entre os traços fisionômicos da cidade e seus resultados, contribuindo, por meio de ações de preservação, para uma melhor relação entre os aspectos sociais e espaciais. Aceita-se que tal relação seja capaz de mostrar o quanto as intervenções urbanas estabelecem condições para que a forma e as suas leis constituintes sejam permanentes ou temporárias e, nesse caso, qual a validação ou permanência garantida ou rejeitada pela sociedade em um dado momento.

Constatou-se, no início da década de 1940, quando se estabeleceram os diversos tombamentos isolados e, em 1964, o tombamento em conjunto, que esses tombamentos

estavam sendo resguardados pelo Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 ao serem inscritos em um dos Livros do Tombo. No entanto, esse Decreto, que tem como instrumento de preservação o tombamento, não possuía uma política de preservação para o bem imóvel tombado. Ademais, não existia nenhuma outra lei estadual e/ou municipal que tratasse mais especificamente da preservação de conjuntos urbanos antigos, hoje considerada fundamental para a integridade não só do bem, como artefato, como também do seu uso pela sociedade.

Os três núcleos de estudo tiveram, no passado, suas edificações monumentais – tais como, as igrejas e o Forte do Castelo – preservadas por meio do tombamento isolado. O tombamento em conjunto, no caso do núcleo da Sé, ocorreu em 1964, e o dos outros dois núcleos a partir de 1979, com a Lei Orgânica do Município, de 1990, que tombou todo o Centro Histórico de Belém. Até 1979, os elementos da paisagem constituintes desses núcleos foram sofrendo alterações que resultaram em núcleos urbanos descaracterizados.

Nesta análise da trajetória dos instrumentos legais de preservação, optou-se por incluir planos e projetos urbanísticos concluídos ou não e utilizados ou não. Acredita-se que, como propostas ou realizações, sua inclusão é importante visto que se poderá verificar o quanto os instrumentos legais de preservação que orientaram essas intervenções foram considerados ou deixaram a desejar, na salvaguarda do CHB.

Nesse sentido, além dos tombamentos e das leis de preservação, incluem-se, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB), de 1975 – plano municipal concebido com o intuito de “criar os dispositivos necessários para preparar a área central para absorver a médio e longo prazos as alterações estruturais advindas da eventual realização dos fatores de dinamização” (DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS S. A. CONSULTORES, 1975, v. 2, p. 97).

Quanto aos projetos urbanos concluídos, insere-se na análise de intervenções pontuais o projeto “Feliz Lusitânia”, do Governo do Estado do Pará, que teve como área de intervenção o Núcleo da Sé, iniciado em 1997 e concluído em dezembro de 2002, objetivando:

[...] suscitar os referenciais históricos, sociais e econômicos no processo de ocupação territorial da Amazônia e do Pará, através das dimensões urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas da cidade de Belém durante os séculos XVII e XVIII (PARÁ, 2006, p. 9).

O projeto Feliz Lusitânia compreendeu, em uma primeira etapa, a igreja de Santo Alexandre, o antigo Colégio dos Jesuítas, edificações situadas à rua Padre Champagnat, o

Forte do Castelo e a Casa das Onze Janelas. A requalificação deste conjunto de aproximadamente 25.000 m² foi pautada por princípios:

[...] a retirada de todos os acréscimos que agrediam e descaracterizaram os elementos mais originais de cada prédio; e a preservação – às vezes até mesmo valorizada – das alterações promovidas em diversas épocas e que foram consideradas como contributivas à artisticidade do conjunto. (PARÁ, 2005, p. 9).

Ao interpretar as leis do tipo preservacionistas verificou-se também que, em sua maioria, elas valorizam primeiramente a categoria do espaço forma e, em segundo, a função, secundarizando as outras duas categorias do espaço social (estrutura e processo) consideradas apenas quando as mesmas têm relação direta com o conjunto arquitetônico e paisagístico e/ou com os bens imóveis de interesse à preservação (Quadro 13). No que diz respeito à forma, o elemento da paisagem de maior interesse para essas leis, anteriormente analisadas, é a edificação, seguida em algumas leis por uma preocupação com o elemento lote. Curioso também que, para as leis do tipo preservacionistas aqui analisadas, os elementos espaciais via e quarteirão, pertencentes ao CHB, talvez estejam sendo considerados na preservação dos conjuntos arquitetônicos, áreas e logradouros públicos, ou não foram regulamentados e/ou citados diretamente, seja em artigos, seja em leis específicas.

Nesse sentido, percebe-se que, assim como o restante dos elementos da paisagem – que não estão sendo considerados como de interesse e/ou regulamentados por essas leis de preservação –, as categorias estrutura e processo, que deram significados às formas, também não são valorizadas e/ou estão sendo consideradas apenas em relação aos bens imóveis de interesse à preservação.

Quadro 13 – Leis do tipo preservacionistas

Ano	Lei	Categorias do espaço social levadas em conta			
		Forma	Função	Estrutura	Processo
1937	Decreto-Lei nº 25	<ul style="list-style-type: none"> Faz parte do patrimônio histórico e artístico nacional os bens móveis e imóveis no país cuja a preservação seja de interesse público, tais como as edificações com valores histórico-arquitetônicos e os monumentos naturais (sítios e paisagens); Possui como instrumento de preservação o tombamento Os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos, mutilados, reparados, pintados e restaurados sem previa autorização do IPHAN; Também não poderá no entorno próximo do bem tombado, sem previa autorização, fazer construção, colocar anúncios ou cartazes, que impeça ou reduza a sua visibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> A função não é regulamentada e/ou citada. Ao não considerar a função de um bem tombado – significativo de estruturas e processos passados – o que se está preservando é apenas uma forma vazia de conteúdo. 		
1977	Lei nº 7.055	<ul style="list-style-type: none"> Visa a preservar a vegetação, áreas verdes e monumentos, conjuntos arquitetônicos, áreas e logradouros públicos. 			
1988	Lei nº 7.401	<ul style="list-style-type: none"> Definiu os limites do CHB. Nas zonas de uso ZH2, ZCS1, ZCS3 e ZCS5 será permitido desmembramento e remembramento de lotes com a prévia autorização do órgão competente. Preservação dos bens imóveis tombados. 	<ul style="list-style-type: none"> Distinguiu Zona Habitacional, Zona de Comércio e Serviços e Zonas de Funções Especiais. Caracterizou o uso de comércio e serviços como predominante no CHB. 	<ul style="list-style-type: none"> Os elementos da paisagem considerados se limitam aos bens imóveis, (edificações) e ao remembramento/desmembramento de lotes. Edificações e lotes são apenas alguns dos objetos que dão traços fisionômicos ao CHB. E, não podem sozinhos preservar a configuração do espaço representativo da fundação portuguesa. 	
1990	Lei Orgânica do Município	<ul style="list-style-type: none"> Tomba o CHB. Impedi que edificações, definidas como de valor 	<ul style="list-style-type: none"> A função não é regulamentada e/ou citada. De maneira que, o significado, representativo da dinâmica social de tempos 		

		<p>histórico, artístico, arquitetônico e cultural, sejam modificadas e demolidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentará a reconstituição da originalidade da Ladeira do Castelo e do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da praça da Sé, ambos pertencentes ao Núcleo da Sé. 	<p>passados, corre o risco de não ser preservado contribuindo assim para uma alteração da forma-conteúdo do CHB.</p>	
1990	Lei nº 5.629	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação do bem cultural tombado, dentre os quais estão os bens imóveis tais como cidades, edifícios e conjuntos urbanos. • Os bens tombados ou de interesse à preservação não poderão ser modificados sem prévia autorização do DPHAC. • Preocupação quanto a vizinhança dos imóveis tombados quanto a estabilidade, ambiência e visibilidade dos referidos imóveis. 		
1994	Lei nº 7.709	<ul style="list-style-type: none"> • Considera como patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural os bens material, tomados individualmente ou em conjunto, relacionados à ação dos grupos formadores da sociedade belenense, dentre os quais se incluem as edificações e os conjuntos urbanos. • Enfatiza 5 categorias de preservação de bens imóveis tombados, que delineiam o tipo de intervenção. • Preserva as edificações tombadas a partir da classificação das 5 categorias e do gabarito máximo de altura permitido. • Via, quarteirão e praça não são regulamentados e/ou citados • Proíbe o remembramento e desmembramento de lotes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Enfatiza o uso do solo a partir de zonas de uso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contempla apenas os elementos da paisagem edificação e lote considerando-os como mantenedores dos traços fisionômicos do CHB.
1999	Lei Complementar nº 02	<ul style="list-style-type: none"> • Valoriza a paisagem urbana, sobretudo a preservação dos seus elementos naturais e dos representativos do patrimônio 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualquer controle de ocupação no CHB deixa a cargo da Lei nº 7.709/ 1994. 	
2008	Lei nº 8.655	<ul style="list-style-type: none"> • Preserva, conserva, revitaliza e reabilita os bens 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracteriza o CHB 	<ul style="list-style-type: none"> • Tenta levar em conta as ações do

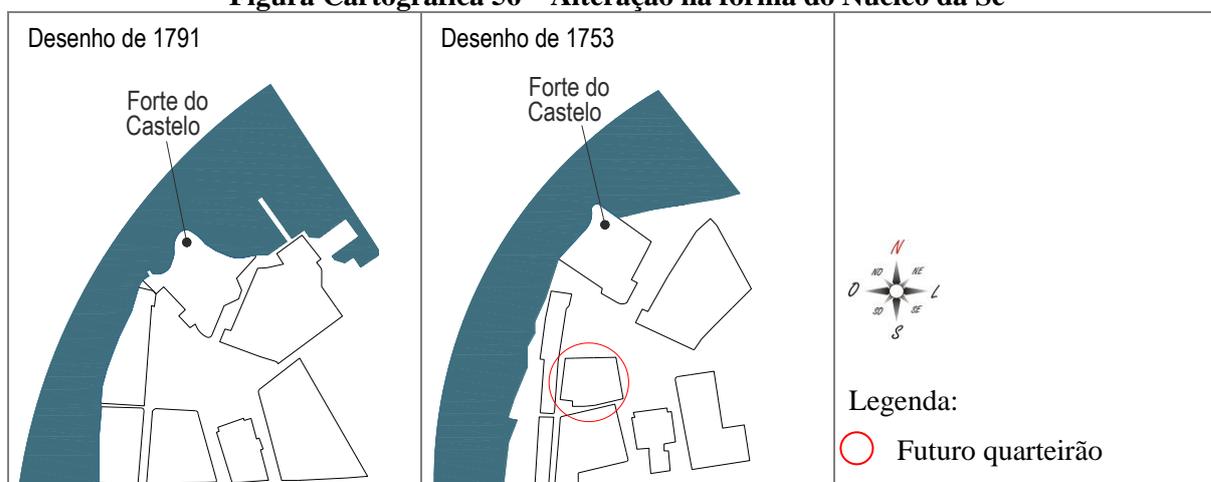
		<p>culturais materiais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve e fortalece o potencial turístico do patrimônio histórico. • O Plano Diretor Urbano considera a Lei nº 7.709/1994 como regulamentadora das áreas de entorno dos bens e conjuntos tombados isoladamente do CHB. 	<p>com funções de centro comercial, administrativo, serviços e portuário, estimulando o uso habitacional.</p>	<p>passado que deram significado a estas formas, no entanto, de maneira restritiva aos bens imóveis.</p>
--	--	--	---	--

Fonte: Análise e resumo da autora, 2014

4.2. Análise da preservação do Núcleo da Sé

Na segunda metade do século XVIII, ocorreu a retirada de um possível quarteirão que estava sendo formado no interior do espaço público da praça (Figura Cartográfica 56). Com a retirada de tal quadra outros elementos da paisagem foram alterados, tais como o próprio quarteirão retirado, lotes, edificações e ampliação do espaço público da Praça Frei Caetano Brandão.

Figura Cartográfica 56 – Alteração na forma do Núcleo da Sé

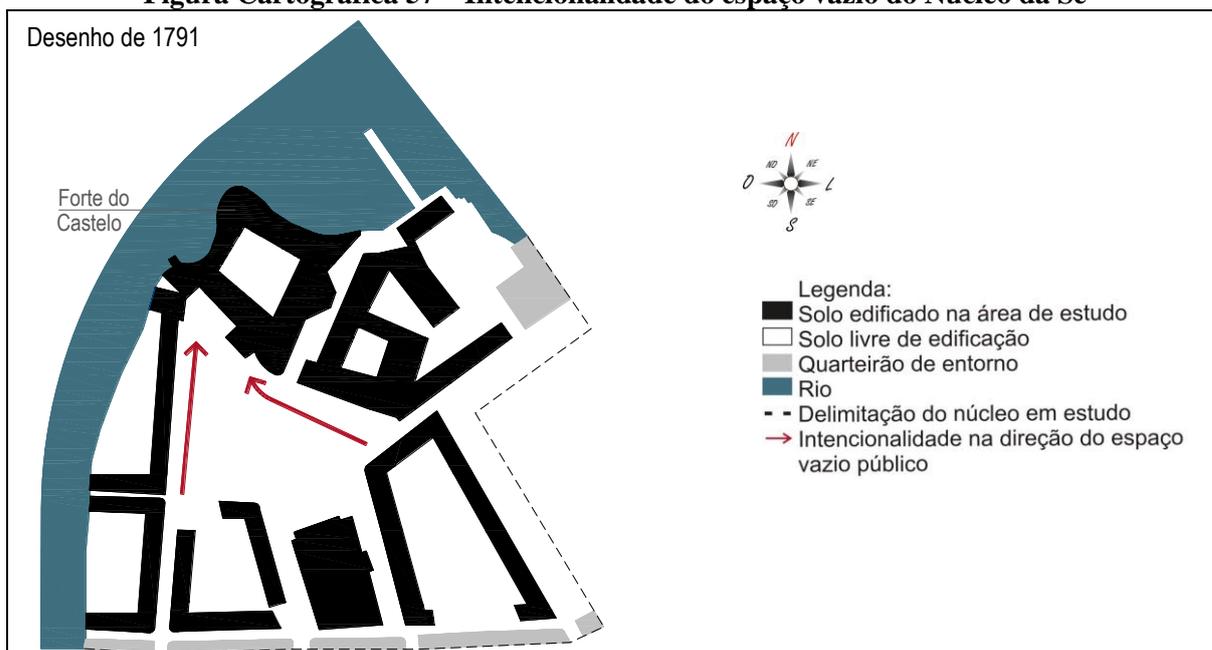


Fonte: ALUNORTE (1995); Reis (2000) / Modificado pela autora, 2014

Por outro lado, essa retirada não alterou um dos traços fisionômicos desse núcleo: a do direcionamento dos quarteirões para o Forte do Castelo. No entanto, ampliou o espaço público da praça, contribuindo para que esse espaço, com dimensões maiores do que os outros localizados em outros núcleos, fosse relacionado pela importância que tem em relação aos outros: o de ser, entre outras coisas, o núcleo urbano gerador da cidade.

No final do século XVIII, o espaço público da praça era fisicamente vazio e sem delimitação de um quarteirão que lhe servisse de limite. A expansão do Núcleo da Sé em direção ao Núcleo do Carmo, definida pelo arruamento regular, está articulada em uma malha através da qual é possível identificar a intencionalidade no direcionamento de seu espaço livre para o elemento do Forte (Figura Cartográfica 57).

Figura Cartográfica 57 – Intencionalidade do espaço vazio do Núcleo da Sé

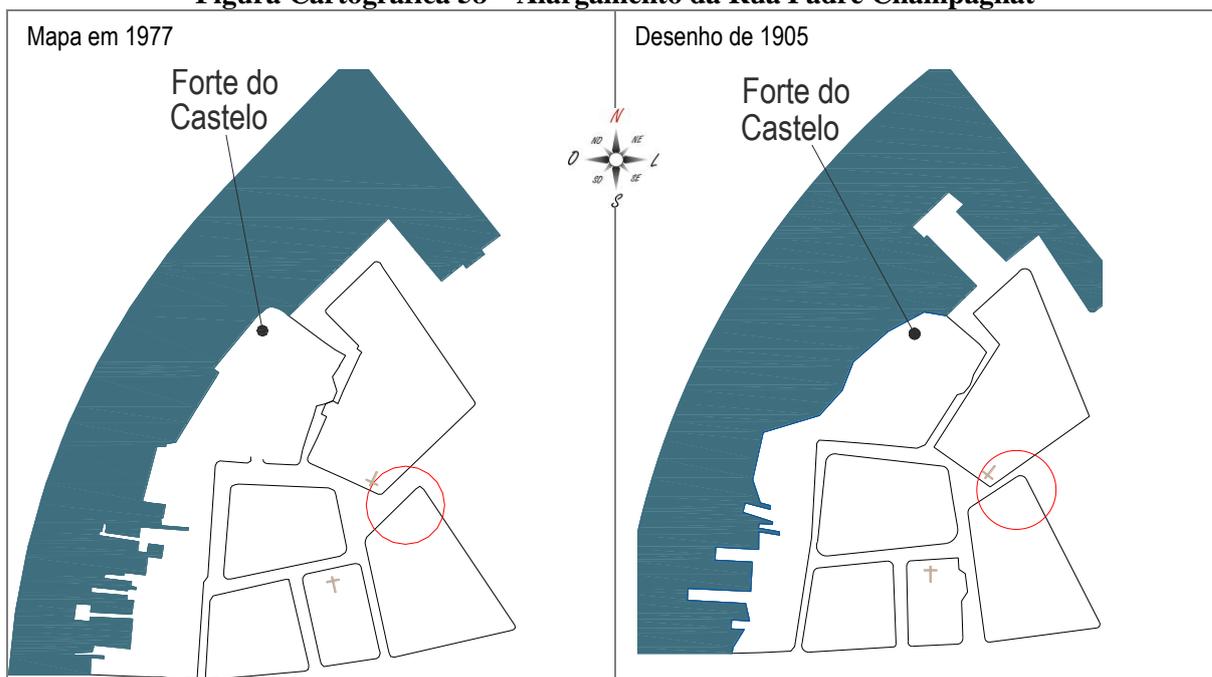


Fonte: ALUNORTE (1995) / Modificado pela autora, 2008

No decorrer do processo de crescimento e de expansão da cidade, com o intuito de preservar a memória do Centro Histórico de Belém (CHB), em 1941 as Igrejas de Nossa Senhora da Graça (Igreja da Sé), de Santo Alexandre e o antigo Colégio dos Jesuítas foram inscritas no Livro do Tombo Histórico, destinado às obras de interesse histórico, de acordo com o Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Da mesma forma que, em 1962, o Forte do Castelo e, em 1964, o Antigo Hospital Militar (atualmente, Casa das 11 Janelas).

Esses tombamentos isolados, realizados a partir da década de 1940, buscam salvaguardar para as gerações futuras as formas físicas de interesse histórico. Dessa maneira, tais tombamentos mantiveram parcialmente vivos conteúdos das estruturas e dos processos que deram origem a essas edificações.

Esse mesmo núcleo passou por outra intervenção em meados da década de 1960, quando ocorreu o alargamento da Rua Padre Champagnat, a partir da retirada de parte do quarteirão localizado entre as Igrejas da Sé e de Santo Alexandre e com a demolição de edificações, desapropriadas por utilidade pública pelo prefeito Alacid Nunes (prefeito de Belém de 1964 a 1965), desse mesmo quarteirão. A finalidade dessa intervenção, segundo informações da época, foi a desobstrução dessa via pública. Comparando-se as plantas de 1905 e de 1977, observa-se o quanto essa via era estreita (Figura Cartográfica 58).

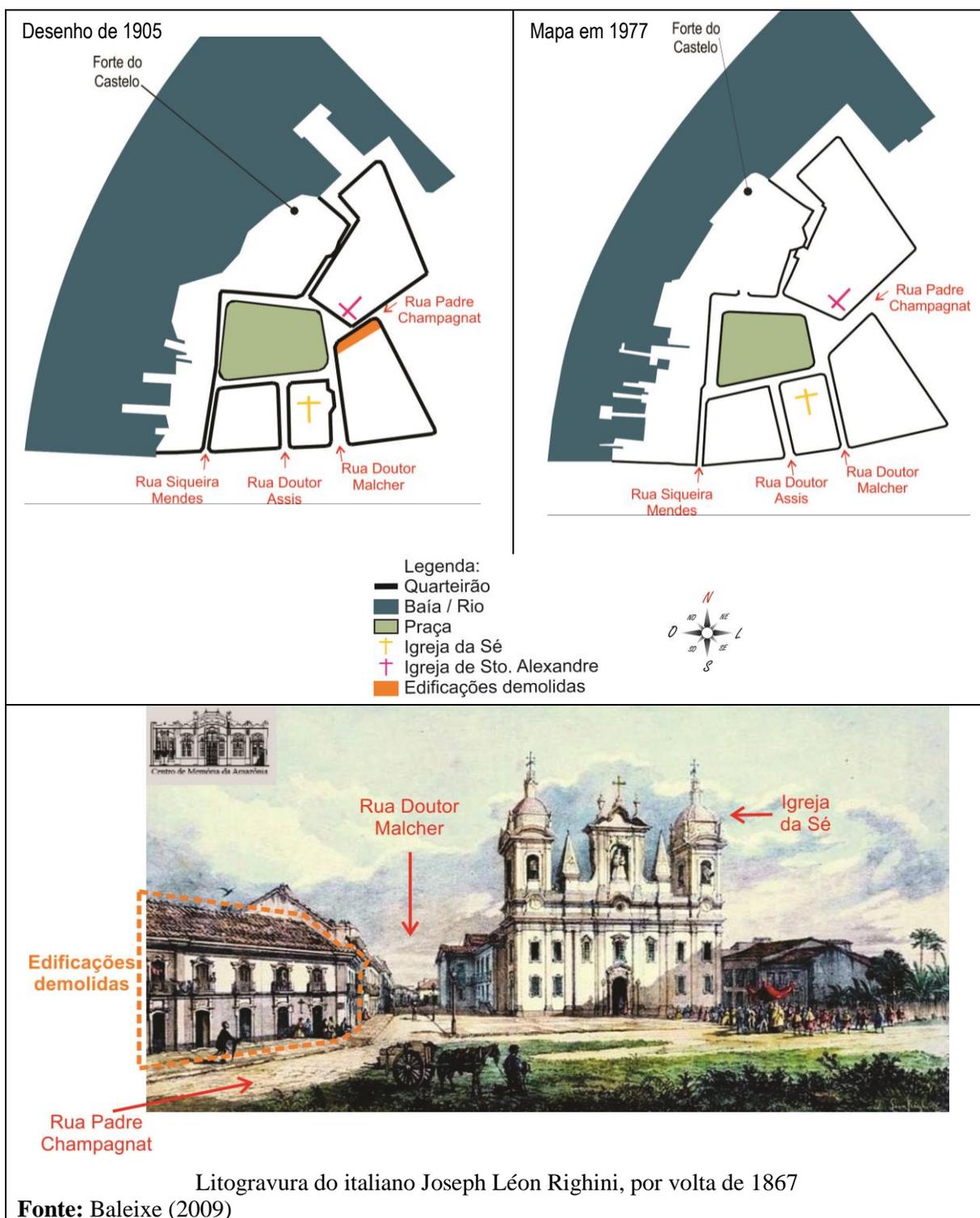
Figura Cartográfica 58 – Alargamento da Rua Padre Champagnat

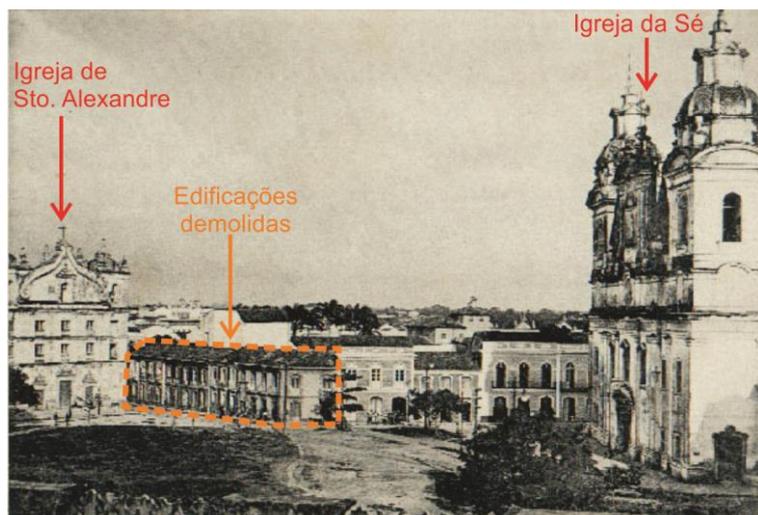
Fonte: Belém (1977); Pará (1998); ALUNORTE (1995) / Modificado pela autora, 2013

Considerando-se apenas o alargamento da Rua Padre Champagnat, pode-se dizer que, após a rua ser alargada, a mesma continuou sendo utilizada como via automotora. No entanto, para que esse alargamento fosse possível, foi necessária a demolição de quatro edificações de dois pavimentos em alvenaria e tabique, sob os números 4/8, 99, 95/96 e 93/94. Conforme a vistoria e avaliação feitas na época pela Secretaria de Obras da Prefeitura, os três primeiros foram considerados em péssimo estado de conservação e o quarto imóvel em regular estado de conservação (Figura 26).

O Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB) (DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS S. A. CONSULTORES, 1975, v. 2, p. 138), em meados da década de 1970, propôs para a Praça Frei Caetano Brandão (Figuras 27 e 28) seu remanejamento “conservando a vegetação periférica (mangueiras) e as duas centenárias Cicadácias [...] no centro da Praça como monumentos vivos”. Esse remanejamento se daria através da “transferência da estátua do centro da praça para sua valorização (ladeada pelo renque de palmeiras, e tendo como fundo o velho casario) possibilitando a criação de espaços / esplanadas frente às igrejas atendendo também às necessidades dos dias de festividades religiosas (DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS S. A. CONSULTORES, 1975, v. 2, p. 138).

Figura 26 - Alargamento da Rua Padre Champagnat

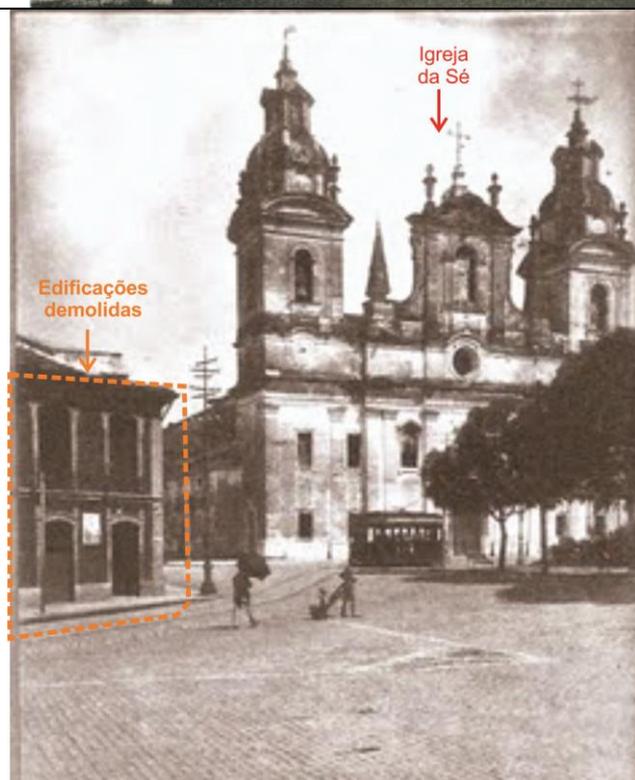




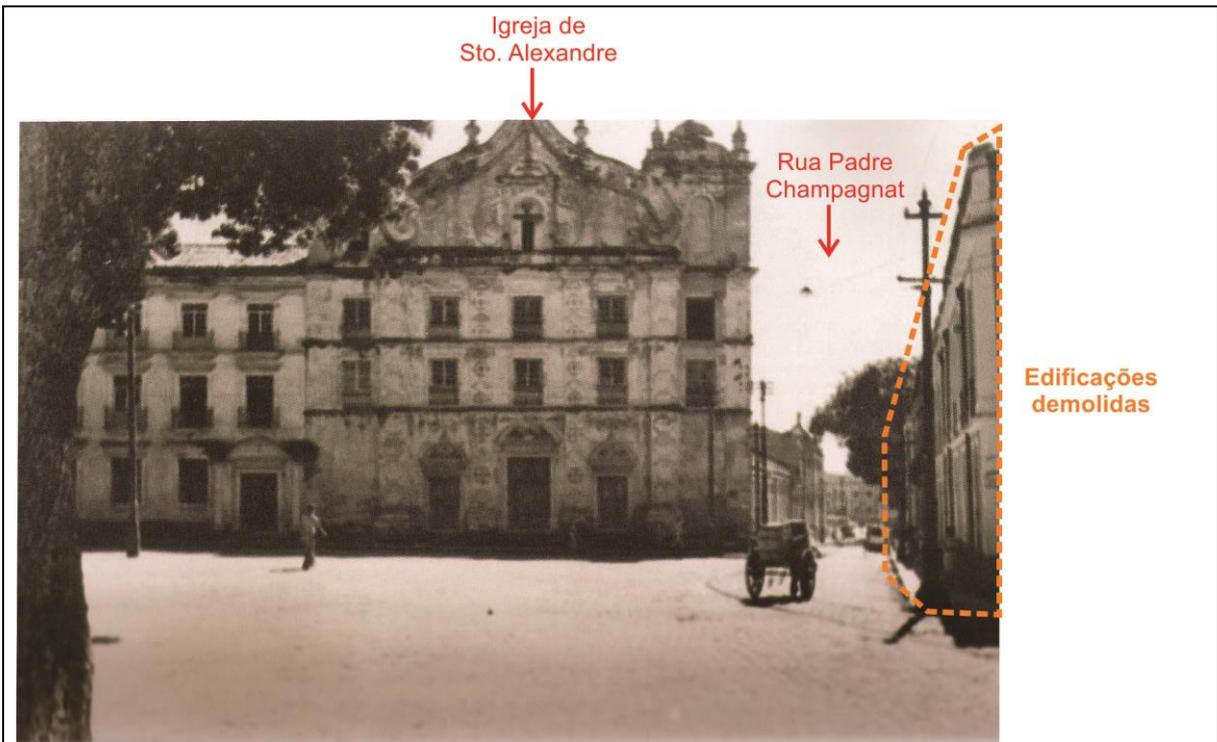
Fonte: Caccavoni (1898)



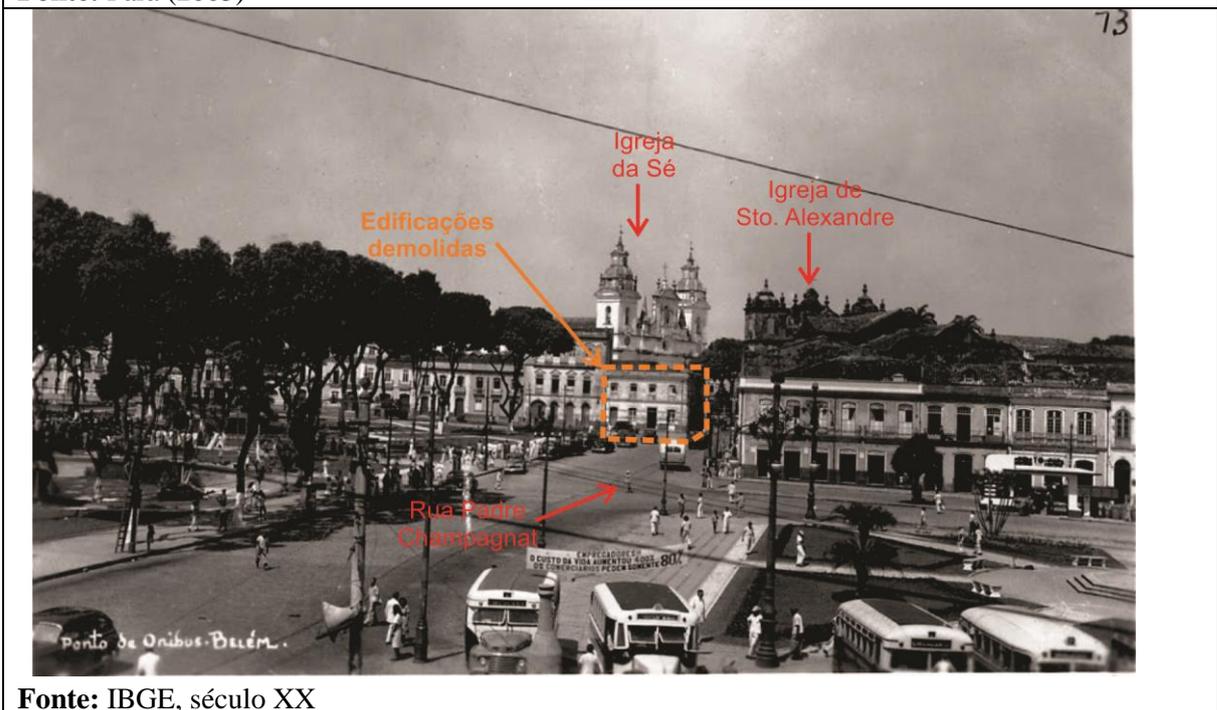
Fonte: Pará (1899)



Fonte: Impressões do Brasil no século XX, em 1913.



Por volta de 1940
Fonte: Pará (2005)

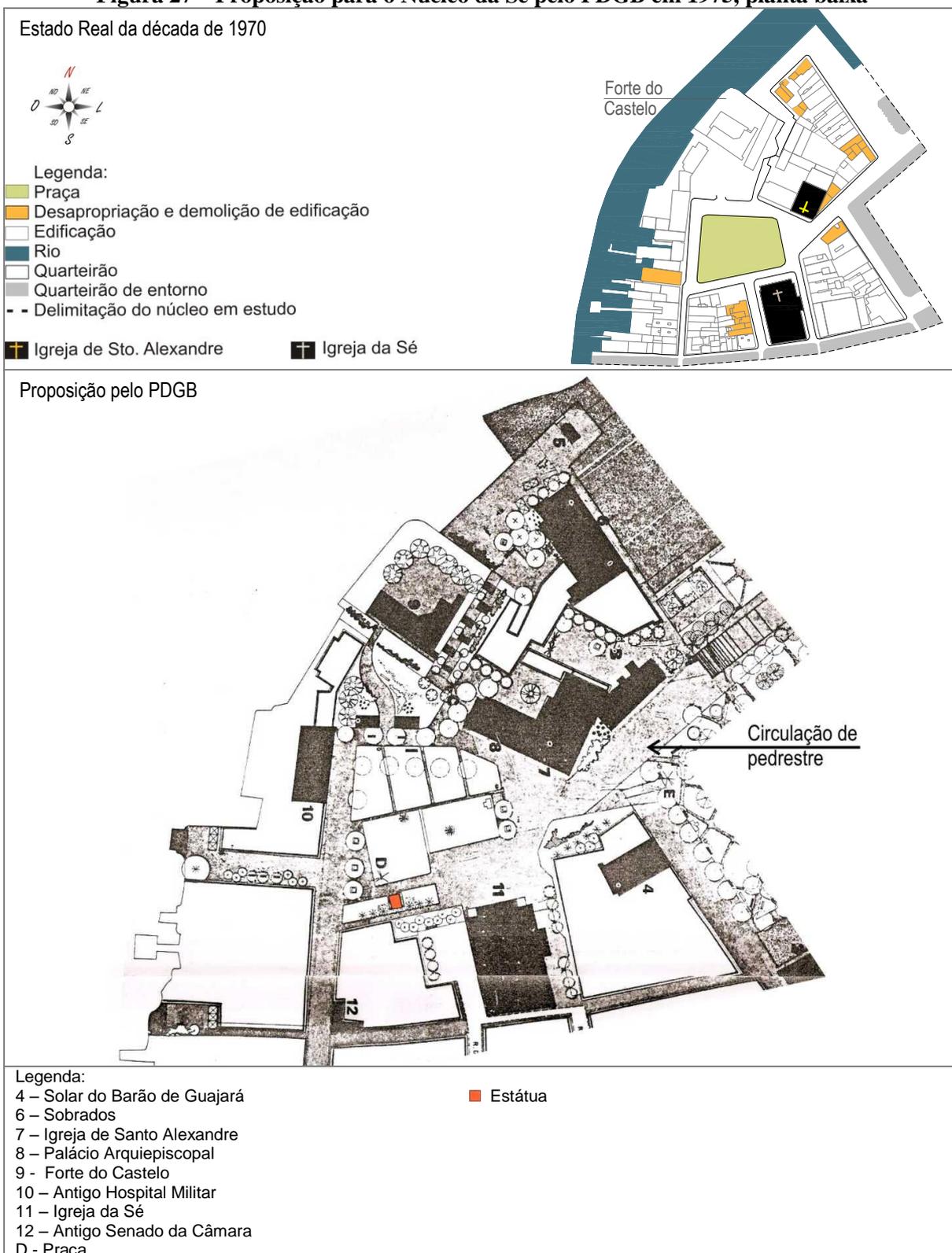


Fonte: IBGE, século XX

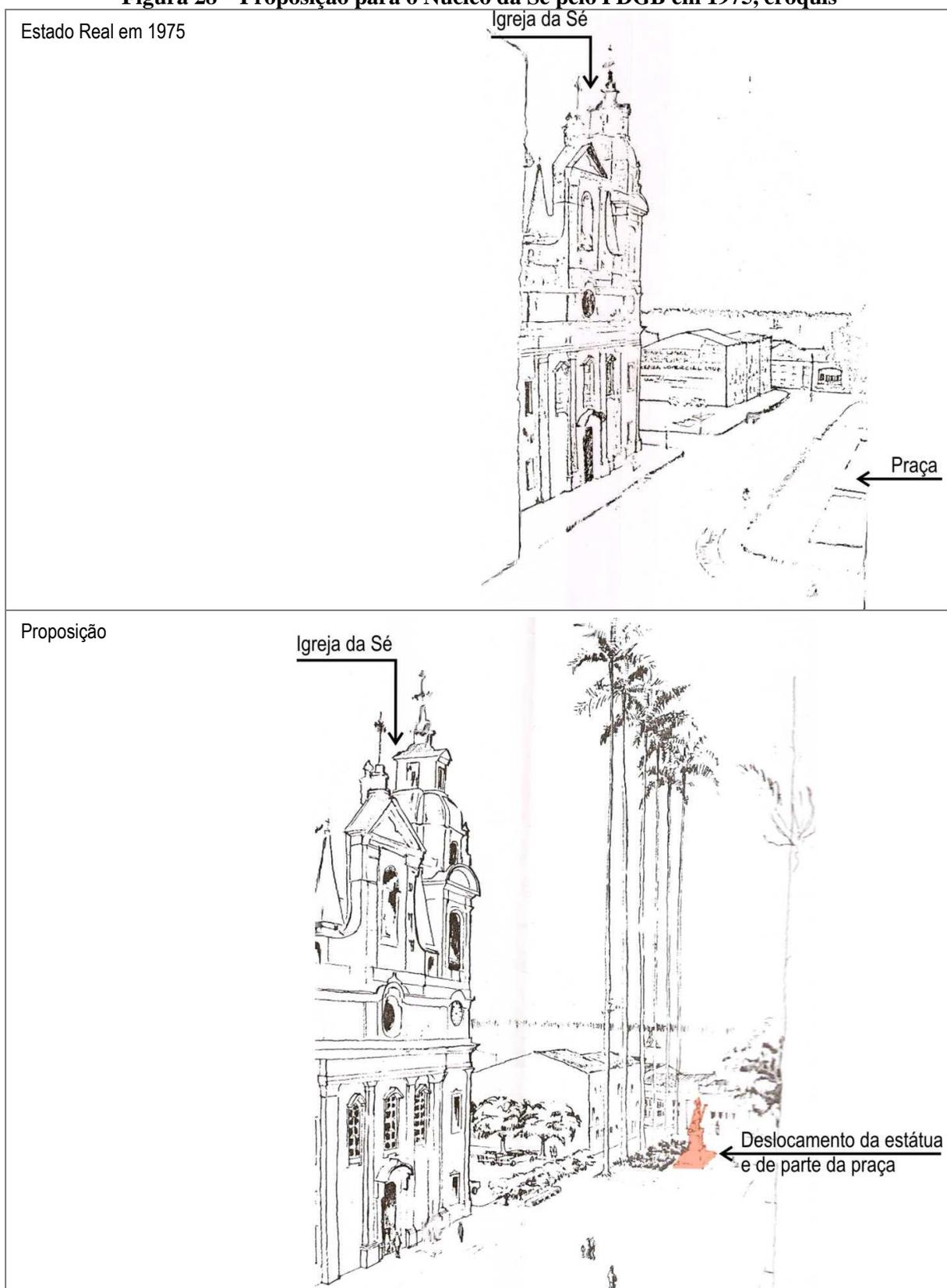


Fonte: Belém (1977); Pará (1996) / Modificado pela autora, 2014

Figura 27 – Proposição para o Núcleo da Sé pelo PDGB em 1975, planta baixa



Fonte: Desenvolvimento e Sistemas S. A. Consultores (1975, v. 2), Belém (1977) / Modificado pela autora, 2013

Figura 28 – Proposição para o Núcleo da Sé pelo PDGB em 1975, croquis

Fonte: Desenvolvimento e Sistemas S. A. Consultores (1975, v. 2) / Modificado pela autora, 2013

Verifica-se que a proposta do PDGB, em 1975, altera consideravelmente o desenho da praça, desconsiderando o fato de que o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão foi tombado em 1964. Além disso, contemplou apenas o tombamento individual dos imóveis: o antigo Hospital Militar (tombado em 1964), o Forte do Castelo (tombado em 1962) e as Igrejas da Sé e de Santo Alexandre (tombadas em 1940). Quanto às suas proposições para o casario não monumental do Núcleo da Sé, observa-se que não existia a preocupação de orientação quanto ao modo de tratar as edificações descaracterizadas, a não ser a demolição. Nessa época nem mesmo existiam instrumentos que orientassem tais intervenções. As propostas eram a desapropriação e demolição dos prédios (Figura 27) prejudiciais ao conjunto, que levavam à mutilação de parte da história social inserida nos traços fisionômicos do lugar, representativos de conteúdos de estruturas e de processos sociais históricos. Tratou-se, portanto, de uma proposta de preocupação paisagística. Ademais, ao propor apenas intervenções urbanísticas de alteração de forma e de uso de quarteirões, deixa de valorizar as estruturas e os processos que deram origem à configuração espacial de seus elementos da paisagem (Figura 28).

Do ponto de vista dos traços fisionômicos, a proposição feita pelo PDGB busca a preservação de algumas edificações (Forte do Castelo, igrejas, antigo hospital militar e alguns sobrados), no entanto quebra com o direcionamento e com a função dos quarteirões (neste caso, a proposição de abertura da quadra da Igreja de Santo Alexandre para pedestre); altera o desenho interno da praça, representativa do pensamento paisagístico do início do século XX; modifica totalmente o tipo de acesso e de circulação no núcleo, excluindo a entrada de veículos e permitindo apenas a circulação de pedestre. Ao mesmo tempo, tenta resgatar o contato do núcleo com o Rio Guamá, por meio da reabertura de uma via que existia no século XVIII, como estudado na evolução da ocupação urbana na terceira parte, por ter sido observada uma relação parcial desse rio com a cidade.

A proposta do PDGB trata de intervenção em um conjunto urbano, em um período em que a ênfase no edifício, como objeto a ser preservado, não se estendia a seu entorno. Ao analisar essa proposta de intervenção para o conjunto urbano, observa-se que havia limites nos instrumentos legais de proteção, pela ausência de reguladores de uso e ocupação do solo, tanto para intervir em edificações tombadas, como para incorporar ao conjunto dispositivos de gestão urbanística, o que contribuiu para que essa proposta não fosse capaz de ir além do tratamento paisagístico. A proposta do PDGB foi feita em uma época em que existia apenas o decreto-lei de 1937 como parâmetro de intervenção no CHB.

No que diz respeito ao projeto Feliz Lusitânia, desenvolvido em fins do século XX, com as obras de intervenção iniciadas em 1997 e concluídas em dezembro de 2002, realizado pelo Governo do Estado, por meio da SECULT, destaca-se que a requalificação do Complexo Feliz Lusitânia foi uma das intervenções de maior visibilidade no bairro da Cidade Velha. Isso decorre do fato de que esse espaço urbano é o núcleo inicial da cidade de Belém, sendo composto por edificações do tipo arquitetura colonial, civil, religiosa e militar e por espaços abertos (tais como os traçados das ruas e praça) além de ter uma relação própria com o rio e a baía, todas estas características sob influência portuguesa. Esse espaço inicial urbano, que corresponde ao processo de ocupação do território belenense, teve como primeira etapa de intervenção a Igreja de Santo Alexandre e o Colégio dos Jesuítas (antigo Palácio Episcopal), que foram tombados tanto pelo IPHAN – em 1941 e registrados no Livro de Tombo de Bens Históricos, volume 1 – quanto pelo Município através da Lei nº 7.709/1994.

Em 26 de janeiro de 1653 iniciaram-se as obras do Colégio. Nesta edificação, funcionava o ensino primário além de graus superiores. Na segunda metade do século XVIII, após os jesuítas serem expulsos definitivamente de Belém e do Maranhão, o Colégio foi destinado para funcionar como residência dos bispos e como Seminário Episcopal. Deste período, uma parte da edificação foi utilizada como casa de armas, projeto de Landi, sendo que não se tem informação sobre a época da demolição de parte deste prédio que se voltava para o Forte do Castelo (PARÁ, 2005). Quanto à Igreja de Santo Alexandre, desde 1653 passou por reformas e construções, sendo que a atual igreja foi construída, provavelmente, por volta de 1698, e concluída entre 1715 e 1720 (PARÁ, 2005). Após a expulsão dos jesuítas a igreja ficou abandonada. Em 1761, voltou a funcionar sob os cuidados do bispo até 1786. Em seguida, essa edificação foi administrada pela Irmandade do Santo Cristo do Forte até 1795.

Em 1784, eram visíveis, na fachada dessa igreja, as imagens de Santo Inácio de Loyola, São Francisco Xavier e São Francisco de Borja, os fundadores da Ordem dos Jesuítas, localizadas em nichos na cornija mestra, e o mostrador de relógio na torre lateral esquerda. Na ilustração do início do século XX, as imagens dos santos já não aparecem e os nichos laterais estão fechados, sendo que, no nicho central, foi colocada uma cruz, porém o mostrador de relógio permanecia no mesmo local. Na reforma de 1916 esse mostrador não foi recolocado (PARÁ, 2005), o que é confirmado pela foto de meados do século XX. Após a reforma do antigo Colégio dos jesuítas e da Igreja de Santo Alexandre, de acordo com o Projeto Feliz Lusitânia de restauro e adaptação de uso, esse conjunto arquitetônico foi inaugurado em setembro de 1998 como Museu de Arte Sacra do Pará (PARÁ, 2005), conforme Figura 29.

Figura 29 – Colégio dos Jesuítas e Igreja de Santo Alexandre



Desenho de J. J. Codina de **Santo Alexandre, colégio e igreja**, em 1784 (MENDONÇA, 2003)



Imagem do início do século XX (PARÁ, 2005)



Por volta dos anos 1940 (PARÁ, 2005)



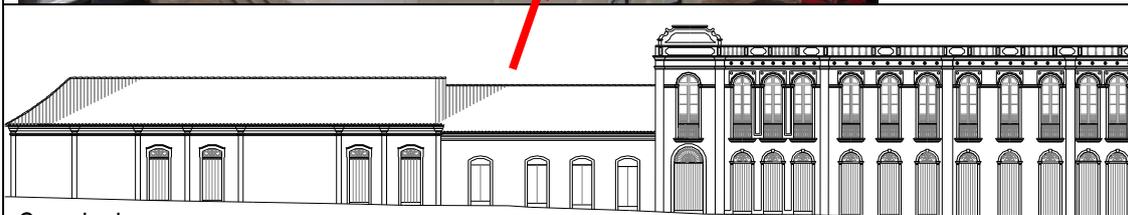
Por volta de 1997: Igreja e antigo Colégio antes da restauração (PARÁ, 2005)



Casario da Rua Padre Champagnat - antes da intervenção (PARÁ, 2006)



Em 2014
Foto de autoria de Rachel Sfair (2014)



Casario da
Rua Padre Champagnat – depois da intervenção (PARÁ, 2006)

Entende-se que a forma física desse conjunto arquitetônico passou, ao longo dos anos, por inúmeras modificações. Durante a primeira etapa do projeto Feliz Lusitânia, ocorreu uma intervenção de restauração, de adaptação do uso para o museológico e de preservação parcial de elementos das estruturas e processos. O ambiente restaurado preservou indiretamente as vias e a praça do seu entorno imediato, pois não interferiu diretamente na morfologia desses elementos. Além disso, contribuiu diretamente para a preservação do quarteirão – que foi refeito em pedra de lioz e teve o seu meio fio reconstituído – e dos lotes em que o conjunto arquitetônico se insere, pois estes não sofreram alterações de desmembramento e/ou remembramento, além de ter preservado a Igreja e o antigo Colégio.

A segunda etapa do Complexo Feliz Lusitânia foi a restauração do casario da Rua Padre Champagnat, anexado ao conjunto arquitetônico jesuítico. Esse casario, que possuía normalmente, tanto a função comercial (no pavimento térreo) quanto de moradia (no pavimento superior), era representativo do espaço urbano colonial dos séculos XVII e XVIII. Com o projeto foram retiradas as platibandas de algumas edificações e feita a recomposição do telhado, com o intuito de se reverenciar esse período colonial (Figura 29). Observa-se nessa intervenção uma preocupação quanto ao restauro da forma física mais significativa desse núcleo. No entanto, o elo entre as estruturas, os processos e as funções que deram forma aos sobrados da Rua Padre Champagnat está em via de desaparecer. Por exemplo, a função comercial, em especial do tipo varejista, que vinha ocorrendo nesse casario desde o período colonial foi alterada após o processo de requalificação para o comércio turístico. Algumas edificações geminadas, inseridas no casario da Rua padre Champagnat, foram desapropriadas em 1997 e seus proprietários indenizados pelo Governo do Estado. Aceitar apenas a presença da forma física supõe uma intervenção incerta, pois há a destruição parcial e/ou a depredação social histórica. O desaparecimento de funções e de elementos das estruturas e processos que deram origem a antigas formas fez com que tais objetos “[...] fossem provas ficcionais do que foi vivido nesses lugares” (JEUDY, 2005, p. 27).

A terceira etapa de intervenção do projeto Feliz Lusitânia correspondeu à obra de requalificação do Forte do Castelo. O forte demarca tanto o processo de apropriação do território quanto o ponto inicial de instalação da cidade. Ao longo do tempo passou por modificações, acréscimos, abandono e também ruína. Durante o século XVII, desde 1616, o Forte do Presépio foi a base para as conquistas da região amazônica (TOCANTINS, 1963). Nos séculos XVIII e XIX, mesmo com algumas reformas, essa fortificação ficou abandonada (TOCANTINS, 1963). Por volta de 1876 o Ministério da Guerra ordena o seu desarmamento

com o objetivo de nele instalar o Arsenal de Guerra. No entanto, o local ficou sendo utilizado como depósito de material do Exército (TOCANTINS, 1963). Na década de 1960, ficou fechado sob a vigilância do Exército, passando posteriormente a funcionar como clube, o Círculo Militar de Belém. Atualmente foi transformado em Museu Arqueológico.

O forte foi tombado em 1962 pelo IPHAN e registrado no Livro de Tombo de Bens Históricos. É tombado pelo Município na categoria de Preservação Arquitetônica Integral pela lei nº 7.709/1994 (BELÉM, 1994), isto é, a intervenção neste tipo de imóvel deverá preservar as características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel.

A intervenção do projeto Feliz Lusitânia no Forte do Castelo partiu não só da demolição de vários anexos construídos ao longo do tempo pelo Círculo Militar mas também da demolição parcial do muro do aquartelamento do Forte, que foi construído na segunda metade do século XIX, com o objetivo de:

[...] retirar parcialmente da frente do forte o paredão erguido na segunda metade do século XIX, provavelmente com funções de aquartelamento, que suprimiam o caráter original para o qual foi construído e mantido por mais de duzentos anos. (PARÁ, 2006, p. 193-194).

O processo de demolição do muro fronteiro ao forte apresentou um palco de conflitos entre o governo do estadual e o governo municipal, pois havia distintas leituras e compreensões acerca da importância histórica e cultural desse muro. Para o Departamento de Patrimônio Histórico (FUMBEL) do Município, o muro em pedra e cal era um elemento que fazia parte da posição de defesa do forte, por mais que ele não fosse um elemento original. Na época, a autarquia federal, representada pela 2ª Superintendência Regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que inicialmente não foi contra o processo de demolição, passa a considerar a sua importância visto que, a partir de pesquisas iconográficas, identificou que essa muralha fazia parte do forte desde 1896. No entanto, para a SECULT, a demolição parcial do muro se justificava visto que:

Com a decadência de sua função estratégica e militar, a partir da segunda metade do século XIX, o Forte passou a se defender da cidade. A construção do muro como forma de prevenir o roubo e o vandalismo constitui, por si só, um claro indício da nova situação imposta ao monumento. Tratava-se de ‘aquartelar’ o Forte, mantendo a cidade à distância. Se na fase que denominamos ‘heróica’, o Forte do Presépio sombreava (metaforicamente) a cidade, afirmando-se como o protagonista principal da cena urbana, o muro, desde o momento de seu aparecimento, sombreia o Forte, ocultando a sua presença monumental e transformando-o em um mero coadjuvante sem expressão nem sentido. (PARÁ, 2002, p. 14).

E ainda argumentavam que:

A barreira física que impediu o acesso da população às cercanias do Forte e a fruição visual da sua presença no cenário da vida cotidiana, produziu também a desvalorização do monumento, acentuando o processo de decadência imposto pelas novas técnicas e estratégias de defesa do território. [...]. A implantação do Projeto Feliz Lusitânia pretende, portanto, resgatar o papel desempenhado pelo forte do Presépio desde a fundação da cidade, como principal protagonista da cena urbana. Sua presença monumental dentro do conjunto arquitetônico e paisagístico é um ponto fundamental para a compreensão dos significados a ele incorporados. (PARÁ, 2002, p. 14).

Mesmo com essas divergências a respeito da importância do muro, uma parte dele foi derrubada antes das ações judiciais movidas pela Prefeitura de Belém terem sido concluídas a favor do governo do Estado.

A quarta etapa do projeto Feliz Lusitânia foi a requalificação da Casa das Onze Janelas, que foi construída em taipa de pilão e taipa de mão, no século XVIII, para ser a residência de Domingos da Costa Bacelar. Por volta de 1768, esse sobrado foi comprado pelo governador Fernando da Costa de Ataíde Teive, sendo reformado para funcionar como Hospital Real. O projeto dessa reforma foi feito por Antônio Landi.

Essa edificação foi tombada tanto pelo IPHAN, em 1964, sendo registrado em seu Livro de Tombo de Bens Históricos, quanto pela lei municipal de nº 7.709/1994. Assim como é o caso do Forte do Castelo, a concessão do edifício do antigo Hospital Militar pertence ao governo do Estado.

Antes da intervenção do projeto Feliz Lusitânia, essa edificação era ocupada pela 8ª Região Militar do Exército. Para atender às novas funções do Exército, foram construídos três galpões anexos à antiga edificação (Figura 30). Após a requalificação, assume a função de Espaço Cultural Casa das Onze Janelas que abriga o Museu de Arte Contemporânea, uma sala de exposições temporárias, um bar-restaurant denominado de “Boteco das Onze” e espaços para a administração do Museu. Assumindo essa nova função de Museu de Arte Contemporânea do Pará, os três galpões pertencentes ao Exército foram demolidos.

Figura 30 – Antigo Hospital Militar e a esquerda os três galpões do Exército, meados do século XX



Fonte: Pará (2006)

O Núcleo da Sé foi caracterizado, na terceira parte, como um espaço predominantemente privado, com o espaço público voltado apenas para as vias, calçadas e para a Praça Frei Caetano Brandão. O casario, que se encontrava ao lado da Casa das Onze Janelas, inclusive a edificação do antigo Hospital da Caridade, que foi demolido na década de 1960, foram, no decorrer do tempo, substituídos pelos galpões do Exército, que, se por um lado, descaracterizavam mais ainda a tipologia arquitetônica desse núcleo, por outro lado, mantinham ainda as proporções históricas dos espaços público e privado (Figura 31).

Figura 31 – Quarteirão da Rua do Norte ocupado por edificações coloniais



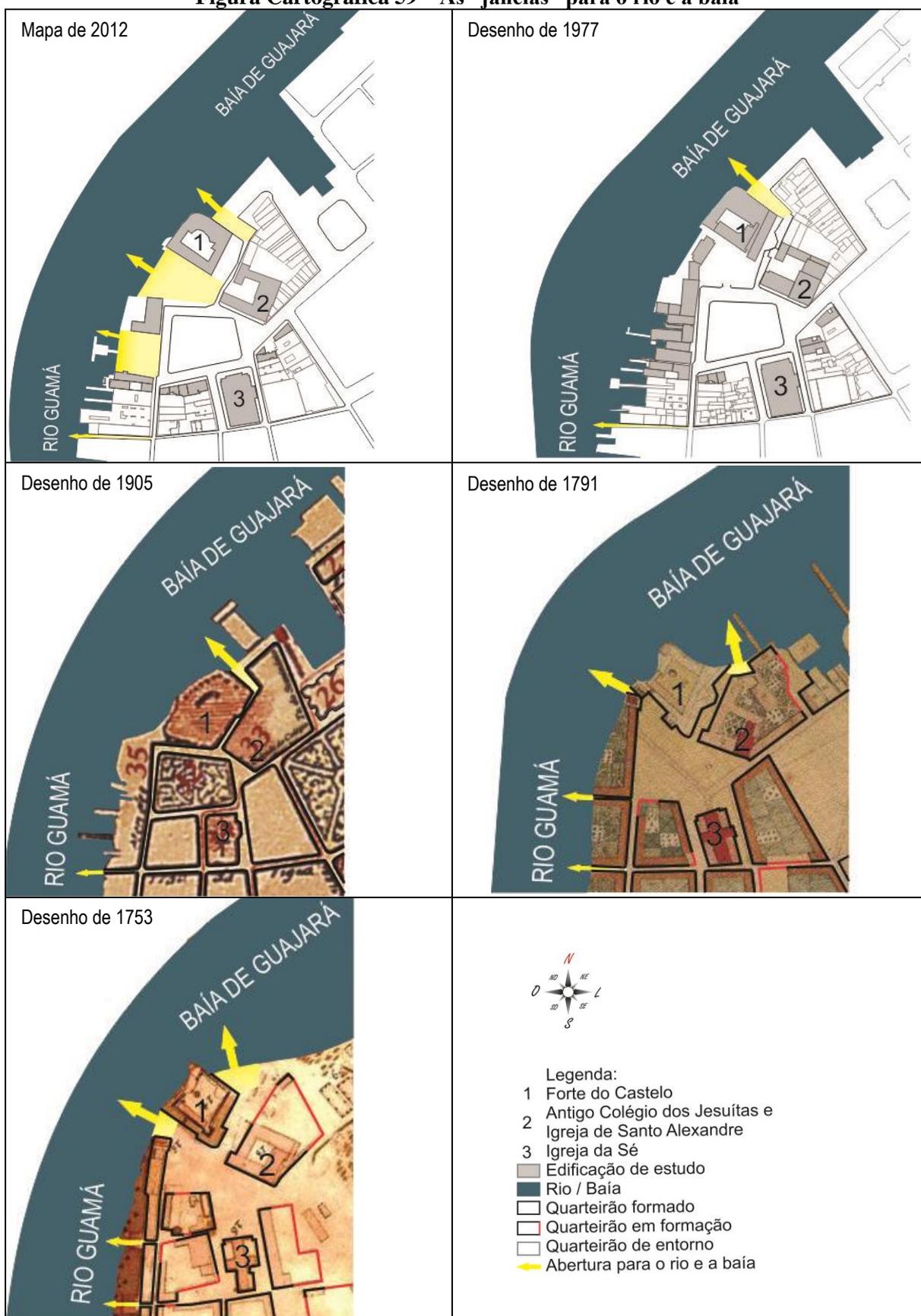
Fonte: Pará (2006)

Com a demolição dos três galpões, o quarteirão, que tinha uma característica privada desde o período colonial, torna-se, com a intervenção do projeto Feliz Lusitânia, um espaço aberto público denominado de Esplanada do Guamá. Na concepção do projeto, a Casa das Onze Janelas, incluindo o paisagismo da área localizada no seu entorno, “[...] é um local que integra paisagem, história, lazer e cultura [...] ao mesmo tempo em que restitui à cidade o seu olhar sobre o rio” (PARÁ, 2006, p. 202).

Partindo do princípio da restituição de uma maior relação entre a cidade e o rio, verificou-se, na terceira parte, que o processo de ocupação e apropriação do quarteirão da Rua do Norte, ao lado do Forte do Castelo, faz relação parcial com rio e com a baía através das ruas e não dos quarteirões, isto é, a configuração espacial do núcleo da Sé restringe as “janelas” para o rio e a baía (Figura Cartográfica 59).

A requalificação no Forte do Castelo, realizada com o objetivo de resgatar a relação entre essa fortificação e a cidade, acarretou uma série de alterações na paisagem desse núcleo, como a retirada dos anexos inseridos pelos militares no decorrer do tempo (galpões, quadra de esportes, muro do aquartelamento, entre outros), a intervenção de demolição do muro do aquartelamento e a retirada dos galpões da orla, que ladeavam o antigo hospital militar. Essas alterações contribuíram para uma nova configuração do espaço urbano do Núcleo da Sé, na qual seus elementos da paisagem se dispersaram do objeto que lhe deu origem, o Forte do Castelo.

Figura Cartográfica 59 – As “janelas” para o rio e a baía



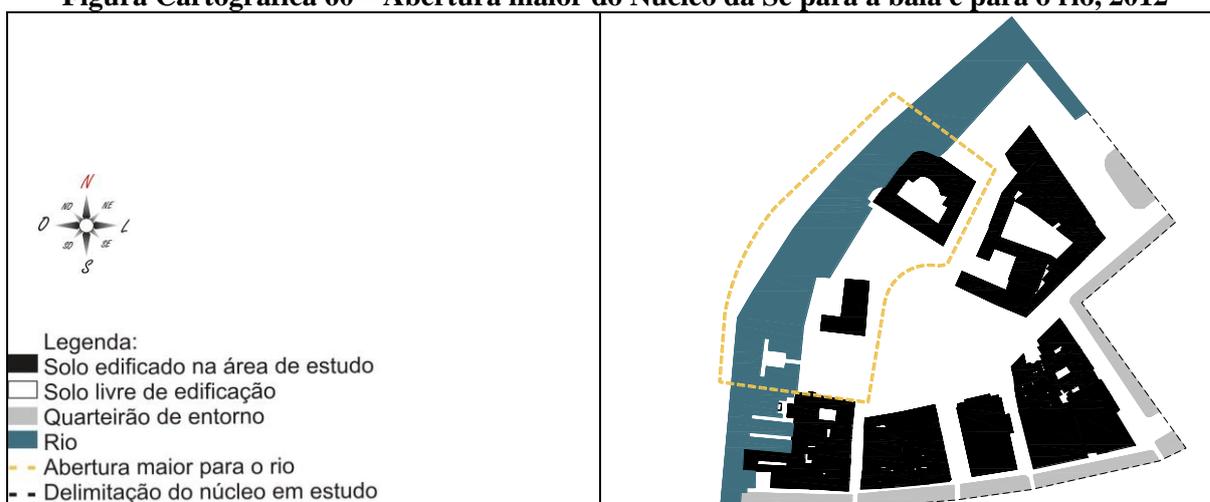
Fonte: Belém (1977, 1998); Alunorte (1995); Pará (1996); Reis (2000) / Modificado pela autora, 2014

Com a retirada de parte das edificações da orla do rio, surgiu um espaço aberto, projetado para abrigar jardins, o qual contribuiu para a quebra do direcionamento desses elementos para o Forte do Castelo. Além disso, com a retirada do muro, o Forte do Castelo ficou visualmente mais próximo da cidade, todavia, morfologicamente, nela não se integrou, pelo enfraquecimento do direcionamento do núcleo para ele. Essas intervenções, portanto, ao mesmo tempo que deram maior visibilidade ao Forte, enfraqueceram o traço fisionômico de atratividade de todos os elementos desse núcleo em sua direção. A relação dialética entre formas e conteúdos do Núcleo da Sé, antes do Projeto Feliz Lusitânia, foi o resultado de vários momentos da história que, combinados, ainda mantinham, mesmo que precariamente, as características de formação e origem desse Núcleo.

A intervenção do projeto Feliz Lusitânia, a partir do uso do quarteirão próximo ao rio para as atividades de lazer e contemplação, não corresponde aos traços fisionômicos dos séculos XVII e XVIII, nos quais havia a relação do rio com a cidade a partir das vias, o uso privado dos quarteirões de entorno de sua única praça e as atividades de lazer restritas a ela. Entende-se que, para essa abertura do núcleo ao rio, não há parâmetros de intervenção nas leis de preservação que orientassem esse tipo de ocupação. A relação fundo-figura ou cheio-vazio do Núcleo da Sé, com o elemento edificado em preto e o espaço público e/ou livre em branco, testemunha tanto uma maior incidência da ocupação dos quarteirões pelas edificações quanto, na área próxima da orla, uma maior abertura da cidade para o rio, demonstrando no quarteirão próximo da orla uma baixa ocupação edificatória (Figura Cartográfica 60). O processo de fundação e expansão de Belém foi feito, primeiramente, com a ocupação por meio de edifícios próximos as orlas do rio Guamá e da Baía de Guajará. A cidade traz essa identidade desde a sua origem, de maneira que a abertura de pontos e janelas para o rio se fazia através ou de ruas, que nasciam diretamente na orla, ou de trapiches.

Assim, atualmente, construiu-se uma maior relação visual do rio com o Núcleo, a partir, tanto da demolição de parte das edificações da orla do rio quanto do muro do quartelamento do Forte do Castelo, alterando a centralidade exercida pelo espaço público da praça, uma vez que o forte, agora aberto, concorre com ela (Figura 32). Disso resulta também a redução de sua envoltória física e simbólica. Primeiro, por não ser mais um espaço fechado pelas fachadas do casario; segundo, por não mais abrigar eventos com caráter cultural, como abrigava em fins do século XX, tal como a exposição dos brinquedos de miriti, durante a festa religiosa do Círio de Nazaré, acontecimento social relacionado à entidade religiosa, elemento integrado nesse espaço público.

Figura Cartográfica 60 – Abertura maior do Núcleo da Sé para a baía e para o rio, 2012



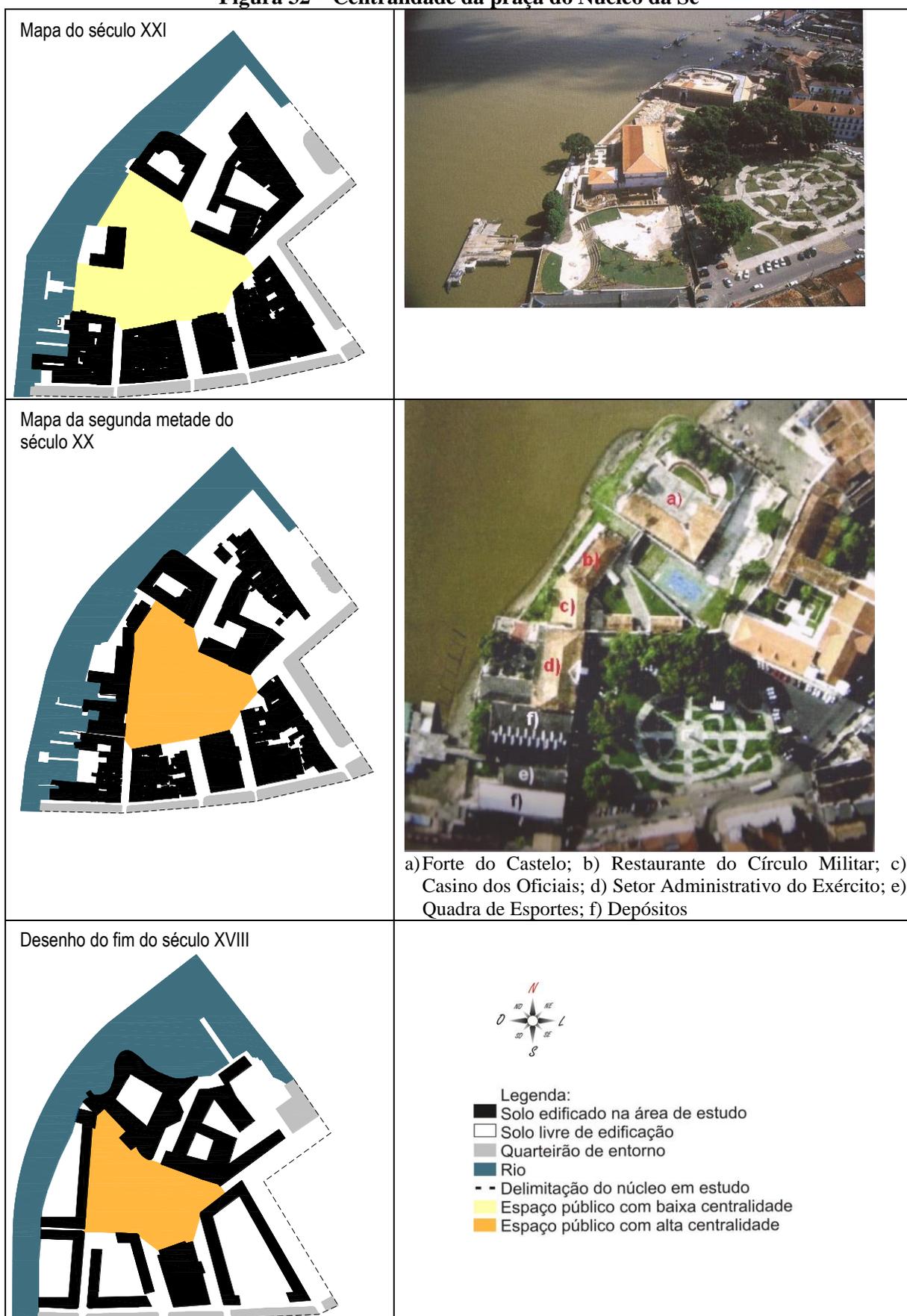
Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

O paisagismo, que antes era restrito à praça, expande-se para o quarteirão da orla do rio (Figura 33). Ao se pensar na relação clara entre os espaços públicos e o privado, em que essa relação é um dos traços fisionômicos do CHB, verifica-se que o interesse paisagístico diminui a clareza dessa regra. Assim, a relação espaço público e privado que o núcleo da Sé tinha desde a sua fundação foi alterada pelo projeto Feliz Lusitânia, isto é, a sua forma atual deixa em grande parte de representar urbanisticamente as funções, os processos e as estruturas formadoras desse espaço urbano.

Comparando as propostas do PDGB com as executadas pelo projeto Feliz Lusitânia, notam-se algumas semelhanças, como a desapropriação e a demolição de imóveis que descaracterizavam o conjunto urbano da Sé, e a demolição dos galpões por não terem nenhuma relação com o casario do seu entorno.

A antiga regularidade das fachadas – de arquitetura eclética –, frontais à Praça Frei Caetano Brandão, influenciou, no início do século XX, o desenho interno da praça, subordinando-o a padrões culturais europeus, com elementos românticos e bucólicos, o que foi mantido pelo Projeto de Reformulação da Praça Frei Caetano Brandão, em 2003, da Prefeitura Municipal de Belém (Figura 34). Esse desenho interno apresenta dois eixos principais, um direcionado no sentido norte-sul e o outro no sentido leste-oeste. O projeto manteve o traçado, oriundo do início do século XX, enaltecendo uma das passagens históricas da cidade de Belém, através do entendimento e do reconhecimento dos princípios que a originaram que são as estruturas e os processos produtores desse espaço aberto.

Figura 32 – Centralidade da praça do Núcleo da Sé



Fonte: Alunorte (1995); Belém (1977, 1998); Pará (2006) / Modificado pela autora, 2014

Figura 33 – Projeto Feliz Lusitânia para o Núcleo da Sé

Fonte: Pará (2006)

Figura 34 – Revitalização da praça do Núcleo da Sé



Fonte: Escritório DPJ Arquitetos Associados Ltda., 2003

No final do século XIX, observa-se, pela análise feita na terceira parte, que muitas edificações do Núcleo da Sé foram substituídas por outras, que pouco fazem referência aos traços fisionômicos desse Núcleo. Por exemplo, algumas respeitam o não afastamento entre as edificações e o gabarito baixo, outras disputam altura com as igrejas, e todas não respeitam o ritmo das edificações. Essas intervenções, em sua maioria do tipo descaracterização, fazem parte de um momento e de uma forma de produção da cidade que criaram novas formas espaciais sem relação com as estruturas e processos históricos que remontam a sua memória histórica.

Como visto, o casario desse núcleo vem sofrendo processos de requalificação, descaracterização e, até mesmo, de destruição completa. Mesmo obedecendo à legislação³² – quanto à adoção de um gabarito máximo específico para manter a volumetria dos quarteirões – as intervenções do tipo renovação³³ (uma das cinco categorias de enquadramento de bens tombados no CHB), como é o caso da edificação da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), muitas vezes, não respeitam as leis de ritmo das fachadas que compõem a formação desse núcleo, mesmo adequando-se à legislação no que diz respeito a recuos e a gabaritos (Figura 35).

O projeto da edificação da FUMBEL obedece à legislação urbanística (Lei n 7.709/1994) no que diz respeito aos recuos frontal e lateral. No entanto, apesar de ter mais de sete metros de altura (a altura definida pela Lei nº 7.709/1994 é de sete metros, Figura Cartográfica 51), acompanha o nivelamento superior dos imóveis antigos ao lado, mantendo dessa forma a volumetria do quarteirão. Quanto ao ritmo, essa edificação, mesmo tendo simetria (Figura 36) em sua fachada, não acompanha a lei de ritmo existente no Núcleo da Sé, baseado não só em simetria, mas também em curto espaço de aberturas de vãos. Isso acontece por não haver parâmetros na legislação vigente do CHB que considere o ritmo como critério na composição das novas fachadas. Os ritmos das fachadas são um dos produtos históricos deixados por elementos de estrutura e processos do início do século XX.

Com relação às inserções de novas edificações na quadra, que sofreu o desmonte de suas edificações antigas para abrigar uma nova forma de ocupação e o alargamento da via citada na Figura Cartográfica 58, verifica-se a inserção do prédio do Bechara Mattar, que possui seis andares e desenho arquitetônico sem referência do núcleo no qual se encontra (Figura 37).

³² Lei nº 7.709 de 18 de maio de 1994 (BELÉM, 1994), que tem como objetivo preservar e proteger o Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém.

³³ Intervenção destinada à construção ou substituição de edificação, sem interesse à preservação, devendo esta nova edificação contribuir para a harmonia volumétrica de seu entorno e com os ritmos das fachadas preservadas.

Figura 35 – Intervenções em edificações no Núcleo da Sé



Fonte: Belém (1902)

Figura 36 – Ritmo da fachada principal da edificação da FUMBEL no Núcleo da Sé

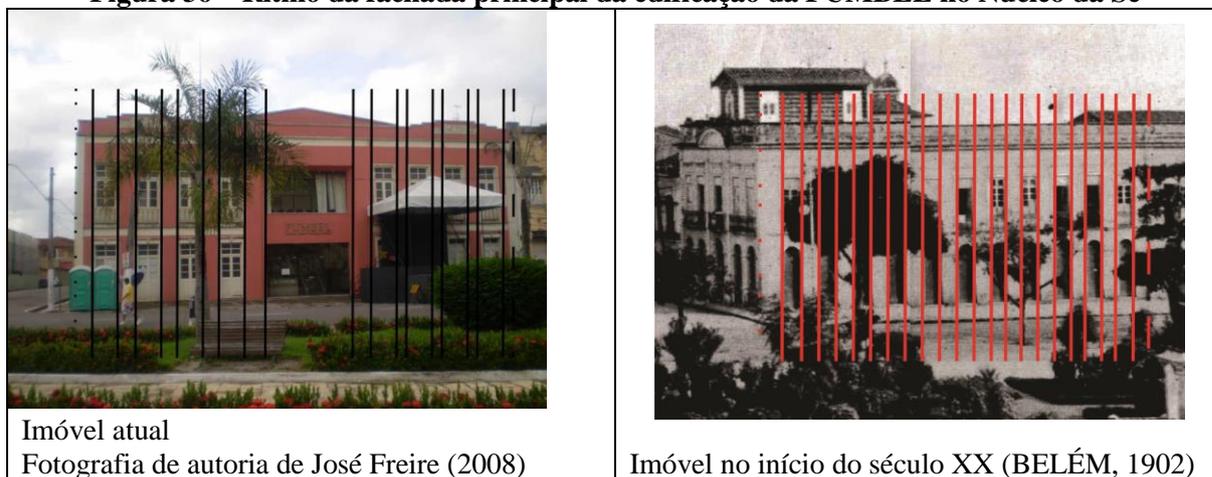
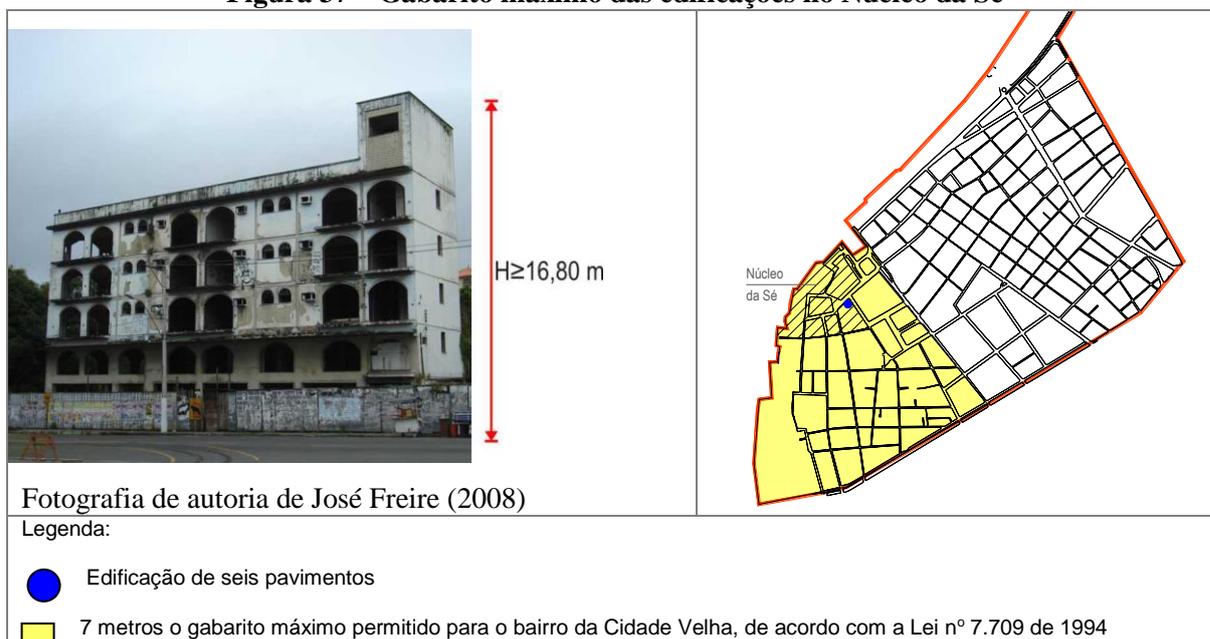


Figura 37 – Gabarito máximo das edificações no Núcleo da Sé

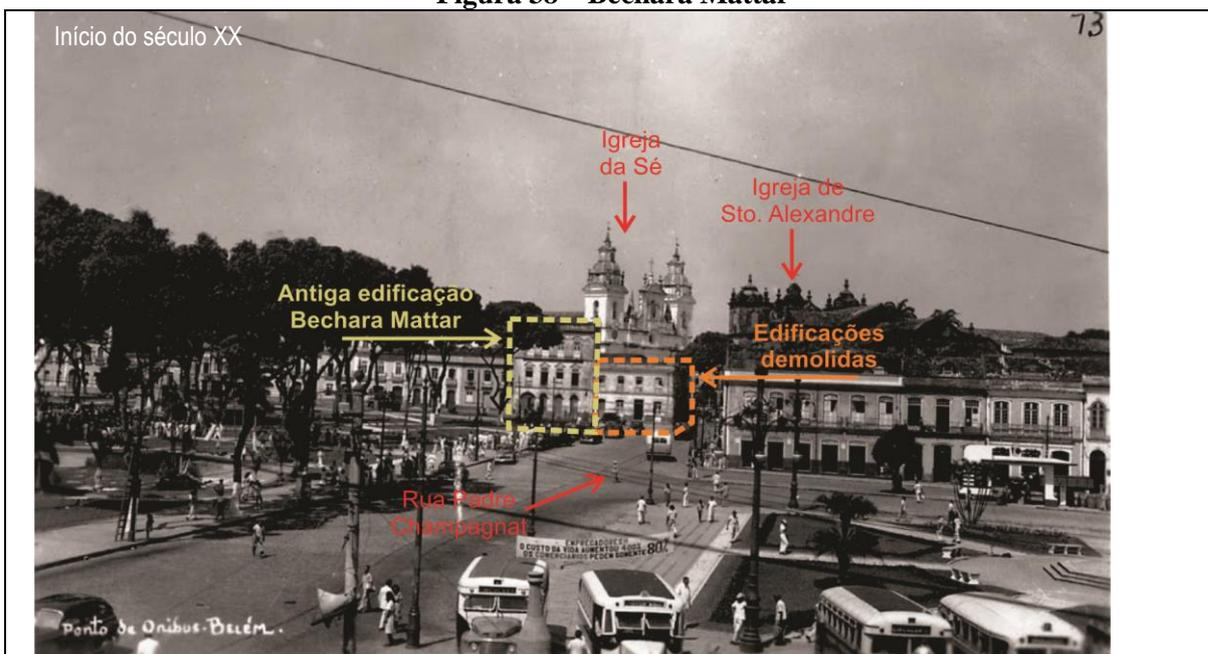


Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2008

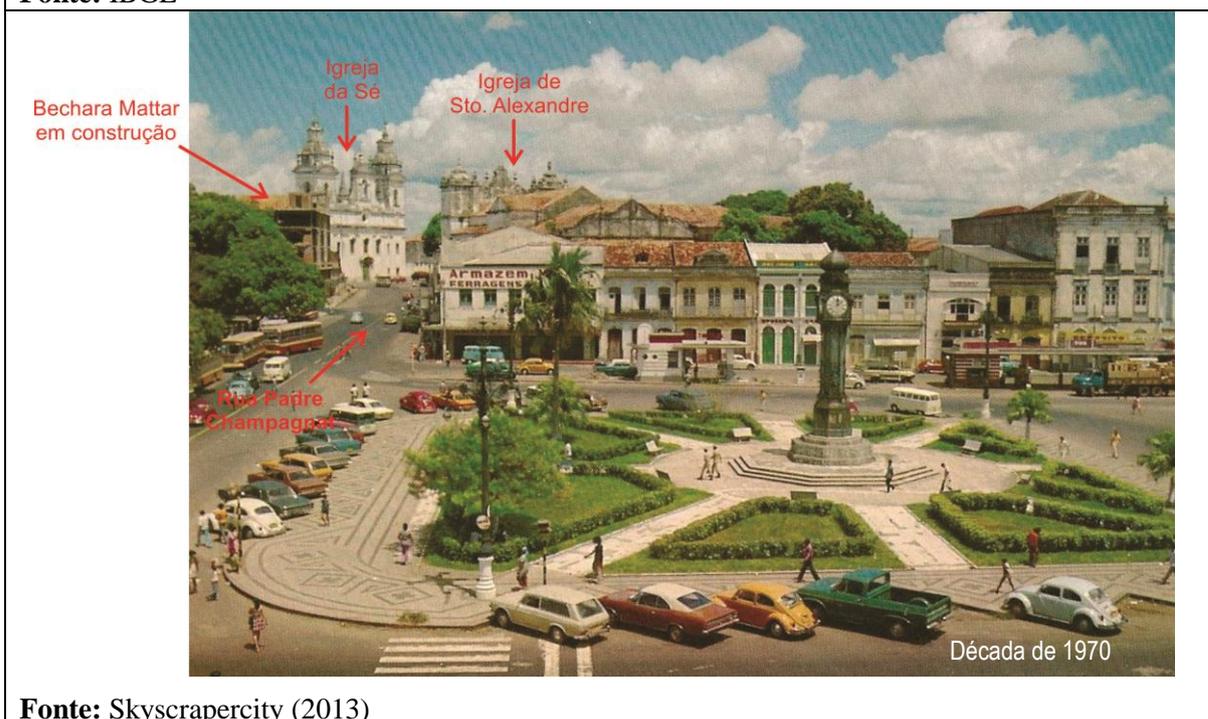
Antes do alargamento da Rua Padre Champagnat, o Bechara Mattar funcionava em princípio em uma edificação antiga de três pavimentos que dava frente para a Praça D. Pedro II (Figura 38). Depois do alargamento da Rua Padre Champagnat, em 1964/65, e, por conseguinte, com a demolição de quatro edificações nesta mesma rua, a antiga edificação do Bechara Mattar foi demolida para dar lugar ao atual edifício, construído por volta de 1975 pelo engenheiro Geraldo Tuma, e que em 1999 sofreu um incêndio. Interessante que a própria demolição de parte da memória histórica do Núcleo da Sé pelo poder público, com a retirada das quatro edificações, permitiu, de certo modo, a construção na década de 1975 da atual edificação Bechara Mattar.

Mesmo que essa nova edificação tenha sido construída antes do tombamento do CHB, verifica-se que ainda hoje há uma profunda falta de entendimento e respeito aos traços fisionômicos da área. Essa inserção, assim como a edificação que era ocupada pela Fumbel, não acompanha os ritmos das fachadas do núcleo, destoando deste ainda mais pelo gabarito, que é mais que o dobro do atualmente permitido.

Figura 38 – Bechara Mattar



Fonte: IBGE



Fonte: Skyscrapercity (2013)

O prédio do Bechara Mattar permaneceu igual desde o incêndio de 1999 e sem função até o ano passado. Em 2013, surge o projeto do Bechara Mattar Diamond, que prevê a construção de um shopping para locação com áreas comerciais, empresariais, restaurante panorâmico, espaços para casamentos, eventos, aniversários, exposições, cursos, shows etc. (Figura 39).

Figura 39 - Bechara Mattar Diamond

Fonte: BELÉM – MetrÓpole da Amazônia (2013)

O espaço enquanto instância social – segundo Santos (1998) – ou enquanto realidade social constituída por relações sociais – segundo Lefebvre (2010) – é um produto histórico, real, um fator social e não passivo que, além dessas características, está em permanente evolução. O espaço social é resultado da relação indissociável e dialética entre forma e conteúdo. Sendo um espaço ativo e não passivo ele adquire, com o tempo, uma significação, mas também atribui significado a outras coisas. Nesse processo de constante ressignificação, o espaço social histórico vem assumindo formas espaciais que são testemunhas de cada momento histórico.

Em meio a um processo de ressignificação, o CHB apresenta inúmeras alterações morfológicas. Isso ocorre também em outros centros históricos nos quais existem atualmente propostas de construção de edificações novas. Por exemplo, o projeto de uma torre de 396 metros no centro histórico de São Petersburgo, na Rússia, considerado como um dos mais preservados do mundo, razão pela qual em 1990 passou a fazer parte da lista do Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Tais construções, na maioria das vezes, não reverenciam os traços fisionômicos históricos do passado, ou seja, são construções que representam o momento presente.

De um modo geral, sem pretender descrever detalhadamente cada elemento da paisagem analisado, buscou-se no Quadro 14, visualizar as categorias levadas em conta em cada intervenção, assim como alterações e/ou preservações relacionadas aos elementos da

paisagem (via, quarteirão, lote, edificação e praça). Esse quadro contém tanto as intervenções que ocorreram na área em estudo quanto, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB), de 1975, que, mesmo não tendo sido executado, foi importante para o entendimento da forma como as leis, que são os instrumentos legais de preservação, orientaram intervenções e/ou planos na salvaguarda do CHB.

Quadro 14 – Núcleo urbano da Sé: planejamento e gestão

Ano	Plano, projeto, intervenção	Categorias do espaço social levadas em conta x Alterações / preservações dos elementos espaciais
1753	Intervenção em quarteirão	<ul style="list-style-type: none"> • Houve alteração na configuração espacial deste núcleo de estudo a partir da alteração dos elementos da paisagem, tais como a retirada de quarteirão, lote e edificação, além da ampliação do espaço público da praça. • As estruturas e os processos que deram origem a este quarteirão caracterizavam um dado momento da história representativo do período colonial. A retirada deste quarteirão faz parte de uma nova organização do espaço, que propicia a compreensão de como o espaço público da praça foi ampliado com base em um diferente momento histórico pertencente ao período pombalino.
1940-41	Tombamento da Catedral de N. S. da Graça (Igreja da Sé)	<ul style="list-style-type: none"> • A forma, a função, as estruturas e os processos foram considerados no tombamento isolado desta igreja.
1940-41	Tombamento da Igreja de S. Alexandre	<ul style="list-style-type: none"> • As formas físicas foram preservadas através do instrumento do tombamento isolado.
1940-41	Tombamento do antigo Colégio dos Jesuítas	<ul style="list-style-type: none"> • Houve alteração em seus conteúdos. Dessa maneira, as ações do passado, moldadas por elementos representativos de estruturas e de processos, que deram origem e sentido a essas formas foram substituídas por novas ações. Assim, pode-se dizer que estas formas se metamorfosearam em outras formas quando houve alteração do conteúdo.
1961-62	Tombamento do Forte do Castelo	
1963-64	Tombamento da Casa das 11 Janelas	
1964	Tombamento do Conj. arquitetônico e urbanístico da Praça Frei Caetano Brandão	<ul style="list-style-type: none"> • Preservou-se o uso de lazer nesta praça e a valorização apenas das edificações monumentais que são tombadas. • Entende-se que, a função desta praça estava voltada para o conjunto de edificações significativas de seu entorno imediato. O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da Praça Frei Caetano Brandão não resgatou o valor destes objetos em conjunto
1964-65	Alargamento da Rua Padre Champagnat	<ul style="list-style-type: none"> • A mudança da forma de produzir (intermediações entre homem e natureza, técnicas, instrumentos de trabalho etc.) modificou o objeto via, produzido pelo homem, que sofreu ampliação de sua largura para facilitar o acesso de automóveis. • Mesmo que o uso desta via continue a ser para a acessibilidade de pessoas e/ou transportes, entende-se que houve uma busca da sociedade de inferir novo valor aos elementos da paisagem deste núcleo de estudo. • Assim, a configuração espacial e seus elementos da paisagem mudaram de significação a partir, por exemplo, da ampliação da largura da via e demolição de quatro edificações. • Quanto aos elementos de estruturas e de processos, que definiram a estreiteza da Rua Padre Champagnat e as quatro edificações que eram voltadas para esta rua, foram substituídos por um novo momento histórico advindo,

		por exemplo, da maior concatenação dos espaços sociais e do crescimento e da expansão urbana.
1975	PDGB: Praça Frei Caetano Brandão	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de significado: <ul style="list-style-type: none"> – Partes dos quarteirões para abrigar o uso de lazer decorrente da alteração da forma dos mesmos. – Alteração tanto na ampliação quanto no uso da via para circulação de pedestre. – Retirada de alguns lotes e preservação de lotes que se encontram edificações monumentais. – Preservação de edificações monumentais e demolição das sem interesse a preservação – Alteração na forma do quarteirão da praça e em seu desenho paisagístico do início do século XX. • A maioria das proposições feitas pelo PDGB foi de ruptura com a história social inseridas nos traços fisionômicos deste núcleo de estudo. No entanto, na proposta de reabertura de uma via que existia no século XVIII, o PDGB tenta resgatar conteúdos de estruturas e processos sociais representados pela relação parcial que havia entre o rio com a cidade.
1997/2002	Projeto Feliz Lusitânia: Igreja de Santo Alexandre e antigo Colégio dos Jesuítas / Forte do Castelo / Casa das Onze Janelas e parte da orla	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorreu uma intervenção de restauro no elemento da paisagem edificação. • O restauro da Igreja de Santo Alexandre e do antigo Colégio dos Jesuítas preserva indiretamente as vias e a praça do seu entorno imediato, pois não interfere diretamente na morfologia urbana. Diretamente, contribui para a preservação do quarteirão – que foi refeito em pedra de lioz e teve o seu meio fio reconstituído – e dos lotes em que se insere, pois os mesmos não sofreram alterações de desmembramento e/ou remembramento, além da preservação da Igreja e do antigo Colégio. • A intervenção na Casa das Onze Janelas e no quarteirão em que está inserida tanto preserva o lote em que esta edificação se insere quanto lembra os quarteirões vizinhos. Esta alteração morfológica alterou também a centralidade da praça. • A adaptação do uso para o museológico (Igreja de Santo Alexandre e antigo Colégio dos Jesuítas), para o arqueológico (Forte do Castelo) e serviço, cultural e lazer (Casa das Onze Janelas e quarteirão da orla) é uma mudança de significado decorrente de uma nova produção do espaço social que prioriza as qualidades estéticas da forma.
2003	Projeto de requalificação da praça Frei Caetano Brandão	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto enaltece os traços fisionômicos da praça, oriundo do início do século XX, através da apreensão dos princípios que a originaram que são, por assim dizer, as estruturas e os processos produtores deste espaço aberto.
2013	Bechara Mattar Diamond	<ul style="list-style-type: none"> • Será uma nova edificação inserida em um centro histórico repleto de traços fisionômicos representativos dos primeiros períodos históricos, que não contribuirá para preservação da memória relacionada às estruturas e aos processos.

Fonte: Análise da autora, 2014

4.3. Análise da preservação do Núcleo do Carmo

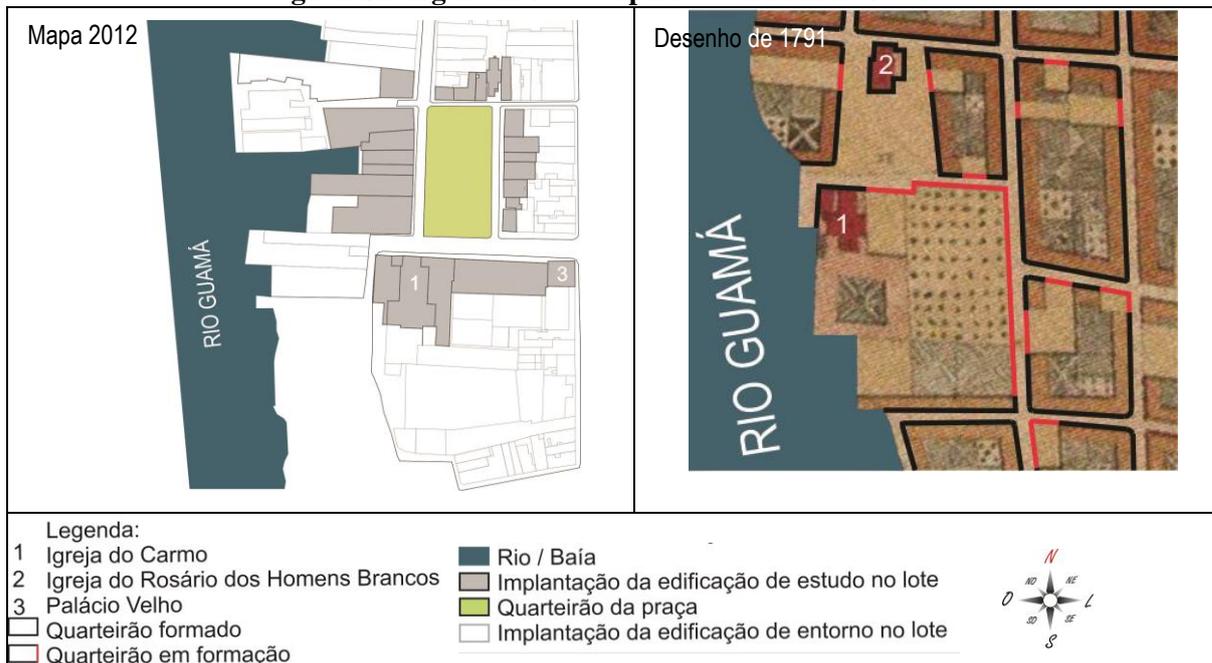
Assim como ocorreu com as igrejas do Núcleo da Sé, a Igreja do Carmo também foi tombada em 1941, mediante o processo federal de nº 236-T-40. Destaca-se que no Núcleo do Carmo apenas a igreja e a edificação denominada de Palácio Velho, imóvel do período colonial, construído por volta de fins do século XVIII, foram considerados como elementos importante para o tombamento. Esse fato explica tanto a descaracterização da praça, cujo desenho inicial não foi preservado, quanto o abandono e a descaracterização do casario do entorno, do qual restam hoje poucos traços da tipologia arquitetônica que caracterizava esse núcleo.

O Palácio Velho, em 1943, foi considerado de utilidade pública – por seu significado histórico e artístico – pela Prefeitura Municipal de Belém, de acordo com o decreto lei nº 119, e tombada pelo IPHAN em 1944. Segundo a tradição, esse sobrado urbano serviu de residência governamental além de sede dos serviços do executivo paraense antes da construção, em 1767, do palácio do governo. No entanto, pesquisadores como Barata e Reis (BARATA apud REIA, 1946) não ratificam a utilização desse prédio como sede do governo. Por outro lado, os documentos históricos não confirmam o que diz a tradição, mas também não a contestam. O que se pode dizer com certeza é que no mapa feito em 1791 não havia indícios da existência dessa edificação (Figura Cartográfica 61, Fotografia 9).

Provavelmente no período de sua construção, o térreo era utilizado para comércio e os demais pavimentos como residência. De acordo com registros do IPHAN, até 1944 o térreo mantinha a função comercial e os andares superiores eram, até 1981, sede da Associação dos ex-alunos do colégio Salesiano do Carmo. Desde a segunda metade do século XX, a Prefeitura Municipal de Belém desenvolve análises técnicas na edificação do Palácio Velho com o objetivo de recuperar e ocupá-lo de forma útil.

As suas fachadas possuem algumas características dos padrões do século XVIII, tais como a simetria e o predomínio de cheios pelos vazios (vãos de portas e janelas). Nos séculos XIX e XX sofreu acréscimos e alterações para adequar sucessivos usos em seus compartimentos, como grade de ferro batido e um tipo de esquadrias, ambos do século XIX.

Figura Cartográfica 61 – Mapa em fins do século XVIII



Fotografia 9 – Palácio Velho (2014)
Fotografia de autoria de Rachel Sfair (2014)



Assim como no passado, atualmente observa-se, no Núcleo do Carmo, um espaço densamente construído em volta de uma área pública central, de forma retangular e com centralidade alta (Figura Cartográfica 62), o que demonstra a consolidação da ocupação no entorno da praça.

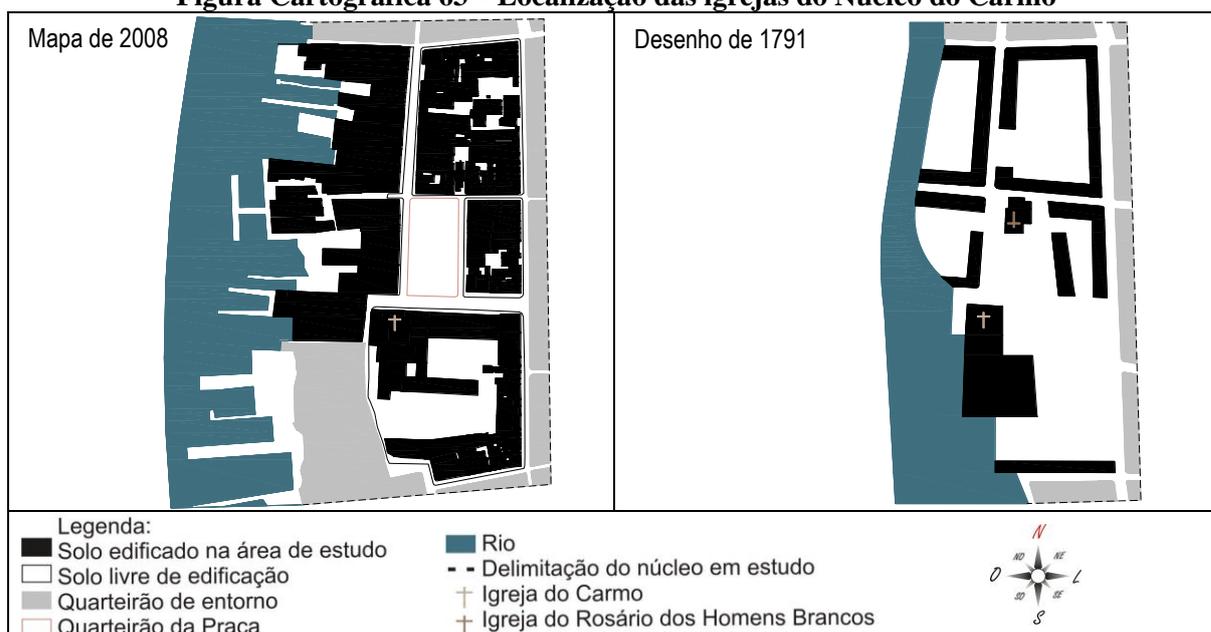
Figura Cartográfica 62 – Centralidade do espaço público da praça do Núcleo do Carmo, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2012

A partir da Figura Cartográfica 62, verifica-se que o espaço público da praça volta-se para a Igreja do Carmo, confirmando conclusões do capítulo anterior de que esse espaço surgiu a partir da construção da Igreja do Carmo, em cujo entorno localizaram-se construções residenciais e comerciais, partes morfológicas importantes deste núcleo histórico, atraídas pela presença da igreja.

Atualmente, o espaço da praça permanece central, centralidade essa resultante do posicionamento das edificações no seu entorno. No entanto, esse espaço livre, centralizado, regularizado por um quarteirão e livre de edificações, tem esta configuração espacial desde o início do século XX. Até o final do século XVIII, era um espaço centralizado, vazio e delimitado em duas de suas bordas laterais por duas igrejas localizadas em lados opostos: a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (fundada neste local no ano de 1626) e a Igreja do Rosário dos Homens Brancos (fundada por volta dos anos 50 do século XVII), conforme Figura Cartográfica 63.

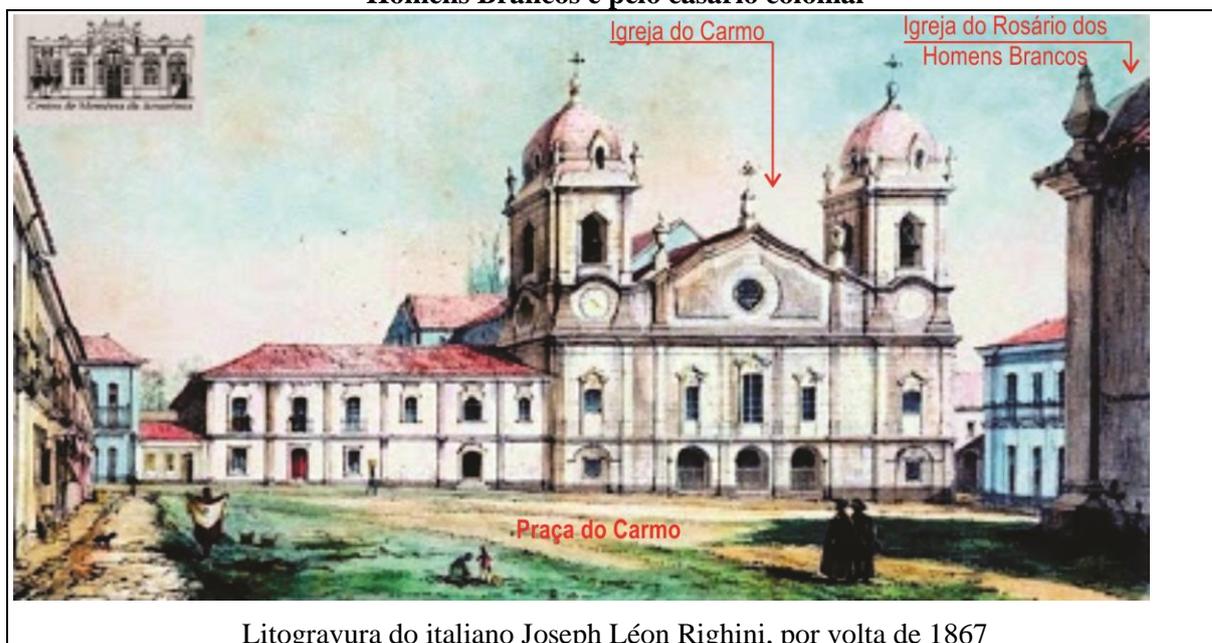
Figura Cartográfica 63 – Localização das igrejas do Núcleo do Carmo

Fonte: Belém (1998); ALUNORTE (1995) / Modificado pela autora, 2012

A Igreja do Rosário dos Homens Brancos fez parte do segundo núcleo urbano mais antigo do bairro da Cidade Velha, o Núcleo do Carmo, que surgiu por volta de 1626. Conforme item anterior, neste núcleo havia um conjunto de edificações antigas pertencentes ao período colonial que faziam parte do entorno de uma praça denominada de Largo do Carmo (Figuras 40 e 41). Tanto a Igreja do Carmo quanto a Igreja do Rosário dos Homens Brancos, erigidas no século XVII, contribuíram para a formação da paisagem urbana deste núcleo. No entanto, esta última foi destruída em meados do século XX, após longos anos de abandono e ruína.

Segundo informações recolhidas na FUMBEL, o projeto de escavação arqueológica na praça do Carmo, desenvolvido em duas etapas, 1993 e 1994, comprova que a Igreja do Rosário dos Homens Brancos pertencia a uma irmandade dedicada à Nossa Senhora do Rosário. Em suas estruturas arquitetônicas havia uma nave única de dezenove metros de comprimento por nove metros de largura, inicialmente construída em taipa. Já no século XVIII, essa edificação foi reconstruída em um período anterior a 1751 (Figura 42). Em volta dessa igreja, encontrava-se um cemitério, que provavelmente foi o mais antigo da cidade de Belém.

Figura 40 – Vista do Largo do Carmo circundado pelas Igrejas do Carmo, do Rosário dos Homens Brancos e pelo casario colonial



Litogravura do italiano Joseph Léon Righini, por volta de 1867

Fonte: Baleixe (2009)

Figura 41 – Igreja do Rosário dos Homens Brancos provavelmente em 1920

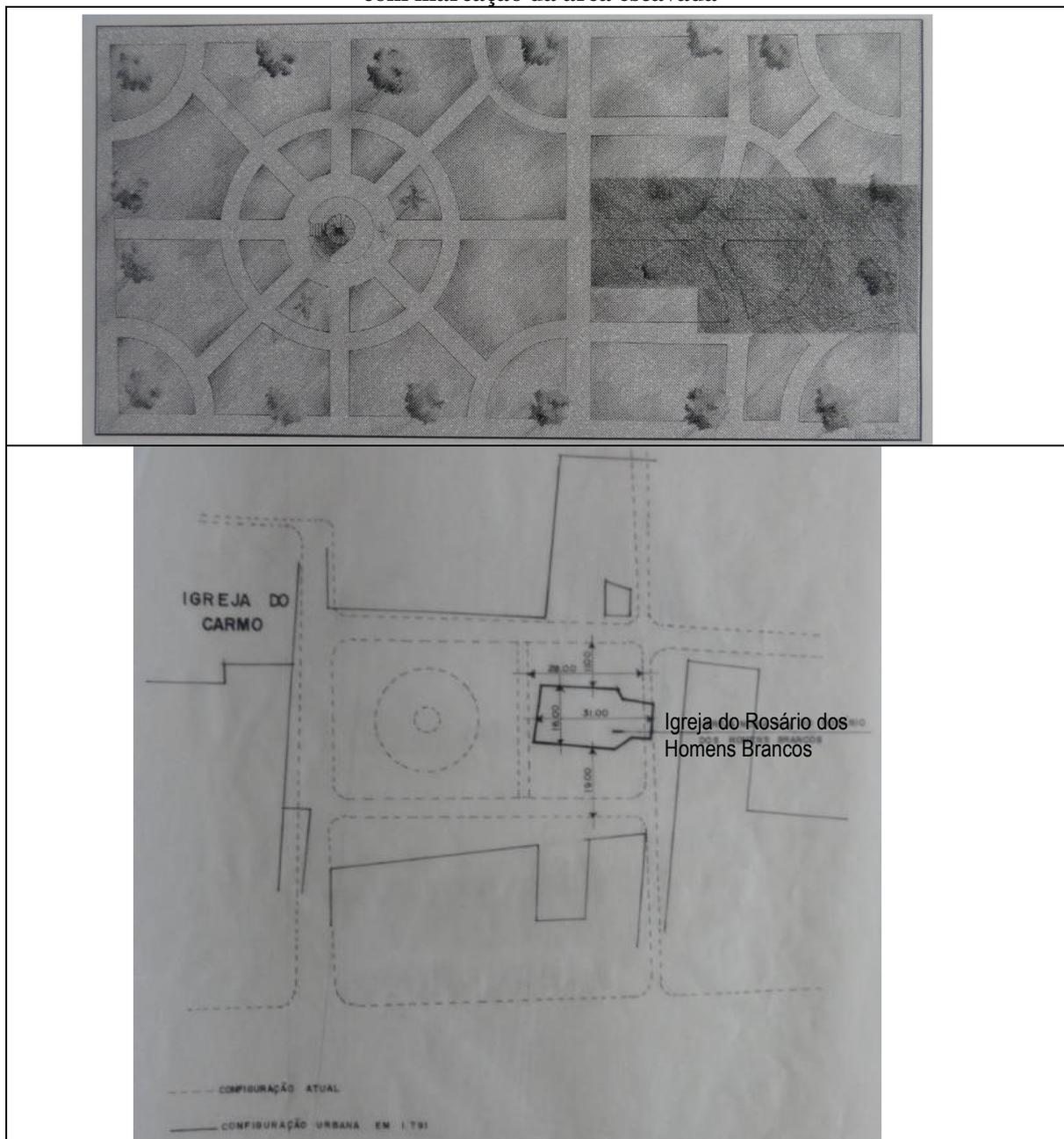


Fonte: Coleção Dr. Raimundo Viana

Essas evidências arqueológicas, dos séculos XVII e XVIII, demonstram o primeiro passo do “Projeto revitalização da Cidade Velha” (INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1994), ao recuperar a memória da Igreja do Rosário dos

Homens Brancos através da valorização do patrimônio arqueológico existente, destacando a importância tanto dessa igreja quanto do cemitério na história colonial de Belém.

Figura 42 – Levantamento do sítio arqueológico da Igreja do Rosário dos Homens Brancos com marcação da área escavada

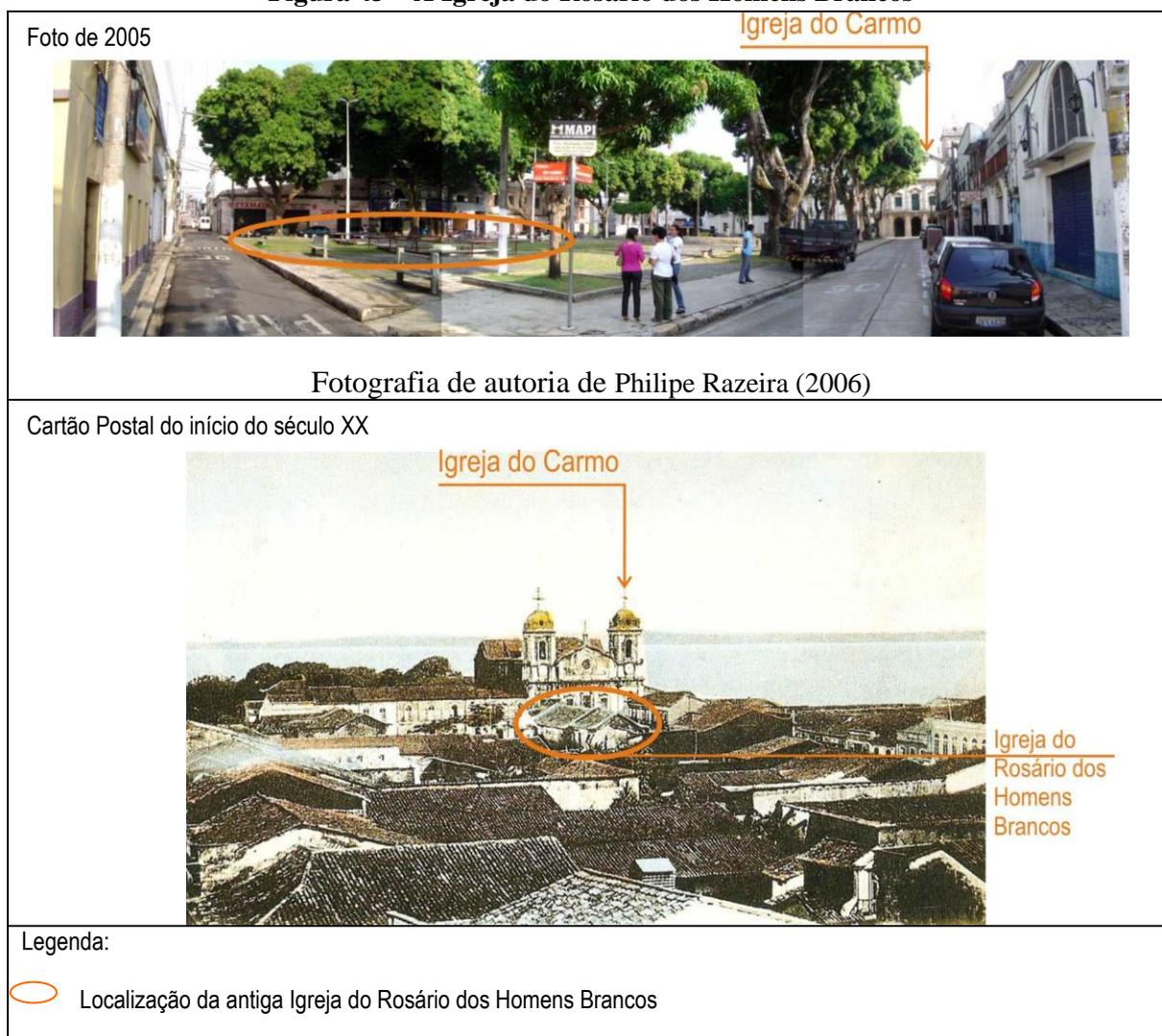


Fonte: Fumbel (1993)

A Igreja do Rosário dos Homens Brancos, que foi demolida em meados da década de 1930, foi um significativo elemento da paisagem do Núcleo do Carmo, visto que dela fez parte desde meados do século XVII, sendo um dos elementos que contribuiu para a formação

do espaço público da atual praça, a qual sem ele se altera pela perda de um elemento marcante da sua origem (Figura 43).

Figura 43 – A Igreja do Rosário dos Homens Brancos



Fonte: Pará (1998) / Modificado pela autora, 2008

Em 1994, partindo do objetivo de requalificação da Cidade Velha, foi desenvolvido um projeto denominado de “Escavação do Sítio Arqueológico da praça do Carmo” (INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1994), no bairro da Cidade Velha, sob a coordenação da professora Jussara da Silveira Derenji, Diretora do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), em parceria com o Departamento de Ciências Humanas (Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi). Tal trabalho foi acompanhado e fiscalizado pelo Serviço Público Federal através do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

Partindo da aplicação da metodologia de escavação e de estudos arqueológicos, obtiveram-se informações sobre antigos assentamentos humanos (antigas estruturas arquitetônicas da Igreja do Rosário dos Homens Brancos e recuperação de indícios relacionados às ocupações passadas) localizados na Praça do Carmo, capazes de orientar as atividades de intervenção da praça.

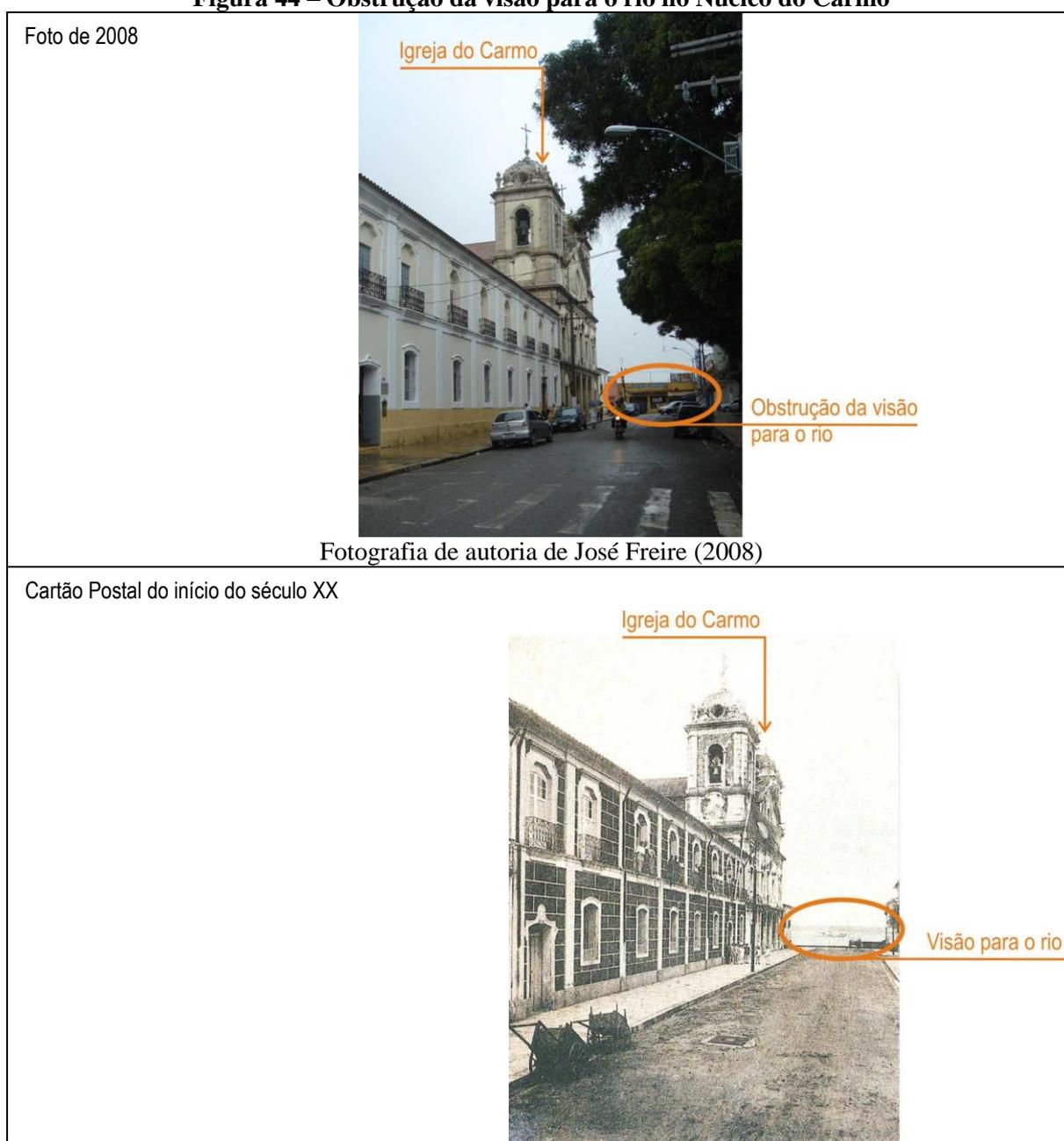
Pretendia-se com o “Projeto de revitalização da Cidade Velha” (INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1994), em conjunto com a valorização do sítio arqueológico, projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Belém através da FUMBEL, transformar o espaço público da praça em um espaço aberto ao público, enriquecido com o vínculo arqueológico do passado colonial. Em outras palavras, pretendeu-se valorizar elementos das estruturas e dos processos passados – que deram origem à paisagem urbana deste núcleo – em conjunto com a intervenção na forma e na função do núcleo do Carmo. No entanto, a Igreja do Rosário dos Homens Brancos, que teve seu registro por mais de 250 anos na história da cidade de Belém, mesmo com a utilização do instrumento da arqueologia urbana, não conseguiu ser protegida e valorizada e vem desaparecendo da memória coletiva. Tal fato é confirmado na Fotografia 10 pelo acúmulo de lixo deixado nas áreas delimitadas para preservar as fundações dessa irmandade, existente desde o período colonial, na Praça do Carmo.

Fotografia 10 – Marcação do sítio arqueológico da Igreja do Rosário dos Homens Brancos
Fotografia de autoria de Rachel Sfair (2014)



Com base nos dados fornecidos no capítulo anterior, observa-se, no desenho de 1791, que este núcleo já possuía ocupação em três de seus lados e visão parcial para o rio, através do espaço entre um desses lados e a Igreja do Carmo. Atualmente, essa configuração da paisagem foi alterada pela inserção de edificações entre a Igreja do Carmo e o rio. Essa ocupação obstrui a antiga relação do núcleo com o meio fluvial (Figura 44). As ações de requalificação deste núcleo, assim como do Núcleo da Sé deveriam valorizar essas aberturas parciais para o rio, de maneira a levar em conta os elementos estruturais e processuais que contribuíram para as configurações dessas paisagens urbanas.

Figura 44 – Obstrução da visão para o rio no Núcleo do Carmo



Fonte: Pará (1998) / Modificado pela autora, 2008

De acordo com o cartão postal da Figura 43, observa-se que o espaço público da praça era composto de pouquíssimas árvores e, conforme o capítulo anterior, foi sofrendo um processo de ordenamento e de embelezamento. No princípio do século XX, mais precisamente durante o período da administração do Intendente Antônio José de Lemos (1897 a 1912), verifica-se que a praça era gramada e com árvores plantadas no seu perímetro. Com o tempo, a ordenação desse espaço sofreu alteração, recebendo tratamento paisagístico, pavimentação com circulações em cimentado liso, grama e um coreto próximo à igreja do Carmo (Figura 47).

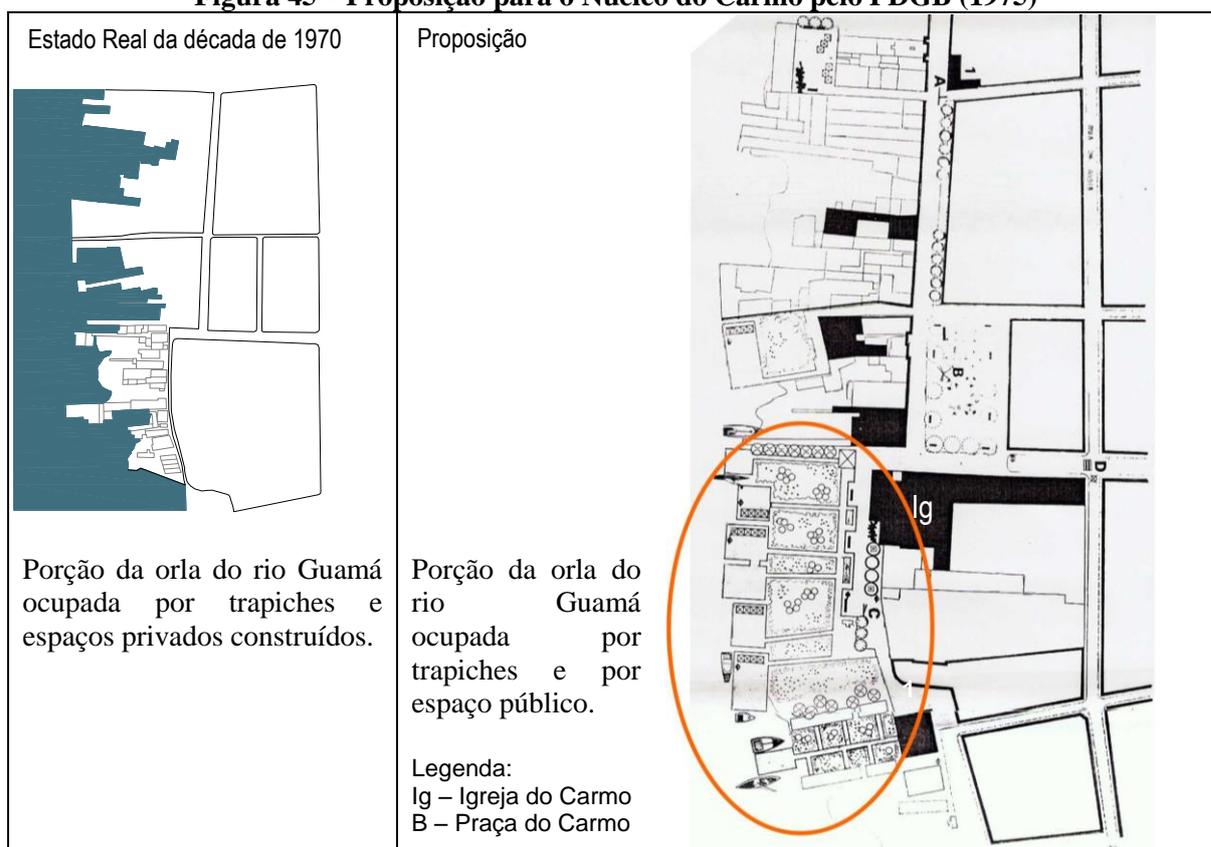
Durante a década de 1970, o PDGB (DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS S. A. CONSULTORES, 1975) propôs um conjunto de medidas para este núcleo, visando, entre outras coisas (Figuras 45 e 46) ao “aproveitamento das margens do Rio Guamá com a criação de pontos de encontro diversos (tacacá, sucos, sorvetes, frutas, bares, etc.), através da construção de trapiches e plataformas de madeira voltadas para a paisagem do Guamá e o conjunto lateral da Passagem e Igreja do Carmo” (REFERÊNCIA (DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS S. A. CONSULTORES, 1975, v. 2, p. 138).

De certa forma, essa proposta visava a recompor a ligação do núcleo com o rio, dando um tratamento paisagístico ao espaço que foi ocupado anteriormente entre a igreja e o rio Guamá. Mesmo não implantada, essa proposta do PDGB é importante pela decisão do poder público, através de um plano, de intervir em uma situação urbana, como a que deu origem à ocupação indevida da orla, consolidada e implantada em decorrência do descaso desse poder.

Com essa proposta, o PDGB visava ao desenvolvimento das áreas do entorno do Núcleo do Carmo, buscando beneficiar essa área da Cidade Velha, que, inclusive, voltaria a ter uma abertura, urbanizada e tratada paisagisticamente, para o rio.

O projeto intitulado “Recuperação da Praça do Carmo”, desenvolvido em 1996 pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), teve como objetivo a recuperação da reurbanização desse logradouro, propondo, entre outras coisas, a demarcação do perímetro da antiga Igreja do Rosário dos Homens Brancos, expondo assim as covas abertas pelo projeto de escavação arqueológica em 1993/94. Essa alteração na praça, por ação do poder público (Prefeitura Municipal), implantou um projeto que não preservou o desenho do início do século XX. Retirou o antigo coreto para dar lugar a um pequeno anfiteatro, que não existia anteriormente (Figura 47). O único mérito desse projeto foi a demarcação no piso atual do local da antiga Igreja do Rosário dos Homens Brancos, inclusive com a exposição de parte de suas fundações.

Figura 45 – Proposição para o Núcleo do Carmo pelo PDGB (1975)



Fonte: Desenvolvimento e Sistemas S. A. Consultores (1975; v. 2); Belém (1977) / Modificado pela autora, 2008

Conforme exposto em capítulo anterior, a preservação da composição de vias e de quarteirões, em harmonia com os traços fisionômicos de formação e de desenvolvimento desse espaço, não respaldam o Núcleo do Carmo como detentor dos traços que caracterizam essa área, pois as modificações nele se deram tanto em seus lotes (remembramento e desmembramento), quanto, com grande incidência, na descaracterização das edificações.

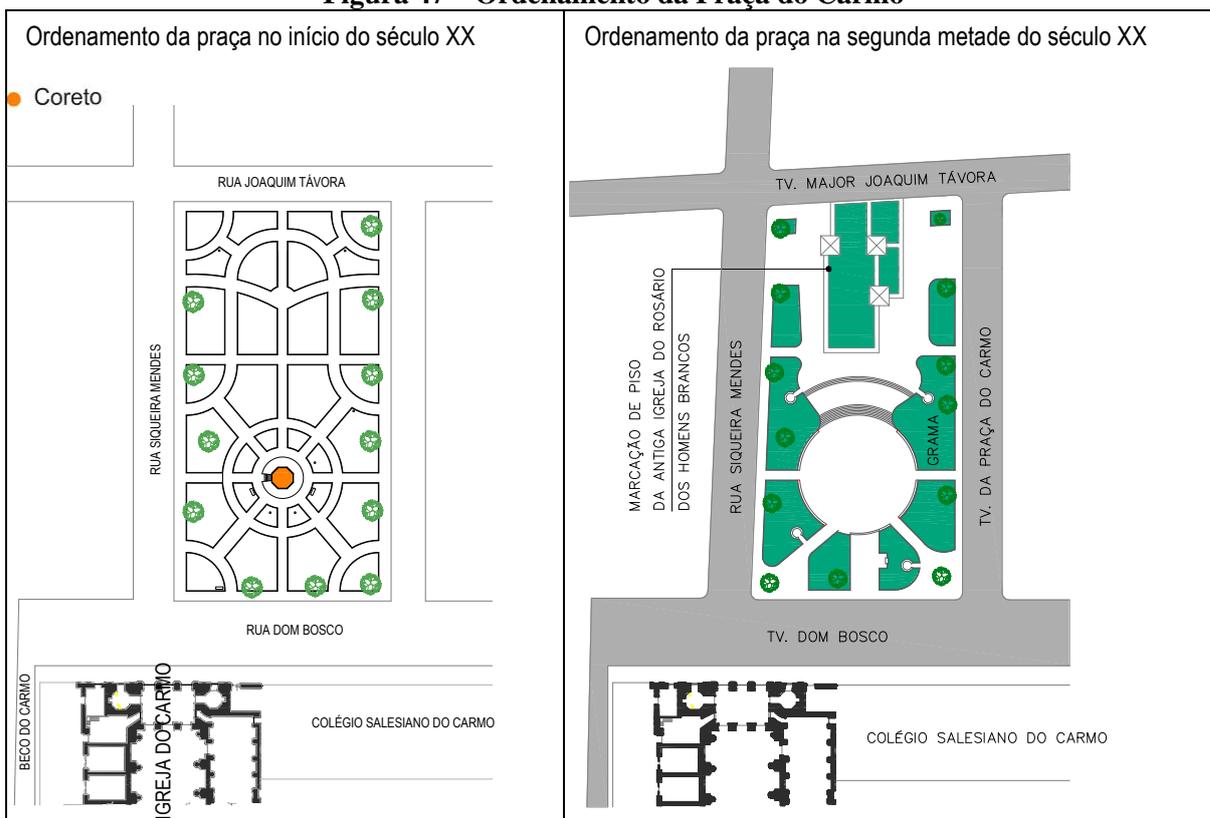
No caso da junção de lotes (remembramento), há o desmonte do casario para inserção de novas edificação, sem relação com os traços fisionômicos de ocupação de lote (Figura 48), o que corrobora a hipótese de que a perda das características iniciais do casario ocorreu em função da falta de instrumentos legais para preservá-lo. Vale considerar que os instrumentos para a preservação do casario só surgiram em 1994 com a Lei de nº 7.709, definindo que bens imóveis tombados teriam seu entorno, ambiência ou vizinhança protegidos para salvaguardar a unidade arquitetônica.

Figura 46 – Proposição para o Núcleo do Carmo pelo PDGB (1975) em croquis



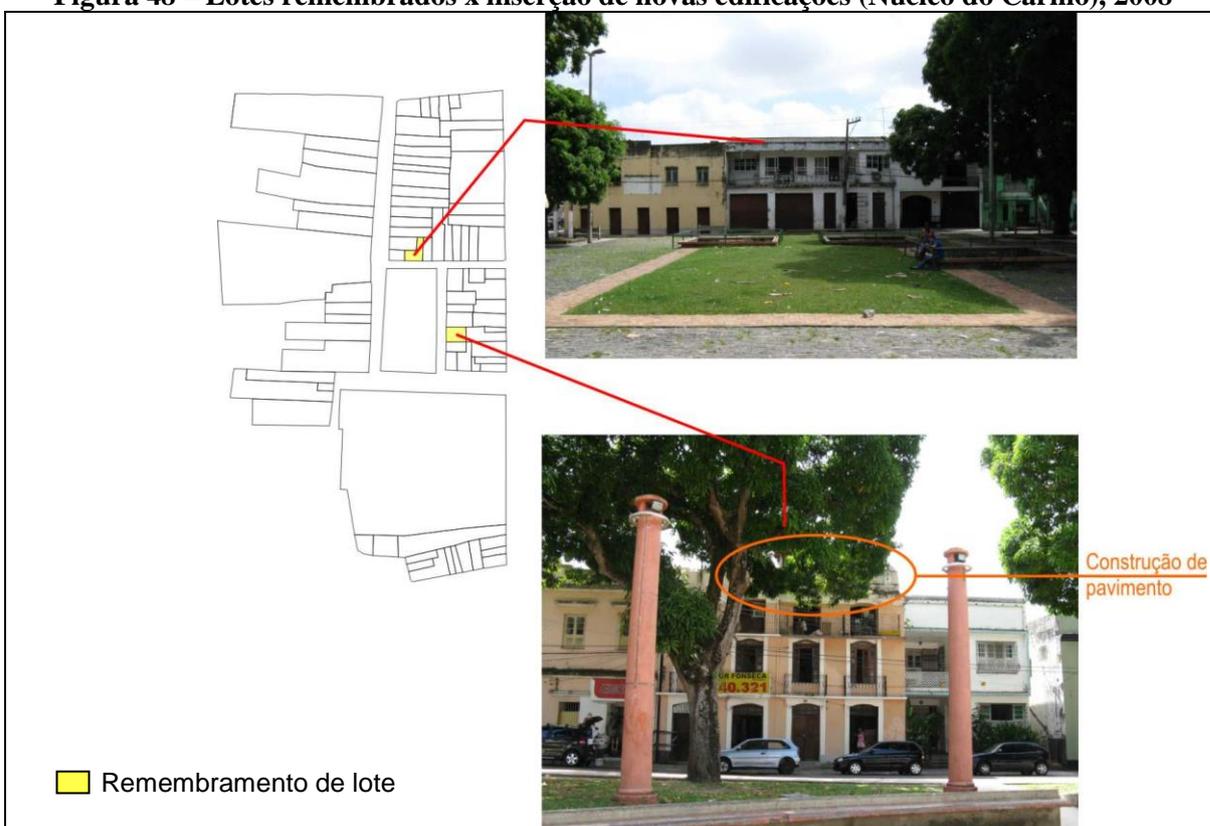
Fonte: Desenvolvimento e Sistemas S. A. Consultores (1975; v. 2)

Figura 47 – Ordenamento da Praça do Carmo



Fonte: Fumel / Modificado pela autora, 2008

Figura 48 – Lotes lembrados x inserção de novas edificações (Núcleo do Carmo), 2008



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2013

Neste núcleo, a inserção de novas edificações não se dá apenas em lotes remembrados, mas também em lotes oriundos de desmembramentos e em lotes que não sofreram modificação em suas dimensões, o que comprova a alteração por reforma ou a substituição de imóveis antigos por novas construções, particularmente antes do ano de 1994.

O Núcleo do Carmo, de acordo com a terceira parte, embora continue com o gabarito inicial baixo nas suas edificações, pois 79% destas têm essa característica, passou, até 1994, por um processo de alterações nas fachadas de seus imóveis, distanciando-os cada vez mais das características que os originaram em diferentes tempos. Disso resulta uma configuração urbana distorcida na qual o aspecto do casario do entorno da praça não se coaduna com a tipologia da Igreja do Carmo, parecendo um coadjuvante deslocado do teor da peça.

Ao contrário do ocorrido no Núcleo da Sé, cujas inserções paisagísticas de uso público e privado foram mais intensas, pelo efeito cênico do projeto Feliz Lusitânia e pela possível implantação do shopping Bechara Mattar Diamond, no Núcleo do Carmo as inserções deram-se no espaço público com menor intensidade, em decorrência da descaracterização das fachadas do casario, que contribuiu para o atual aspecto de confinamento do espaço da praça, desvalorizando o visual da Igreja do Carmo, pouco percebida da maioria dos pontos da praça.

De maneira resumida, verifica-se no Quadro 15 que a demolição da Igreja do Rosário dos Homens Brancos na década de 1930 não levou em conta elementos importantes do espaço social (forma, função, estrutura e processo), resultando em mais aspectos espaciais alterados do que preservados. Já na década de 1940 a única igreja a ser levada em consideração como pertencente à memória coletiva do Núcleo do Carmo foi a Igreja do Carmo e em 1944, o Palácio Velho. Em 1993/94 o projeto de escavação do sítio arqueológico da Praça do Carmo tentou resgatar elementos dos processos e estruturas do período colonial através da valorização das reminiscências arqueológicas da Igreja do Rosário dos Homens Brancos e do cemitério em seu entorno. E através dessa valorização arqueológica o projeto de recuperação da Praça do Carmo, desenvolvido em 1996, trouxe a existência da Igreja do Rosário dos Homens Brancos para dentro da praça e para a memória da cidade.

Quadro 15 – Núcleo urbano do Carmo: planejamento e gestão

Ano	Lei, plano, projeto, intervenção	Categorias do espaço social levadas em conta x Alterações / preservações dos elementos espaciais
Década de 1930	Demolição da Igreja dos Homens Brancos	<ul style="list-style-type: none"> • A forma, a função, as estruturas e os processos não foram consideradas. Assim, a intervenção de demolição considerou esta igreja como existência física, isto é, como forma construída desprovida de forma-conteúdo • Deixou-se de apreender este objeto geográfico como existência social.
1940-41	Tombamento da Igreja do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • A forma, a função, as estruturas e os processos foram considerados no tombamento isolado desta igreja.
1944	Tombamento da edificação do Palácio Velho	<ul style="list-style-type: none"> • O térreo mantinha a função comercial e os andares superiores funcionavam até 1981 como sede dos ex-alunos do colégio Salesiano do Carmo. • Preservaram-se as significações da forma, função, estrutura e processo, mesmo com a mudança de uso dos andares superiores, que tiveram seus significados alterados para abrigar uma nova realidade.
1975	PDGB – proposta para o núcleo do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração em uma porção específica da forma localizada entre o rio e o quarteirão da Igreja do Carmo. • Essa proposta buscava de certa forma valorizar elementos de estruturas e de processos passados, pois visava a recompor a ligação do núcleo com o rio, não mais só como contemplativo, circulação de pessoas e de mercadorias, mas também como ponto de lazer, dando um tratamento paisagístico ao espaço que foi ocupado anteriormente entre a igreja e o rio Guamá.
1993/94	Escavação do sítio arqueológico da praça do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização das fundações da Igreja do Rosário dos Homens Brancos, resgatando a memória religiosa e o antigo cemitério existente na Praça do Carmo.
1996	Recuperação da Praça do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • A função lazer foi valorizada, acrescentando a de sítio arqueológico. • Os elementos das estruturas e dos processos foram parcialmente preservados, pois por um lado houve modificação na forma a partir do desenho da praça, mas por outro houve o resgate de um dos elementos da paisagem mais importante na formação da configuração espacial deste núcleo, a valorização das fundações da Igreja do Rosário dos Homens Brancos.

Fonte: Análise da autora, 2014

4.4. Análise da Preservação do Núcleo das Mercês

Assim como as igrejas dos outros dois núcleos, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e o antigo Convento dos Mercedários foram tombados em 1941 pelo processo federal de nº 388-T-40. São os principais elementos arquitetônicos deste núcleo, tanto no que diz respeito ao aspecto plástico, quanto à volumetria e à localização privilegiada. Diferente das demais igrejas, o Conjunto dos Mercedários (Igreja e Convento dos Mercedários) ocupa integralmente uma das fachadas da praça, impondo-se visualmente de todos os lugares desse espaço público.

A Praça Visconde do Rio Branco, no Núcleo das Mercês, foi tombada em nível estadual pelo DPHAC, ainda em 1988, através do Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. No dia 01 de agosto de 1988, foi publicado no Diário Oficial o tombamento do espaço público da praça, assim como o das ruas Gaspar Viana e Santo Antônio, além das Travessas Frutuoso Guimarães e sua paralela, a Barão do Rio Branco, correspondentes ao entorno dessa praça.

Até meados da década de 1880, o Núcleo das Mercês era composto pela Igreja das Mercês, pelo antigo Convento dos Mercedários, pelo casario colonial e por um espaço público aberto ainda descampado (Figuras 49 e 50). Durante o governo do Presidente da Província Dr. José Coelho da Gama e Abreu, em 1881, começaram as obras de urbanização do antigo largo das Mercês. Este espaço, até então descampado, foi arborizado e circundado com grades e portões de ferro, que eram fechados à noite, recebeu o nome de Praça Barão do Mauá (Fotografia 11).

Na administração do Intendente Antônio José de Lemos, foi removido o gradil de ferro que contornava a praça, que passou a ser chamada de Visconde do Rio Branco. Mesmo nos tempos de hoje, com inúmeras políticas públicas preservacionistas e com o interesse da sociedade quanto à preservação do patrimônio cultural, o Núcleo das Mercês – assim como os outros dois núcleos de estudo – vem substituindo os seus traços fisionômicos, relacionados a processos e estruturas passados, por novas características arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas e culturais. Exemplos dessas modificações são a retirada do gradil de ferro e, mais recentemente, das palmeiras imperiais, a descaracterização do casario antigo e a inserção de novas edificações.

Figura 49 – Vista do Largo das Mercês circundado pela Igreja das Mercês e pelo casario colonial



Litogravura do italiano Joseph Léon Righini, por volta de 1867

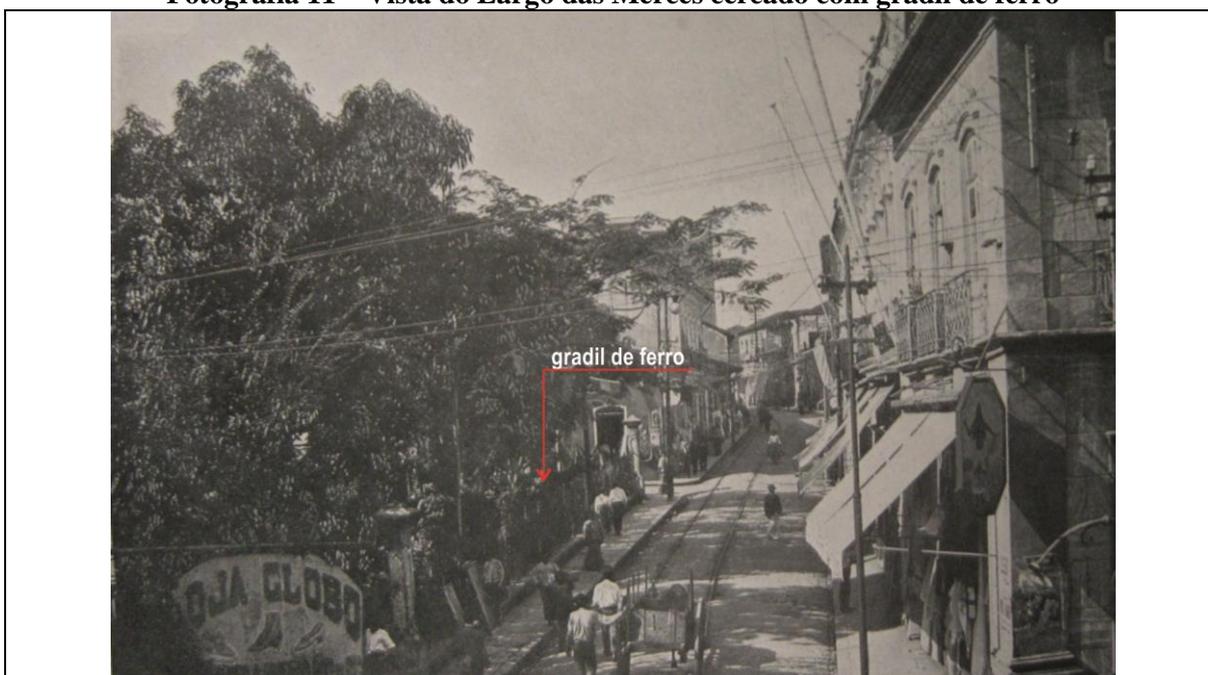
Fonte: Baleixe (2009)

Figura 50 – Praça Visconde do Rio Branco (antigo Largo das Mercês) por volta de 1875



Fonte: Crispino; Bastos; Toledo (2006)

Fotografia 11 – Vista do Largo das Mercês cercado com gradil de ferro



Fonte: Pará (1899)

Como já mencionado no capítulo anterior, a apresentação fundo-figura dos anos de 2014 e fins do século XVIII demonstra que, primeiro, o espaço público que viria a ser denominado de praça continua a ser central; segundo, a projeção das edificações é no limite do lote e crescente para o interior do quarteirão; e terceiro, embora seja considerado como uma alteração nos traços fisionômicos desse espaço urbano, o rio não mais participa da paisagem urbana do Núcleo das Mercês, pois, atualmente, há um grande quarteirão que os separa.

Esse quarteirão foi formado no início do século XX, com o aterro da orla da Baía de Guajará e era constituído pelos armazéns da Alfândega, posteriormente substituídos pelos galpões do Porto, atualmente requalificados. Evidentemente o referido aterro e a construção dos armazéns e dos galpões ocorreram muito antes do tombamento do CHB e do próprio tombamento do Conjunto dos Mercedários.

Com o aterro da orla e a posterior ocupação desse espaço, ocorreu uma mudança na relação do núcleo com a baía (Figura 51), pelo afastamento desses dois elementos. Decorrente desse afastamento, as funções de feira (Figura 52) que ali eram desenvolvidas no seu espaço central, possivelmente incentivadas pela proximidade da baía, foram alteradas. Hoje, o uso comercial informal da praça, em frente ao Conjunto dos Mercedários, ocorre em função da sua integração com o uso comercial popular das edificações de entorno; a antiga feira passou a compor o complexo do Ver-o-Peso, na margem da baía.

Figura 51 – Relação entre o Núcleo das Mercês com a baía

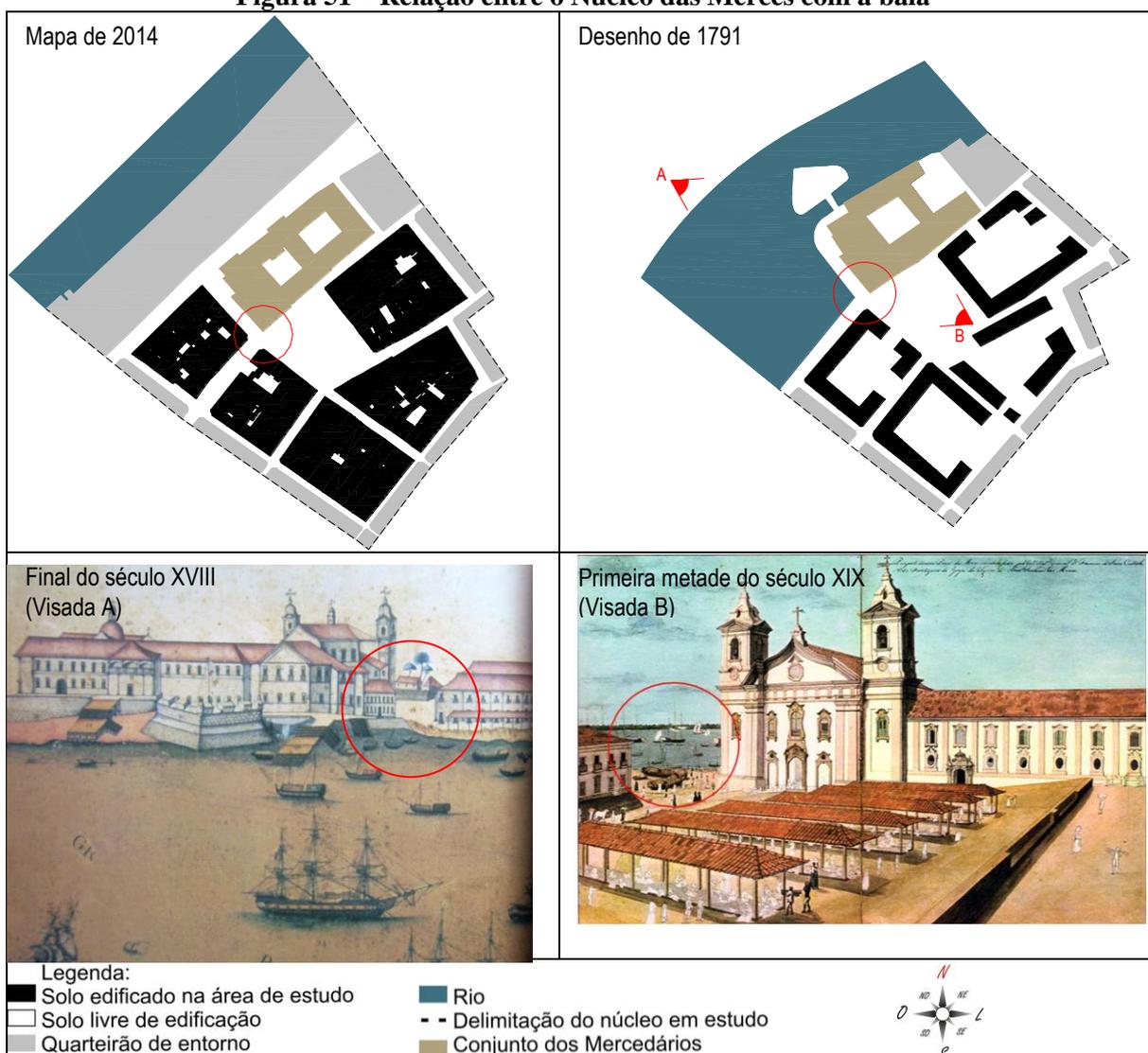


Figura 52 – O mercado na Praça Visconde do Rio Branco (antigo Largo das Mercês), por volta de 1784



Como dito anteriormente, na primeira metade do século XIX, o espaço livre em frente à Igreja e ao Convento dos Mercedários abrigava uma feira (Figura 52). Com o passar do tempo, esse espaço público foi cada vez mais “ordenado”, chegando a apresentar, a partir de fins do século XIX, desenhos em suas calçadas, arborização, monumento central (Figura 61) ainda existente, além da mudança de tipologia de seu casario de entorno. Em meados do século XX, a praça Visconde do Rio Branco abrigava um *cliper* (denominação para parada de ônibus), uma gruta e desenho do calçamento para abrigar automóveis (Fotografia 12), atualmente estes elementos não mais existem.

Fotografia 12 – Praça Visconde do Rio Branco (meados do século XX)



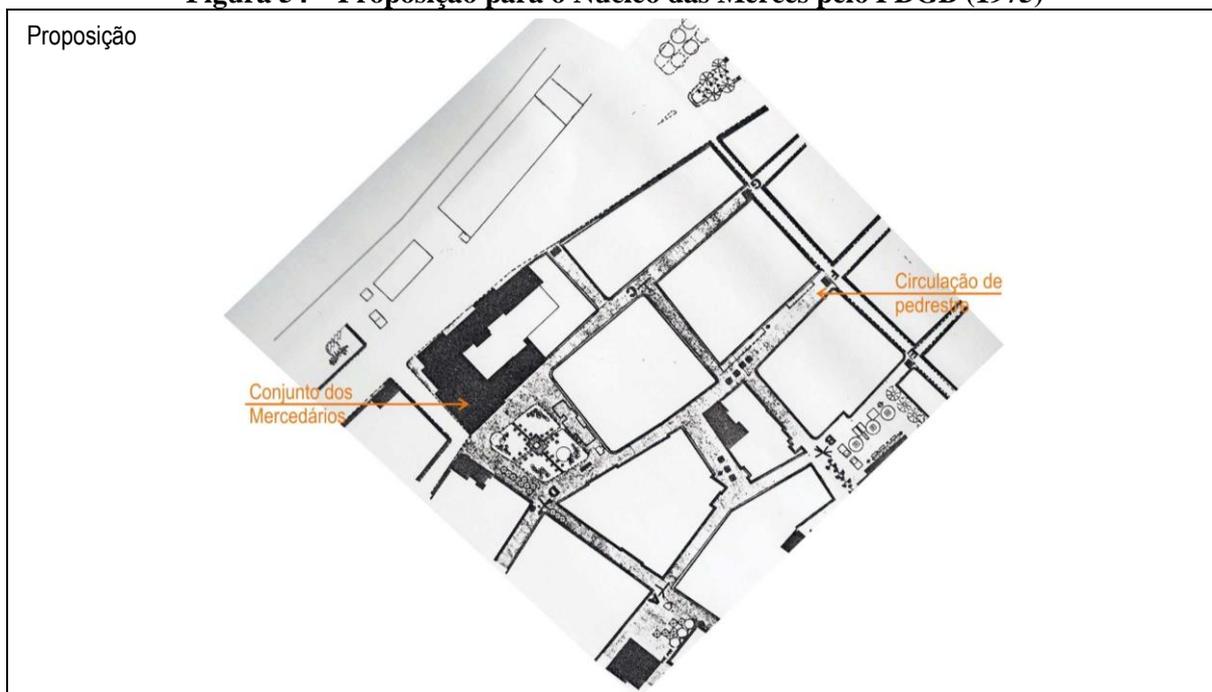
Fonte: Picasaweb (2013)

Nesse sentido, assim como ocorreram transformações no espaço público da praça, o mesmo aconteceu nas edificações que a delimitam. Por exemplo, uma edificação de dois pavimentos com beiral, representativa do período colonial, foi substituída, em meados do século XX, por edificação com estilo eclético de três pavimentos, pertencente a novas características cultural, social e urbanística (Figura 53).

Figura 53 – Modificação arquitetônica no entorno da praça do Núcleo das Mercês

Fonte: Pará (1998) / Modificado pela autora, 2013

A proposta do Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB), de 1975, para o Núcleo das Mercês, propunha a pedestrialização da Rua Conselheiro João Alfredo (que segue a partir da Praça das Mercês com o nome de Rua Santo Antônio) e de outras do entorno. Essa proposta era mais voltada para a gestão da área, de vez que objetivava a valorização da função da via, com a implantação de um calçadão comercial, e a organização dos fluxos de veículos e de pedestres (Figura 54). Essa proposta do PDGB foi considerada a melhor alternativa para a melhoria e a valorização da função comercial da Rua João Alfredo.

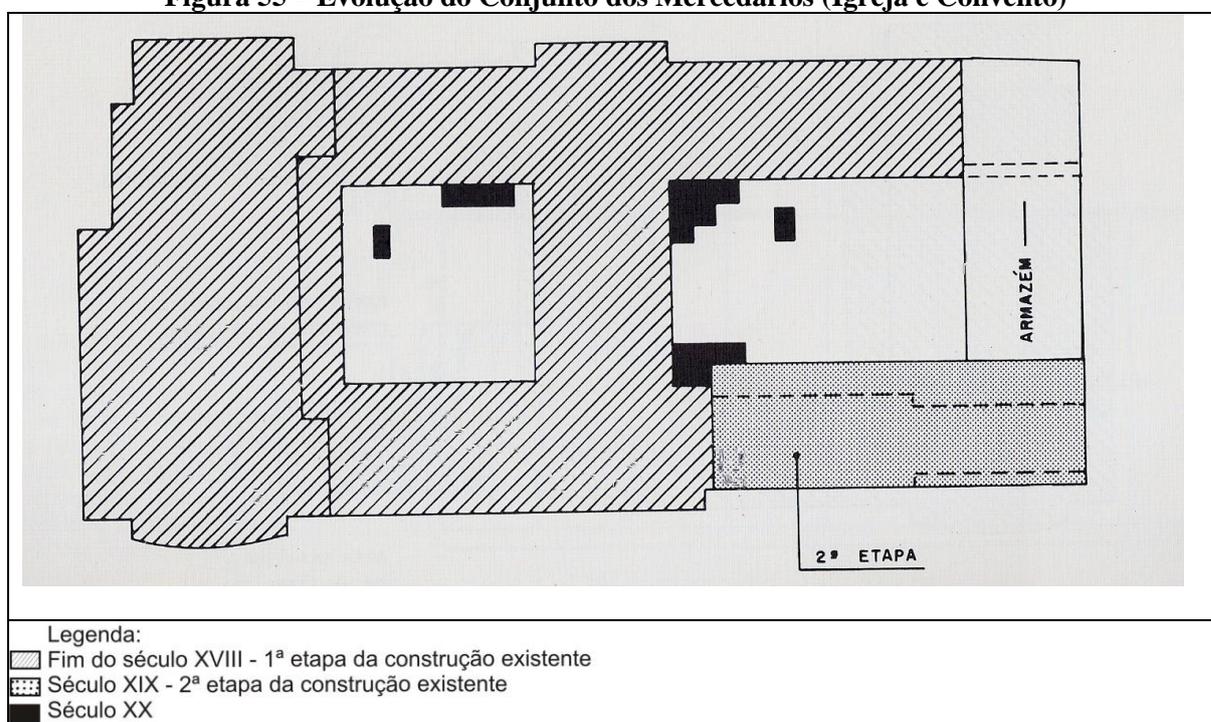
Figura 54 – Proposição para o Núcleo das Mercês pelo PDGB (1975)

Fonte: Desenvolvimento e Sistemas S. A. ConsultoresPMB (1975, v. 2) / Modificado pela autora, 2013

Quanto ao Conjunto dos Mercedários (Igreja e Convento dos Mercedários), este passou por várias intervenções (Figura 55), desde a expulsão dos Padres Mercedários da cidade de Belém em 1794 até o fim do século XX, após o incêndio lá ocorrido:

[...], várias foram as intervenções registradas no Convento e inúmeras ocupações distintas foram efetuadas desde sua origem, como, por exemplo, a Alfândega, o Arsenal de Guerra, a Casa do Parque, Guardamoria, Correios (que funcionou a partir de 1856 sobre a antiga sacristia grande da igreja), Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, Recebedoria Provincial, Delegacia do Imposto Sobre a Renda, Delegacia do Tesouro, Posto de Defesa Sanitária Vegetal, Secretaria de Fazenda do Pará, etc., etc. (FERRAZ, 1990, p. 37).

Figura 55 – Evolução do Conjunto dos Mercedários (Igreja e Convento)



Fonte: Ferraz (1990)

Em 1960, houve uma proposta, por parte do Ministério da Fazenda, de demolição do Convento dos Mercedários, para a inserção de uma nova edificação com “instalação maior e moderna dos serviços do Ministério da Fazenda no Pará” (FERRAZ, 1990, p. 37). Essa proposta defendia que:

[...] a demolição do prédio [Convento dos Mercedários], ao invés de descaracterizar, daria maior realce à Igreja das Mercês, bastando, para tanto, que o edifício que substituisse o Convento fosse construído afastado das divisas do terreno, no centro de um jardim. Dessa forma ficaria a igreja devidamente isolada e, via de consequência, em maior evidência [...] (FERRAZ, 1990, p. 38).

No entanto, após o incêndio, em 1978, do Conjunto dos Mercedários, no qual o convento foi o mais prejudicado, restando apenas suas paredes externas, o Ministério da Fazenda decidiu restaurar, em 1987, o Convento dos Mercedários para a instalação da Alfândega de Belém, da Escola de Administração Fazendária, do Museu da Borracha e do Centro de Estudos do Ciclo da Borracha. Essa decisão devolveu ao núcleo e à cidade um elemento arquitetônico importante da história urbana de Belém.

Em fins do ano de 1980, a CODEM desenvolveu o “Projeto de Reurbanização do Centro Cultural e Comercial de Belém”, da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), que transformava as ruas João Alfredo e Santo Antônio em um corredor cultural, com restauração das fachadas das edificações comerciais e dos calçadões para pedestres e o remanejamento de ambulantes para diversas áreas, inclusive para a Praça Visconde do Rio Branco. No entanto, embora o IPHAN tenha apoiado essa proposta de reurbanização, o projeto não foi aceito pela Igreja, arquitetos, historiadores, por uma parte da população e pelos próprios ambulantes. Estes últimos se sentiram prejudicados por saírem das principais vias de circulação. Depois de inúmeras manifestações contra o projeto da PMB, a proposta foi reformulada e reduzido o número de ambulantes na praça (BORGES, 2013).

O Núcleo das Mercês, localizado em uma área com grande atividade de comércio e de serviço, atrai, durante os horários da manhã e da tarde, grande concentração de pessoas e de veículos. Em volta da praça e sobre suas calçadas, as barracas dos camelôs e os automóveis tomam conta do espaço disponível. Em 1997 foi feita uma proposta de requalificação urbanística para o eixo comercial da Rua Conselheiro João Alfredo e de seu prolongamento (Rua Santo Antônio) sob o nome de “Projeto Via dos Mercadores – recuperação de fachadas da Rua João Alfredo” (PROJETO via dos mercadores, 1997), pelo Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL).

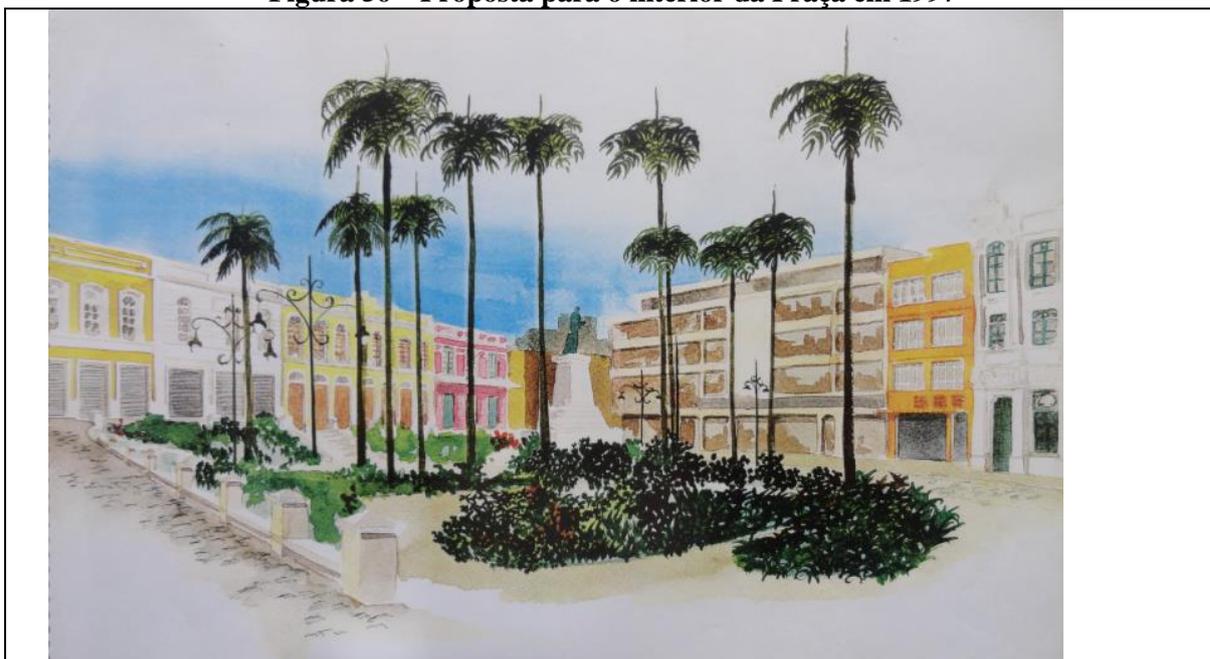
O nome desse projeto tem como base a própria tendência comercial dessa rua desde a sua origem, quando recebeu o nome de rua dos Mercadores. Na formação do Centro Histórico de Belém essa rua foi uma das principais vias de comércio. Esse projeto teve como objetivo, em sua primeira etapa, resgatar os valores estéticos e arquitetônicos do conjunto das edificações localizadas na área, representativas da segunda metade do século XIX e início do século XX, sedimentando a função comercial em uma rua de pedestre.

Com as novas expectativas comerciais, vinculadas às aspirações de progresso e de modernidade, as edificações da Rua Conselheiro João Alfredo apresentam um nível elevado de descaracterização devido a inúmeras readaptações, principalmente a partir de meados dos

anos 1950 e início de 1960. Na maioria dessas edificações, os tipos de descaracterização apresentam, por exemplo, em seu pavimento térreo, a ampliação dos vãos das portas para a colocação de porta de ferro do tipo enrolar, substituindo os vãos de mais de uma porta de madeira; e nos pavimentos superiores há grandes anúncios, que os encobrem, e impossibilitam a visualização desses prédios. Exemplos como esses, de decadência, incentivaram o poder municipal a resgatar a paisagem urbana da via.

O “Projeto Via dos Mercadores” consistia em intervenções nas calçadas das Ruas Conselheiro João Alfredo e Santo Antônio, na pavimentação das ruas para abrigar tendas para os ambulantes, no encaixe da fiação elétrica, no paisagismo e melhoria do mobiliário urbano da Praça Visconde do Rio Branco (Figura 56), na adequação da pintura e de letreiros, placas de publicidades e toldos das fachadas dos imóveis pertencentes a essas ruas.

Figura 56 – Proposta para o interior da Praça em 1997



Fonte: PROJETO vias dos mercadores (1997)

As diretrizes do projeto foram a escala, o ritmo e a volumetria dos elementos da paisagem que fazem parte da configuração espacial da Rua Conselheiro João Alfredo. A partir desses critérios estabeleceu-se, não se permitir a cobertura das fachadas “[...] com painéis em lona, perfil laminado em alumínio ou similar, e a instalação de saliências formando marquises, quando não decorrentes de projeto aprovado pela FUMBEL” (PROJETO via dos mercadores, 1997, p. 24). Quanto às intervenções sofridas ao longo do tempo, as edificações foram abordadas de maneiras distintas, em função das condições atuais, do período de

construção e do grau de reversibilidade das intervenções. Assim, as edificações foram classificadas como:

a) Construções antigas com intervenções reversíveis: são aquelas que ainda possuem os elementos referenciais originais, de maneira que os projetos focam resgatar os elementos arquitetônicos e decorativos;

b) Construções antigas com intervenções irreversíveis: as que não possuem mais os elementos referenciais originais, de maneira que seus projetos visam ao restabelecimento do ritmo das aberturas dos vãos, a verticalidade das aberturas dos vãos (portas e janelas) e o retorno da cobertura de telha de barro;

c) Construções recentes integradas ao conjunto urbano: as construídas em meados de 1950, com escala e ritmo que não destoam do entorno; para estas foram sugeridas apenas cores, letreiros, marquises ou toldos;

d) Construções recentes desintegradas do conjunto urbano e irreversíveis: as construídas em meados de 1950, que não respeitam escala e/ou ritmo de seu entorno histórico, ficando apenas sujeitas a sugestões de cores, letreiros, marquises ou toldos;

e) Construções recentes desintegradas do conjunto urbano e reversíveis: as construídas em meados de 1950, que não respeitam escala e/ou ritmo de seu entorno, mas que podem ser capazes de se readequarem a esses parâmetros; para estas os projetos visavam ao restabelecimento do ritmo das aberturas dos vãos, da verticalidade das aberturas dos vãos (portas e janelas) e da cobertura de telha de barro.

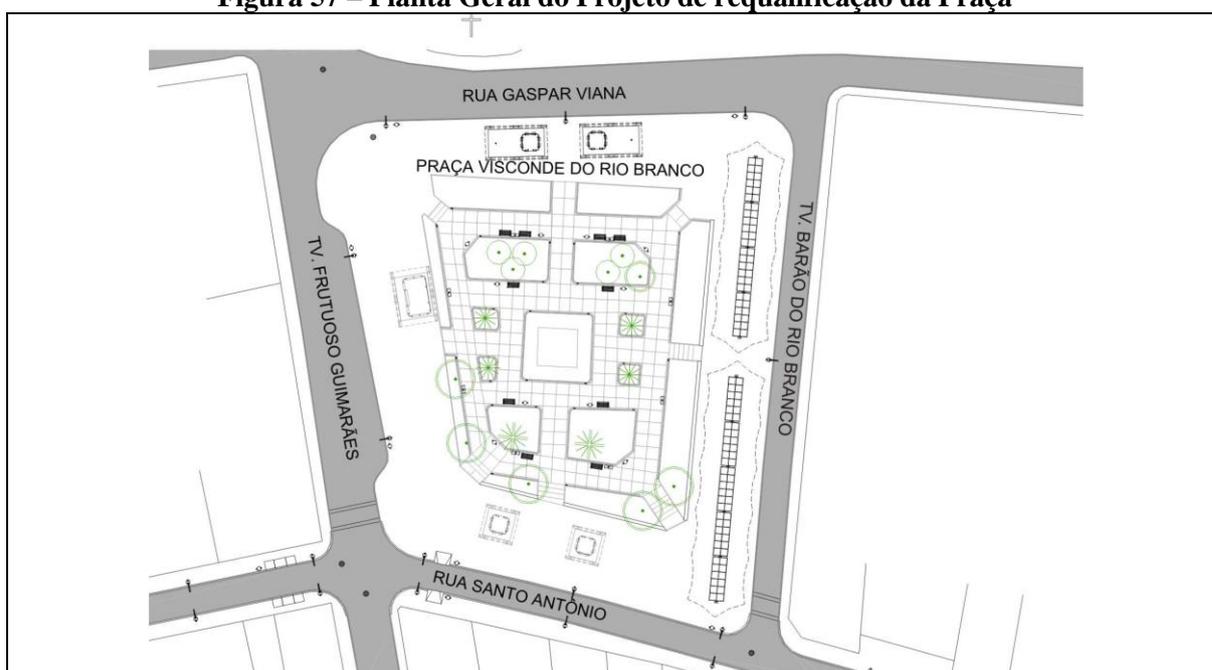
A proposta de regulamentação das instalações de anúncios, letreiros e toldos tiveram como base o manual “Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural”, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, de 1995. O Corredor Cultural é um projeto que vem sendo desenvolvido desde 1984, sob a responsabilidade da Fundação Rio Arte da Secretaria Municipal de Cultura, que procura unir de forma integrada a preservação do patrimônio histórico e cultural, a revitalização de bens arquitetônicos e urbanísticos e a requalificação social e econômica.

No entanto, as obras do “Projeto Via dos Mercadores” não foram concluídas e, com isso, ocorreu a degradação e até o furto dos elementos já implantados. Destaca-se ainda o desapontamento dos lojistas que apoiaram essa estratégia da Prefeitura Municipal de Belém de requalificação urbana da área do Núcleo das Mercês.

Como exposto anteriormente, além da recuperação das fachadas, ainda fez parte do Projeto Via dos Mercadores, desde 1997, uma proposta de tratamento paisagístico da Praça

Visconde do Rio Branco. Na versão de 1997, de acordo com a proposta de intervenção na praça, retiraram-se as barracas de camelôs e revitalizou-se a vegetação dessa praça (Figura 56). Dando continuidade a esse projeto, desenvolvido em 1997, observa-se que o Projeto de Desenho Urbano “Via dos Mercadores” propõe para o interior da praça um desenho em que as barracas geminadas de camelôs ficariam paralelas à Travessa Barão do Rio Branco (Figura 57).

Figura 57 – Planta Geral do Projeto de requalificação da Praça



Fonte: VIA dos mercadores (2013)

De acordo com a ilustração acima, nesse projeto de requalificação da praça preservou-se o desenho original das calçadas e dos canteiros e não se implantaram, ao longo da Travessa Barão do Rio Branco, as barracas geminadas de camelôs que estavam na proposta, de maneira que houve novamente uma ocupação de barracas na Rua Santo Antônio e na Travessa Frutuoso Guimarães (Fotografias 13 e 14).

A proposta de pedestrianização da Rua Conselheiro João Alfredo vem sendo incentivada desde o Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB), de 1975. No projeto Via dos Mercadores foi dada ênfase, em uma primeira etapa, à recuperação das fachadas, considerando a cor dos elementos arquitetônicos, o ritmo e verticalidade das aberturas dos vãos (portas/janelas) e a instalação de anúncios, letreiros e toldos.

Fotografia 13 – Barracas de camelô na Rua Santo Antônio
Fotografia de autoria de Rachel Sfair (2014)



Fotografia 14 – Barracas de camelô na Tv. Frutuoso Guimarães
Fotografia de autoria de Rachel Sfair (2014)



Estes mesmos elementos (cor, ritmo, verticalidade, anúncios, letreiros e toldos) mudaram de significados no decorrer do tempo. Por exemplo, a paisagem urbana da segunda metade do século XIX e início do século XX foi marcada pelo progresso econômico da exploração da borracha. O crescimento da cidade acompanhou esse desenvolvimento econômico, incorporando investimentos públicos e privados, higienização e sofisticação.

Devido à função (comercial, financeiro, político e cultural) desempenhada por Belém, financiada pela economia gomífera, havia um processo de apropriação do espaço urbano que se mantém quase que inalterada até as décadas de 1940/50. Quando Antonio Lemos assumiu o cargo de Intendente de Belém, em 1897, remodelou modos urbanos e hábitos, além de elaborar o Código de Postura, que fornecia à população normas de construção para novas edificações. Em decorrência da produção e da exportação da borracha houve mudanças na estrutura político-social que se refletiram, por exemplo, no modo de vida e nos costumes paraenses (SARGES, 2002).

Belém, a partir de 1850, tornou-se o porto escoador da produção amazônica da borracha, exigindo um melhoramento na área portuária e no centro da cidade, afinal era preciso mostrar aos estrangeiros investidores uma cidade limpa, desinfetada e segura no que diz respeito ao controle das epidemias. O projeto de reurbanização da cidade trazia, em seu bojo, a exigência da aplicação de duas medidas básicas. A primeira seria a criação de uma lei que viabilizasse a ação ordenadora do Estado, e, a segunda dizia respeito à criação de medidas de controle dos hábitos dos moradores da cidade. (SARGES, 2002, p. 185).

Como visto na terceira parte, a cidade de Belém, no período da economia da borracha, estava sendo reestruturada para ser uma cidade moderna e planejada em meio a uma cidade colonial consolidada. A partir de 1910, com o declínio dessa atividade econômica, o papel desempenhado por esta cidade transita entre principal apoio à exportação e a concentração de serviços.

Nas décadas de 1940 a 1960, mesmo com uma pequena retomada do crescimento econômico, a paisagem urbana do Centro Histórico de Belém se altera, tanto pela inserção de prédios com alturas que variam de quatro a dezesseis pavimentos quanto pelo processo de descaracterização, degradação, abandono e demolição, que atingem a configuração espacial desse centro histórico.

A paisagem urbana da cidade, que antes era representada por elementos arquitetônicos e urbanísticos (tais como cor, ritmo, verticalidade, anúncios, letreiros e toldos) representativos de um centro cosmopolita, desde o período colonial até as riquezas produzidas pela exploração da borracha, vem sendo transformada no decorrer do tempo em uma paisagem que só recentemente visa a requalificar esse espaço urbano histórico, mas sem descaracterizá-lo.

Mesmo com a implantação parcial, em 1997, do “Projeto Via dos Mercadores”, não se conseguiu melhoria na qualidade física e nem na requalificação da paisagem urbana desse espaço, em decorrência do modo como ele ainda vem sendo utilizado. Mesmo após tal

intervenção, esse núcleo urbano voltou a apresentar a paisagem caótica, gerada pela ocupação inadequada da rua e das calçadas. Dessa forma, a apreensão do espaço público do Núcleo das Mercês é reduzida, já que está ocupado por barracas de camelôs, por edificações descaracterizadas e por abrigo de veículos automotores (Figura 58).

Figura 58 – Uso da Praça do Núcleo das Mercês, 2008



O uso inadequado do espaço urbano pelas barracas de camelôs e veículos, em conjunto com o tratamento de fachadas dos prédios antigos remanescentes, comprometem a

paisagem urbana da praça (Figura 59), na qual apenas duas fachadas de quarteirão estão praticamente preservadas, a do Conjunto dos Mercedários e a da Travessa Barão do Rio Branco (Fotografia 15).

Figura 59 – Barracas de camelôs no interior da Praça em 1997



Fonte: PROJETO via dos mercadores (1997)

Fotografia 15 – Edificações preservadas (2014)

Fotografia de autoria de Rachel Sfair (2014)



Da análise do capítulo anterior, percebeu-se que, quando o comércio local (familiar e tradicional) foi sendo substituído pelo comércio informal e pelas grandes redes de eletrônicos e de artigos de baixo valor, ocorreu uma modificação na apropriação do lugar.

Por exemplo, nas Figuras Cartográficas 28 e 31 observa-se que no Núcleo das Mercês a predominância do uso do solo, em 1995 e em 2014, é comercial. Nota-se também que as

edificações que atualmente ainda abrigam esse uso estão cada vez mais descaracterizadas. No quarteirão da Travessa Barão do Rio Branco, em 1995 (Figura Cartográfica 28), quase todas as edificações tinham o uso comercial. Atualmente (Figura Cartográfica 31) a maioria dessas edificações passou a assumir outros usos.

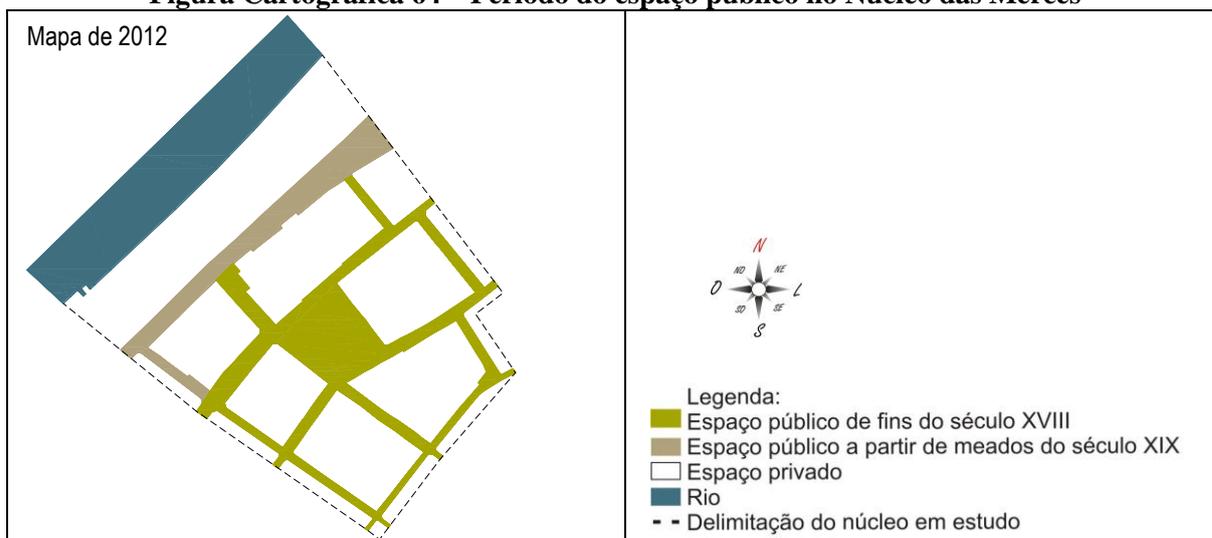
Nesse contexto, no caso das edificações voltadas para a Travessa Barão do Rio Branco, observa-se que houve um processo de requalificação quando os imóveis deixaram de ter a função comercial de vendas de artigos de baixo valor. Esse processo modificou as fachadas dos imóveis antigos, através do remembramento dos vãos (portas) do pavimento térreo para a instalação de portas metálicas de enrolar e da transformação do pavimento superior em depósitos de mercadorias. Assim, do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural observa-se que a falta de instrumentos públicos de controle do espaço urbano colaborou para a perda dos traços fisionômicos que compunham o núcleo das Mercês.

Com relação ao mau uso do espaço público, tal como ocorre nesse núcleo, mesmo após as obras de requalificação da Rua Conselheiro João Alfredo, da Rua Santo Antônio e da praça Visconde do Rio Branco, verifica-se que, apesar dos instrumentos da legislação vigente com referência a controle do uso e ocupação do solo (Lei nº 02/1999) e postura urbana (Lei nº 7.055/1977), o poder público não consegue controlar as ações danosas que aí ocorrem, e que interferem diretamente na configuração urbana do núcleo.

Com relação às suas vias, estas mantêm em maior parte o mesmo direcionamento e quantidade do final do século XVIII. Na orla do rio houve acréscimo de segmento de linha, principalmente por volta do início do século XX, com a abertura da Avenida Castilho França, paralela ao rio (Figura Cartográfica 64), decorrente do aterro anteriormente citado. Esse acréscimo de via na orla do rio, assim como as modificações nos hábitos e modos paraenses, foi consequência da dinâmica de remodelagem urbana proporcionada pela economia gomífera.

Assim como a partir de 1950 houve mudanças no modo de usar as edificações antigas no CHB, dentre as várias intervenções que não respeitam os elementos da paisagem característicos desse núcleo pode-se citar o remembramento de lotes (Figura 60), que gerou a inserção de novos prédios, e as alterações de fachadas em quase todas as outras edificações. Vale salientar novamente que ao longo da Rua Conselheiro João Alfredo continuam cobertas por materiais modernos muitas das antigas fachadas.

Figura Cartográfica 64 – Período do espaço público no Núcleo das Mercês



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2013

Figura 60 – Lotes lembrados x inserção de novas edificações

Fotografia de autoria de José Freire (2008)



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2013

Por outro lado, nesse espaço permanecem o não afastamento lateral entre as edificações, o contato direto entre as instâncias pública e privada e o gabarito de dois a três pavimentos das edificações que margeiam a praça, o que mantém vivo um de seus traços fisionômicos: o da volumetria dos quarteirões.

Quanto ao ritmo das fachadas que delimitam a praça, as novas intervenções arquitetônicas não o respeitam, tanto por falta de instrumentos legais à época das intervenções, quanto pela desconsideração ainda atual de seus traços fisionômicos que compuseram a configuração espacial local. Quanto às edificações que permanecem com

certos traços característicos de épocas passadas, muitas sofreram alterações em seus vãos térreos – abertura e/ou vedação – ou nas coberturas de suas fachadas superiores com materiais modernos e incompatíveis com o local, o que conseqüentemente altera a composição do ritmo das fachadas.

De acordo com o Quadro 16, a maior parte das intervenções urbanas no núcleo das Mercês encontra-se associada ao uso comercial, característica predominante deste espaço social. No início do século XX, o aterro da orla da Baía de Guajará levou em consideração elementos de forma e função para adequar o espaço a uma bela época produzida pela euforia econômica da borracha. Nesse período, houve mudanças nos elementos espaciais, que passaram a representar o novo estilo de vida da sociedade paraense de alto e médio status social. Quanto a isso, Derenji (2009) comenta que:

Configura-se uma mudança bastante definida e facilmente perceptível na Belém da metade do século XIX em diante. A cidade, mesmo com prédios monumentais para os padrões da antiga colônia, herdados do século XVIII em sua maioria, já não atende aos anseios da sociedade burguesa enriquecida pela borracha. (DERENJI, 2009, p. 88).

Representando este novo momento, “a classe que emerge enriquecida pela exploração da borracha procura sofisticação e luxo [...]” (DERENJI, 2009, p. 85), além da modernização do traçado urbano. Assim, introduzem-se mudanças na concepção de vias largas (como a Avenida Castilho França), quarteirões extensos, lotes maiores (por exemplo, no novo quarteirão da orla da Baía de Guajará), elegantes edificações calcadas em similares europeus (com estrutura em ferro, elegantes varandas, platibanda, abundância de pinturas, lustres em cristal etc.). Além disso, áreas públicas abertas, que antes da euforia econômica da borracha eram descampadas, recebem obras públicas (como a Praça Visconde do Rio Branco).

É preciso salientar que a análise das categorias do espaço social feita no capítulo anterior indica que a função do antigo Largo das Mercês (atual Praça Visconde do Rio Branco) relacionava-se com a proximidade dos pontos de embarque e desembarque de mercadorias na orla da Baía de Guajará. No período pombalino, o espaço público aberto denominado de Largo das Mercês, fronteiro à Igreja e ao Convento das Mercês, estando próximo da baía, fazia parte das transações do comércio local, funcionando como mercado de escravos (Figura 52).

Alguns anos que antecedem à utilização e repercussão da borracha no mercado internacional, observa-se que o espaço público do antigo Largo das Mercês ainda assumia os padrões do período colonial, com seu espaço alargado composto por edificações que reforçam

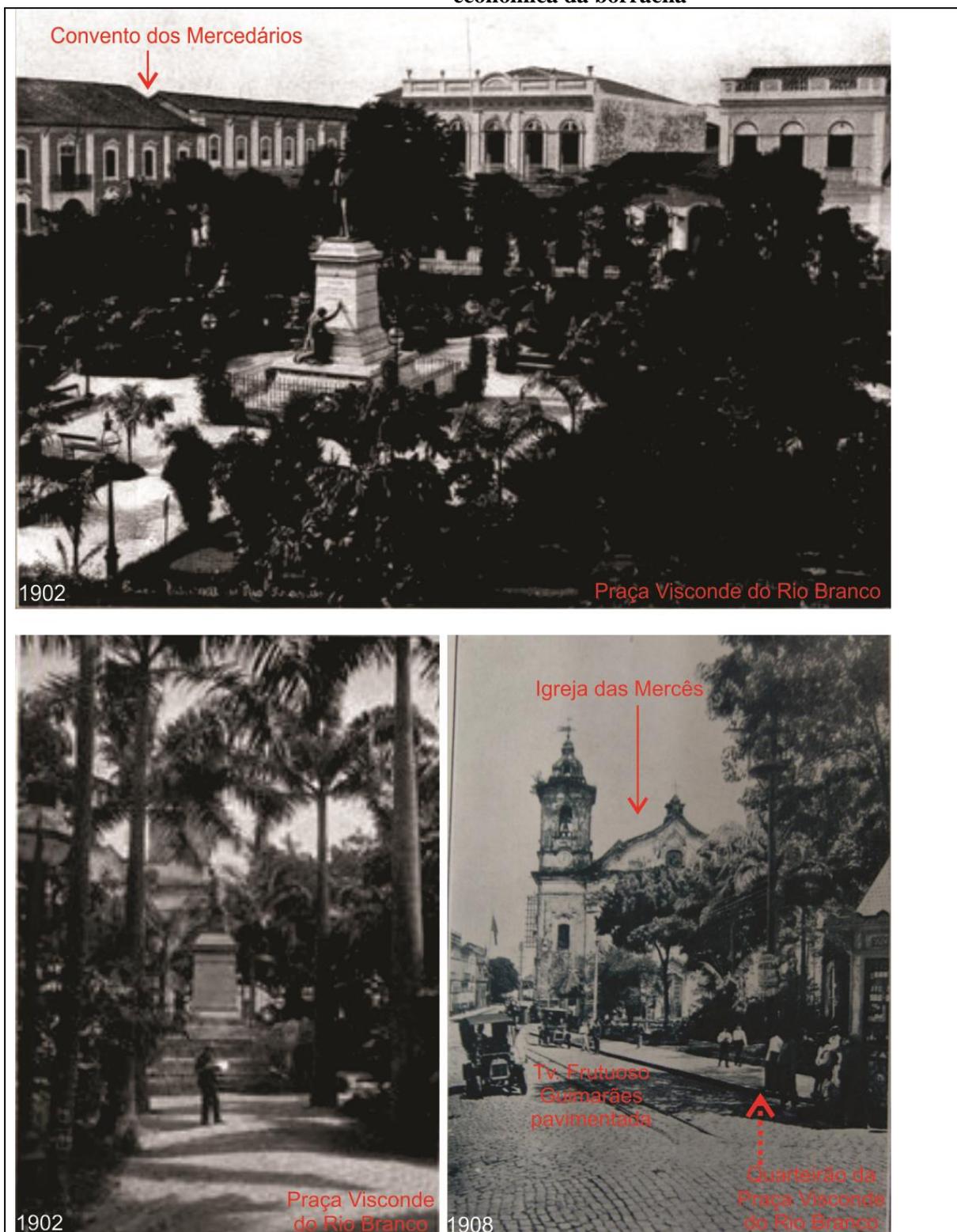
os atributos do poder (religião e Estado) e tendo os elementos da paisagem praça e rua se confundindo (Figura 50).

Com o período da economia da borracha, iniciam-se as obras do novo porto no bairro da Campina e com ele surgem, por exemplo, a concepção de vias largas e de extensos quarteirões que, inseridos na orla, ocasionaram o distanciamento entre as vias do Núcleo das Mercês e a Baía de Guajará. De certa maneira, essas modificações na paisagem contribuíram para que a atual Praça Visconde do Rio Branco assumisse uma nova forma (impregnada de ornamentos paisagísticos) e uma nova função (abrigo de barracas de camelôs e de veículos), ver Figura 61.

Quanto às intervenções de tombamento, de acordo com o Quadro 16, o Conjunto dos Mercedários em 1941 e o espaço público da Praça Visconde do Rio Branco (juntamente com suas vias que a delimitam), em 1988, de certa maneira, mantiveram elementos de estruturas, de processos, de funções e de formas que marcaram a produção social do espaço através da valorização dos tipos de elementos espaciais (via, quarteirão, lote, edificação e praça) característicos de tempos passados. Isto é, por um lado não interferiram na preservação do patrimônio histórico, mas por outro, não incentivaram a requalificação desse espaço urbano. Da mesma forma que o restauro do Convento dos Mercedários não incentivou outras iniciativas de revitalização urbana.

Quanto aos projetos de pedestrialização da Rua Conselheiro João Alfredo tanto do PDGB (1975) quanto do Via dos Mercadores (1997/2002), ao valorizarem em parte a função comercial dessa via, conseqüentemente preservaram elementos da estrutura, do processo, da função e da forma. No entanto, assim como o instrumento do tombamento, esses projetos também não são capazes sozinhos, de amenizar o processo de degradação do CHB (Quadro 16).

Figura 61 – Praça Visconde do Rio Branco (antigo Largo das Mercês) na fase de euforia econômica da borracha



Fonte: Belém (1902); Montenegro (1908)

Enfim, na análise da trajetória de gestão pública e/ou privada de caráter preservacionista nos elementos da paisagem dos estudos de caso, a partir da permanência e/ou alteração dos traços fisionômicos dos mesmos, observou-se, no Quadro 13, que o Decreto-Lei

nº 25/1937, a Lei nº 7.055/1977, a Lei Orgânica do Município de 1990 e a Lei nº 5.629/1990, ao não considerarem a função de um bem tombado – significativo de estruturas e processos passados –, preservam apenas uma forma vazia de conteúdo, ao passo que as outras Leis analisadas tentam levar em conta as ações do passado que deram significado a essas formas, mas de maneira restritiva aos bens imóveis.

Considerando a repercussão dessas leis nas intervenções de cada um dos núcleos de estudo, constatou-se, pela análise da preservação do Núcleo da Sé, que há prevalência das formas preservadas e/ou consideradas, funções alteradas e estruturas e processos não levados em conta. A análise da preservação do Núcleo do Carmo mostrou a predominância de formas preservadas e/ou consideradas, funções preservadas e estruturas e processos considerados. No entanto, as intervenções de caráter privado neste Núcleo não consideraram elementos das formas, funções, estruturas e processos. A análise da preservação do Núcleo das Mercês revela a preponderância de formas e funções preservadas e/ou consideradas e um certo equilíbrio de estruturas e processos considerados e não levados em conta.

Ademais, as evidências acima dos estudos de cada núcleo sustentam o argumento central desta quarta parte do trabalho de que a gestão nesses núcleos – assim como de todo o CHB – não se beneficia das relações entre forma e conteúdo que propiciaram a atual configuração espacial do CHB.

Quadro 16 – Núcleo urbano das Mercês: planejamento e gestão

Ano	Plano, projeto e intervenção	Categorias do espaço social levadas em conta x Alterações / preservações dos elementos espaciais
Início séc. XX	Aterro Orla da Baía do Guajará	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração na forma: substituição dos sobrados coloniais por sobrados no estilo Belle Époque, construção de armazéns de ferro, vias mais largas e quarteirões mais extensos. • Mesmo com a preservação da função comercial deste núcleo, a intervenção no elemento forma alterou a relação entre a praça e, por conseguinte, deste núcleo e com a baía, distanciando-os. • Assim, observa-se que as mudanças de significados nos elementos da forma estão vinculadas a elementos de estruturas e de processos de um novo modo de vida ligados à economia da borracha.
1941	Tombamento da Igreja das Mercês e Convento dos Mercedários	<ul style="list-style-type: none"> • A forma, a função, as estruturas e os processos foram considerados no tombamento isolado desta igreja. • A forma física do Convento dos Mercedários foi preservada através do instrumento do tombamento isolado. No entanto, houve alteração em seu conteúdo. Dessa maneira, as ações do passado, moldadas por estruturas e processos, que deram origem e sentido a essa forma foram substituídas por novas ações. Assim, pode-se dizer que essa forma se metamorfoseou havendo alteração do conteúdo.
1975	PDGB: pedestrialização da Rua Conselheiro João Alfredo	<ul style="list-style-type: none"> • Esta proposta valorizava a função comercial das vias deste núcleo urbano. No entanto, a valorização apenas da função não respalda a preservação de elementos de estruturas, processos e formas do passado.
1980	Projeto de Reurbanização do Centro Cultural e Comercial de Belém	<ul style="list-style-type: none"> • Restauração das edificações comerciais, alteração do uso das ruas João Alfredo e Santo Antônio para pedestres, remanejamento de barracas de camelô para o interior da praça. • Mesmo com a intensificação da função comercial deste núcleo urbano, muitos dos elementos das estruturas e dos processos passados foram substituídos por outros que, por sua vez, contribuíram para uma nova organização do espaço da área.
1987	Restauro do Convento dos Mercedários	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação dos elementos da forma para abrigar uma nova função: institucional. • Houve alteração em seu conteúdo. Dessa maneira, as ações do passado, moldadas por elementos representativos de estruturas e de processos, que deram origem e sentido a essa forma foram substituídas por novas ações. Assim, pode-se dizer que essa forma se metamorfoseou.
1988	Tombamento da Praça Visconde do Rio Branco	<ul style="list-style-type: none"> • A forma, a função, as estruturas e os processos foram considerados neste tombamento.
1997/2002	Projeto Via dos Mercadores	<ul style="list-style-type: none"> • Foram considerados os elementos da forma, tais como a recuperação das fachadas, a pavimentação das vias para abrigar barracas de camelôs, encaixe da fiação elétrica, paisagismo e melhoria do mobiliário urbano da praça e adequação da pintura

		<ul style="list-style-type: none">• Mesmo valorizando o uso comercial das edificações, os elementos das estruturas e dos processos que estão por trás deste projeto não são mais os representativos de um centro cosmopolita, que valorizava os objetos arquitetônicos e urbanísticos, mas sim são parte de um modo de viver em que a sociedade atual não parece ser capaz de gerar soluções para a problemática urbana.
--	--	--

Fonte: Análise da autora, 2014

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Histórico de Belém (CHB), nos dias de hoje, em meio à implantação e a proposições de requalificação pontuais, necessita de soluções que resgatem o seu valor de uso como obra de arte, muito mais do que soluções que o utilizem como um produto, com um valor de troca (LEFÈBVRE, 2010).

Em se tratando de uma sociedade mundializada, a escala das variáveis analisada no Centro Histórico de Belém foi tanto a escala do lugar como a escala do mundo. E isso se deve, entre outras coisas, a dois fenômenos. Primeiro, que os instrumentos de trabalho, criados pelo homem, ao se tornarem cada vez mais fixos ao solo, isto é, mais duráveis, são influenciados por acontecimentos internos ao lugar, mas também externos a ele; e segundo, que, “[...] como a divisão do trabalho se ampliou à escala mundial, mas sem eliminar os outros níveis de cooperação, as transformações encontram sua força motora em níveis diferentes” (SANTOS, 1978, p. 174).

Nesse sentido, para se apreender o CHB, impôs-se, em primeiro lugar, levar em consideração tanto os aspectos exteriores à cidade de Belém quanto as peculiaridades locais e regionais. Para isso, foi necessário adaptar as periodizações, introduzindo dados locais, sem deixar de lado ações externas à área de estudo, isto é, ao Centro Histórico de Belém. Dessa forma, evitou-se considerar as ações locais dotadas de autonomia. Ademais, foi através do contexto – levando em consideração tanto os aspectos visíveis quanto os que não são vistos – que se contemplou o movimento do conjunto, pois só assim se ultrapassa uma análise apenas da forma e da aparência (SANTOS, 1978, 1985, 1988, 1997, 1998).

O espaço urbano do Centro Histórico de Belém – assim como qualquer outro espaço social – é constituído por elementos de diferentes idades. Encontram-se nele elementos e/ou variáveis de idades diferentes, tais como as atividades, as vias, as edificações e os bairros. Dessa maneira, as diversas variáveis que formam a configuração espacial desse espaço urbano possuem datações diferenciadas (SANTOS, 1978; LEFÈBVRE, 2010).

A presença em um mesmo lugar de elementos com diversas idades faz com que esse centro histórico seja único. Esta pesquisa trabalhou em conjunto com diversos períodos, pois esses tempos são os principais responsáveis pelas características fisionômicas de qualquer lugar e, inclusive, do Centro Histórico de Belém (LECHTE, 2010).

No Centro Histórico de Belém, em cada um dos períodos apresentados na periodização da terceira parte, coexistem novos e velhos objetos geográficos, padrões, e formas de ação, resultantes da inserção de inovações em meio aos padrões passados. A cada

período histórico, demonstrado no Quadro 7 da terceira parte, buscou-se captar os valores e/ou significados dos objetos e das ações.

A cidade de Belém tem a sua origem no início do século XVII, mas, no decorrer de sua história, muitas informações – urbanísticas, arquitetônicas, culturais, sociais etc. – perderam-se no tempo, ou melhor, foram substituídas em um dado momento dessa história. A paisagem urbana do CHB é marcada por um conflito de tempos, pois a sua configuração espacial é caracterizada, por exemplo, por antigos elementos da paisagem, tais como Forte do Castelo, Igreja do Carmo e Igreja de Santo Alexandre, que tentam manter-se vivos em meio a novos elementos da paisagem, como a edificação do Bechara Mattar.

Tais alterações na paisagem urbana da cidade são resultados de estruturas e processos que a cidade vivenciou (SANTOS, 1978, 1985, 1988, 1997, 1998). Por exemplo, a drenagem do alagado do Piri foi uma das primeiras obras de gestão urbana. Os projetos de Gronsfeld, em 1773, (Figuras Cartográficas 15 e 16) que pretendia transformar Belém em uma cidade-fortaleza, não era mais coerente no contexto em que a cidade então vivia, pois, no início da sua fundação, o alagado do Piri funcionava como elemento de defesa (natural) para os colonizadores, mas, com o tempo, esse alagado passou a ser um problema para a expansão da cidade, tendo sido drenado. Da mesma maneira, a diminuição da quantidade de lotes é uma consequência do remembramento (Figura Cartográfica 35) que ocorreu nessa área histórica em função, por exemplo, da necessidade de construções que precisavam de mais espaços para serem implantadas, levando à unificação de vários lotes para um único proprietário. Dentre essas mudanças, surgiram construções com características diferentes das existentes, tal como no bairro da Campina, que é caracterizado como comercial, e onde é inegável que esse uso passasse a necessitar de imóveis diferentes dos originais.

Essas alterações na paisagem são em decorrência de elementos das estruturas e dos processos que, ao interagir com os elementos da paisagem existentes no CHB, contribuem para uma nova organização espacial. Nesse sentido, no início da formação urbana da cidade, os núcleos de estudo foram compostos por elementos de organização e de contenção (PANERAI, 2006). Os primeiros organizam a estruturação da expansão da cidade e fazem a ligação entre os elementos mais internos dos núcleos. Os segundos são responsáveis pelo envolvimento do espaço público mais interno, constituído invariavelmente por uma praça e por um conjunto de fachadas articuladas com os elementos organizadores. Constata-se, então, que a ideia de núcleo é fundamental para a formação das características fisionômicas do Centro Histórico de Belém.

Os traços fisionômicos do CHB – que é a própria forma urbana vinculada a elementos das estruturas e dos processos que definiram essas formas e suas funções – é constituído por características próprias: o arruamento é regular, os quarteirões são pouco deformados, o parcelamento feito com quadras e lotes constitui e demarca o próprio espaço privado (com exceção do espaço público da praça), as edificações monumentais (igrejas, conventos e forte) são referências na organização dos núcleos urbanos e, junto com as outras edificações, possuem uma ligação direta com o espaço público. Além disso, as vias de ligação são elementos que fazem a coesão entre os núcleos de estudo. O elemento da paisagem “água” não só faz parte da configuração espacial do Centro Histórico de Belém como também o modelou (MOREIRA, 1966). Na qualidade de agente dinamizador, cênico, modelador, de comércio e de sociabilidade, esse elemento fez parte da análise do elemento da paisagem via do Centro Histórico de Belém, como um acesso natural. Reconhece-se que a conformação inicial dos arruamentos (vias), a configuração de quarteirões, lotes, praças e de edificações dos núcleos, sozinhos, não são capazes de garantir a permanência de elementos da paisagem desde o período da fundação da cidade, com suas tão marcantes características, pois as transformações ou a inércia desses elementos são o produto de estruturas e de processos. Estes últimos são acontecimentos sociais locais e extralocais, que moldaram as formas e as funções do Centro Histórico de Belém (SANTOS, 1978, 1985, 1988, 1997, 1998).

Para que o tempo e o espaço fossem trabalhados em conjunto, houve necessidade de se fazer uma empirização eficaz, somente possível por meio de uma abordagem histórico-estrutural, que apreendeu a periodização da configuração espacial do CHB, e dos elementos da paisagem dos núcleos de estudo, considerando variáveis locais e externas. Além disso, na tarefa da empirização, a periodização de uma história de longo prazo foi fundamental para a identificação dos valores e/ou significados dos elementos da paisagem dos núcleos de estudo, pertencentes à configuração espacial do CHB.

Para se alcançar o objetivo desta tese – de analisar os elementos da paisagem do CHB e a gestão de sua forma espacial – fez-se necessária a interpretação do presente sob a luz da história. O esforço dessa periodização permitiu entender, primeiro, que este presente é o produto de uma combinação de estruturas, processos, funções e formas e, segundo, que há possibilidades de reconhecer possíveis tendências a partir do que foi vivenciado pela cidade (SANTOS, 1978, 1985, 1988, 1997, 1998).

Para apreender os valores e/ou significados dos elementos da paisagem do CHB e a gestão de sua forma espacial no decorrer do tempo, fez-se necessário trabalhar com as teorias

do “Espaço como instância social” de Santos (1978, 1985, 1988, 1997, 1998) e da “Produção social do espaço” de Lefèbvre (1955, 1971, 1974, 1979, 2004, 2010), que consideram a cidade como existência social e não apenas existência física. Assim, partindo dessas teorias, buscou-se na segunda parte deste trabalho alcançar o conhecimento a respeito do que seja o espaço social – a natureza de seus elementos, o modo como se relacionam, seus métodos, categorias e instrumentos para analisá-lo – e o modo como se apresenta na cidade e na vida urbana.

De acordo ainda com esta segunda parte, o espaço social é um produto histórico, tem diferentes significados, valores, conteúdos e relações (como resultados da dinâmica histórica), é real, um fator social, dinâmico (em permanente evolução). Além disso, não é passivo, não é apenas o reflexo da sociedade, mas também intervém no processo histórico, é estruturado em formas-conteúdo, pois possui ingredientes sociais (relações sociais) e formais (materiais).

Pode-se dizer então que o espaço social é considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como um testemunho de uma história escrita por estruturas e processos do passado e do presente. Como instância social, com a mesma importância que outras instâncias sociais (tais como, econômica, jurídica-política e cultural-ideológico), o espaço humano é subordinado-subordinante, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias (traços dominantes), e não é apenas um simples reflexo do modo de produção social a cada momento, mas sim sua memória.

O espaço construído, tal como o do Centro Histórico de Belém, faz parte do espaço social, pois é um produto histórico, é um testemunho de momentos de um mesmo modo de produção, é um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente. Além disso, é uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos, ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes, ao passo que outros criam novas formas para se inserir dentro delas. Sua configuração espacial é, portanto, um resultado e uma condição para os processos. Assim, como existência social, composto por forma-conteúdo, as suas formas se metamorfoseiam em outras formas quando o conteúdo muda ou quando muda a finalidade que lhes havia dado origem.

Observa-se, no decorrer do tempo, nos núcleos em estudo, que há uma maior quantidade de intervenções nos elementos da paisagem edificação (demolição, inserção de novo uso etc.) e do lote (remembramento). Essas modificações, sem considerá-las certas ou erradas, contribuem para uma eventual perda de contato com o tempo dessas criações urbanas.

Assim como, intervenções menos impactantes na paisagem fazem com que, nos dias de hoje, possa identificar-se os significados da configuração espacial do Centro Histórico de Belém.

Verificou-se, na terceira parte, que os núcleos de estudo surgiram como pontos de atração (PANERAI, 2006). Nesse sentido, a permanência funcional desses núcleos como pontos polarizadores do desenvolvimento e da expansão urbana fará com que se reforce a característica fisionômica do Centro Histórico de Belém. Esses pontos nucleadores possuem características específicas que se diferenciam da paisagem urbana de uma rua, pois, por terem sido pontos de convergência importantes para a evolução da cidade, possuem, por exemplo, edificações monumentais além de espaços abertos e praças, que contemplam outras funções, como a de lazer.

Quando esses mesmos espaços sofrem descaracterizações ao longo do tempo, vão perdendo suas funções. Note-se que foram determinados elementos estruturais e processuais que deram origem aos núcleos como pontos polarizadores. Intervir em áreas históricas e não considerar tais elementos, assumidos aqui como categorias do espaço social responsáveis pela função e pela forma desses núcleos, é igualmente privar esses espaços urbanos de seus valores e/ou significados que lhes deram origem.

Da mesma maneira, elementos da paisagem que sofreram poucas alterações reforçam as características fisionômicas do lugar a partir, por exemplo, da continuidade do desenho das vias e quarteirões:

O desenho das ruas da Cidade Velha é, de certo modo, auto-explicativo. A própria toponímia dá o mote do procedimento instalador. O primeiro eixo, a rua do Norte, não só define a orientação escolhida como deixa claro o sistema de referência utilizado que remete para os eixos cardeais. Cruzando as ruas, as travessas seguem a orientação geral leste-oeste, com pequenas variações. A par disso, na área da cidade é também visível que a sequência das ruas tem como eixo focal o forte, gerando um desenho de inspiração radiocêntrica. (ARAUJO apud PARÁ, 2006, p. 15).

A existência dos núcleos de estudo, mas também de todo o Centro Histórico de Belém, deve-se à relação indissociável entre cidade e sociedade, isto é, entre forma e conteúdo. Como produto histórico, as cidades, assim como os núcleos de estudo, testemunham um momento de um modo de produção por meio de suas formas espaciais fixadas nas paisagens existentes. Essas formas duráveis não se desfizeram paralelamente às mudanças de processos; ao contrário, alguns processos se adaptaram às formas físicas preexistentes, ao passo que outros processos inventaram novas formas que se inseriram nas antigas (SANTOS, 1978, 1985, 1988, 1997, 1998).

Na análise realizada na quarta parte desta tese, observou-se que os recursos para os projetos de intervenção no patrimônio tombado estão ligados particularmente ao patrimônio público e não aos bens imóveis privados. Resumidamente, pode-se verificar que, a partir das cartas patrimoniais (CURY, 2000) e dos decretos e leis do tipo preservacionistas, a cidade passou a dispor de instrumentos de gestão voltados para a proteção do patrimônio histórico com objetiva repercussão no Centro Histórico de Belém, no seu entorno e nos bens tombados fora do centro histórico. Até então, as perdas de imóveis com importância histórica, por abandono, demolição e intervenção inadequada foram consideráveis, diante da ausência de leis, instrumentos e critérios de preservação.

Porém, o modo de proteção e de intervenção nessa paisagem urbana, através dos instrumentos legais disponíveis pelas leis de preservação urbana, ainda deixa de lado um considerável número de elementos da paisagem e suas configurações espaciais (por exemplo, a heterogeneidade de cada núcleo), como pôde ser verificado na análise dos elementos da paisagem na terceira parte.

Esse quadro, apesar de favorável, se relacionado à situação anterior aos tombamentos isolados e em conjunto, não é completo, faltando ainda elementos importantes para servir de base às decisões tomadas sobre o CHB. Entre eles, o inventário mais completo dos bens e dos espaços históricos, uma avaliação de seus elementos da paisagem, além da necessária compatibilização dos critérios de análise dos órgãos municipal, estadual e federal, que decidem sobre as intervenções requeridas. Dada a possibilidade de se obter estatísticas a partir do geoprocessamento, o inventário pode subsidiar futuras análises.

O estudo dos elementos da paisagem constituintes das áreas urbanas de estudo traz subsídios para a avaliação das intervenções públicas e, por conseguinte, da preservação do Centro Histórico de Belém. Acredita-se que, ao se investigar os elementos da paisagem constituintes dos núcleos de estudo (na terceira parte) e a trajetória das leis que determinam as mudanças na forma urbana de determinados espaços (na quarta parte), foi possível identificar a relevância das decisões tomadas ao longo do tempo para o desempenho desses espaços. Os instrumentos de preservação constituídos ao longo dos últimos anos, de certa maneira, consolidaram os tombamentos isolados das décadas de 1940 e 1960. Porém, secundarizam elementos das estruturas e dos processos em prol da forma e da função desse espaço urbano do CHB.

Atuar em uma área histórica é muito complexo, pois as intervenções possuem caráter de modificação, seja do uso seja da forma. Ademais, tem-se a consciência de que as mudanças

no espaço urbano são para sempre, advindo daí o risco de se quebrar traços fisionômicos importantes no espaço. O estágio urbano atual demonstra o quanto os traços fisionômicos que compõem os núcleos de estudo vêm-se transformando ao longo do tempo, em meio às limitações dos instrumentos legais de preservação. Por exemplo, verificou-se, na terceira parte, que os espaços públicos centrais, para serem considerados como praças, precisam ter certos atributos. As constantes intervenções de caráter modificador nesses espaços ocasionam, na maioria das vezes, a desvalorização de suas edificações (tal como as do Núcleo do Carmo) e de seu próprio espaço público (como o do Núcleo das Mercês), e com isso, esses lugares podem também perder o sentido de serem denominados de núcleos urbanos históricos.

Verifica-se com este estudo que, para que esses núcleos urbanos, portadores de características marcantes (possuem, por exemplo, um caráter polarizador, estruturante da malha urbana; são sede de poder através da existência de edificações singulares, além de exercerem distintas funções) mantenham sua vivacidade, é preciso que a complexidade dos elementos das estruturas, processos, formas e funções seja apreendida e respeitada, pois, quando isso não ocorre, as necessidades diárias da vida urbana vão construindo outras formas para dar base às necessidades atuais, havendo, dessa maneira, perdas nas características social, econômica, cultural e física da área. Assim, o desrespeito ao modo tradicional de funcionamento do Centro Histórico de Belém, com seus traços fisionômicos próprios, resulta em um processo de degradação e de descaracterização físico-ambiental da área, que a torna desvalorizada e sem atratividade para os usuários e, principalmente, para os donos de estabelecimentos do local.

No Núcleo da Sé, a posição do Forte em relação às ruas e à praça merece destaque. O isolamento e/ou destaque do Forte, inicialmente implantado em meio a vias e a outros quarteirões, foi se perdendo. Se o Forte permanecesse em uma única quadra – visto que, até o final do século XVIII ele era considerado como sendo o seu próprio quarteirão –, talvez tivesse, atualmente, mais destaque nesse núcleo.

Com a análise realizada, verifica-se que as ações de intervenção no espaço urbano (planejamento e gestão) pouco se utilizam dos inúmeros planos e projetos preservacionistas e/ou requalificadores, desenvolvidos para o Centro Histórico de Belém, para obter um corpo de dados característicos das diversas áreas urbanas desse centro histórico. É importante destacar, entretanto, que nem todos esses planos e projetos preservacionistas servem como parâmetros de intervenção para um espaço urbano dotado de um passado com características, por exemplo, colonial e pombalino.

É como se, por exemplo, tanto o planejamento urbano (que se remete ao futuro) quanto a gestão urbana (que se remete ao presente), um tentando prever os desdobramentos de um processo urbano e o outro tentando administrar uma determinada situação presente, não possuíssem as devidas ferramentas e/ou parâmetros para manter preservado um espaço urbano histórico sem a descaracterização de seus traços fisionômicos.

Seguindo as orientações desta análise, observa-se, assim, que os primeiros esforços para se obter um centro histórico preservado e requalificado levaram à necessidade de uma análise que considere este lugar como um espaço social, dotado de forma e conteúdo. Isso porque obter apenas informações quanto à forma e à função característicos de um lugar não é a mesma coisa que compreender a história produzida por sujeitos.

A combinação entre história e sujeito só pôde ser conseguida por meio de uma análise histórico-estrutural de abordagem que apreende o espaço urbano não como algo estático e/ou parado no tempo, mas sim como um lugar em constante transformação. Desse modo, buscou-se apreender os significados das formas criadas e por que suas funções alteram-se no decorrer do tempo, a partir da compreensão tanto de suas estruturas (de onde elas surgiram, qual o contexto histórico) quanto dos processos que foram responsáveis pelo seu surgimento.

Obter uma análise histórica da fisionomia de um espaço urbano (forma) pautada no sujeito (conteúdo) abrangendo uma pluralidade de tempos foi fundamental para não se correr o risco de dar ênfase a formas e funções de acontecimentos isolados. Essa percepção da cidade, ao deixar de ser uma questão de tratamento do espaço físico urbano, pode ser reconhecida como um importante parâmetro para orientar as ações do planejamento e da gestão urbana em áreas históricas.

De fato, na segunda parte deste trabalho quando se cita Santos (1978;1985) e Lefèbvre (2004; 2010), que consideram o espaço social composto por forma-conteúdo, foi possível considerar este espaço como um sistema definido por objetos e ações que estão em permanente relação (SANTOS, 1985). No entanto, ao analisar as políticas oficiais do patrimônio cultural no Brasil (na quarta parte), verificou-se que as práticas culturais de preservação histórica estão voltadas muito mais para a salvaguarda de sistemas de objetos. Nesta conjuntura, Gonçalves (2002) afirma que:

[...] aqueles que lidam pragmaticamente com o chamado “patrimônio cultural” dedicam-se às práticas de colecionar, restaurar e preservar objetos com o propósito de expô-los para que possam ser vistos e preenchem as funções pedagógicas e políticas que lhe são atribuídas. (GONÇALVES, 2002, p. 22).

Assim, para a avaliação da trajetória de gestão pública e/ou privada de caráter preservacionista nos elementos da paisagem dos estudos de caso, a partir da permanência e/ou alteração dos traços fisionômicos dos mesmos, optou-se entre outras coisas por trabalhar os seguintes elementos:

- a) Formas que permaneceram, com alteração parcial dos conteúdos.
- b) Conteúdos que permaneceram, com alteração parcial das formas.
- c) Conteúdos que permaneceram, com alteração total das formas.
- d) Formas e conteúdos que desapareceram integralmente.
- e) Formas e conteúdos que permaneceram integralmente.
- f) Formas que permaneceram, com alteração total dos conteúdos.
- g) Formas que permaneceram parcialmente com alteração total dos conteúdos.
- h) Formas e conteúdos que permaneceram parcialmente.

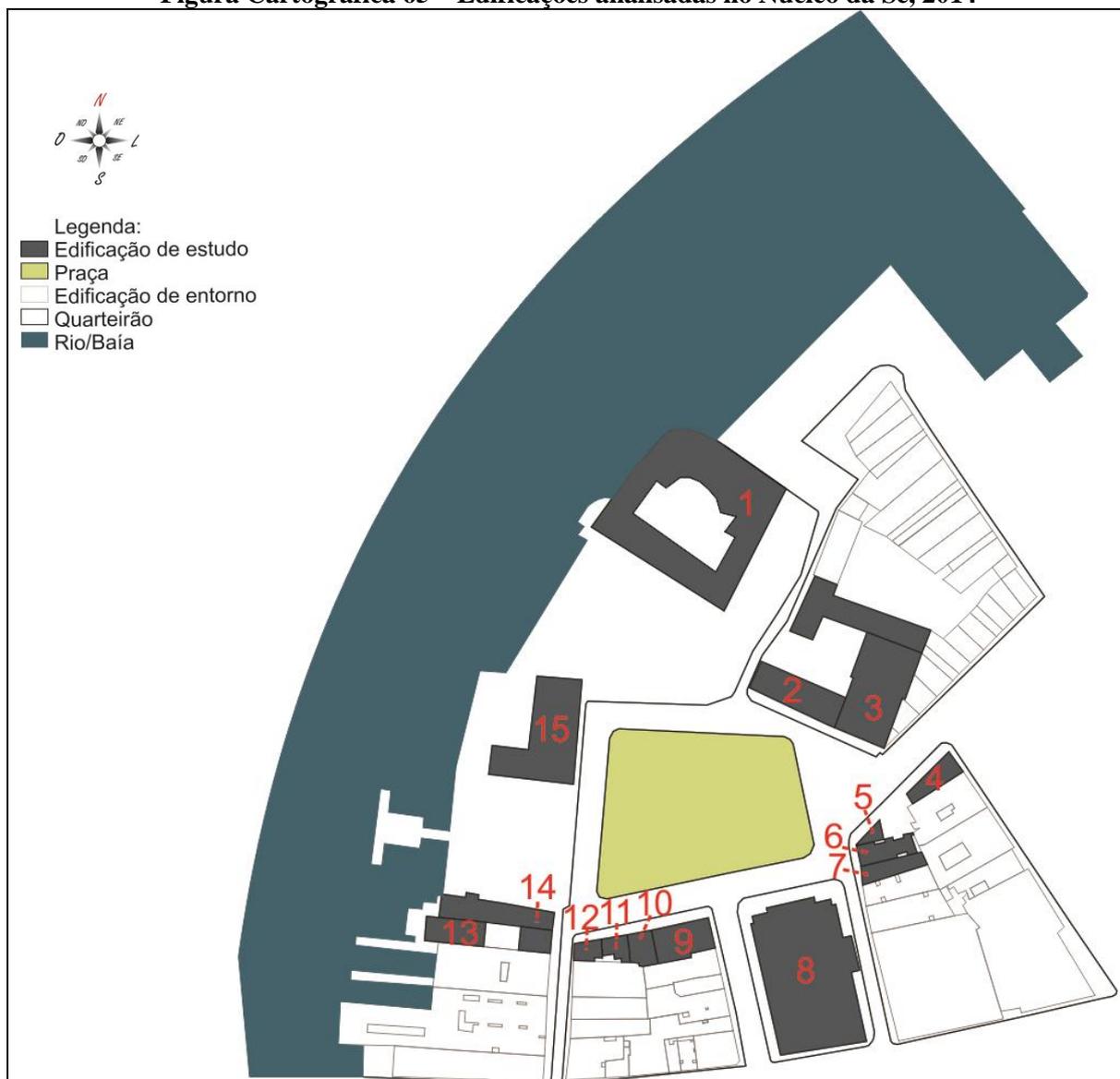
A ideia foi entender esses elementos postos acima nos três núcleos de estudo (da Sé, do Carmo e das Mercês), avaliando qual foi o papel do poder público através de seus instrumentos de planejamento e gestão e que contribuíram para que: a) permanecessem formas e desaparecessem parcialmente conteúdos, b) permanecessem conteúdos e modificassem formas, c) permanecessem conteúdos totalmente e surgissem novas formas, d) contribuíram para o desaparecimento de formas e conteúdos integralmente, dando lugar a uma nova edificação e novos conteúdos no centro histórico, e) permanecessem formas e conteúdos, f) permanecessem formas e desaparecessem completamente conteúdos, g) permanecessem parcialmente formas com alteração total dos conteúdos, h) permanecessem parcialmente formas e conteúdos.

Assim, ao se verificar como a gestão pública do tipo preservacionista contribuiu direta e/ou indiretamente para a permanência ou não de formas e conteúdos, observou-se que no Núcleo da Sé há uma maior predominância de formas e conteúdos que desapareceram integralmente, o Núcleo do Carmo caracteriza-se por formas e conteúdos que permaneceram parcialmente e no Núcleo das Mercês predominam tanto formas que permaneceram, com alteração total dos conteúdos quanto formas e conteúdos que permaneceram parcialmente (Figuras Cartográficas 65, 66 e 67; Quadro 17).

Através das intervenções nos núcleos de estudo, percebeu-se que aquelas que levaram em consideração, de modo parcial ou integral, os elementos estruturais e processuais do espaço foram as que tiveram como resultado uma maior preservação também dos elementos espaciais via, quarteirão, lotes, edificação e praça. Os tombamentos de igrejas, por exemplo,

que permaneceram com a função religiosa são uma das intervenções que mais preservam elementos estruturais e processuais do passado.

Figura Cartográfica 65 – Edificações analisadas no Núcleo da Sé, 2014



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2014

Figura Cartográfica 66 – Edificações analisadas no Núcleo do Carmo, 2014



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2014

Figura Cartográfica 67 – Edificações analisadas no Núcleo das Mercês, 2014



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2014

Cabe ressaltar, entretanto, que as requalificações urbanas priorizam a estética da forma, em detrimento de seus conteúdos, e a contemplação cênica das mesmas, sem considerar que, embora desaparecidos, elementos das estruturas socioespaciais e seus processos merecem ser considerados como aspectos relacionados à preservação urbana, pois guardam partes importantes da história e de cultura de uma dada cidade e de seu povo. Exemplo disso foi a requalificação do Forte do Castelo com a retirada do muro do aquartelamento que era histórico. Nessa retirada, avaliou-se que esteticamente, isto é, do ponto de vista da forma, fosse melhor derrubá-lo, porque não se via a parte da praça ao rio. Na verdade, nessa intervenção não foram considerados elementos das estruturas e dos processos. Quando se diz que o centro possui traços fisionômicos e não se recorre a essa identidade histórica para preservá-lo, está-se criando uma mutilação da história e da identidade das pessoas em relação a ele.

Quadro 17 – Permanência ou não de formas e conteúdos

	Núcleo da Sé	Núcleo do Carmo	Núcleo das Mercês
Formas que permaneceram, com alteração parcial dos conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> • Casario ao lado da edificação da Fumbel (que o pavimento superior continua a ser usado como residência): edificações 10, 11 e 12 	<ul style="list-style-type: none"> • Palácio Velho (edificação 21) 	
Conteúdos que permaneceram, com alteração parcial das formas	<ul style="list-style-type: none"> • Alargamento da Rua Padre Champagnat 	<ul style="list-style-type: none"> • Edificação 18 • Praça do Carmo 	<ul style="list-style-type: none"> • Praça Visconde do Rio Branco
Conteúdos que permaneceram, com alteração total das formas	<ul style="list-style-type: none"> • Bechara Mattar (edificação 4) 	<ul style="list-style-type: none"> • Edificações 19, 16, 11, 10 	<ul style="list-style-type: none"> • Edificações 12, 16, 17
Formas e conteúdos que desapareceram integralmente	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada de um quarteirão na segunda metade do século XVIII; • Quatro edificações que foram demolidas para o alargamento da Rua Padre Champagnat; • Imóveis (3 galpões) próximos a Casa das 11 Janelas. • Edificação 5 	<ul style="list-style-type: none"> • Igreja do Rosário dos Homens Brancos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Edificação 19
Formas e conteúdos que permaneceram integralmente	<ul style="list-style-type: none"> • Igreja da Sé • Praça Frei Caetano Brandão 	<ul style="list-style-type: none"> • Igreja do Carmo (edificação 23); • Ordem 3º do Carmo (edificação 1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Igreja das Mercês (edificação 2)
Formas que permaneceram, com alteração total dos conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> • Forte do Castelo • Antigo Colégio dos Jesuítas • Igreja de Santo Alexandre • Casa das 11 Janelas • Edificação 7 	<ul style="list-style-type: none"> • Convento do Carmo (edificação 22) • Edificações 2, 13 	<ul style="list-style-type: none"> • Convento dos Mercedários (edificação 3) • Edificações 4, 5, 6, 7, 18
Formas que permaneceram parcialmente com alteração total dos conteúdos		<ul style="list-style-type: none"> • Edificações 8, 3, 17, 14 	<ul style="list-style-type: none"> • Edificação 8
Formas e conteúdos que permaneceram parcialmente	<ul style="list-style-type: none"> • Edificação 6 	<ul style="list-style-type: none"> • Edificações 7, 6, 5, 4, 20, 15, 12, 9 	<ul style="list-style-type: none"> • Edificações 9, 10, 11, 13, 14, 15

Fonte: Análise e resumo da autora, 2014

Reconhece-se que as requalificações das formas e das funções são importantes não só para que o passado não seja assimilado como algo congelado no tempo, mas também para que seja considerada a contemporaneidade dessas formas e funções. Entretanto, as intervenções urbanas devem atentar para a origem desses elementos, resguardando os desdobramentos de histórias nas formas espaciais, que demandam tempos e conteúdos sociais diversos e que merecem estar presentes na memória e na identidade das populações urbanas atuais.

Nos projetos de requalificação urbana, portanto, as estruturas e os processos contemporâneos não devem ser desconsiderados, sob pena de se anular a história do presente, mas, igualmente, não podem anular os elementos das estruturas e dos processos do passado, negando identidades socioespaciais herdadas de cada história urbana. As possibilidades de novas funções e formas, ou de suas readaptações, decorrem de uma preocupação conjunta, em nível de totalidade, entre elementos do passado e do presente.

Por fim, o objetivo geral da tese, de analisar a configuração espacial do CHB a partir da gestão preservacionista de seus elementos da paisagem, foi alcançado. As hipóteses foram confirmadas: a) os elementos da paisagem, tais como vias, lotes, praças, edificações antigas e quarteirões contribuem para a permanência dos traços fisionômicos da configuração espacial do CHB; b) as categorias socioespaciais usualmente não são consideradas no processo de elaboração de leis, planos e projetos urbanísticos para o CHB; c) no que diz respeito à gestão preservacionista, por mais que se pretenda, e raramente se consegue, a preservação do patrimônio histórico, há a ausência de mecanismos e instrumentos eficazes que levem em consideração o valor e/ou significado, no tempo, dos elementos da paisagem e sua relação forma-conteúdo, ao intervir no CHB.

O desenvolvimento em conjunto da segunda parte (a partir do entendimento do espaço social), da terceira parte (identificando os valores e/ou significados da configuração espacial e dos elementos da paisagem) e da quarta parte (avaliando a trajetória de gestão pública e/ou privada de caráter preservacionista nos elementos da paisagem dos estudos de caso, a partir da permanência e/ou alteração dos traços fisionômicos dos mesmos) foram fundamentais para ratificar o argumento central da tese de que a gestão do tipo preservacionista pouco mobiliza as categorias de análise socioespaciais estrutura, processo, função e forma em conjunto na elaboração de leis, planos e projetos urbanísticos para o Centro Histórico de Belém, que é um espaço urbano composto por forma-conteúdo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- AGUIAR, Douglas. *O quarteirão urbano*. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/debate/debate11.asp>>. Acesso em: 06 set. 2006.
- ALUNORTE. *Belém do Pará*. São Paulo: Hamburg, 1995.
- ARAUJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.
- ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder; ROSSA, Walter (Coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415 – 1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- ASHIHARA, Yoshinobu. *El diseño de espacios exteriores*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.
- AYMONINO, Carlo. *O significado das cidades*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, 1969.
- BALEIXE, Haroldo. *Centro de Memória da Amazônia: iconografias*. 2009. Disponível em: <http://www.haroldobaleixe.blogspot.com/2009/09/blog-post_24.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973.
- BASTIDE, Roger (Org.). *Usos e sentidos do termo “estrutura”*. São Paulo: Herder, 1971.
- BATES, Henry Walter. *O naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- BELÉM. Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM). *Levantamento aerofotogramétrico da área metropolitana de Belém*, 1977. 1 CD-ROM.
- BELÉM. Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM). *Levantamento Cadastral do Centro Histórico de Belém*, 1998. 1 CD-ROM.
- BELÉM. Intendente Municipal (1898 – 1911: A. J. de Lemos). *Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902*. Paris: P. Renouard, 1902.
- BELÉM – MetrÓpole da Amazônia. 2013. Disponível em: <<http://metropolebelempa.blogspot.com.br/2013/09/bechara-mattar-diamond.html>>. Acesso em: 22 mar. 2014.
- BELÉM. Prefeitura. Lei nº 7.055, de 30 de dezembro de 1977. Dispõe sobre o código de posturas do Município de Belém. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

BELÉM. Prefeitura. Lei nº 4.827, de 30 de dezembro de 1977. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

BELÉM. Prefeitura. Lei nº 7.401, de 29 de janeiro de 1988. Dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento urbano, de acordo com as diretrizes da estruturação espacial da Região Metropolitana de Belém (R.M.B.). *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, 1 fev. 1988.

BELÉM. Prefeitura. Lei Orgânica do Município 1990.

BELÉM. Prefeitura. Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o Plano Diretor Urbano do Município de Belém e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, 13 jan. 1993.

BELÉM. Prefeitura. Lei nº 7.709, de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, 18 maio 1994.

BELÉM. Prefeitura. Lei nº 02, de 19 de julho de 1999. Dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655-08_plano_diretor.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

_____. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org.). *Terra Matura: historiografia & história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

BORGES, Tatiana Carepa Roffé. *Praça Visconde do Rio Branco: um estudo de gestão*. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, 2013.

BRASIL. Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados*. Brasília, 2000.

BRASÍLIA. Secretaria de Cultura e Esporte; Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. *A construção da cidade*. Brasília: DePHA, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Les ambitions de l'histoire*. Paris: Éditions de Fallois, 1997.

_____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRITO, Lilian Simone Amorim. *Intervenção no Centro Histórico e a reorganização sócio-espacial do Bairro da Cidade Velha*. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2007.

CABRAL, Cicerino. *Clima e morfologia urbana em Belém*. Belém: UFPA, 1995.

CACCAVONI, Arthur. *Album descriptivo anuario dello stado del Para*. Belém, 1898.

CAPEL, Horacio. *Capitalismo y morfologia urbana em Espanha*. Barcelona: Amelia Romero, 1983.

_____. *La morfologia de las ciudades*. Barcelona: Serbal, 2002.

CASÉ, Paulo. *A cidade desvendada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia (Org.). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

COIMBRA, Oswaldo. *A saga dos primeiros construtores de Belém*. Belém, 2002.

CORRÊA, Antônio José Lamarão. *O espaço das ilusões: planos compreensivos e planejamento urbano na região metropolitana de Belém*. 1989. 339 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. **RBG - Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, jul./set., p. 39-xx, 1987.

COZEN, Michael Robert Gunther. *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis*. Londres: Institute of British Geographers, 1969.

CRISPINO, Luís Carlos Bassalo; BASTOS, Vera Burlamaqui; TOLEDO, Peter Mann de (Org.). *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860 – 1921)*. Belém: Paka-tatu, 2006.

CRUZ, Ernesto. *As edificações de Belém 1783 – 1911*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

_____. *As obras públicas do Pará*. Belém: Governo do Estado do Pará, 1967, v. 2.

_____. *História de Belém*. Belém: UFPA, 1973. v. 1 e v.2

_____. *História do Pará*. Belém: UFPA, 1969. 2 v.

_____. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992.

CURY, Isabelle. (Org.). *Cartas patrimoniais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DE GRACIA, Francisco. *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación*. Madrid: Nerea, 1991.

DEL RIO, Vicente. *Desenho urbano: no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

DERENJI, Jussara. *Cidade Velha – Paisagismo*. 1980. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

DERENJI, Jussara da Silveira; DERENJI, Jorge. *Igrejas, palácios e palacetes de Belém*. Brasília: IPHAN, 2009.

DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS S. A. CONSULTORES. *Plano de desenvolvimento da grande Belém*. Belém: CODEM, 1975. v. I e II.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1985.

DUBAR, Claude. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema Marteleto. (Org.). *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

FERRAZ, Eugênio. *Convento dos Mercedários de Belém do Pará: breve histórico e registro de sua recuperação*. Belém: Constecca, 1990.

FERREIRA, José Freire da Silva (Coord.). *Rede urbana amazônica: subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano*. Belém: NAEA, 1977. (Caderno NAEA, 3).

FERREIRA, Ricardo Alves et al. *O espaço e o tempo, entre a ciência e a filosofia: notas para o ensino de física*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2009, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2009, não paginado.

FRANCK, Karen A. *Ordering space: types in architecture and design*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1994.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas: na São Paulo de fins do império*. São Paulo: Edusp, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Patrimônio histórico. Belém: Prefeitura Municipal de Belém; CIMBESA, 1996.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2002.

GORDON, George. *Urban morphology: structure and process*. Strathclyde: Universidade de Strathclyde, Departamento de Geografia, [19--].

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1997.

GUIMARAENS, Cêça. *Paradoxos entrelaçados: as torres para o futuro e a tradição nacional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitetura latino-americana: textos para reflexão e polêmica*. São Paulo: Nobel, 1989.

HALDEY, Jorge Enrique e outros. *El impacto de la urbanización en los centros históricos de América Latina*. Madrid: Cátedra, 1993.

HALL, Anthony. *Amazônia: desenvolvimento para quem?: desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p.21-59; 200-280.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. *A era das revoluções 1789 – 1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *A era do capital 1848 – 1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *A era dos impérios 1875 – 1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Departamento de Arquitetura e

Urbanismo (DAU). *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano da Região Metropolitana de Belém*. Belém, PA: IPEA, NAEA, UFPA, DAU, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (IBPC). Portaria de 1994. Dispõe autorização para pesquisa arqueológica do Sítio Arqueológico da Praça do Carmo- Projeto revitalização da Cidade Velha- Belém-PA. Rio de Janeiro: [1994].

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados: levantamento de uso do solo do CHB*. Belém, 2003.

IMAGENS de satélite Google Earth. Disponível em: <http://www.google.com/earth/index.html>. Acesso em: 10 out. 2008.

IMAGENS de satélite Google Earth. Disponível em: <http://www.google.com/earth/index.html>. Acesso em: 15 set. 2012.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

KROPF, Karl. *An enquiry into the definition of built form in urban morphology*. 1993. Tese (Doutorado em exemplo Ciências Sociais) – University of Birmingham, Birmingham, 1993.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.

LAMARÃO CORRÊA, Antônio José. *O espaço das ilusões: planos compreensivos e planejamento urbano na Região Metropolitana de Belém*. 1989. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. São Paulo: Fundação Colouste Gulbenkian, 2000.

LECHTE, John. *50 pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

LEFÈBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, v. XVIII, p.55-77. 1955.

_____. *Au-delà du structuralisme*. Paris: Anthropos, 1971.

- _____. *La producción de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- _____. *Lógica formal, lógica dialética*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campina: UNICAMP, 2003.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira. *Cultura, patrimônio e habitação: possibilidades e modelos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- _____. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MACHADO, Lia Osorio. *Mitos e realidades da Amazônia Brasileira no contexto geopolítico internacional 1540-1912*. 1989. 512 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)– Departamento de Geografia Humana, Universidade de Barcelona, Barcelona, 1989.
- MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Murilo. *Cidade no Brasil. Em que termos?* São Paulo: Nobel, 1999.
- MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1996. 2 v.
- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história*. Belém: CIA. Gráfica; Globo, 1976. 2 v.
- MEIRELLES FILHO, João. *Grandes expedições à Amazônia Brasileira (1500 – 1930)*. São Paulo: Metalivros, 2009.
- MELLO JÚNIOR, Donato. *Iconografia de Belém do Grão Pará: plantas do século XVIII*. Belém: Sociedade dos Amigos de Belém, 1970.
- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *António José Landi (1713 / 1791): um artista entre dois continentes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- MESQUITA, Fernando José Lima de; CARDOSO, Ana Claudia Duarte. *Perspectivas de vida e configuração urbana: interpretando as mudanças no centro comercial de Belém, Pa*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO, NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - 35 ANOS, 1., 2008, Belém, *Anais.....* Belém: NAEA, UFPA, 2008.
- MILET, Vera. *A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil*. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MORADIA é central: inclusão, acesso e direito à cidade. Belém: OXFAN GB; Polis, 2009. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/972/972.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

MONTENEGRO, Augusto. *Álbum do Estado do Pará: oito anos do governo (1901 a 1909)*. Paris: Imprimerie Chaponet, 1908.

MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária da UFPA, 1966.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500 – 2000, a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.

MOUDON, Anne Vernez. *Built for change: neighborhood architecture in San Francisco*. Londres: The MIT Press, 1986.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MURATORI, Saverio. *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Roma: Instituto Poligraphico dello Stato, 1959.

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

PARÁ. Governo de José Paes de Carvalho. *Album do Pará em 1899*.

PARÁ. Decreto Lei nº 5.629, de 20 de dezembro de 1990. In: PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura; Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. *Série Informar para preservar 1*. Belém, 2002.

PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura do Estado. *Projeto Feliz Lusitânia: conjunto habitacional e paisagístico do núcleo histórico inaugural de Belém*. Anexo I. SECULT: Belém, 2002.

PARÁ. Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). *Belém da saudade: a memória de Belém do início do século em cartões-postais*. Belém, 1996.

PARÁ. Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). *Feliz Lusitânia: Museu de arte sacra*. Belém, 2005.

PARÁ. Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). *Feliz Lusitânia: Forte do Castelo, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat*. Belém, 2006. v. 4.

PEDONE, Jacqueline Viel Caberlon. O espírito eclético na arquitetura. **ArqTexto**, 6, p. 126-137, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jacqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém do Pará: estudo de geografia urbana*. Belém: UFPA, 1968. v. 1.

_____. Antônio Rocha. *Belém do Pará: estudo de geografia urbana*. Belém: UFPA, 1968. v. 2.

PICASAWEB. Disponível em: <<http://picasaweb.google.com/HaroldoBaleixe>>. Acesso em: 10 maio 2013.

PINTO, Almeida. O Bispado no Pará. *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, t. 5, 1906.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. *Cidade e água no estuário guajariano*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PROJETO via dos mercadores: recuperação de fachadas da Rua João Alfredo. Belém: Prefeitura de Belém; FUMBEL; DEPH, [1997].

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA, 1970. 3 v.

RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

RELATÓRIO de apresentação das análises e conclusões do INBI-SU/Belém: inventário nacional de bens imóveis sítios urbanos tombados no Centro Histórico de Belém. Belém: UNESCO; IPHAN; FADESP, 2003.

REIS, Arthur César Ferreira. O palácio velho de Belém. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 305-312, 1946.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1968.

_____. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

RICCI, Magda. *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém, v. 4, t. 1, p. 241-274, 2001.

RIGATTI, Décio. Privatização de Espaços Públicos. *Paisagem Ambiental*, São Paulo, n. 17, p.41-67, 2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/Eloy/Downloads/40203-47463-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

RIGOTTI, Giorgio. *Urbanismo: la técnica*. Barcelona: Editorial Labor, 1966.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1973.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque 1870 – 1912*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). *A abertura para o mundo 1889 – 1930*. Rio de Janeiro: Objetiva; Fundaciónmapfre, 2012.

SILVA, Fábio Carlos. Raízes Amazônicas, Universidade, Desenvolvimento Regional. In: MELLO, Alex Fiúza (Org.). *O futuro da Amazônia: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI*. Belém: Editora da UFPA, 2002. p. 55-70.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

SOJA, Edward William. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Edições Melhoramentos, [19--].

SKYSCRAPERCITY. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/>>. Acesso em: 15 maio 2013.

TEIXEIRA, Manuel Correia; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII – XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

_____. *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

_____(Coord.). *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

TOSSIAKI, Leonardo. Cidade grifada: Curitiba e seus eixos estruturais. In: ENCONTRO ANUAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2004.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). *Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos, obra revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.133-140.

_____. *Produção do espaço e uso do solo urbano de Belém*. Belém: NAEA, 1997.

_____. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Estratégias de desenvolvimento e discurso do “declínio” em políticas de requalificação urbana no Brasil e na Europa. **Revista Cidades**, v. 7, n.11, p. 195-220, 2010.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (Org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade alta de Salvador: de cidade colonial a "centro histórico pós-moderno". In: CARLOS, Ana Fani; LEMOS, Amália Inês Geraiges de. (Org.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 110-18.

VER BELÉM: plano setorial de revitalização do Centro Histórico de Belém. Belém: TC/BR, 1998.

VIA dos mercadores. Disponível em: <<http://www.memoriaisdameiadoisnove.blogspot.com/2010/02/via-dos-mercadores-1-introdução.html>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

VIVEIROS FILHO, Francisco Fuzzetti de. *Urbanidade do sobrado: um estudo sobre a arquitetura do sobrado de São Luis*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Brasília: Senado Federal, 2004.

WHITEHAND, Jeremy W. R. *The urban landscape: historical development and management*. Londres: Academic Press, 1981.